

Universidade do Vale do Paraíba  
Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento

**DIVA DIAS DA SILVA**

**DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL: A QUESTÃO HABITACIONAL EM SÃO  
JOSÉ DOS CAMPOS – SP**

São José dos Campos, SP

2008

**DIVA DIAS DA SILVA**

**DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL: A QUESTÃO HABITACIONAL EM SÃO  
JOSÉ DOS CAMPOS – SP**

Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, como complementação dos créditos necessários para obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba.

Orientador: Prof. Dr. Emmanuel Antonio dos Santos

São José dos Campos, SP

2008

S579d

Silva, Diva Dias da

Desigualdade Social no Brasil: A Questão Habitacional em São José dos Campos – SP / Diva Dias da Silva; Orientador Prof.Dr. Emmanuel Antonio dos Santos. São José dos Campos, 2008.

1 disc laser; color

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento urbano e Regional do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Paraíba, 2008.

1. Habitação 2. São José dos Campos – SP 3. Desigualdade social 3 Planejamento Urbano I. Santos, Emmanuel Antonio dos, Orient. II. Título

CDU:711.4

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, por processo de fotocópia ou transmissão eletrônica, desde que citada a fonte.

Assinatura da aluna:



Data da defesa: 07 de Março de 2008.

**DIVA DIAS DA SILVA**

**“DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL: A QUESTÃO HABITACIONAL  
EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP”**

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, SP, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. **JOSÉ OSWALDO S. DE OLIVEIRA** (UNIVAP) 

Prof. Dr. **EMMANUEL ANTONIO DOS SANTOS** (UNIVAP) 

Prof<sup>ª</sup>. Dra. **MARIA AP. C. R. PAPALI** (UNIVAP) 

Prof<sup>ª</sup>. Dra. **CLAUDIA ASSUMPCÃO BENAJMIN** (FGV) 

Prof. Dr. Marcos Tadeu Tavares Pacheco

Diretor do IP&D – UniVap

São José dos Campos, 07 de março de 2008.

Dedico este trabalho *in memóriam* à minha mãe,  
Maria da Gloria, querida e inesquecível

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela forte presença em todos os momentos de minha vida.

Considero que a elaboração de uma Dissertação de Mestrado é um trabalho coletivo embora sua redação, responsabilidade e estresse seja predominantemente individual. Várias pessoas contribuíram para que este trabalho chegasse a bom termo. A todos que de alguma forma contribuíram nesta pesquisa, sou grata por tantas demonstrações de incentivo e amizade.

Ao Professor Doutor Emmanuel Antonio dos Santos, meu orientador, que tive a oportunidade de conhecer no decorrer do Mestrado e compartilhar essa preocupação com o social e o lado humano, que sempre permearam a minha vida e até hoje balizam meu trabalho. A sua disponibilidade irrestrita, sua forma exigente, crítica e criativa de argüir as idéias apresentadas, deram norte a este trabalho, facilitando o alcance de seus objetivos. Agradeço por sua confiança e por sua generosidade com o que me encorajou ao longo da construção desta Dissertação de Mestrado.

Ao Professor Doutor José Oswaldo Soares de Oliveira, pela segurança em aprofundar seus comentários e sugestões contribuindo significativamente para o aperfeiçoamento no decorrer desta pesquisa, meus efusivos agradecimentos pela sua participação nesta banca de mestrado, o que certamente tornará este trabalho mais rico.

À Professora Doutora Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali, pelas suas reflexões criativas sobre este objeto de estudo, as quais ajudaram a compreendê-lo e a realizar uma análise crítica sobre o mesmo, e pela sua presença nesta banca de mestrado, meus mais sinceros e carinhosos agradecimentos.

À Professora Doutora Cláudia Assumpção Benjamin com quem compartilho alguns interesses comuns, entre os quais a temática de estudo que abrange o ensino a distância, meus afetivos agradecimentos pela sua participação nesta banca de mestrado, o que com certeza contribuirá para ampliar a qualidade desta dissertação.

Ao Professor Doutor Paulo Romano Reschilian, pela generosidade em compartilhar seu conhecimento e por sua cooperação na elaboração deste trabalho.

Agradeço aos professores do programa, Sandra Maria Fonseca da Costa, Antonio Carlos Machado Guimarães, Friedhilde Maria Kustner Manolescu, Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali, Emmanuel Antonio dos Santos, José Oswaldo Soares de Oliveira, Marco Antonio Villarta Neder, Maria Tereza Dejuste de Paula, Cilene Gomes, Manoel Lemes, Mário Valério Filho e Zoraide Miranda, pela qualidade dos ensinamentos transmitidos nas disciplinas de crédito acadêmico que me conduziram por novos saberes sobre o planejamento urbano e regional.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES - que me concedeu uma bolsa durante a realização deste mestrado, fato este que muito contribuiu para a viabilização desta dissertação. Portanto, deixo aqui expressos meus agradecimentos.

A Álvaro, companheiro, e Pedro Augusto meu filho, agradeço pela compreensão e abdução do pouco tempo que temos de convívio, em prol da realização deste trabalho, encorajando-me a prosseguir na execução desta dissertação, suas presenças foram responsáveis pela minha saúde afetiva. A Álvaro e Pedro, os meus afetivos agradecimentos.

À minha irmã, Regina, aos meus sobrinhos, Viviane e Daniel, pelo apoio e incentivo, sempre presentes no meu coração. Agradeço pela força e compreensão e por acreditarem no meu trabalho.

Aos meus pais, Maria da Glória e Francisco Chagas, pela sólida formação moral, que me proporcionou a persistência e continuidade nos estudos até a chegada a este mestrado, meus eternos agradecimentos.

Aos meus sogros Tereza e Augusto, agradeço por demonstrarem que os desafios existem para serem superados, que o ser humano tem a capacidade de ir muito mais longe do que imagina com força de vontade e coragem.

À Marina, amiga querida de longa data, sempre prestativa dando força e coragem, deixo aqui meu afetivo muito obrigada.

A José Walter Pontes, grande amigo e colega de classe, agradeço pela cooperação e contribuição com materiais e dados, bem como com indicações e viabilização de entrevistas na construção desta dissertação.

À Rosângela Regis Cavalcanti, pelo seu trabalho de revisão e formatação do texto, que fizeram com que este trabalho se concretizasse de forma a observar as normas acadêmicas vigentes, também expresse meus agradecimentos.

À Paula Helena, por sua colaboração e cooperação na revisão deste trabalho.

À Rubia Gravito Gomes e Benedito Joaquim da Costa, agradeço por sempre terem se colocado à disposição para ajudar no desenvolvimento deste trabalho.

A Mário José Moreira, agradeço pelo empréstimo de bibliografias.

Aos colegas de classe, agradeço pelo apoio e encorajamento contínuos na pesquisa.

A Paulo César Fernandes, do Arquivo Público, por disponibilizar informações tão necessárias a este trabalho.

Devo também agradecer à Secretaria de Desenvolvimento Social (Prefeitura) e ao Gabinete da Vereadora Amélia Naomi (Câmara Municipal) de São José dos Campos, SP.

Aos entrevistados Dra. Angela Moraes Guadagnin, Maria Aparecida Conde, Luiz Carlos Raimundo Pontes, Maria Regina de Ávila Moreira, Valdir Martins e Marcelo Guedes que gentilmente me receberam, também deixo aqui meus agradecimentos.



“Na raiz de qualquer proposta de planejamento, por trás das racionalizações do conhecimento que pretendem fundá-la em verdade, escondem-se tendências e sistemas de valores.” (Françoise Choay, 2003).

# DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL: A QUESTÃO HABITACIONAL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP

## RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo sobre a política pública habitacional em São José dos Campos – SP – Brasil, abordando a questão da habitação como um grupo de práticas sociais que incluem outros elementos como saúde, educação, cultura e lazer num cenário de desigualdade social. Aqui foram abordadas questões intrínsecas ao planejamento e à administração urbana, bem como a participação dos cidadãos no processo de desenvolvimento urbano. O objetivo desta pesquisa foi analisar as políticas habitacionais implementadas no município de São José dos Campos, se estas beneficiaram uma parcela significativa da população melhorando a qualidade de vida no município e se houve a continuidade dos projetos por parte dos governos. Este estudo justifica-se pelo fato de que todo cidadão tem o direito à moradia e condições básicas de existência. Na metodologia utilizada, como fontes de consultas primárias para este trabalho realizou-se um estudo sobre diversas obras, cujos autores abordaram as questões da desigualdade social, do espaço urbano, do planejamento participativo, da subcondição de moradia e do padrão de vida dos trabalhadores na sociedade urbana-industrial européia e no Brasil. Como fontes de consultas secundárias, dados empíricos foram utilizados. Como fontes construídas pela autora desta dissertação, foram realizadas entrevistas com membros do governo municipal e da população de São José dos Campos. O resultado verificado nesta pesquisa demonstrou que as desigualdades sócio-espaciais vêm aumentando ao longo dos anos em São José dos Campos, devido à falta de uma política habitacional contínua e eficaz, direcionada às reais necessidades da população. A inexistência de uma política habitacional eficaz é decorrente do perfil da economia industrial do município e da lógica das políticas públicas sociais, uma vez que com a movimentação/remoção da população mais carente para áreas distantes da cidade e com a falta de participação efetiva da população no planejamento urbano, estabeleceu-se uma segregação, resultando numa desigualdade crescente na questão habitacional durante as últimas décadas. Um equilíbrio adequado entre a opção política dos governos e as necessidades da população, bem como a integração e a interação entre os diversos segmentos da sociedade são fatores essenciais para o sucesso das políticas públicas. A participação dos cidadãos é um dos principais elementos para a eficácia do processo de administração e implementação de programas sociais.

Palavras-chave: habitação; desigualdade social; participação do cidadão; planejamento urbano.

# SOCIAL INEQUALITY IN BRAZIL: THE HABITATIONAL ISSUE IN SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP

## ABSTRACT

This paper presents a study about the habitation public policy in São José dos Campos – SP – Brazil, by treating the habitation issue as a group of social practices that include other elements such as health, education and leisure in a scenario of social inequality. The issues that are intrinsic to the planning and to the administration of the urban space were addressed in this work, as well as the participation of the citizens in the process of urban development. The aim of this research was to analyze the habitation policies implemented in the city of São José dos Campos, to verify if they were beneficial to a significant part of the population improving quality of life in the city and if there was a continuity of the projects by the successive governments. This study is justified by the fact that every citizen has the right to housing and fulfillment of basic needs for living. As the primary research source for this work, several publications were studied, whose authors broached the questions of the social inequality, of the urban space, of the citizen participation in the urban planning, of the poor housing conditions and of the standard of living of workers in the European and Brazilian urban industrial societies. As secondary research sources, empirical data was used. As sources composed by the author of this dissertation, interviews with the members of the city government and the population of São José dos Campos were carried out. The result verified in this research demonstrated that the social spatial inequality has been increasing throughout the years in São José dos Campos due to the lack of continued and effective habitation policy, directed towards the needs of the population. The lack of an effective public policy of habitation is a result of the profile of the industrial economy of the city and of the logic of the social public policies, since with the movement / removal of the most lacking population to the most remote areas of the city and with the lack of effective participation of the population in the urban planning, a segregation is established, resulting in an increasing inequality in the habitation issue during the last decades. A proper balance between government political option and the needs of the population, as well as the integration and the interaction among the segments of the society are essential factors for the success of the public policies. Citizen participation is one of the main elements for the efficacy of the process of administration and implementation of the social programs.

Key words: habitation; social inequality; citizen participation; urban planning.

## LISTAS DE FIGURAS

Figura 3.1: Foto aérea de São José dos Campos – SP – Brasil.....	30
Figura 3.2: Complexo de serviços do município.....	31
Figura 3.3: Localização do município de São José dos Campos.....	32
Figura 3.4: Macrozonas urbanas de São José dos Campos.....	33
Figura 3.5: Gráfico de distribuição da população segundo suas regiões geográficas.....	34
Figura 3.6: Gráfico da evolução populacional de São José dos Campos.....	37
Figura 3.7: Gráfico da proporção do crescimento urbano x rural.....	38
Figura 3.8: Mapa do município de São José dos Campos e divisas distritais.....	40
Figura 3.9: Localização do aeroporto de São José dos Campos.....	41
Figura 4.1: Zoneamento de São José dos Campos da Fase Sanatorial.....	52
Figura 4.2: Sanatório Vicentina Aranha.....	52
Figura 4.3: Avenida João Guilhermino com suas palmeiras imperiais, 2007.....	54
Figura 4.4: Vista da Fábrica Santo Eugênio, década de 1920.....	54
Figura 4.5: Vista da face frontal da Tecelagem Parahyba, década de 1930.....	55
Figura 4.6: Mapa de localização das indústrias, 1920.....	55
Figura 4.7: Mapa de localização das indústrias, 1930.....	56
Figura 4.8: Vista geral do Banhado, várzea do Rio Paraíba, 2007.....	57
Figura 4.9: Favela Banhado, várzea do Rio Paraíba, 2007.....	58
Figura 4.10: Laboratório de Estruturas do ITA, CTA, Oscar Niemeyer, 1947.....	58
Figura 4.11: Biblioteca do ITA, desenhada por Oscar Niemeyer.....	59
Figura 4.12: Mapa de localização das indústrias, 1940.....	59
Figura 4.13: Mapa de localização das indústrias, 1950.....	60
Figura 4.14: Mapa de localização das indústrias, 1960.....	61
Figura 4.15: Mapa de localização das indústrias, 1970.....	63
Figura 4.16: Mapa de localização das indústrias, 1980.....	65
Figura 4.17: Mapa de localização das indústrias, 1990.....	66
Figura 4.18: Mapa de localização das indústrias, 2000.....	66
Figura 4.19: Área para expansão urbana de São José dos Campos.....	68

## LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1: População Residente segundo a Situação de Domicílio Estado de São Paulo, Região de Governo de São José dos Campos e Município – 1980/1991/2000.....	35
Tabela 3.2: Histórico Populacional.....	35
Tabela 3.3: Evolução Populacional do Município 1940-2000.....	36
Tabela 3.4: Estimativas Populacionais e Projeção da População - Município de São José dos Campos...	39
Tabela 3.5: Comparativo indicando a localização da população de acordo com nível de vulnerabilidade do território de moradia.....	43
Tabela 3.6: Indicadores que Compõem o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) Município de São José dos Campos.....	44

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
Objetivo geral	02
Objetivos específicos da pesquisa	02
Metodologia	03
1 PROCESSO HISTÓRICO DE URBANIZAÇÃO NO BRASIL	04
1.1 Aspectos das origens da crise sócio-urbana contemporânea.	04
1.2 Perspectivas para a urbanização e planejamento participativo	07
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1 Conceituação de desigualdade social	12
2.2 Concepções de espaço e espaço urbano	17
2.3 Os agentes estruturadores do espaço urbano	23
2.4 Segregação espacial	27
3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	30
3.1 Localização geográfica	31
3.2 Caracterização geral	32
3.3 População	32
3.4 Crescimento urbano	34
3.5 Condições de vida no município	41
4 INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO	48
4.1 A Era Vargas	48
4.2 Governo JK	48
4.3 Industrialização de São José dos Campos	49
4.4 Fundação da Vila de São José dos Campos	50
4.5 Décadas de 1920 a 1990	53
5 POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: A QUESTÃO HABITACIONAL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	70
5.1 O contexto e a problematização	70
5.2 O orçamento participativo	76
5.3 Déficit habitacional	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS	91
ANEXO A - Entrevistas	98

## INTRODUÇÃO

Este trabalho de investigação parte da premissa em compreender a questão habitacional em São José dos Campos no âmbito da desigualdade social.

Compreender as causas e processos que constituíram e constituem a estrutura de um planejamento participativo e sua relação com a exclusão social no Brasil foi o que em princípio motivou o desenvolvimento desta pesquisa sobre a desigualdade social e as políticas públicas endereçadas às construções habitacionais em São José dos Campos.

Ao escolher o tema, o que chama a atenção é o fato de que a implementação de uma gestão participativa proporciona uma visão mais integrada e menos centralizada das funções administrativas. Nesse contexto, a cidade é apresentada como uma nova forma de alternativa ao Estado, capaz de reduzir o impacto das oligarquias e inserir a ação coletiva/cooperativa (não mais o Estado), como a grande condutora de políticas sociais.

Gottdiener (1995) aponta para a pluralidade de fatores que influenciam a organização social, ou seja, diferentes níveis de significação interdependentes e complementares que são qualitativamente importantes para a compreensão da relação entre ambiente construído e a representação simbólica no espaço urbano: o espaço produzido, referindo-se à produção de significados associada à construção material e simbólica do espaço e as relações entre as formas construídas aos estímulos para consumo; a concepção de espaço consumido, referindo-se à leitura do espaço ou à imagem do ambiente, cujos alvos são os indivíduos e grupos conhecidos ou não por aquele que consome.

Para entender os processos de participação cidadã e as políticas sociais praticadas na gestão do planejamento urbano, urge considerar que os agentes produtivos do espaço urbano – capitalistas, proprietários fundiários, especuladores imobiliários, o Estado e a diversidade de interesses de classes sociais –, estão em permanente disputa. Disputas onde as desigualdades de conhecimento, de poder político e de forças imperam. Nesse contexto, do jogo econômico e político das forças sociais é que se irá buscar desvelar a realidade e as origens das causas da crise urbana contemporânea (segregação econômico-social, criminalidade, habitações precárias, degradação ambiental, etc.).

Torna-se importante estudar as políticas habitacionais oferecidas e seus impactos na transformação do espaço urbano. Onde até que ponto os novos arranjos produtivos resultantes da competitividade global levam em conta as escolhas do coletivo, sob a perspectiva de um desenvolvimento equilibrado e com qualidade de vida. Verificar qual o planejamento participativo que se dá na cidade e como que se organiza a parte habitacional, verificando

também os agentes responsáveis pelas mudanças, bem como a desigualdade social no âmbito da questão habitacional. Avaliar a importância destas diferentes questões não é fácil.

A partir destas indagações e da necessidade de se entender o contemporâneo, uma síntese foi elaborada sobre o processo histórico no Brasil, com o objetivo de se buscar as raízes no qual se desencadeou a crise urbana brasileira.

As famílias no Brasil encontram-se historicamente em condições socioeconômicas desiguais. É crucial discutir outra concepção de desigualdade social como um estado de restrição de acesso a recursos, gerado e mantido por relações desfavoráveis de poder. Sem essa análise de desigualdade social como um processo complexo, multidimensional e dinâmico será difícil, tanto compreender de modo amplo e consistente a desigualdade social, como desenhar políticas públicas capazes de reverter os processos de exclusão social, como até os de inclusão precária.

Essa compreensão e análise das ações governamentais específicas no que se refere ao combate da pobreza no país, bem como a discussão das políticas sociais e seus efeitos para reduzir a desigualdade nas regiões do Brasil, pode vir a contribuir como o estudo de alternativas para o efetivo combate à desigualdade social.

Nesse contexto, o objetivo máximo pretendido nesta pesquisa foi o de analisar se as políticas habitacionais implementadas surtiram o efeito esperado pelo Poder Público, se estas beneficiaram uma parcela significativa da população, melhorando a qualidade de vida no município de São José dos Campos e se houve a continuidade dos projetos por parte dos governos. De que forma se pensou a questão habitacional para o município, bem como se produziram ações à luz dessa política.

### **Objetivo geral**

Esta pesquisa teve como objetivo averiguar se houve um aumento ou diminuição das desigualdades sócio-espaciais no município de São José dos Campos, a partir de um estudo sobre as políticas públicas aplicadas na área de habitação.

### **Objetivos específicos da pesquisa**

- 1) Pesquisar, estudar e compreender as políticas habitacionais implementadas no município de São José dos Campos;
- 2) Verificar e analisar o impacto das políticas habitacionais na área de estudo;
- 3) Verificar e analisar os programas habitacionais implementados, sua eficácia e continuidade; e



4) Analisar o tema tratado em 1, 2 e 3 a partir do quadro teórico de urbanização no Brasil.

### **Metodologia**

Para desenvolver este trabalho, que se baseia empiricamente na análise das políticas públicas aplicadas na área de habitação no município de São José dos Campos, foi necessário fazer um estudo das políticas habitacionais elaboradas.

Procurou-se desenvolver o trabalho a partir de uma análise do processo de urbanização no Brasil, considerando as raízes do processo histórico brasileiro, para entender-se de onde se desencadeou a crise contemporânea brasileira.

Na construção e no entendimento da abordagem teórica adotados, aprofundamos nossa pesquisa baseando-se nas considerações de autores que tratam da análise das especificidades de desigualdade social no Brasil.

Para atingir os objetivos propostos para este trabalho, se fez necessário também desenvolver o conceito de espaço e espaço urbano, bem como do planejamento participativo que se dá na cidade e como que se organiza a parte habitacional, visando uma análise e compreensão do tema.

Para visualizar a evolução das políticas habitacionais praticadas, utilizaram-se dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal, Arquivo Público Municipal e Secretarias de Obras, Planejamento Urbano, Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Econômico de São José dos Campos, coleta de dados elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a elaboração dos indicadores que medem as desigualdades sociais, Relatórios de Desenvolvimento Humano da ONU e seu Índice de Desenvolvimento Humano, Biblioteca da Univap e Biblioteca da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro.

Paralelamente foram consultados Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado, que foram sendo desenvolvidos e implantados no município.

A autora realizou entrevistas com segmentos dirigentes representando o governo municipal e população, possibilitando desenvolver algumas considerações sobre a continuidade e eficácia das políticas sociais adotadas.

Em função do estudo bibliográfico realizado, das análises dos Planos Diretores consultados e do levantamento de dados em campo, chegou-se a algumas considerações as quais serão apontadas ao longo do desenvolvimento desta Dissertação.

## **1 PROCESSO HISTÓRICO DE URBANIZAÇÃO NO BRASIL**

Este trabalho desenvolveu-se em busca de um entendimento teórico da desigualdade social focando a questão habitacional. Dessa forma, alguns aspectos do processo da urbanização brasileira foram retratados para se identificar os processos específicos ocorridos no Brasil, objetivando-se estimar futuros impactos que a crise contemporânea deverá desencadear sem um planejamento urbano eficaz, na sociedade brasileira.

### **1.1 Aspectos das origens da crise sócio-urbana contemporânea**

Ao longo do processo de urbanização no Brasil, verificou-se que a crise sócio-urbana contemporânea, no que tange as precárias condições de reprodução dos segmentos trabalhadores, possui raízes históricas.

Segundo Hobsbawn (apud ROSA FILHO 2002), no período da 1ª Revolução Industrial, o desenvolvimento urbano foi um gigantesco processo de segregação de classes, que empurrava os novos trabalhadores pobres para as grandes concentrações de miséria alijadas dos centros de governo e dos negócios, e das novas áreas residenciais da burguesia.

Engels (1986) aborda as condições de vida do proletariado industrial, na Inglaterra, no final do séc. XVIII, com a 1ª Revolução Industrial. Destaca precárias condições de vida na cidade, na transição do rural para o urbano e a formação de uma nova classe social trabalhadora; conseqüentemente, o trabalho passa a ser mercadoria, onde o valor de uso da terra é substituído pelo valor de troca mercantil. Dessa forma, perde-se o uso e exploração da terra para sobrevivência passando ao avanço capitalismo agro-industrial como novas modalidades de detenção da terra e exploração comercial. Nesse contexto, observa-se o seguinte paralelo: Industrialização // proletarização // urbanização.

Topalov (1996) faz um endosso à Engels (1986), pois se a questão é política isso levará ao planejamento, concomitantemente, à implementação de políticas sociais eficazes, bem como uma visão estratégica, resulta em mudar a cidade para mudar a sociedade, onde no planejamento participativo os atores se envolvem na resolução do problema, visando à identificação dos problemas e sua solução.

De acordo com Topalov (1996), quando os movimentos de reforma colocam a sociedade e a cidade como objetos da ação racional, preparam o surgimento das políticas sociais e urbanas, cujas conseqüências muito marcaram o nosso tempo. Nesse contexto, compreendemos que atualmente parte considerável da crise sócio-urbana é abordada, estudada

como problema setorial, como também, compreendida como crise atual. Estas colocações: problema-setorial e atual, de fato, escondem a real natureza da crise sócio-urbana contemporânea, ou seja, que ao compreendê-la deste âmbito leva-se a ações paliativas. O que esta compreensão parcial, também esconde? As raízes da crise no tocante à organização sócio-político-econômica, identificada na organização do trabalho das sociedades capitalistas. Apresentam-se problemas urbanos e escondem-se as questões sócio-políticas.

Segundo Costa Viotti (1987) as transformações no espaço levam as mudanças no sistema de trabalho e vice-versa, e as transformações na economia estão diretamente ligadas nesse processo. Explica ainda que o marco do planejamento estrutural no Brasil acontece em 1850, com a Lei de Terras<sup>1</sup>. Com a expansão do café a partir de 1850, novas áreas passaram a ser ocupadas, e a lei passou a beneficiar os grandes detentores de terra, pois estes tinham a legitimidade daquelas áreas.

A autora observa ainda que o principal fator para as mudanças nas leis de terra no Brasil foi que em áreas onde o acesso à terra fosse fácil, dificultaria a mão-de-obra para se trabalhar nas grandes lavouras, devendo então dificultar a aquisição da terra.

Nota-se, deste modo, que o benefício da regularização, previsto na Lei de Terras, era direcionado apenas àqueles que já tinham concessões ou posses, não incluindo os novos trabalhadores que chegavam ao mercado pela liberdade ou pela imigração (SILVA 2008, p.33).

Assim, observa-se que a lógica da apropriação da terra está relacionada à habitação no Brasil devido à questão da regularização fundiária, a qual é uma questão ainda a se resolver no âmbito da política habitacional.

Para Csaba (1999), o padrão material de urbanização e a precariedade da reprodução da força de trabalho, estão ligados ao estágio das forças produtivas no Brasil. Desse modo, esclarece que a planificação voltada aos interesses e necessidades sociais no Brasil não acontece, e que só terá planificação com materialização e qualidade quando se romper a expatriação dos bens patrimoniais.

---

<sup>1</sup>Lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850. A Lei de Terras, primeira lei de regularização fundiária, extinguiu o regime de concessão de terras, proibiu a ocupação e instituiu a compra e a venda como a única forma admitida de transmissão de terras no Brasil, afastando, assim, a maior parte da população da possibilidade de acesso ao solo, por falta de recursos financeiros. Para um estudo mais profundo sobre a Lei de Terras vide SILVA, D. C. **O papel da regularização fundiária no Brasil:** análise de um projeto de implementação de regularização na Vila Albertina em Campos do Jordão/SP. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2008.

É importante lembrar que a independência do Brasil teve um preço, ou seja, Portugal declara a independência contanto que o Brasil reconheça e assuma a dívida de Portugal com a Inglaterra. Deste então, o que se vê é a expatriação dos bens patrimoniais para arcar com os juros de uma dívida assumida.

Segundo Csaba (1999), só terá planificação com materialidade e qualidade, quando se romper à expatriação dos bens patrimoniais, ou seja, uma ruptura. Com isso esse pacto no âmbito internacional terá que ser refeito, seja daqui a 8 ou 80 anos.

Fernandes (1981) identifica na revolução burguesa nacional, o Estado cumprindo o papel de ser o elo entre os interesses privados e o poder público. Alega que essa deformidade histórica foi geradora de uma identidade que escapa à caracterização canônica, assim, a revolução burguesa no Brasil, não foi uma revolução nacional e democrática, como nos moldes franceses.

Ainda, o autor esclarece que o reordenamento estatal foi responsável por não ter acontecido uma crise na esfera política do poder burguês, seja pela concentração de poder político dado ao Estado, seja inclusive pela sua militarização. Ressalta que essa reconfiguração do poder burguês, permitiu que permanecessem os aspectos pré-capitalistas das desigualdades no país e que o processo desencadeado pela burguesia brasileira ao final do século dezenove, pode ser caracterizado, em suma, ao estágio de transição colonial, ou seja, na mudança de padrão de relação entre o capital internacional com a organização da economia interna.

Com o embasamento de Fernandes (1981), pode-se assim considerar que a economia brasileira é dependente dos interesses internacionais.

Segundo Silva (1995), a experiência do planejamento urbano no Brasil ainda não surtiu efeitos satisfatórios. Os municípios sempre tiveram competência para elaborar Planos de Desenvolvimento Urbano e implantá-los. Poucos, no entanto, estabeleceram um processo de planejamento permanente. Muitos fatores contribuem para dificultar a implantação desse processo tais como carência de meios técnicos de sustentação, alocação de recursos financeiros, de recursos humanos, bem como, certo temor do Prefeito e da Câmara de que o processo de planejamento substitua sua capacidade de decisão política e de comando administrativo.

É necessário que o Poder Público tenha comprometimento com a sociedade, pois esta precisa interagir de forma participativa.

*‘‘O que nós esperamos da cidade nos próximos dez anos? Como é que nós queremos a cidade para nós e para os nossos filhos? Só que a sociedade, mesmo que seja organizada, sozinha ela não consegue fazer,*

*ela depende do Poder Público. Então, acho que tem que ter uma união pra isso dar certo. Aí, eu vou fazer uma pergunta: Por que a sociedade só é importante em época de eleição? É complicado isso... Outro problema também que tem no município, são os conselhos municipais: é o conselho de meio-ambiente, é o conselho de desenvolvimento urbano, é o grupo que vai tratar sobre o IPTU. Por que esses grupos não se reúnem? Porque dependem do Poder Público.”. (depoimento verbal)<sup>2</sup>*

Percebe-se, portanto, que a crise sócio-urbana contemporânea no Brasil é histórica e estrutural. Nesse sentido, pergunta-se: Quais as perspectivas? No Brasil muitas reformas foram criadas (reforma urbana, agrária) que não faziam link, acredita-se que quando se canalizar os projetos de acordo com políticas públicas eficazes que atendam aos interesses da população, surgirão melhores perspectivas.

*“... quando o Estado tem uma participação efetiva, atuando na sociedade com a participação da população, as políticas públicas surtem efeito e modificam a vida das pessoas, reduz a violência, gera emprego, reduz a miséria.”. (informação verbal)<sup>3</sup>*

É importante observar que para compreender esta questão seja necessário tecer algumas considerações sobre planejamento participativo, as quais serão discutidas a seguir.

## **1.2 Perspectivas para a urbanização e participação popular**

A planificação do território no Brasil, no que tange tanto às políticas públicas voltadas à população carente, quanto às diretrizes e proposições na área do planejamento urbano e regional, sempre ficou a reboque do processo econômico vigente no país.

Tanto o processo de urbanização quanto o de planejamento urbano, no tocante as bases materiais para a produção e a reprodução da força de trabalho, estiveram e estão limitados em seu processo de constituição e ampliação devido aos limites políticos auto-impostos pelas próprias elites brasileiras para a gestão do desenvolvimento econômico, ao papel atribuído ao estado e por extensão as condições de sobrevivência e reprodução da população. Desta forma, se faz necessário compreender as causas e processos que constituíram e constituem a estrutura

---

<sup>2 e 3</sup> Considerações como estas foram observadas em entrevistas realizadas pela autora junto ao Presidente da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de São José dos Campos, Arquiteto Marcelo Guedes, e Dra. Angela Guadagnin, Ex-Prefeita do município de São José dos Campos, respectivamente. Anexo A – versão original das entrevistas realizadas.

de um planejamento participativo e sua relação com a exclusão social no Brasil.

Oliveira (2006) em suas reflexões, faz considerações sobre a perspectiva de um planejamento urbano e regional como instância política da sociedade, a partir de seu estudo sobre os limites e perspectivas do planejamento participativo. O autor argumenta um planejamento urbano e regional plausível, digno, construtor de uma sociabilidade efetiva, frutífera, múltipla e, de fato, capaz de contribuir à perspectiva de emancipação política.

Para tentar estabelecer uma proposta de planejamento participativo, verificamos que se faz necessário uma conscientização da sociedade para um efetivo planejamento urbano da Cidade que beneficie a todos.

Todos os cidadãos estão habilitados a participar do planejamento de sua cidade e podem intervir na realidade de seu município. Para que essa capacidade saia do plano virtual ou potencial e concretize-se na forma de ação participativa, os processos de elaborar planos e projetos têm de prever métodos e passos que todos os cidadãos compreendam com clareza.

Possibilitar que os diferentes segmentos da sociedade participem nas atividades de planejar e gerir as políticas urbanas e territoriais é um grande desafio.

Segundo Villaça (1999), os anos 70 marcaram uma nova etapa na consciência popular urbana no Brasil, com o fortalecimento dos movimentos populares.

A Constituição Federal do Brasil de 1988 e o Estatuto da Cidade<sup>4</sup> trazem elementos fundamentais para atenuar o processo histórico de desenvolvimento desigual das nossas cidades: a função social da cidade e da propriedade e a participação popular no planejamento e gestão das cidades. Esses dois elementos devem estar detalhados no Plano Diretor de cada município. Tornar viáveis e efetivar esses elementos é o grande desafio a superar, para construir o processo de gestão democrática, com participação ampla dos habitantes na condução do destino das cidades.

A Constituição Federal do Brasil de 1988 reconhece o direito à moradia como direito social básico e amplia o conceito além da edificação, incorporando o direito a infra-estrutura e serviços urbanos.

A participação da sociedade desde a etapa de elaboração do Plano Diretor é fundamental para legitimar as decisões e diretrizes nele contidas e para assegurar o apoio político necessário à continuidade do desenvolvimento do plano e de sua implementação.

---

<sup>4</sup> O estatuto da cidade LEI 10.257/2001 complementar da Constituição Federal, Capítulo da Política Urbana, art. 182 e 183, deriva uma nova Lei de Zoneamento (antes dessa lei complementar era difícil promover mudanças).

Da mesma forma, dentro da própria administração pública é preciso desenvolver canais de participação e apoio ao desenvolvimento dos trabalhos. A maneira de desenvolver tais iniciativas pode variar muito, dentro e fora da administração, não cabendo aqui o detalhamento, mas tão somente ressaltar a necessidade dessas iniciativas.

De acordo com Souza (2006), coube ao Estatuto da Cidade (cf. LEI 10.257/2001), que regulamenta o capítulo sobre a política urbana da Constituição e tramitou mais de dez anos no Congresso, dispor sobre a obrigatoriedade e as condições da participação popular direta no planejamento e na gestão das cidades. De maneira insistente, reiterando o princípio da participação várias vezes ao longo do corpo da lei – é essa uma das virtudes do Estatuto. Nele, em nada menos de sete artigos diferentes (de um total de cinquenta e oito) a participação popular direta é mencionada. Mais especificamente, são as seguintes as passagens relevantes:

“Art. 2º. A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

(...)

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

(...)

XIII – audiência do Poder Público municipal e da população interessada nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população;”

“Art. 4º. Para os fins desta Lei, serão utilizados, entre outros instrumentos:

(...)

III – planejamento municipal, em especial:

(...)

f) gestão orçamentária participativa:

(...)

V – institutos jurídicos e políticos:

(...)

s) Referendo popular e plebiscito;”

“Art. 40. O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

(...)

§ 4º. No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão:

I – a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade;”

Art. 44. No âmbito municipal, a gestão orçamentária participativa de que trata a alínea f do inciso III do Art. 4º. desta Lei incluirá a realização de debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, como condição obrigatória para sua aprovação pela Câmara Municipal.

Art. 24. Os organismos gestores das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas incluirão obrigatória e significativa participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, de modo a garantir o controle direto de suas atividades e o pleno exercício da cidadania.”

Souza (2006) salienta que com isso, o não-cumprimento do disposto em pelo menos um dos artigos do Estatuto – aquele referente à obrigatoriedade de participação popular direta quando das discussões em torno de um plano diretor – enquadra o Prefeito em delito de improbidade administrativa.

Ainda segundo o autor, pode-se, em face a tudo isso, entre outras coisas, concordar em que o Estatuto foi um avanço, enquanto marco jurídico formal. Contudo, é forçoso reconhecer que ele é bastante vago em quase todas as passagens em que se menciona a participação. A maneira como o Estatuto a esta se refere é, quase sempre, ou indefinida – admitindo-se uma interpretação que privilegie, a depender da Prefeitura, um processo deliberativo ou meramente consultivo –, ou então a tônica é claramente consultiva.

Para Fernandes (2000) “... movimentos sociais constroem estruturas, desenvolvem processos, organizam e dominam territórios das mais diversas formas”. Assim, nos anos de 1980, acontece um crescimento dos movimentos populares com atuação cada vez mais intensa no País.

Porém, conforme esclarece Maria Regina de Ávila Moreira (Ex-Secretária de Desenvolvimento Social no período 1993/1994), em entrevista concedida à autora:

*“se os movimentos não se reorganizarem, se nós também que somos uma parcela da população que formamos opinião, não atuarmos*



*junto a esses movimentos sociais e não trabalharmos na questão da informação de desmistificar as coisas em relação à participação política, as perspectivas de mudança são muito pequenas.”*

Maria Aparecida Conde (Ex-Secretária de Desenvolvimento Social no período 1994/1996) complementa:

*“Outra estratégia para superar isso, ainda essa cultura política tão complicada e histórica mesmo, seria capacitar profissionais que são os agentes, um dos atores nessa luta, e principalmente os agentes políticos, o que eu acredito que se isso acontecer vai precisar de umas três ou quatro gerações, ainda, que sejamos otimistas, mas tem que haver um esforço nessa direção.”*

Quanto a saber se os movimentos sociais saberão vencer esses desafio (uma vez que, dos partidos, sempre pouco e cada vez menos se pode esperar), isso é ainda uma incógnita (SOUZA, 2006).

À luz de uma análise elaborada sobre o processo histórico brasileiro, entendemos que urge a necessidade de se constituir um planejamento urbano como instância de decisão, onde se possa interferir nos processos de transformação das cidades e regiões, através de formas mais democráticas e participativas, como também mais integradas e integradoras, para a inserção de todos, cada qual tendo a oportunidade de exercer plenamente o seu potencial.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Conceituação de Desigualdade Social

Atualmente a desigualdade social pode ser definida de várias maneiras. Neste capítulo são apresentadas algumas discussões conceituais sobre a desigualdade social e a visão de diversos autores sobre o assunto.

Definições sobre espaço são apresentadas num segundo tópico, onde mostramos os agentes estruturados do espaço urbano, como estes agentes percebem o espaço e como atuam no mesmo.

Segundo Maricato (1997), a globalização ou internacionalização da economia, nome que é dado às intensas mudanças no desenvolvimento capitalista que têm início nos anos 60 e 70, em todo o mundo, é caracterizada por uma grande transformação tecnológica que tem repercussões sobre o tempo e o espaço. Os novos padrões tecnológicos que acompanham a economia internacional trazem o aumento do desemprego da desigualdade para os países do chamado Primeiro Mundo, que lograram oferecer aos seus trabalhadores um razoável grau de consumo e de conforto.

A autora esclarece que na América Latina o impacto dessa transformação mundial se dá nos anos 80, aprofundando a desigualdade social a partir de uma situação que é histórica e estruturalmente excludente.

Maricato (1997) ainda observa que os paradigmas que marcam a sociedade brasileira – profunda desigualdade e exclusão social; cidadania restrita a uma minoria; relações sociais baseadas no favor, no clientelismo e, portanto, no privilégio; penetração da esfera pública na esfera privada e vice-versa; atribuição de poder baseada no patrimonialismo; concentração do mercado, da propriedade e do poder; dependência externa – explicitam-se muito claramente na produção e apropriação desigual do espaço urbano dos anos 90. A impossibilidade de acesso ao financiamento e a ausência de uma política pública eficaz obrigam uma parcela da população a invadir terras e construir sua própria moradia

Engels (apud HARVEY 2005) aponta que a classe que domina economicamente, também domina como pensadora de forma a regular a “produção e a distribuição de idéias de sua época”, tornado-as idéias universais, não obstante de interesse privado.

O conceito desenvolvido por Sen<sup>5</sup>, trata da desigualdade no que concerne à qualidade de vida, àquilo que uma pessoa é capaz de ser e fazer.

De acordo com o autor, as funções das quais dependem o florescimento da espécie humana incluem coisas tão elementares como estar vivo, bem nutrido e com boa saúde, poder circular livremente e assim por diante. Aqui podem ser incluídas funções mais complexas, como possuir auto-estima e respeito pelos outros e participar da vida da comunidade.

O autor esclarece que as implicações práticas, tanto em termos de pesquisa como de política, da própria "abordagem de capacidades" avançam da teoria social para as estatísticas internacionais, nos Relatórios de Desenvolvimento Humano da ONU e seu Índice de Desenvolvimento Humano. Este último é um composto de expectativa de vida, realizações educacionais (alfabetização somada à matrícula nos ensino secundário e superior) e um valor descontado do PIB per capita (em termos de paridade de poder de compra).

Para Sen (2000) uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. A desigualdade crucial na perspectiva de Sen é a falta de liberdade, na forma de privações de capacidades.

Nesse contexto, se refere a Smith “a liberdade de troca e transação é ela própria uma parte essencial das liberdades básicas que as pessoas têm razão para valorizar”. A liberdade de trocar palavras, bens ou presentes não necessitam de justificação; essas trocas fazem parte do modo como os seres humanos vivem e interagem na sociedade (a menos que sejam impedidos por regulamentação ou decreto). A contribuição do mecanismo de mercado para o crescimento econômico é obviamente importante, mas vem depois do reconhecimento da importância direta da liberdade de troca – de palavras, bens, presentes.

Sen (2000) analisa ainda a necessidade de libertar os trabalhadores de um cativeiro explícito ou implícito que nega o acesso ao mercado de trabalho aberto. De modo semelhante, relaciona a importância da Guerra Civil americana observada por Marx em sua obra “O Capital” como “o grande evento da história contemporânea” diretamente com a importância da liberdade do contrato de trabalho em oposição à escravidão e à exclusão forçada do mercado de trabalho. A liberdade de participar do intercâmbio econômico tem um papel básico na vida social.

---

<sup>5</sup> Escritor indiano que trata o conceito de desigualdade social como a liberdade de se fazer escolhas, para se ter essa liberdade o sujeito precisa de conhecimento, habitação, saúde, etc., elementos básicos à sobrevivência humana.

A concepção de desigualdade do autor reside na desigualdade de oportunidades pela privação de liberdades básicas, na desigualdade do indivíduo isolado, na ausência de condições iguais básicas de existência (acesso à saúde, educação, saneamento básico, alimentos, etc.), únicos elementos capazes de serem proximamente igualados entre os indivíduos empiricamente tão diversos.

Dessa forma, observa-se que o direito à moradia e às condições básicas de existência são direitos fundamentais de cidadania.

É a constituição dessas ‘liberdades’ (por exemplo, liberar o indivíduo da fome) que são capazes de dar às pessoas sua “condição de agentes” para atuarem livremente e construir seu futuro como queiram. Sua intenção, afirmada pelo próprio autor em diversas passagens (SEN, 2000), é retomar as idéias de Adam Smith.

Portanto, toda a lógica teórica de Sen caminha no sentido da lógica de liberdade do indivíduo isolado em sua própria condição de existência, reafirmando a tradicional concepção Smithiana, na qual o homem econômico tem uma personalidade dual e, como agente econômico (ampliando um pouco esse conceito em relação à microeconomia), livre, define o perfeito funcionamento dos mercados, local onde os indivíduos trocam seus trabalhos particulares, transformando o interesse egoísta individual em benefício social. Dar condição de existência básica a esse homem econômico é, portanto, a chave para a promoção do desenvolvimento via mercado.

A população carente, de baixa renda, ao ficar sem opções de moradia acaba instalando-se em áreas de risco.

Assim, é possível entender, que promovendo a igualdade de condições mínimas de existência, como livrar os indivíduos da fome, dar-lhes melhores condições de saúde e educação, estão dados os elementos básicos centrais para a transformação das pessoas em agentes em condição de participar e garantir o pleno funcionamento dos mercados. Assim estaria garantido o desenvolvimento. “O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente” (SEN, 2000).

Nesse sentido, pode-se dizer que dar as condições mínimas de existência às pessoas – que não pensam nada além do que em suas privações e necessidades, que têm fome e por isso não conseguem pensar em outra coisa – é criar a possibilidade de transformá-las para que se tornem pessoas capazes de interferir em seu próprio destino, principalmente se elas conseguirem o suficiente para ter uma real compreensão do funcionamento do mundo em que vivem.

Segundo Schwartzman (2004) a pobreza e a desigualdade são tão antigas quanto a humanidade e sempre vieram acompanhadas de fortes sentimentos morais. O autor esclarece que a Constituição Federal do Brasil de 1988 consagra a noção de que, além dos direitos políticos, os cidadãos brasileiros também têm direitos sociais, que vão desde o direito ao emprego e à educação até o direito ao atendimento, pelo setor público, de suas necessidades na área da saúde e do seguro social.

Em seus estudos Papali (2003) esclarece que muito embora ventos modernizantes advindos com o final do século XIX sinalizassem preocupações em relação à formação da nação, e conseqüentemente da educação a ser ministrada aos mais pobres, ensejando a formação de futuros cidadãos, a educação endereçada aos desvalidos no Brasil, quando se efetivava, era um simples aprendizado das primeiras letras, um rudimentar “ler e escrever”, conforme constava da legislação em vigor. Isso nos leva a acreditar que as políticas sociais não tiveram prioridade máxima no país.

Para Schwartzman (2004) não há solução a curto prazo para os problemas da desigualdade social no Brasil. Para que a desigualdade seja vencida, são necessários: vontade política e compromisso com os valores da igualdade social e dos direitos humanos; uma política econômica adequada, que gere recursos; um setor público eficiente, competente e responsável no uso dos recursos que recebe da sociedade; e políticas específicas nas áreas da educação, da saúde, do trabalho e habitação, da proteção à infância e do combate à discriminação social, entre outras.

A análise de Sachs (2005) também é uma referência importante no entendimento da desigualdade social. O autor explica que é importante distinguir três graus de pobreza: pobreza extrema (ou absoluta), pobreza moderada e pobreza relativa. Pobreza extrema ou miséria significa que as famílias não podem satisfazer as necessidades básicas de sobrevivência. Elas sofrem de fome crônica, não têm acesso à saúde, não dispõem de água potável e esgoto, não podem oferecer educação para alguns ou todos os filhos e talvez não tenham um abrigo rudimentar, um teto para proteger da chuva, uma chaminé para tirar a fumaça do fogão – e artigos básicos do vestuário, como sapatos. Cabe lembrar que, particularmente no caso das análises espaciais na escala intra-urbana, a importância do acesso a essas necessidades e artigos básicos não pode ser menosprezada.

Nesse sentido, Villaça (1998) observa:

*“A estruturação do espaço regional é dominada pelo deslocamento das informações, da energia, do capital constante e das mercadorias em geral — eventualmente até da mercadoria força de trabalho. O espaço intra-urbano, ao contrário, é estruturado*

*fundamentalmente pelas condições de deslocamento do ser humano, seja enquanto portador da mercadoria força de trabalho — como no deslocamento casa/trabalho — seja enquanto consumidor — reprodução da força de trabalho, deslocamento casa-compras, casa-lazer, escola, etc”.*

É interessante acrescentar, como indica Villaça (1998) que a própria terra urbana “(...) só interessa enquanto “terra-localização”, ou seja, enquanto meio de acesso a todo o sistema urbano, a toda a cidade. A acessibilidade é o valor de uso mais importante para a terra urbana.

Ao contrário das pobreza moderada e relativa, a miséria só ocorre nos países em desenvolvimento. A pobreza moderada refere-se, em geral, a condições de vida em que as necessidades básicas são satisfeitas, mas com muita dificuldade. A pobreza relativa é, em geral, interpretada como sendo uma renda familiar abaixo de uma determinada proporção da renda média nacional. Os relativamente pobres, em países de alta renda, não têm acesso a bens culturais, entretenimento, recreação e à saúde e educação de qualidade, bem como a outros privilégios da mobilidade social ascendente.

Santos (2004), com muita propriedade, observa que pobreza e riqueza são realidades antagônicas, embora complementares, pois uma não pode existir sem a outra. O problema de suprimir as diferenças de renda criadas por um processo produtivo gerador de desigualdades, supõe uma mudança no próprio processo produtivo, o que vale dizer, das relações do homem com a natureza e dos homens entre si.

Para Dupas (2001) ao considerar a desigualdade como principal dimensão da exclusão, julga que o enfoque mais conveniente é a desigualdade vista como dificuldade de acesso real aos bens e serviços mínimos adequados a uma sobrevivência digna.

Hall (1988) em suas citações sobre a situação da desigualdade social na cidade de Londres de 1880, aponta que a raiz do problema era simplesmente econômica. As pessoas viviam amontoadas porque eram pobres e, porque eram pobres, não tinham recursos para providenciar o remédio óbvio: mudar para um lugar onde o aluguel fosse mais barato.

Corroborando com essa tese Pearlman (1977), autora que estuda as mudanças no conceito de marginalidade no contexto urbano buscando a compreensão da dinâmica da desigualdade, bem como seus mecanismos de exclusão e mobilidade social urbana, analisa o impacto das políticas públicas governamentais e não-governamentais sobre a vida dos indivíduos. A pesquisa contribui para o conhecimento da persistência da desigualdade através das gerações, como por exemplo, na proliferação de favelas.

Em suas pesquisas, a referida autora, demonstra a possibilidade de rastreamento da trajetória de vida dos indivíduos entrevistados, analisando as transformações ocorridas em

suas vidas e na de suas famílias. Assim, verificando o impacto positivo ou negativo de políticas governamentais e ações não-governamentais sobre a desigualdade urbana e como tais impactos podem ser associados aos efeitos das alterações espaciais, políticas e socioeconômicas da região metropolitana.

Observa-se que a desigualdade social tem como principais variáveis a má distribuição de renda e a deficiente qualidade de vida de uma população.

De maneira contundente, Grostein (1987) faz considerações sobre como a clandestinidade e a irregularidade se consolidam na ocupação do espaço municipal e como estas questões vão ganhando destaque na medida em que acelera-se o processo de urbanização, a partir de seu estudo sobre o papel da irregularidade na estruturação do espaço urbano na cidade de São Paulo.

Grostein (1987) considera que os contornos da cidade clandestina apontam um quadro urbano de múltiplas precariedades. Informa que o fato de parte dessas áreas já estarem incorporadas às determinações legais e administrativas, que as incluem na cidade oficial, pouco alterou as condições de vida dessas populações, observando a omissão de investimentos públicos nessas áreas.

Sendo assim, esta pesquisa se justifica ao julgar que é necessário o acompanhamento dos programas sociais implementados na área habitacional, seus impactos e continuidade.

## **2.2 Concepções de espaço e espaço urbano**

Inicialmente, cabe expandir o tradicional conceito de espaço que o limitava à esfera físico-territorial. Considerando algumas correntes de pensamento geográfico, várias formas de abordagem surgem e, apesar dos pontos em comum, elas merecem ter suas divergências consideradas.

O espaço, como formação social influenciado na sua estruturação pelas suas diferenças sociais (CASTELLS, 1984), recebe o endosso de Santos (1997) que o vê como fator de evolução social, uma instância da sociedade como a econômica, a cultural-ideológica, a político-institucional e a físico-territorial as quais o espaço contém e pelas quais é contido. Sem desprezar a paisagem, a configuração geográfica, enfim, o conjunto das coisas que formam a natureza, Santos (1997) destaca ser social a essência do espaço. O espaço é onde os indivíduos, as pessoas, as coisas e os fenômenos naturais têm existência. É o acontecer da vida, onde o indivíduo age e reage, atua e é atingido por aspectos das relações sociais, em maior ou menor escala. Neste locus da existência, o indivíduo vê e filtra os acontecimentos que chegam a ele sem se importar com a distância de sua ocorrência.

Santos (1994) defende que a cidade, enquanto meio ambiente construído é “tanto a condição de uma divisão do trabalho que acolhe todos os tipos de capital, como a condição de uma cooperação entre empresas e pessoas, forma de socialização capitalista que é base da convivência forçada entre atores diversos e de conflitos abertos ou latentes.” (SANTOS, 1994).

É o caso da abordagem dos teóricos da Escola de Chicago. Dentre as Teorias da Ecologia Social Urbana, a abordagem ecológica, ligada aos trabalhos da Escola de Chicago de Sociologia Urbana entre 1917 e 1940, procurava explicar as complexidades da comunidade urbana e descobrir padrões de regularidade, no contexto da nova ciência da ecologia (CLARK, 1985).

Segundo Palen (1975) a ecologia humana clássica surgiu como disciplina independente na década de 1920, na Universidade de Chicago. Liderada por pesquisadores como Robert Park e Ernest Burgess, a chamada Escola de Chicago de sociologia produziu um número prodigioso de estudos a respeito do ambiente físico-social da cidade. De modo geral, e apesar de sua importante contribuição para a análise do espaço urbano – uma vez que foram um dos primeiros a abordar esta temática - seus estudos datados das primeiras décadas do século XX explicavam os padrões espaciais das cidades americanas e seus problemas pela abordagem funcionalista: defendiam que os indivíduos mais aptos ocupavam melhores posições sociais e espaciais. A cidade resultante desses processos revelaria a existência de áreas com funções e habitantes distintos. Ou seja, na abordagem desenvolvida por esses pesquisadores, a sociedade é encarada como um sistema integrado, onde os indivíduos se ajustam coletivamente a distúrbios do meio, de maneira equilibrada. As cidades se desenvolvem obedecendo a um processo de crescimento. Destes estudos, foram elaboradas teorias para a explicação das formas de crescimento urbano, dentre as quais destacam-se a teoria de Burgess (teoria das zonas concêntricas); de Hoyt (teoria dos setores) e de Harris e Ullman (teoria dos núcleos múltiplos). Ressalta-se que as teorias foram desenvolvidas para cidades americanas, explicando o processo de desenvolvimento de cidades a partir do centro, de uma maneira genérica, podendo apresentar diferenças em outras cidades, como por exemplo, européias ou latino-americanas.

O modelo de Burgess<sup>6</sup>, de 1924, explica como os usos do solo da cidade se organizam por zonas distintas, localizando-se em ordens definidas a partir do centro da cidade (Central

---

<sup>6</sup> BURGESS, E. W. The determination of gradients in the growth of the city apud SCHNORE, L. E. In: HAUSER, P. M.; SCHNORE, L. E. (org). **Estudos de Urbanização**. São Paulo, Pioneira, 1976.



Business District, CBD). Dessa forma, sua teoria estabelece que a cidade contemporânea é formada de zonas concêntricas de características próprias e representa tendências da cidade para expandir-se radialmente em torno do centro. A zona central abrange a zona comercial e de serviços (apud HAUSER, 1976). Segundo Garner (1971), o centro funciona como o “coração” da vida comercial, social, cultural e industrial da cidade e é foco do transporte urbano. Observa-se que os impactos do poder daqueles que possuem maior renda são exatamente os que adquirem as melhores terras.

A segunda teoria inserida na Ecologia Social Urbana é a de Hoyt<sup>7</sup>, ou dos setores, de 1939. Segundo essa teoria, a estrutura interna da cidade está condicionada pela disposição das rotas que irradiam do centro da cidade. As rotas radiais conferem diferentes acessibilidades, originando variações nos valores do solo e, em consequência, uma organização setorial dos usos do solo (GARNER, 1971). Dessa maneira, os setores crescem a partir do centro ao longo das principais vias, priorizando o transporte dentro do funcionamento da cidade. Hoyt observa que setores que se localizam ao longo das rotas de transporte são valorizados. Assim, Hoyt concebe a cidade como um círculo e suas diversas áreas como setores que irradiam do centro, dando origem a tipos de uso do solo que se dirigem à periferia.

Em síntese, o modelo de Burgess tinha por trás de si uma ampla produção prévia da escola de sociologia urbana de Chicago sobre os grupos sociais na cidade e suas dinâmicas. Seguindo a consideração de processos ecológicos de relação entre os grupos, os estudiosos acreditavam na existência de ciclos de invasão, conflito, acomodação e consolidação entre grupos sociais em cada local específico da cidade.

O trabalho de Hoyt, diferentemente era apenas descritivo, sustentando a evidência empírica de que os grupos se distribuiriam na cidade em setores de círculo. Entretanto, também aqui havia um elemento construindo essa forma urbana – os eixos de transporte. A distribuição dos grupos sociais no espaço apresentada pelos dois modelos estava associada a processos naturalizados de causalidade (no primeiro caso) ou relações de causa-efeito automáticas (no segundo). Ambos os modelos pretendiam ser abrangentes e generalizáveis (MARQUES ; TORRES 2005).

A Teoria de Harris e Ullman, ou dos núcleos múltiplos, de 1945, sugere que, em grande parte das cidades, as estruturas de uso do solo não se organizam exclusivamente ao redor de um único centro, como suposto nos modelos anteriores, também se desenvolvem ao redor de vários centros distintos, dentro da zona urbana.

<sup>7</sup>A Teoria de Hoyt aborda um modelo de estudos urbanos da Escola de Chicago descrevendo a estrutura espacial da cidade por setores, em direção radial do centro para a periferia, onde as classes sociais preferencialmente posicionam nessa mesma direção.

Os diferentes usos da terra vão, na ótica de Corrêa (1995) ao ratificar o espaço enquanto reflexo e condição social, ser destacados como campo simbólico de lutas. Corrêa (1997) afirma que nele se encontram formas espaciais em relação às quais o homem desenvolve sentimentos e cria laços. O autor conceitua mais profundamente, ainda, o espaço como: “... fragmentado e articulado...”

Nota-se, assim, um ciclo de geração das famílias, a ser considerado no estudo para o planejamento do espaço urbano.

Esses conceitos merecem maiores reflexões. No caso da fragmentação, por derivar da dinâmica de acumulação de capital, das diferentes necessidades de reprodução das relações sociais de produção e dos conflitos de classe, tem dinamismo o que a obriga a uma constante progressão. A “... ação dos agentes modeladores gera mudanças de conteúdo e/ou das formas das diversas áreas, de modo que novos padrões de fragmentação do espaço urbano emergem, desfazendo total ou parcialmente os antigos e criando novos padrões no que diz respeito à forma e ao conteúdo” (CORRÊA 1997).

O dinamismo do espaço é, portanto, reflexo das constantes transformações da sociedade.

O espaço urbano capitalista, fragmentado, também apresenta a desigualdade no acesso aos recursos básicos da vida e, de outro lado, há “... as diferenças locacionais das diversas atividades que se realizam na cidade” (CORRÊA 1997).

Segundo Lefebvre (1994) “o espaço social incorpora as ações sociais, as ações dos sujeitos tanto individuais como coletivos...”.

Ao mesmo tempo, o espaço é articulado. Cada uma das partes da cidade se inter-relaciona com as outras. Essas inter-relações manifestam-se nos diferentes deslocamentos que são feitos na cidade, sejam eles para os locais de trabalho, ou de lazer, de carga e de descarga de mercadorias. No capitalismo, essa articulação se dá “...através de relações espaciais envolvendo a circulação de decisões e investimentos de capital, mais-valia, salários, juros, rendas, envolvendo ainda a prática do poder e da ideologia em sua dimensão espacial” (CORRÊA, 1997).

Também Singer (apud SILVA, 2008) destaca que o capitalismo industrial via de regra se origina nas cidades e daí penetra no campo, sendo que o Brasil não constitui exceção a esta regra.

A junção desses conceitos – dinamismo, fragmentação e articulação – interrelações no deslocamento, nos salários, juros etc – expressa a espacialidade dos processos sociais, que permite chegar ao terceiro momento do espaço urbano: refletir a sociedade. Nisso, Corrêa (1997, p.148) partilha das posições anteriormente citadas de outros autores “Assim, o espaço

da cidade capitalista é fortemente dividido em áreas residenciais que tendem à segregação, refletindo a complexa estrutura social em classes, própria do capitalismo”.

Weber (1973), por exemplo, procurou compreender a origem e desenvolvimento da cidade, tendo como base a emergência do capitalismo ocidental. Assim, e até mesmo utilizando-se de dados procedentes de outras formações sociais, aborda a cidade enquanto categoria histórica, apresentando-se como tipo ideal de uma determinada dimensão política e econômica.

Engels (1986) talvez seja um dos primeiros pensadores a considerar o aspecto espaço como algo fundamental para a produção e reprodução das relações sociais. É assim que em meados de 1840, ao se deparar com uma Inglaterra industrial, de “capitalismo constituído”, vai entender a polarização social como um processo concomitante à emergência da cidade moderna, ou seja, um processo que se expressa enquanto fenômeno inerente à produção e reprodução social do sistema capitalista. É em “A situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra”, com um capítulo inteiramente dedicado aos problemas das grandes cidades, que Engels se mostra como um dos primeiros teóricos a evidenciar, justamente, que os aspectos contraditórios deste modo de produção também se expressam e se condicionam em termos habitacionais, espaciais.

Os movimentos da urbanística moderna, iniciados no final do século XIX, dão prova de que o controle da cidade passou a ter maior ‘urgência’ e mudança de significado em função das novas condições que a revolução industrial impõe. São as experiências urbanísticas dos Ingleses, Socialistas utópicos, os Socialistas científicos, os exemplos Americanos, os Modelos culturais franceses, conforme bem descreve Santos (1993).

Harvey (1994) preocupa-se com esse distanciamento que ergue barreiras contra a interação humana a fim de melhor definir os espaços de acomodação das diversas classes sociais. Nesse sentido, a cidade é produzida, onde as classes sociais não estão distribuídas aleatoriamente pelo espaço da cidade.

Nesse sentido, entende-se como a classe dominante comanda a produção do espaço urbano, onde os menos privilegiados ficam aprisionados por este espaço urbano produzido.

Lefebvre (2004) observa que cada modo de produção teve seu tipo de sociedade, de forma urbana e de centralidade.

Para Sposito (2000) o Poder Público escolhe para seus investimentos em bens e serviços coletivos exatamente os lugares da cidade onde estão os segmentos populacionais de maior poder aquisitivo; ou que poderão ser vendidos e ocupados por estes segmentos, pois é preciso valorizar as áreas. “Será que a cidade cresce desordenadamente, porque ela não está

sob planejamento? Será que o Estado (subjugado pelas classes dominantes) é neutro ao planejar seus investimentos?” questiona a autora.

Em seus estudos, Siqueira (2007) faz considerações sobre o centro da cidade sendo a expressão materializada da necessidade de centralidade da população urbana para reduzir seus custos e tempos nos deslocamentos espaciais, concentrando, em uma só área, os usos, ou funções, necessários à vida urbana.

Villaça (1986) destaca que o processo de valorização da terra torna-se presa fácil da especulação. O autor esclarece que essa retenção de terra ociosa para fins especulativos representa um pesado ônus para o governo na oferta de serviços públicos à população.

Villaça (1986) complementa citando um trecho da Declaração do Fórum Habitat<sup>8</sup>, nome que recebeu uma Conferência da ONU sobre Assentamentos Humanos, realizada em Vancouver, Canadá, em 1976. Diz o trecho:

*“A terra, por sua natureza única e pelo papel crucial que desempenha nos assentamentos humanos, não pode ser tratada como um patrimônio qualquer, controlado pelos indivíduos e sujeito às ineficiências e pressões do mercado. A propriedade privada da terra é também um dos principais instrumentos de acumulação e concentração de riqueza, contribuindo portanto para a injustiça social; sem controle, ela pode tornar-se um obstáculo sério ao planejamento e à implementação de programas de urbanização. A justiça social, a renovação e o desenvolvimento urbanos, a habitação decente e boas condições de saúde para o povo só podem ser conseguidos se a terra for usada segundo os interesses da sociedade como um todo”.*

Segundo Santos (1997, p. 5) “O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida”, assim o espaço é um produto da sociedade, daí o autor propõe um método de análise baseado na fragmentação do espaço (todo) em partes (elementos), de forma a entendê-lo em sua totalidade.

Para isso, deve-se ter como certo o que é o espaço urbano e como ele deve ser estudado. Trabalhando-se com o espaço a partir de seus elementos, uma vez que o espaço é o todo e que a cidade é um de seus elementos, então quando se entende que elemento é a base

---

<sup>8</sup> 1ª Conferência sobre os Povoamentos Humanos – Habitat I. Vancouver, 1976; Vide também a Conferência Habitat II. Istambul, 1996, ou ainda, o Livro Verde sobre o Ambiente Urbano, de 1990, publicado pela União Européia e o Environmental Policies for Cities in the 1990's.

de toda a dedução, com princípios óbvios admitidos por todos os homens, pode-se entender que elementos pode ser também uma classe que compõe uma determinada situação, e que, muda de significado conforme o lugar e o momento. Contudo, estas mudanças ocorrem sempre a partir de forças externas, exercidas sobre os elementos que ao deslocá-los, ou seja, transformando-os lhes dão características novas, a partir destas forças externas os elementos tomam características espaciais (CARVALHO; SILVA, 2007).

Ainda, segundo Santos (1997, p 06) os elementos do espaço são: “Os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e as infra-estruturas”, cada um dentro de sua função na sociedade compõe o espaço, eles fazem o intercâmbio entre si de acordo com a necessidade, então podemos afirmar que todos os elementos do espaço variam e mudam de valor segundo o movimento da história que sempre acaba por ter novas formas.

A partir destas conceituações teóricas se desenvolveu este trabalho, o qual objetivou a identificar em São José dos Campos se as políticas públicas implementadas na área habitacional impactaram no espaço de acomodação das classes sociais, ou seja, se as políticas habitacionais surtiram o efeito esperado pelo Poder Público e se atenderam aos anseios e necessidades da população.

### **2.3 Os agentes estruturadores do espaço urbano**

Os agentes estruturadores do espaço urbano podem ser definidos como grupos de pessoas ou instituições que de acordo com seus interesses e para finalidades diversas o utilizam.

Harvey (1980, p.139-142) trata especificamente do aspecto da produção de moradias no uso do solo urbano em sociedades. O autor esclarece que existem numerosos e diversos agentes atuantes neste mercado e que cada grupo tem um modo distinto de determinar o valor de uso e o valor de troca e reconhece como principais grupos que operam no mercado de moradias: os usuários de moradia, os corretores de imóveis, os proprietários, os incorporadores e as indústrias da construção, as instituições financeiras e as instituições governamentais, conforme observado por Siqueira (2007, p.10-11).

Como usuários de moradias identificam-se dois grupos: os usuários proprietários e os locatários. Os primeiros estão relacionados aos valores de uso e agem de acordo com isso. Mas como uma casa tem potencial de riqueza, os usuários proprietários tornam-se interessados no valor de troca em dois momentos: ao comprar a casa e ao fazer reformas nestas. Já os locatários estão interessados no valor de uso da moradia. Mas todos os usuários de moradia têm um objetivo similar – obter valores de uso através do arranjo do valor de troca.

Os corretores de imóveis operam no mercado de moradias para obter valor de troca. Obtêm lucro através da compra e venda ou através de cobrança de custos de transação para seus serviços como intermediários. Operam como coordenadores passivos no mercado de moradia. Trabalham sob pressão corporativa e necessitam conseguir certa porção de lucro e isto os leva a ter um incentivo na comercialização imobiliária habitacional, o que acaba por levar a uma expansão deste negócio, pois eles o encorajam como agentes passivos.

Os proprietários operam tanto com interesses no valor de uso como no valor de troca. Mas existem os proprietários que olham a casa como meio de troca especificamente. Os serviços de moradia são trocados por dinheiro. Obtêm renda do capital investido na casa através do aluguel. Assim os proprietários cuidam da casa como meio de troca e não como valor de uso para si próprio.

No Brasil a construção de imóveis, residenciais e comerciais para alugar é uma estratégia comumente utilizada por proprietários de terras como forma de obtenção de renda desde os meados do século XIX, e assim o fazem por considerarem o investimento em imóveis seguro, como indicou Rolnik (apud SIQUEIRA, 2007).

Os incorporadores e a indústria da construção de moradia estão envolvidos no processo de criar novos valores de uso para outros, a fim de realizar valores de troca para si próprios.

As instituições financeiras estão interessadas, fundamentalmente, em obter valores de troca por meio de financiamentos de oportunidades para a criação ou aquisição de valores de uso. Estas instituições podem ser os bancos, companhias de seguro, sociedades de construção ou outras. Algumas se limitam ao financiamento de moradias, outras servem a todos os setores (residencial, comercial, industrial).

As instituições governamentais, freqüentemente surgidas de processos políticos, apoiadas na carência de valores de uso disponíveis para os consumidores de moradia. Sua ação pode ocorrer de maneira indireta através de auxílios a instituições financeiras, aos incorporadores ou à indústria da construção, como também através do zoneamento urbano e da alocação de serviços, facilidades e vias de acesso que acabam por contribuir para o valor de uso da moradia, pois modificam o seu meio circulante.

O incorporador é o agente que desenvolve uma cadeia de ações: compra de terreno, elaboração de projeto, aprovação da planta na prefeitura, financiamento e promoção do empreendimento, este último através de publicidade. Seu interesse é de promover maior rentabilidade para si (SIQUEIRA, 2007).

Segundo Corrêa (1995) os agentes sociais agem sempre em novas áreas do espaço urbano como forma de incorporar novas áreas a este espaço, seja na “...densificação do uso do

solo, deteriorização de certas áreas, a renovação urbana, realocação diferenciada de infraestrutura e mudanças coercitiva ou não”. É preciso considerar, entretanto que a cada transformação do espaço urbano, este se mantém simultaneamente fragmentado e articulado, reflexo e condicionamento social, ainda que as formas espaciais e suas funções tenham mudado (CARVALHO; SILVA, 2007).

Desta forma, devido à complexidade destes agentes sociais e das práticas por eles exercidas há um constante processo de reorganização do espaço. Estes agentes que fazem e refazem a cidade e são segundo Corrêa (1995):

a) Os proprietários e os meios de produção: Os grandes proprietários indústrias e comerciais são, em razão de suas atividades, grandes consumidores do espaço urbano, uma vez que necessitam de terrenos amplos, baratos e que estejam perto de vias que sejam de fácil acesso para suas atividades assim como para a população.

b) Os proprietários fundiários: Estes visam somente obter a maior renda fundiária de suas propriedades seja ela para uso comercial ou residencial, na verdade estes proprietários estão mais interessados na conversão de suas terras rurais para urbanas para torná-las mais rentável, uma vez que a terra urbana é mais valorizada. Muitas vezes estes proprietários atuam junto ao poder público como forma de pressioná-los na definição de leis de zoneamento.

c) Os promotores imobiliários: É composto por um conjunto de agentes que realizam parcial ou totalmente operações, tais como: 1) As incorporações: Operação chave da promoção imobiliária e ele que realiza a gestão do capital-dinheiro na sua fase de transformação em mercadoria, em imóvel em todo o seu processo de transformação finalizando com a propaganda e a venda das unidades; 2) financiamento: visa não só a compra do terreno como a construção do imóvel; 3) estudo técnico: realizado por economistas e arquitetos; 4) Construção ou produção física do imóvel; 5) comercialização ou transformação do capital-mercadoria em capital dinheiro acrescido dos lucros, este é de responsabilidade dos corretores imobiliários, planejadores de vendas e os profissionais de propaganda. Existem diferentes tipos de promotores imobiliários: O proprietário fundiário que se transformou em construtor e incorporador; O comerciante próspero que diversifica suas atividades criando uma incorporadora; A empresa industrial que em momentos de crise ou crescimento de seu negócio cria uma subsidiária ligada à promoção imobiliária;

Para Marx (apud GOTTDIENER, 1993), o capital industrial depende, para sua sobrevivência da moderna propriedade fundiária, pois a terra que foi transformada em mercadoria deve ser trabalhada para colheitas destinadas ao mercado e é muito cara para todos aqueles que desejam viver nela. Nesses dois casos, todas as categorias de população feudal adquirem o mesmo status: o de trabalhadores assalariados. A existência da moderna

propriedade fundiária, portanto, não só produz trabalhadores assalariados para o capitalismo, mas também reproduz as pessoas nesse status, pois são impedidas para sempre de voltar à terra num mundo social pré-capitalista. O autor ainda resume:

*“Não pode haver dúvida, portanto, de que o trabalho assalariado, em sua forma clássica, como algo que permeia toda a extensão da sociedade, que substituiu a própria terra como o solo em que se estabelece a sociedade, é criado inicialmente pela moderna propriedade fundiária, isto é, pela propriedade fundiária como valor criado pelo próprio capital. É por isso que a propriedade fundiária leva de volta ao trabalho assalariado. Até certo ponto, ela nada mais é que a expansão do trabalho assalariado, das cidades para o campo, isto, trabalho assalariado distribuído em toda a superfície da sociedade.”*

d) O Estado: É o que atua na organização espacial da cidade; sua atuação tem sido complexa e variável tanto no tempo como no espaço, refletindo a dinâmica da sociedade a qual faz parte. É o Estado que elabora as leis e normas que vão regulamentar o uso do solo; atua também como consumidor de espaços, proprietário fundiário, promotor imobiliário e ainda implantando serviços públicos de infra-estrutura. Sua ação é marcada, muitas vezes, pelos conflitos existentes entre os diferentes membros da sociedade e pela aliança formada entre eles, a qual tende a privilegiar os interesses das classes dominantes. Sua ação processa-se nos níveis: Federal, Estadual e Municipal. E é no nível municipal que as elites locais, através do poder público, criam mecanismo para colocar em prática a segregação social, através de viabilização do capital imobiliário que tem a oportunidade de realizar bons negócios e, áreas onde o preço da terra, devido a proximidade com o centro torna-se elevado, é a renovação urbana.

e) Os grupos sociais excluídos: Fazem parte desse grupo os marginalizados pela sociedade, ou seja, os desempregados, os subempregados, ou os que são mal remunerados, que pela falta de condições financeiras são obrigados a morarem em cortiços densamente povoados, algumas vezes próximos ao centro tradicional ou em residências abandonadas e degradadas, em casas produzidas pela autoconstrução, em loteamentos periféricos, conjuntos habitacionais e na grande maioria das vezes em favelas.

Segundo Siqueira (2007) é conveniente dizer, como indicou Taschner (apud SANTOS, 1990), que a “favela aparece como uma das únicas trajetórias possíveis para um grande número de trabalhadores de baixa ou nenhuma qualificação”.



O Poder Público geralmente investe somente na cidade formal, parte moderna e oficial (shoppings-centers, parques, edifícios, viadutos) sendo ineficiente ou simplesmente ignorando a parte informal, que necessita de postos de saúde, escola, melhoria nas habitações e etc. Isso gera a segregação (separação) espacial, objeto de estudo de nosso tópico a seguir.

## 2.4 Segregação espacial

Taschner e Bógus (apud SIQUEIRA, 2007) expõem que “a origem histórica da segregação na cidade ocidental liga-se à Revolução Industrial, quando o grau de urbanização cresceu, trabalho e residência se separaram no espaço físico, e burguesia e operariado passaram a residir em locais distintos no espaço urbano”.

Segundo considerações de Villaça (1998) a oposição entre a cidade legal e a “oculta” mostra-se segregada espacialmente porque as classes de alta renda detêm os mecanismos de apropriação das zonas centrais, o que resulta na segregação espacial entre ricos e pobres. A área “central” é a dotada da maioria dos serviços urbanos públicos e privados. A segregação é entendida, então, como resultado da competição pela apropriação do espaço urbano pelas camadas de alta renda na forma de luta social entre as classes sociais.

Esta apropriação do espaço urbano que direciona os investimentos públicos para uma determinada região da cidade também é reforçada pela ação do mercado imobiliário. Ao se controlar o preço da terra e dos imóveis impede-se que os mais pobres tenham acesso às áreas mais valorizadas que recebem investimentos (BORGES, 2004)<sup>9</sup>.

Ribeiro e Corrêa (apud VILLAÇA, 1998) vêem na promoção imobiliária o elemento de ligação entre, de um lado, as transformações macroeconômicas nacionais e, de outro, a reestruturação intra-urbana. Desenvolvem importante investigação sobre a atividade imobiliária no Brasil urbano, assunto muito próximo ao espaço intra-urbano, razão pela qual são impelidos a abordá-lo.

Os autores explicam por que os lucros de incorporação, derivando, segundo eles, de transformações no uso do solo, provocam transformações intra-urbanas. Procuram, então, investigar as conexões entre o recente advento e difusão da “moderna incorporação imobiliária” e aquelas transformações. Nesse sentido, chega inclusive a considerar essa moderna incorporação a causadora da segregação espacial. A dinâmica construtiva empresarial concentra-se e renova intensamente os núcleos urbanos, elitizando e segregando essas áreas das grandes e médias cidades.

---

<sup>9</sup> Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu - MG - Brasil, de 20-24 de Setembro de 2004.

Ribeiro e Lago (apud VILLAÇA 1998) sintetizam que “... em todas as capitais produziu-se o mesmo modelo de espaço urbano segregado e diferenciado; isto é, a moderna produção de espaços residenciais para as classes médias no centro e conseqüentemente a expulsão das camadas populares para a periferia”.

Segundo Villaça (1998) suscitam importantes indagações quanto ao real papel da “moderna incorporação imobiliária” na segregação espacial urbana, pois, afinal tanto a produção imobiliária de bairros centrais para as classes mais altas como a expulsão das camadas populares para a periferia antecedem em muitas décadas a nova incorporação ou a “moderna produção de espaços residenciais”.

O autor observa que a segregação é uma determinada geografia, produzida pela classe dominante, e por meio da qual essa exerce sua dominação – através do espaço urbano.

Choay (2003) expõe que “Ninguém hoje sabe qual será a cidade de amanhã. Talvez seu papel criador e formador seja assumido por outros sistemas de comunicação (televisão ou rádio, por exemplo). Talvez assistamos à proliferação, por todo o planeta, de aglomerados urbanos, indefinidamente extensos, que farão o conceito de cidade perder todo o significado”.

*“Em 1977 eu participei de um movimento que desocupava o pessoal do Vidoca, onde dizia que ali seria uma área de manancial, uma área que não poderia construir casas, hoje está o Shopping Colinas, com prédios maravilhosos, e o povo foi tirado dali...”.*  
*(depoimento verbal)<sup>10</sup>*

A reorganização do espaço urbano, como sugere Sposito (2000), tem como componentes a regulamentação promovida pelo Poder Público e a execução de obras, onde na maioria das vezes destroem-se antigas construções para dar lugar às novas edificações, tendo como pano de fundo a questão do tráfego e a distribuição espacial quanto ao uso funcional e também a diferenciação de classe.

Observa-se que a erradicação dos pobres para as regiões mais longínquas segue uma lógica perversa de produção dessas carências e posterior apropriação privada dos investimentos públicos, decorrentes da valorização imobiliária e uso da terra como reserva de valor (ROLNIK, 1994).

---

<sup>10</sup> Considerações como esta foram observadas em entrevista realizada pela autora junto ao Representante do Assentamento “Pinheirinho” Sr. Valdir Martins (Marrom) em São José dos Campos, 2006. Anexo A – versão original da entrevista realizada.

Neste sentido, Villaça (1998) considera o espaço como um produto social, produzido e consumido pela Elite, segundo um deslocamento por setores radiais. O que leva a refletir e identificar que os recursos públicos do Estado e os investimentos privados se orientam a partir da valorização imobiliária, e em alguns casos, em detrimento das demais classes sociais. Mas para compreender melhor estas questões, se faz necessário tecer algumas considerações sobre população e qualidade de vida em São José dos Campos, demonstrado no próximo capítulo.

### 3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Neste capítulo são apresentados dados e informações pautados no Plano Municipal de Assistência Social 2007/2009 – PMAS 07/09, estudo elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento Social, Prefeitura de São José dos Campos, o qual configura-se em planejamento a ser observado pelo Gestor Municipal para alcance das deliberações da V Conferência Nacional de Assistência Social – 2005 e concretização das diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (2004) e Normas Operacionais Básicas (Sistema Único de Assistência Social – SUAS e Recursos Humanos).

A elaboração do PMAS 07/09 ocorreu a partir dos subsídios coletados na VI Conferência Municipal de Assistência Social, realizada no mês de Julho de 2007. Nesta Conferência foram avaliados os avanços alcançados no município de São José dos Campos (Figura 3.1) nos dois últimos anos, para implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), adequar metas e ações deliberadas na V Conferência Municipal de Assistência Social e estabelecer as ações prioritárias para implantação do SUAS no município até 2015.



Figura 3.1: Foto aérea do município de São José dos Campos – SP – Brasil  
Fonte: Arquivo Público Municipal de São José dos Campos

### 3.1 Localização geográfica

São José dos Campos é um importante centro comercial (Figura 3.2) de uma região formada pelo Vale do Paraíba, Litoral Norte e Serra da Mantiqueira.



Figura 3.2: Complexo de serviços do município  
 Fonte: Prefeitura Municipal de São José dos Campos  
 Secretaria de Desenvolvimento Econômico

O município tem localização privilegiada entre os dois maiores pólos econômicos do país Rio de Janeiro e São Paulo (Figura 3.3), às margens da Rodovia Presidente Dutra.



Figura 3.3: Localização do município de São José dos Campos  
 Fonte: PMSJC – Prefeitura Municipal de São José dos Campos

### 3.2 Caracterização geral

São José dos Campos possui área total de 1.099,60 Km<sup>2</sup> (PMSJC, 2007)<sup>11</sup> sendo que destes 67% (734,39 Km<sup>2</sup>) localiza-se em área rural e 52,36% (575,75 Km<sup>2</sup>) são APAS (Áreas de Proteção Ambiental).

### 3.3 População

Segundo pesquisas demonstradas no Plano Municipal de Assistência Social<sup>12</sup> PMAS 07/09, no período entre 1980 e 2000, a população está distribuída em 6 (seis) regiões geográficas (Figura 3.4): Centro, Norte, Sul, Leste, Oeste e Sudeste; e São Francisco Xavier (Art. 14 da LC 306/06), sendo a maior concentração nas regiões **sul** (37,85%) e **leste** (25,78%).

Segundo o Censo Demográfico de 2000, a Região Centro, com 13,31% e a Região Norte com 11,55%. Menos populosas são as Regiões Sudeste, com 7,28% da população total e a Oeste, com 4,73% do total (Figura 3.5).

<sup>11</sup> PMSJC – Prefeitura Municipal de São José dos Campos  
 Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Social

<sup>12</sup> Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Social – PMSJC

Quanto à faixa etária a concentração encontra-se entre os adultos (25 a 59 anos) com 45,72%, seguida pelas crianças (0 a 14 anos) com 27,53% e jovens (15 a 24 anos) com 20,17%.

A taxa de urbanização do município está acima da média estadual e regional, concentrando 98,8% da população em área urbana.

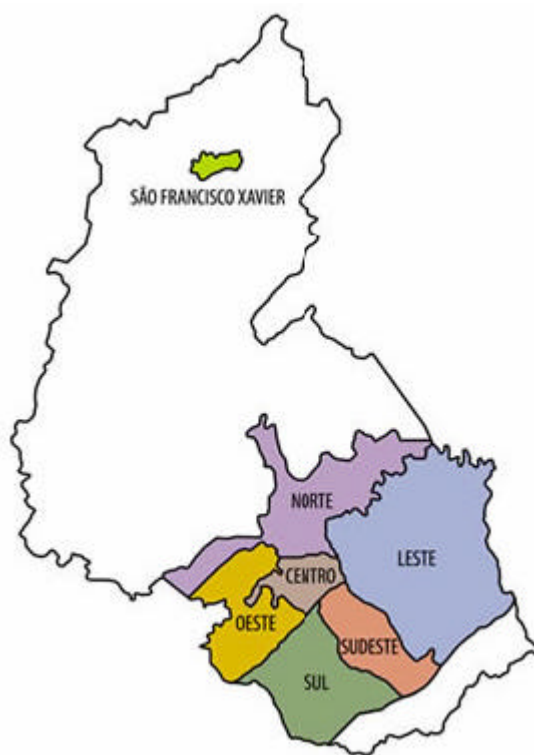


Figura 3.4: Macrozonas urbanas de São José dos Campos  
Fonte: <http://www.sjc-sp.gov.br>

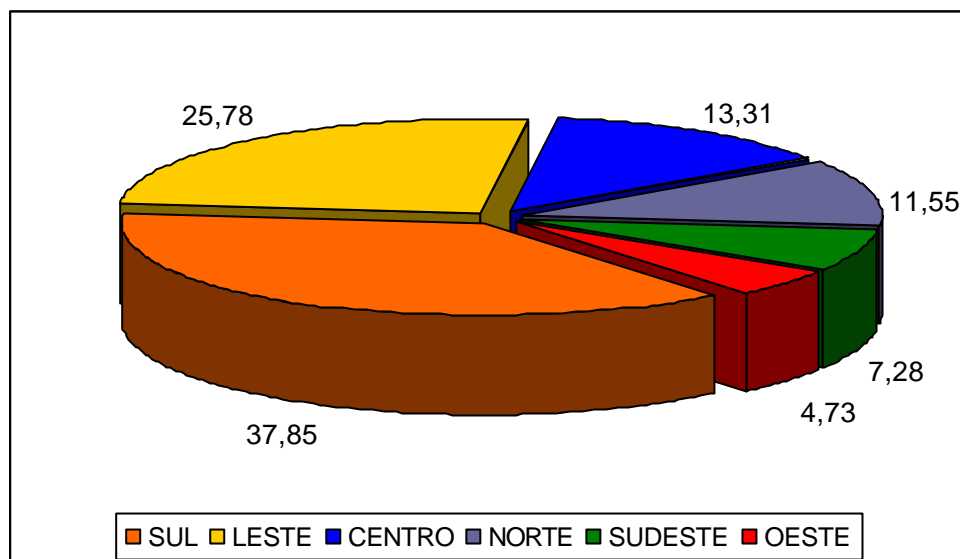


Figura 3.5: Gráfico de distribuição da população segundo suas regiões geográficas  
 Fonte: Adaptado da Prefeitura Municipal de São José dos Campos – Elaborado pela autora

### 3.4 Crescimento urbano

A população total do município de São José dos Campos apresentou um ritmo de crescimento expressivo, passando de 287.513 habitantes, em 1980, para 442.370 habitantes, em 1991, e 539.313 habitantes, em 2000 (Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE) e estimativa de 610.965 em 2006, concentrando mais de 27% da população residentes na região do Vale do Paraíba e Litoral Norte (constituída por 38 municípios).

Observa-se o intenso processo de crescimento da população urbana do município, enquanto a população rural permaneceu praticamente a mesma, em termos de números absolutos, ou seja, a população em São José dos Campos quase dobrou nos últimos vinte anos (Tabela 3.1). Já para 2007, os resultados do Censo Demográfico (2000) revelam uma estimativa populacional realizada pelo IBGE<sup>13</sup> de 594.948 mil habitantes (Tabela 3.2).

<sup>13</sup> IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
 Fonte: Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>



Tabela 3.1 – População Residente segundo a Situação de Domicílio Estado de São Paulo, Região de Governo de São José dos Campos e Município – 1980/1991/2000.

Anos / Situação do Domicílio	População Residente		
	Estado de São Paulo	RG de São José dos Campos	Município de São José dos Campos
1980 Total	25.042.074	487.184	287.513
Urbana	22.196.896	445.970	276.873
Rural	2.845.178	41.214	10.612
1991 Total	31.588.925	710.451	442.370
Urbana	29.314.861	662.504	425.515
Rural	2.274.064	47.947	16.855
2000 Total	37.032.403	852.652	539.313
Urbana	34.592.851	809.177	532.717
Rural	2.439.552	43.475	6.506

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos 1980, 1991 e 2000.

Na Tabela 3.2 pode ser observado o histórico populacional de São José dos Campos no período de 1940 a 2000.

Tabela 3.2: Histórico Populacional

Ano	População
1940	36.279
1950	44.804
1960	77.533
1970	148.332
1980	287.513
1991	442.370
2000	539.313

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Na Tabela 3.3 são apresentados dados relativos à evolução populacional do município de São José dos Campos, no período correspondente de 1940 a 2000.

Tabela 3.3: Evolução Populacional do Município 1940-2000

	Urbano	Rural	TOTAL	Urbano	Rural
<b>1940</b>	14.474	21.805	36.279	40%	60%
<b>1950</b>	26.600	18.204	44.804	59%	41%
<b>1960</b>	56.882	20.651	77.533	73%	27%
<b>1970</b>	132.482	15.850	148.332	89%	11%
<b>1980</b>	276.901	10.612	287.513	96%	4%
<b>1991</b>	425.515	16.855	442.370	96%	4%
<b>2000</b>	532.807	6.506	539.313	99%	1%

Fonte: Censos Demográficos de 1940, 1991 e 2000 – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

\* Contagem Populacional<sup>14</sup> – 1996 – IBGE

\*\* Estimativa – IBGE

A análise dos dados obtidos na Tabela acima mostrou que, em São José dos Campos, a população em 1940 era de 36.279 habitantes, sendo que 14.474 moravam na cidade e 21.805 estavam na zona rural (taxa de urbanização de 40%). Durante a década inverteu-se essa relação. O município começou os anos de 1950 com 44.804 habitantes, sendo que 26.600 moravam na cidade e 18.204 na área rural (taxa de urbanização, 59%). O campo continuou perdendo população e a cidade cresceu ainda mais, isto devido às primeiras migrações promovidas pela chegada das grandes indústrias e pela construção da Via Dutra e do CTA em São José dos Campos.

Em 1950 a população do município era de 44.804 habitantes com 59% (26.600) vivendo na cidade. Na década, a população cresceu mais de 57% chegando aos 77.533 habitantes em 1960. Destes, 56.882 habitantes viviam na área urbana, equivalendo a uma taxa de urbanização de 73%.

Já em 1960 a população praticamente dobrou, devido à migração atraída pela oferta de empregos nas grandes indústrias instaladas na cidade. De 77.533 registrados em 1960, foram atingidos 148.332 em 1970. A população rural diminuiu ainda mais e a taxa de urbanização subiu muito com a migração elevada do período: 89% viviam na cidade, cerca de 130 mil pessoas.

<sup>14</sup> Na população rural de 1991 e 1996, está incluída a população dos loteamentos clandestinos que, na época do mapeamento dos setores censitários, estavam localizados na zona rural do município.

A população rural do município continuou em seu movimento decrescente de 15.850 no início de 1970 para 10.612 habitantes em 1980 em relação à população urbana que por sua vez cresceu de 132.482 para 276.901 habitantes.

Nos anos de 1980 a população do município saiu dos 287.513 habitantes e chegou aos 442.370 habitantes em 1991, porém, reduzindo o ritmo de crescimento verificado nas duas décadas passadas. Surpreendentemente a população rural cresceu, saindo dos 10.612 e chegando aos 16.855 habitantes.

A população do município em 1991 era de 442.370, dos quais 96%, ou seja, 425.515 habitantes viviam na cidade. No ano 2000, a população atingiu 539.313 habitantes, aumentando a taxa de urbanização de 96% do início da década para 99% o qual representa que no total de 532.807 de pessoas que residiam na área urbana, apenas 6.506 moravam na zona rural.

O Gráfico 3.6 apresenta a evolução populacional da zona urbana e da zona rural do município, de 1940 a 2000. Observa-se que a migração da população rural para a zona urbana cresceu significativamente nas últimas décadas.

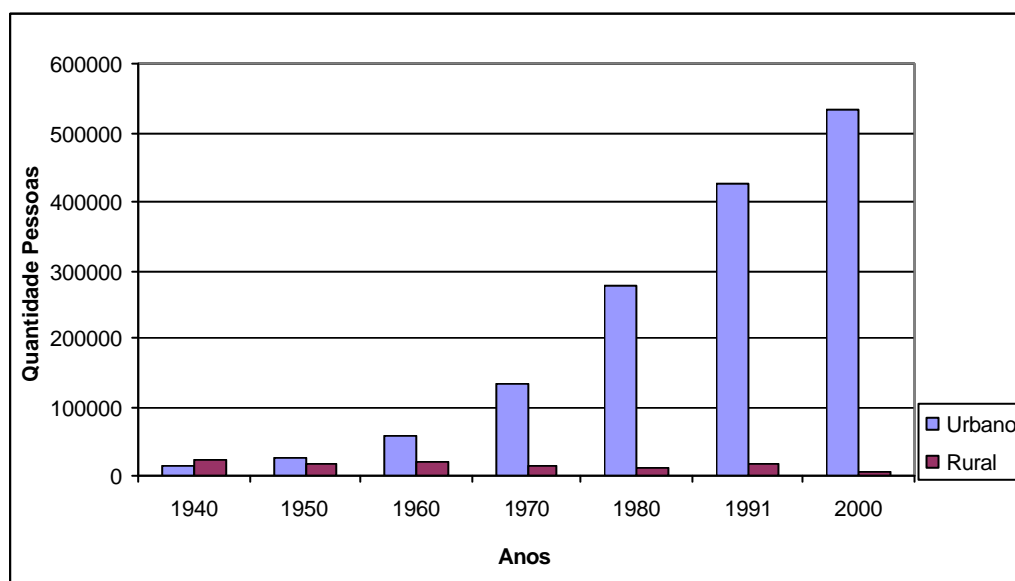


Figura 3.6: Gráfico da evolução populacional de São José dos Campos  
Fonte: Adaptado dos Censos Demográficos de 1940, 1991 e 2000 – IBGE

O Gráfico 3.7 mostra a variação no crescimento populacional das zonas urbana e rural, entre 1940 e 2000. Nota-se que a taxa de urbanização no ano de 2000 foi de quase 100%, enquanto que a população rural cresceu apenas 1%.

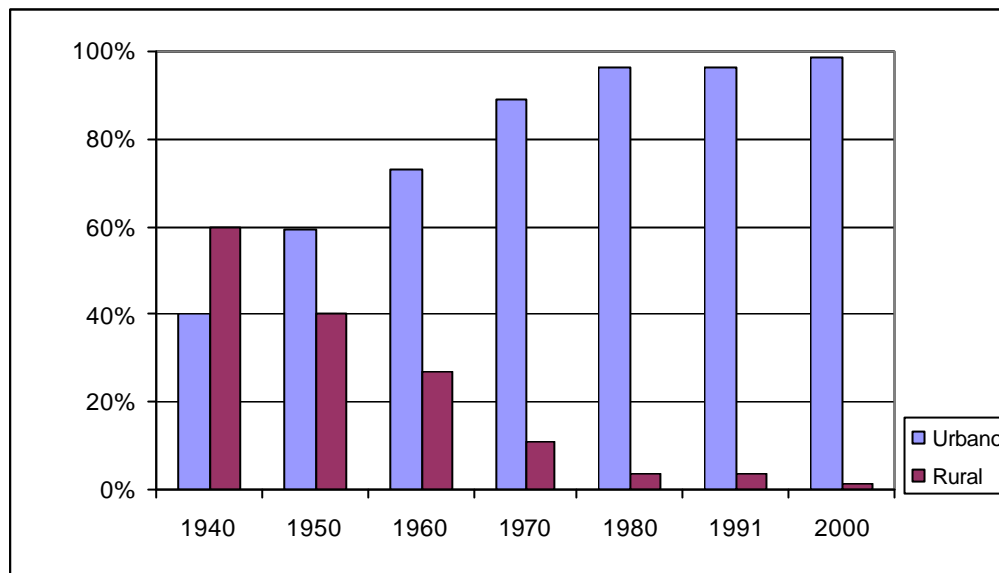


Figura 3.7: Gráfico da proporção do crescimento urbano x rural

Fonte: Censos Demográficos de 1940-2000 – IBGE

\*Contagem Populacional – 1996 – IBGE

Na tabela 3.4, são apresentadas as estimativas populacionais divulgadas anualmente pelo IBGE para o município após o Censo de 2000, e uma projeção do crescimento populacional de São José dos Campos calculado a partir da taxa geométrica de crescimento anual de 2,23% ocorrida no último período intercensitário.

Tabela 3.4 – Estimativas Populacionais e Projeção da População - Município de São José dos Campos

Ano	População	
	Estimativa Oficial / IBGE	Projeção *
2001	550.762	
2002	559.710	
2003	569.177	
2004	589.050	
2005	600.049	
2006		615.618
2007		629.346
2008		643.380
2009		657.728
2010		672.395
2011		687.389
2012		702.718
2013		718.389
2014		734.409
2015		750.786

Fonte: IBGE e Secretaria de Planejamento – PMSJC

\*Projeção populacional: simulação feita com base na taxa de 2,23% ao ano, verificada no último período intercensitário.

Em sua formação administrativa municipal (PMSJC), oficialmente, o município é constituído por três Distritos: São José dos Campos (sede), Eugênio de Melo e São Francisco Xavier (Figura 3.8). O Distrito de São José dos Campos é subdividido em dois Subdistritos: 1º Subdistrito de São José dos Campos e 2º Subdistrito de Santana do Paraíba. Para melhor administrar o município de São José dos Campos, o Poder Público dotou os Distritos de Eugênio de Melo e São Francisco Xavier de Administradores Distritais.

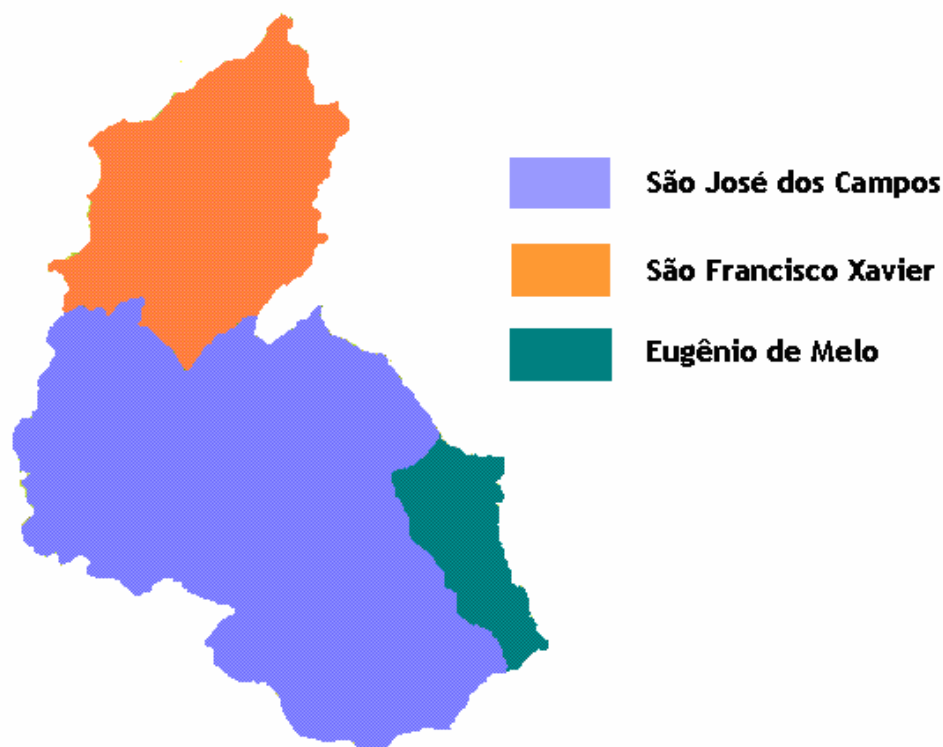


Figura 3.8: Mapa do município de São José dos Campos e divisas distritais.  
 Fonte: Google Earth, Disponível em: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/en/6/6b/Distritossjcn.GIF>

O município de São José dos Campos é cortado no sentido leste-oeste pela Rodovia Federal Presidente Dutra (BR-116), transferida em concessão à empresa NovaDutra, e pela Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB), posteriormente denominada Rede Ferroviária Federal (RFFSA) e hoje concedida à MRS Logística, que liga o Rio de Janeiro a São Paulo. No sentido norte-sul, atravessa o município a Rodovia Estadual Monteiro Lobato (SP-50), que liga São José dos Campos a Campos do Jordão e ao sul de Minas Gerais, e a Rodovia dos Tamoios (Rodovia Estadual SP-99), estrada que inicia-se em São José dos Campos e termina em Caraguatatuba, no Litoral Norte. Atualmente encontra-se saturada, e o governo do estado de São Paulo já sinalizou que a via em breve deve ser duplicada, esta tem ainda conexão para os demais municípios do litoral norte do Estado, e inclusive para o Porto de São Sebastião, através da Rodovia Doutor Manoel Hyppólito Rego (SP-55). Paralela à Rodovia Presidente Dutra estende-se a Rodovia Carvalho Pinto (SP-70), que liga a Rodovia Ayrton Senna até a

cidade de Taubaté. Acesso a São José dos Campos a partir da Rodovia dos Tamoios, com a qual faz conexão. Liga a Região Metropolitana de São Paulo ao Vale do Paraíba, fazendo conexão com a Rodovia dos Tamoios e a Rodovia Floriano Rodrigues Pinheiro (SP-123) que segue para Campos do Jordão (PDDI<sup>15</sup>, 2006).

São José dos Campos conta ainda com um aeroporto (Figura 3.9) que realiza vôos regulares entre o município e a cidade do Rio de Janeiro, bem como conta com vôos regionais. Este aeroporto também está homologado para vôos cargueiros internacionais com capacidade para operar aeronaves de grande porte (SIQUEIRA, 2007).



Figura 3.9: Localização do Aeroporto de São José dos Campos  
Fonte: Elaborado pela autora – Imagem Google Earth

### 3.5 Condições de vida no município

Segundo o Plano Municipal de Assistência Social 07/09, da Secretaria de Desenvolvimento Social, a condição de vida no município de São José dos Campos foi

---

<sup>15</sup> Plano Diretor De Desenvolvimento Integrado  
Fonte: Prefeitura Municipal de São José dos Campos

avaliada de acordo com os indicadores de diversos institutos de pesquisas em nível estadual e federal, bem como levantamentos realizados pelo próprio município.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), utilizado pela ONU para avaliar a qualidade de desenvolvimento humano varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total) e abrange as dimensões educação, longevidade e renda. O IDH de São José dos Campos em 2000 foi de 0,849, obtendo a 11ª colocação no estado e 36ª colocação em nível nacional.

O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), desenvolvido pela Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social, objetiva identificar os territórios de maior vulnerabilidade nos municípios, possibilitando aos mesmos elaborarem políticas públicas de assistência social e definir as prioridades para investimento. O IPVS avalia as dimensões renda, escolaridade e ciclo de vida familiar, e classifica os territórios em 6 (seis) níveis de vulnerabilidade (nenhuma, muito baixa, baixa, média, alta e muito alta). Os bairros dos municípios são mapeados e classificados de acordo com o nível de vulnerabilidade identificado.

O município de São José dos Campos, que integra a Região Administrativa de São José dos Campos, possuía, em 2000 (Censo Demográfico), 538.016 habitantes. Uma análise das condições de vida de seus habitantes mostra que os responsáveis pelos domicílios auferiam, em média, três salários mínimos. Esses responsáveis tinham, em média, 7,8 anos de estudo, 53,8% deles completaram o ensino fundamental, e 5,2% eram analfabetos. Em relação aos indicadores demográficos, a idade média dos chefes de domicílios era de 44 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 14,8% do total. As mulheres responsáveis pelo domicílio correspondiam a 21,8% e a parcela de crianças com menos de cinco anos equivalia a 8,9% do total da população.

Nos Grupos de Vulnerabilidade Social, as situações de maior ou menor vulnerabilidade às quais a população se encontra exposta estão resumidas nos seis grupos do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS (Tabela 3.5), a partir de um gradiente das condições socioeconômicas e do perfil demográfico (Tabela 3.6). As características desses grupos, no município de São José dos Campos são apresentadas a seguir, conforme a distribuição da população, segundo Grupos do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS 2000 no Estado de São Paulo e Município de São José dos Campos:



Tabela 3.5: Comparativo indicando a localização da população de acordo com nível de vulnerabilidade do território de moradia.

<b>Nível de Vulnerabilidade</b>	<b>% população de São José dos Campos</b>	<b>% população do Estado de São Paulo</b>
Nenhuma vulnerabilidade	15,7%	6,9%
Vulnerabilidade muito baixa	13,0%	23,3%
Vulnerabilidade baixa	35,9%	22,2%
Vulnerabilidade média	23,3%	20,2%
Vulnerabilidade alta	9,1%	17,6%
Vulnerabilidade muito alta	3,0%	9,8%

Fonte: IBGE. Censo Demográfico; Fundação Seade.

Grupo 1 – (*nenhuma vulnerabilidade*): 84.246 pessoas (15,7% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$2.821 e 10,0% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam, em média, 12,3 anos de estudo, 99,4% deles eram alfabetizados e 88,6% completaram o ensino fundamental. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 44 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 11,2%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 22,4% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 6,7% do total da população desse grupo.

O Grupo 1 engloba os setores censitários em melhor situação socioeconômica (muito alta), com os responsáveis pelo domicílio possuindo os mais elevados níveis de renda e escolaridade. Apesar de o estágio das famílias no ciclo de vida não ser um definidor do grupo, seus responsáveis tendem a ser mais velhos, com menor presença de crianças pequenas e de moradores nos domicílios, quando comparados com o conjunto do Estado de São Paulo.

Grupo 2 – (*vulnerabilidade muito baixa*): 70.161 pessoas (13,0% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$1.129 e 33,4% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam em média, 8,2 anos de estudo, 96,2% deles eram alfabetizados e 57,5% completaram o ensino fundamental. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 49 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 8,9%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 27,3% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 6,0% do total da população desse grupo.

Tabela 3.6 Indicadores que Compõem o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) Município de São José dos Campos

<b>Índice Paulista de Vulnerabilidade Social</b>							
<b>Indicadores</b>	<b>1. Nenhuma Vulnerabilidade</b>	<b>2. Muito Baixa</b>	<b>3. Baixa</b>	<b>4. Média</b>	<b>5. Alta</b>	<b>6. Muito Alta</b>	<b>Total</b>
População Total	84.246	70.161	193.194	125.345	49.095	15.975	538.016
Percentual da População	15,7	13,0	35,9	23,3	9,1	3,0	100,0
Domicílios Particulares	25.954	20.040	51.098	31.739	11.990	3.762	144.583
Tamanho Médio do Domicílio (em pessoas)	3,2	3,5	3,8	3,9	4,1	4,2	3,7
Responsáveis pelo Domicílio	99,4	96,2	95,4	93,8	86,1	83,0	94,8
Alfabetizados (%)							
Responsáveis pelo Domicílio com Ensino Fundamental Completo (%)	88,6	57,5	51,2	41,7	25,9	19,0	53,8
Anos Médios de Estudo do Responsável pelo Domicílio	12,3	8,2	7,2	6,3	4,9	4,3	7,8
Rendimento Nominal Médio do Responsável pelo Domicílio (em reais de julho de 2000)	2.821	1.129	851	609	437	312	1.142
Responsáveis com Renda de até 3 Salários Mínimos (%)	10,0	33,4	38,8	49,6	68,2	80,6	38,8
Responsáveis com Idade entre 10 e 29 Anos (%)	11,2	8,9	14,0	20,9	16,0	26,7	14,8
Idade Média do Responsável pelo Domicílio (em anos)	44	49	44	40	45	39	44
Mulheres Responsáveis pelo Domicílio (%)	22,4	27,3	21,0	18,6	22,8	22,7	21,8
Crianças de 0 a 4 Anos no Total de Residentes (%)	6,7	6,0	8,3	11,4	10,6	14,7	8,9

Fonte: IBGE. Censo Demográfico; Fundação Seade.

Nota: Foram excluídos os setores censitários sem informação devido ao sigilo estatístico.

O Grupo 2 abrange os setores censitários que se classificam em segundo lugar, no Estado, em termos da dimensão socioeconômica (média ou alta). Nessas áreas concentram-se, em média, as famílias mais velhas.

Grupo 3 – (*vulnerabilidade baixa*): 193.194 pessoas (35,9% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$851 e 38,8% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam em média, 7,2 anos de estudo, 95,4% deles eram alfabetizados e 51,2% completaram o ensino fundamental. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 44 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 14,0%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 21,0% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 8,3% do total da população desse grupo.

O Grupo 3 é formado pelos setores censitários que se classificam nos níveis altos ou médios da dimensão socioeconômica e seu perfil demográfico caracteriza-se pela predominância de famílias jovens e adultas.

Grupo 4 – (*vulnerabilidade média*): 125.345 pessoas (23,3% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$609 e 49,6% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam em média, 6,3 anos de estudo, 93,8% deles eram alfabetizados e 41,7% completaram o ensino fundamental. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 40 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 20,9%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 18,6% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 11,4% do total da população desse grupo.

O Grupo 4 é composto pelos setores que apresentam níveis médios na dimensão socioeconômica, estando em quarto lugar na escala em termos de renda e escolaridade do responsável pelo domicílio. Nesses setores concentram-se famílias jovens, isto é, com forte presença de chefes jovens (com menos de 30 anos) e de crianças pequenas.

Grupo 5 – (*vulnerabilidade alta*): 49.095 pessoas (9,1% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$437 e 68,2% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam em média, 4,9 anos de estudo, 86,1% deles eram alfabetizados e 25,9% completaram o ensino fundamental. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 45 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 16,0%. As mulheres chefes de domicílios

correspondiam a 22,8% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 10,6% do total da população desse grupo.

O Grupo 5 engloba os setores censitários que possuem as piores condições na dimensão socioeconômica (baixa), estando entre os dois grupos em que os chefes de domicílios apresentam, em média, os níveis mais baixos de renda e escolaridade. Concentra famílias mais velhas, com menor presença de crianças pequenas.

Grupo 6 – (*vulnerabilidade muito alta*): 15.975 pessoas (3,0% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$312 e 80,6% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam em média, 4,3 anos de estudo, 83,0% deles eram alfabetizados e 19,0% completaram o ensino fundamental. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 39 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 26,7%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 22,7% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 14,7% do total da população desse grupo.

O Grupo 6 é o segundo dos dois piores grupos em termos da dimensão socioeconômica (baixa), com grande concentração de famílias jovens. A combinação entre chefes jovens, com baixos níveis de renda e de escolaridade e presença significativa de crianças pequenas permite inferir ser este o grupo de maior vulnerabilidade à pobreza.

Com os dados apresentados é possível verificar que as regiões sul e leste, comparativamente às demais regiões da cidade, apresentam maior concentração populacional do município, decorrente da implantação de inúmeros conjuntos habitacionais (PLANO DIRETOR, 2006).

Segundo Fernandes (apud SIQUEIRA, 2007) a instalação de indústrias de grande porte, dedicadas a ramos de produção com especializado nível de tecnologia de ponta, trouxe para São José dos Campos um grande contingente de pessoal técnico e também uma elite burocrática com altos funcionários burocráticos e administrativos, com níveis de escolaridade e salários elevados, bem como trouxe também um enorme fluxo de pessoas, principalmente de baixa renda, à procura de trabalho.

Siqueira (2007) observa que “esta diferença, entre as forças de trabalho, vai se refletir na fisionomia urbana. As pessoas, quando migram, buscam residir em locais onde a sua faixa de renda permite, gerando uma ocupação imobiliária urbana, diferenciada, o que acaba por refletir na segregação social no solo urbano”.

Neste estudo, a questão habitacional foi abordada como um conjunto de práticas sociais, que afloram em função de todo um aparato habitacional de elementos como estrutura

de saúde, de educação, cultura e lazer. Observou-se que esses elementos comparecem em determinadas construções no município com faixas de renda mais elevada, o que acabou criando uma demanda em outros locais carentes de uma política habitacional mais efetiva que atenda aos interesses da população.

O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) aplicado em pesquisa no município, conforme exposto anteriormente, demonstra que famílias com baixo nível escolar e com maior número de filhos conseqüentemente possuem menor renda.

Conforme o Plano Diretor de 2006, em relação ao atendimento do Poder Público Municipal, o número de crianças que aguardam vagas nas instituições públicas de Educação Infantil é de 5.916. Desse total de crianças não atendidas, constata-se que a demanda maior é de candidatos residentes em bairros que se localizam na Região Sul da cidade, cujo déficit é de 2.618 vagas, seguida pela Região Leste, que apresenta um déficit de 1.683 vagas.

Em síntese, a segregação espacial em São José dos Campos pode ser verificada empiricamente através das regiões sul e leste, as quais apresentam um considerável crescimento populacional, bem como um crescimento em termos de loteamentos surgidos e atuação do mercado imobiliário. O maior índice de aprovação de loteamentos na região sul foi em 1959 (década em que se instalou a Fábrica de Alpargatas na região), quando 9 loteamentos foram implantados e aprovados somente neste ano. Dentre os 80 bairros que atualmente compõe a região sul, 22 deles foram aprovados no período de 1950 a 1970, representando 17,6% do total, conforme Cadastro de Loteamento da Prefeitura Municipal de São José dos Campos de 2003. Já na região leste, foram aprovados 17 loteamentos entre 1955 a 1964, sendo que todos os loteamentos aprovados foram desapropriados pela Prefeitura para instalação da Petrobras. O Plano Diretor, aprovado em 1969, que começou a vigorar em 1971, apresentou dentro outros objetivos, a racionalização da ocupação do solo, estimulando a ocupação e adensamento da faixa leste, a qual teve um elevado crescimento devido à instalação de indústrias como a Petrobras (já mencionada), bem como a General Motors (GM) em 1957, e Ericsson em 1954. Este incentivo deve-se ao fato dessas empresas terem funcionado com pólos atrativos de loteamentos que serviriam como moradia para os seus funcionários (CARVALHO; SILVA, 2007).

## **4 INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**

### **4.1 A Era Vargas**

As medidas mais significativas do governo de Getúlio Vargas (1930-1945, 1951-1954) para a industrialização do País, têm início a partir de 1933 quando foi criada a legislação trabalhista, efetivada 10 (dez) anos depois (Consolidação das Leis do Trabalho). A Era Vargas é lembrada na primeira metade dos anos 1950, pela criação da Eletrobrás (1953-1961), da Petrobras (1953-1954) e pela inauguração de várias refinarias estatais de petróleo. Além da construção do Porto de São Sebastião, iniciada em 1934, um investimento digno de nota por reunir o incentivo à agroindústria, à pesquisa científica e à infra-estrutura, foi o Serviço de Melhoramentos do Vale do Rio Paraíba, o SMVP, implementado em 1938. O SMVP foi das obras do governo do interventor de Vargas em São Paulo, Adhemar Pereira de Barros (1901-1969) e visava o aproveitamento dos recursos hídricos para revigorar o uso agrícola das áreas de várzea ao longo do Rio Paraíba do Sul. A industrialização de São José dos Campos foi diretamente influenciada pelas medidas de Vargas. A principal relaciona-se à criação do Ministério da Aeronáutica em 1942. A cidade foi escolhida em 1946 para sediar o Centro Técnico de Aeronáutica, o CTA, um projeto considerado fundamental para a afirmação das atividades do setor no País. Ele foi planejado para ser um misto de núcleo de formação e produção especializada, para ser o propulsor da indústria aeronáutica, bélica e aeroespacial, além de formar especialistas em mecânica, eletrônica e informática (SANTOS 2006, p.27-28).

Há de se ressaltar que no governo Vargas, iniciou-se a reestruturação do Estado no Brasil e a aceleração de todo um processo de organização da nação assentados no binômio trabalho-urbanização. (RESCHILIAN, 2004)

### **4.2 Governo JK**

Com o governo de Juscelino Kubitschek (“JK” foi eleito em 1955), o processo de industrialização foi incrementado ainda mais, em decorrência de um momento favorável para a obtenção de empréstimos estrangeiros. Foram criadas condições para a produção de bens de consumo duráveis, bem como para a produção de toda uma infra-estrutura (urbana e regional) que possibilitasse a geração de energia e vias de circulação de pessoas e mercadorias. JK conseguiu credibilidade para atrair recursos, atualizou politicamente e personalizou o esforço nacional-desenvolvimentista na Era Vargas. São José dos Campos já contava com a Rhodosá, em funcionamento desde 1949, instalando-se posteriormente no município a Johnson & Johnson (1953), a Ericsson (1954), a General Motors (1957) e a Eaton (1957). O setor têxtil

foi incrementado com o surgimento da Kanebo (1957) e logo depois com a instalação das Alpargatas (1959), do setor de vestuário e calçados, e da Bendix (1960), do setor metalúrgico. No ano de 1961 surgiram a Avibras (referência pioneira da indústria bélica e aeronáutica) e o INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Estava delineado assim, o perfil da industrialização joseense ao longo das décadas de 70 e 80, caracterizado pela concentração de empresas de três grandes setores, no caso, o metalúrgico (automotivas), o bélico-aeronáutico e o setor das telecomunicações. Este tripé ainda forma a base da economia industrial joseense, sendo reforçado pela forte presença das indústrias dos setores químico, têxtil e alimentício (SANTOS, 2006).

### **4.3 Industrialização de São José dos Campos**

Segundo Santos (2006), considerando o processo brasileiro de industrialização e como nele se insere o caso paulista, propõem-se dois momentos para a compreensão da dinâmica urbana joseense: a Primeira Industrialização (1920-1945) e a Segunda Industrialização (1946-2000).

O autor esclarece que a Primeira Industrialização foi caracterizada por empreendimentos fabris liderados por capitalistas brasileiros ou imigrantes, egressos de outras regiões do Estado ou da capital. Eram investimentos significativos em termos de volume de capital e nível técnico, mesclando-se às fábricas familiares e pequenas oficinas existentes.

A Segunda Industrialização tem como marco 1946, quando chegaram as fábricas de grande porte, via de regra, transnacionais e empreendimentos fomentadores da industrialização encabeçados pelo governo federal. Naquele ano foram iniciadas as obras da fábrica da Rhodosá de Rayon (a Rhodia) e também escolhido, por meio de concurso fechado, o projeto de Oscar Niemeyer para o Centro Técnico de Aeronáutica, CTA. A rodovia BR-2, a Via Dutra, foi iniciada em 1944 e inaugurada em 1951. Em 1955, já popularmente conhecida como a Via Dutra, a Rodovia teve sua manutenção privatizada. O consórcio denominado NovaDutra ganhou a concorrência e assumiu a conservação e exploração da rodovia em março de 1996. Desde então São José dos Campos passou a ter uma dinâmica urbana, diretamente vinculada aos altos e baixos do tortuoso processo de industrialização do País, sendo em si o testemunho de sua modernização, implementada a partir da década de 1930. Na condição de resultado da confluência de ações de empresas nacionais, estrangeiras e do poder público, personagens e autores deste processo, São José tornou-se uma cidade industrial (SANTOS, 2006).

#### 4.4 Fundação da Vila de São José dos Campos

Em local ocupado primitivamente por aldeamentos de tribos tupi, a primeira aldeia de São José dos Campos teve início provavelmente em 1590, com distribuição de sesmarias a padres jesuítas. O aldeamento indígena dos Guaianases, localizado às margens do Rio Comprido, hoje divisa com o município de Jacareí, é indicado como primeiro local da formação da aldeia velha de São José dos Campos. A fazenda de gado, termo usado para ocultar dos bandeirantes sua função catequética, recebeu o nome de “Aldeia de São José do Rio Comprido” (PMSC, 2001).

A Lei de 10 de setembro de 1611, que regulamentava a instalação de aldeamentos de índios dispersos, administrados por religiosos, transformou oficialmente a fazenda em missão de catequese. Os colonos paulistas viram-se, então prejudicados, pois dependiam da exploração de mão-de-obra escrava indígena, situação que culminou no conflito em que os jesuítas foram expulsos e os aldeãos espalhados. Ou seja, esse aldeamento existiu em um local que hoje parte é território joseense, porém, não foi esse núcleo que deu origem à Cidade (PMSJC, 2006).

Após a expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759, todos os bens dessa ordem religiosa, tais como fazendas, colégios e aldeias passaram para a custódia da Coroa. Esta determinou ao governador da província D. Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, a incumbência de tornar produtivas as novas propriedades da Coroa, entendendo-se como tal a necessidade de arrecadar mais impostos. O governador pediu e recebeu do Vice-Rei permissão de criar freguesias e vilas, pois assim poderiam ser tributadas. São José dos Campos, assim como outras cidades surgidas nesse período, nasceu da sede do estado de ampliar e criar novas fontes de tributos. Assim, em 27 de julho de 1767, ainda antes de se tornar freguesia, a aldeia foi elevada à categoria de Vila com a denominação “São José do Paraíba”. Levantou-se, então, o pelourinho próximo ao cemitério em local onde atualmente é a Rua Vilaça e procedeu-se a eleição da Câmara, o que caracterizava a condição de Vila. A emancipação à categoria de Vila não foi um fator determinante para o seu desenvolvimento, pois por muitos anos quase nenhum progresso foi notado, e a principal dificuldade apontada era o fato da Estrada Real passar fora de seus domínios (PMSJC, 2006).

Em meados do século XIX, a Vila de São José do Paraíba já demonstrava alguns sinais de crescimento econômico com o desenvolvimento da agricultura. Tanto que, no ano de 1864, a Vila é elevada à categoria de Cidade e, em 1871, recebe a atual denominação de São José dos Campos. Isso se deveu, em parte, à expressiva produção de algodão atingida durante a década de 1860, que era quase toda absorvida pelo mercado inglês. Também o



desenvolvimento quase simultâneo da cultura cafeeira no Vale do Paraíba contribuiu para esse surto de crescimento pelo qual passou o Município nesse período. Em 1872, São José dos Campos contava com 12.998 habitantes. A cultura cafeeira teve seu apogeu em 1886, quando já contava com o apoio da estrada de ferro inaugurada em 1877, mantendo alguma expressão até por volta de 1930. A pecuária leiteira começou a ser introduzida com mais intensidade a partir de 1918 após uma grande geada ocorrida no Município e vem se mantendo com relativa importância para a economia de São José dos Campos até a atualidade (PMSJC, 2006).

O início do Séc. XX marca o começo do Período Sanatorial (Figura 4.1) de São José dos Campos. Em 1924, é inaugurado o Sanatório Vicentina Aranha (Figura 4.2), que pertencia a Santa Casa de São Paulo. Até o final de 1920, também são instalados outros sanatórios dentre os quais destacam-se: a Vila Samaritana, o Antoninho da Rocha Marmo e o Ezra<sup>16</sup>. Entre 1925 e 1930, o controle da epidemia da tuberculose obrigou o governo a tomar medidas sanitárias, criando no estado de São Paulo as Prefeituras Sanitárias. Devido à reputação de ter um clima favorável à profilaxia e ao tratamento da tuberculose, o município joseense é transformado, primeiramente, em “Estância Climatérica” pelo Decreto Estadual nº 7.007 de 12 de março de 1935 e num segundo momento em “Estância Hidromineral” por meio da Lei 2.484, de 16 de dezembro de 1935, a Lei Orgânica dos Municípios. Com isso passa a receber do governo federal o “seguro obrigatório contra a tuberculose”, podendo assim investir na infra-estrutura necessária para o controle da epidemia (PMSJC, 2001).

---

<sup>16</sup> Estes sanatórios no período posterior a fase sanitária de São José dos Campos, tiveram outras destinações. O Vicentina Aranha tornou-se um centro geriátrico, mas teve fim de suas atividades no início do século XXI e seu prédio foi tombado. Parte de sua área foi transformada em loteamentos para camadas de mais alto poder aquisitivo. O Antoninho da Rocha Marmo transformou-se em um hospital. No local onde localizava-se o Sanatório Ezra tem-se hoje o Parque Santos Dumont. No local da Vila Samaritana tem-se atualmente, em parte de sua área, o Colégio Técnico da UNIVAP. As edificações foram tombadas.  
Fonte: Siqueira (2007)

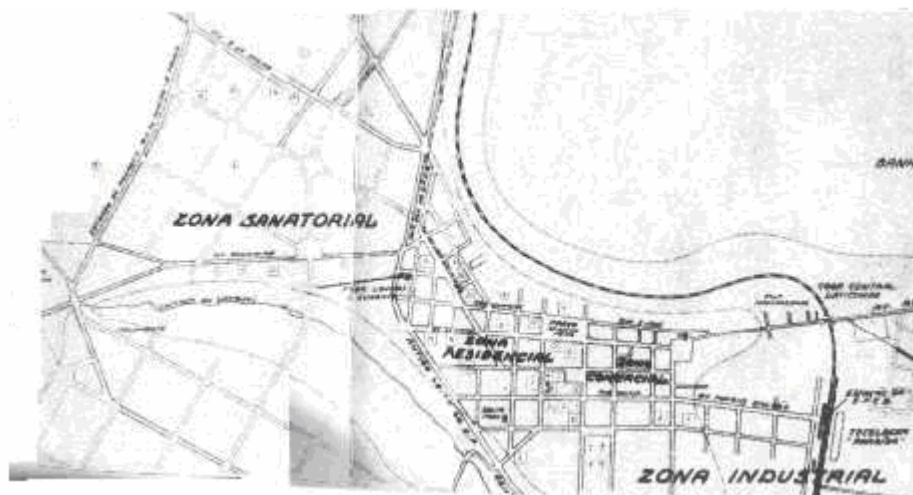


Figura 4.1: Zoneamento de São José dos Campos da Fase Sanatorial  
 Fonte: [http://www1.univap.br/~sandra/aula\\_2007.pdf](http://www1.univap.br/~sandra/aula_2007.pdf)



Figura 4.2: Sanatório Vicentina Aranha  
 (Em 2007 foi reinaugurado como parque cultural do município)  
 Fonte: Prefeitura Municipal de São José dos Campos – [www.sjc.sp.gov.br](http://www.sjc.sp.gov.br)

Com o intuito de atrair investimentos industriais para a Cidade, a Lei Municipal nº 4 de 1920, concedia isenção de impostos por um período de 25 anos e terreno gratuito. A primeira indústria a se beneficiar foi a “Fábrica de Louças Santo Eugênio”, inaugurada em 1924 e situada na atual Avenida Dr. Néelson D’Ávila. Em 1925 é instalada a “Tecelagem Parahyba”, especializada em brim, que depois se transformou em fábrica de cobertores. No entanto, o processo de industrialização só toma impulso a partir da instalação do Centro Técnico de Aeronáutica – CTA, e do Instituto de Tecnologia de Aeronáutica – ITA, em 1950, além da inauguração da Rodovia Presidente Dutra, em 1951. Isso permitiu um acesso mais rápido tanto para o Rio de Janeiro, quanto para São Paulo, os maiores centros industrializados do País, que já apresentavam alguns sinais de saturação. Esses fatores foram preponderantes para a atração de indústrias de grande porte nas décadas de 1960/1970 para a região. A criação do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, em 1961, além do

aprimoramento da estrutura educacional no Município, consolidou São José dos Campos como um pólo científico e tecnológico formador de mão-de-obra especializada, o que viabilizou a instalação de empresas nacionais de base tecnológica nos ramos aeroespacial, bélico e eletrônico, assim como nos setores automobilístico, farmacêutico e de telecomunicações (PMSJC, 2006).

#### 4.5 Décadas de 1920 a 1990

Na **década de 1920** ocorreram os eventos que desencadearam as transformações do espaço urbano nas três décadas seguintes. Além das fábricas, que foram atraídas pelos incentivos oferecidos pela municipalidade, e da fase sanatorial (como mencionamos anteriormente), a principal referência para se compreender a nova fisionomia que a cidade adquiriu até a metade da década de 1950 é a Resolução n. 4 (1920), que, sintonizada com os primórdios da descentralização industrial paulistana, estabeleceu privilégios para a instalação de estabelecimentos fabris de porte. Uma alteração física substancial foi a transferência da linha férrea e sua estação da atual Rua Euclides Miragaia para a Avenida Sebastião Gualberto (iniciada em 1922). A “nova estação”, inaugurada em 1925 e a Avenida Mário Galvão, constituíram um novo portal de acesso a cidade, papel desempenhado pela Avenida João Guilhermino com suas palmeiras imperiais, ainda presentes em nossa paisagem (Figura 4.3), desde 1897 . O trem era o principal meio de transporte e se o antigo trajeto havia atraído a primeira indústria de porte, a Fábrica de Louças Santo Eugênio em 1920<sup>17</sup> (Figura 4.4), a “nova linha” e a “nova estação” ferroviária atraíram também a Tecelagem Parahyba (Figura 4.5) em 1925 (SANTOS, 2006). Na Figura 4.6 pode-se ter uma visualização mais completa das duas primeiras indústrias instaladas na década de 1920 no município.

O município de São José dos Campos passa a contar com um Mercado Municipal, inaugurado em 1923, tendo suas instalações localizadas na rua Sebastião Hummel, local onde até hoje se encontra; em 1925 passa a contar com uma área no largo da Cadeia, localizada junto a atual Praça Afonso Pena para a construção do Fórum da cidade, sendo este inaugurado em 1936.

---

<sup>17</sup> A Fábrica de Louças Santo Eugênio foi a primeira indústria de porte a usufruir da Resolução n. 4 de maio de 1920, instalando-se em São José dos Campos após a sua aprovação (SANTOS, 2006).

Por ser uma empresa familiar, a fábrica de louças ficou conhecida como a “Bonadio”, homenagem dos oito filhos e da esposa do fundador da fábrica, Eugênio Bonadio, que colocaram seu nome na empresa associando-o a um santo. Ceramista italiano, pianista, homem sensível e ao mesmo tempo um técnico que implantava e dirigia fábricas, Eugênio Bonadio faleceu em 1921, antes da inauguração da “Santo Eugênio”.

Em 1928, é fundado o Colégio Instituto São José, que localizava-se na Rua XV de Novembro e atendia às exigências das famílias mais abastadas da cidade; em 1927 é inaugurado o primeiro prédio construído para a instalação da prefeitura, tendo sua localização na Praça Afonso Pena (SIQUEIRA, 2007).



Figura 4.3: Av. João Guilhermino e suas palmeiras imperiais, 2007.  
Fonte: Elaborado pela autora

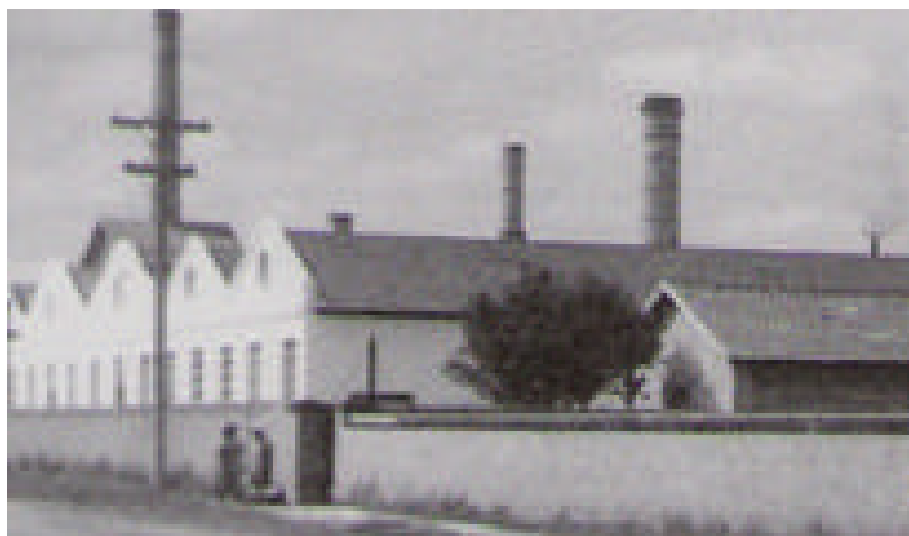


Figura 4.4: Vista da Fábrica Santo Eugênio, década de 1920  
Fonte: Santos (2006)



Figura 4.5: Vista da face frontal da Tecelagem Parahyba, década de 1930  
Fonte: Santos (2006)

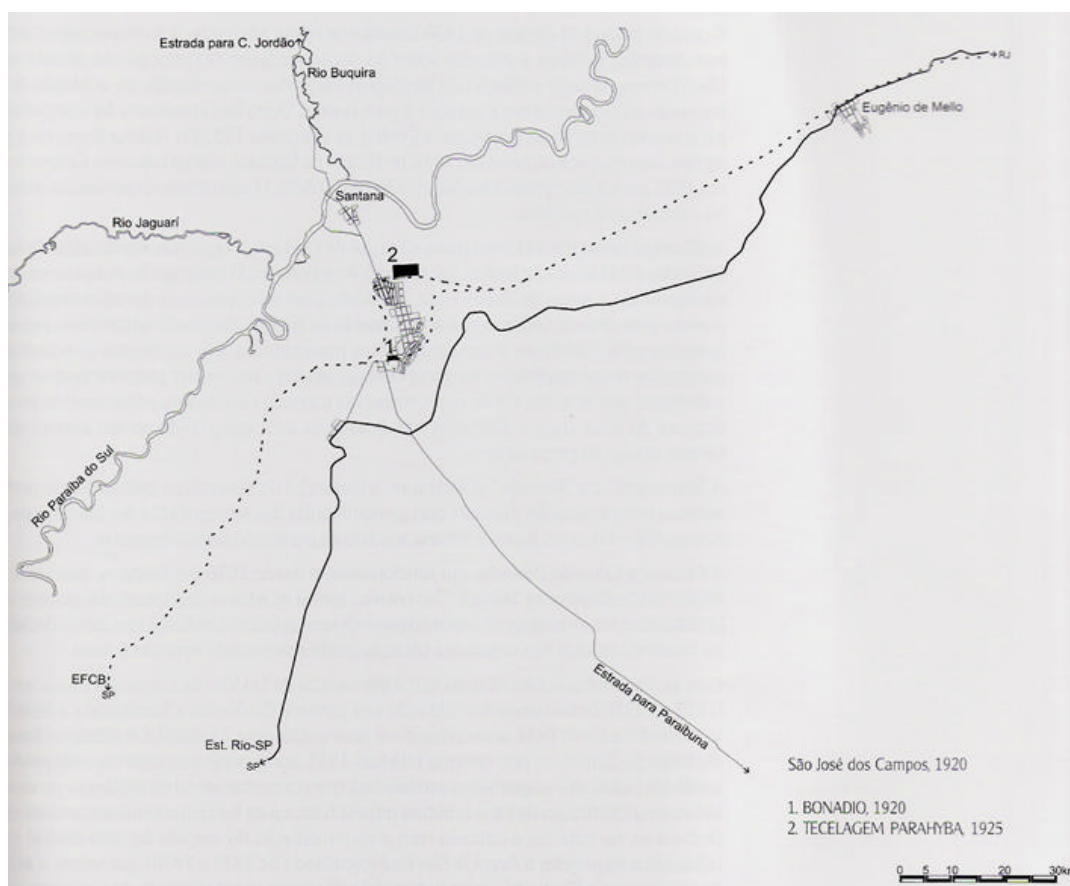


Figura 4.6: Mapa de localização das indústrias, 1920  
Fonte: Santos (2006)

A **década de 1930** (Figura 4.7) representou uma afirmação dos vetores constituídos pelos investimentos públicos e privados feitos na década anterior. Em 1933, Olivo Gomes, assume a direção da Tecelagem Parahyba, comandando, até a década de 1950, a formação de um verdadeiro complexo agroindustrial. Outro fato importante foi a organização dos pecuaristas em torno da Cooperativa Central de Laticínios, 1935. A linha férrea foi o principal atrativo para que se instalasse em 1938, no Distrito de Santana, o atual Laticínios Cooper, transferido em 1957 para a sede própria na Avenida Néelson D’Avila. Com as administrações municipais, sob a intervenção da Era Vargas, surgiu o primeiro zoneamento (1932 e 1933). Definiram-se inicialmente três zonas: a Comercial, a Sanatorial e a Residencial. A lei foi modificada em 1933, acrescentando-se uma quarta zona, a Industrial. A cidade foi então transformada em Estância Climatérica em 1935. Destaca-se, no entanto, o cuidado com a racionalização do traçado da área central e a noção urbanística ao projetar a Avenida São José (construída de 1938 a 1970), que voltou a área central da cidade para o Banhado (Figura 4.8), explorando a vista da várzea como elemento da paisagem urbana.

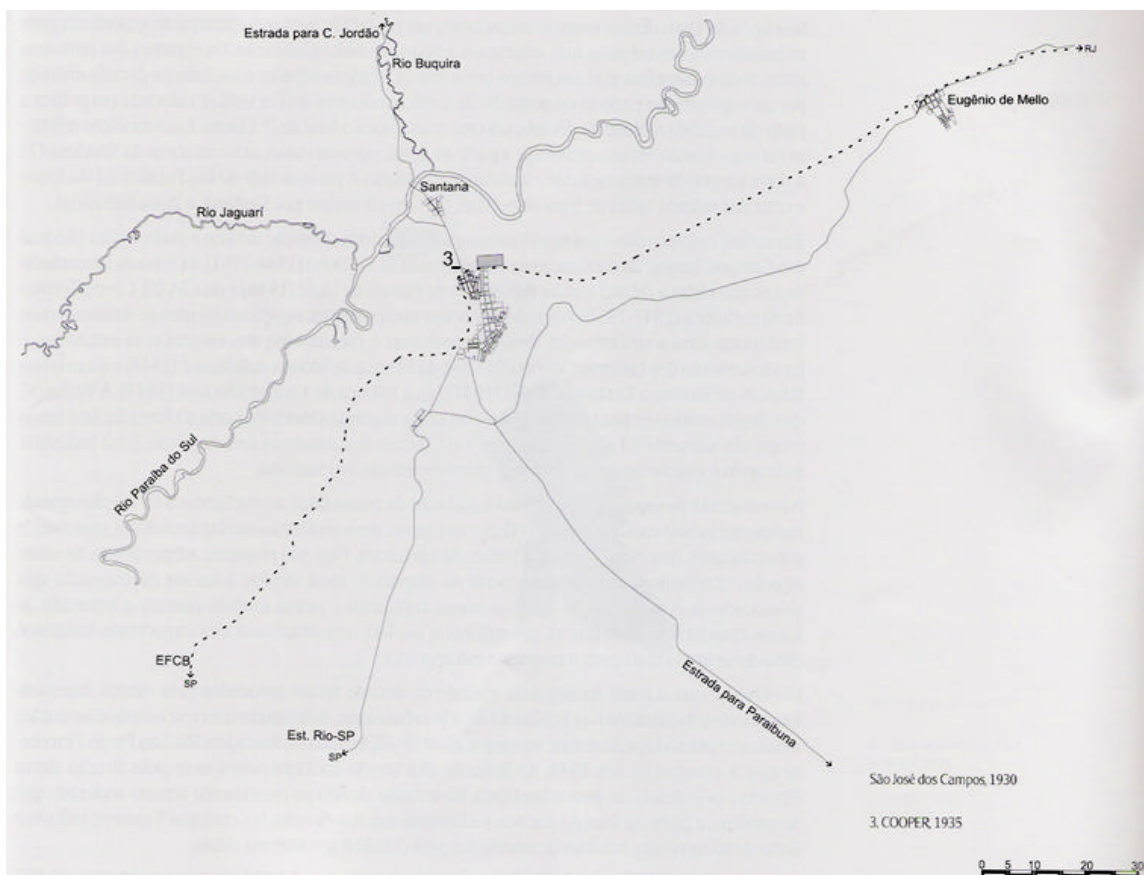


Figura 4.7: Mapa de localização das indústrias, 1930  
Fonte: Santos (2006)

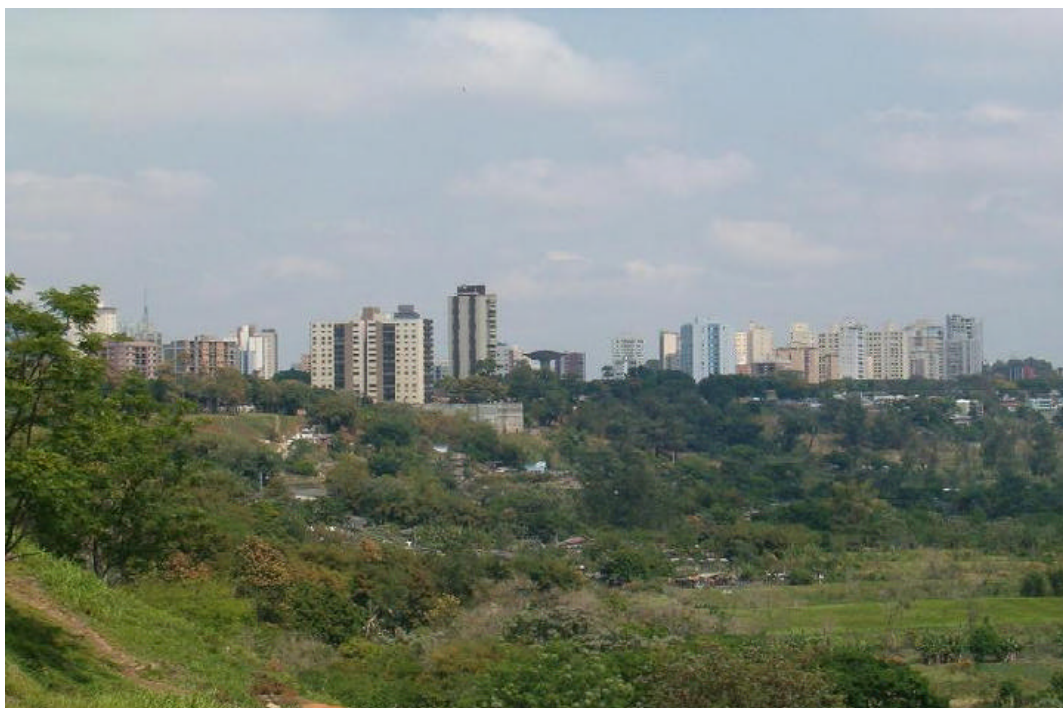


Figura 4.8: Vista geral do Banhado, várzea do Rio Paraíba, 2007

Rosa Filho (2002) em suas pesquisas, esclarece que a primeira favela em São José dos Campos surgiu em 1931, localizada no Banhado, atualmente denominada Jardim Esperança. Em 1932, surgiu a Linha Velha, posteriormente conhecida como Santa Cruz.

Observa-se que, apesar de todo o programa feito em termos de erradicação de favelas no município de São José dos Campos, a favela do banhado (Figura 4.9) é uma das que resiste e é atualmente a situação mais difícil de resolver, já que não é só a população da favela que está envolvida, pois na região do banhado, não da favela, se têm muitas residências de padrão médio e alto, onde se fosse aplicada uma legislação ambiental de fato, sairia não só a favela, mas diversas pessoas de classe média e classe média alta. Desta forma, é possível observar também os interesses econômicos agindo no espaço urbano.



Figura 4.9: Favela Banhado, várzea do Rio Paraíba, 2007

Na **década de 1940** a construção da primeira pista da Via Dutra (1944-1951), da linha de transmissão de energia elétrica de alta tensão do sistema de Furnas da Light (1946) e do CTA (Figura 4.10), Centro Técnico de Aeronáutica (1947-1950). Além desses novos componentes, significativos para se delinear novas tendências para a urbanização, deve-se considerar o crescimento das empresas já instaladas, o funcionamento dos Laticínios Vigor (1943), da Fábrica de Móveis artísticos Z (1948) e duas novas fábricas de louças, a Cerâmica Weiss (1941) e a Fábrica de Louças São José (1947) (SANTOS 2006).

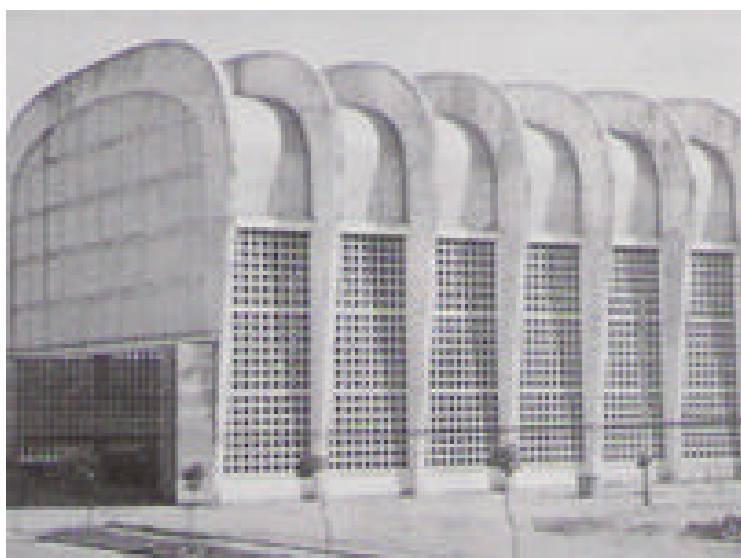


Figura 4.10: Laboratório de Estruturas do ITA, CTA, Oscar Niemeyer, 1947  
Fonte: Santos (2006)

Tanto o Laboratório de Estruturas do ITA, bem como sua Biblioteca (Figura 4.11) receberam a contribuição em seu desenho do arquiteto Oscar Niemeyer.





Figura 4.11: Biblioteca do ITA, desenhada por Oscar Niemeyer  
 Fonte: Foto tirada no ano de 2005, disponível em  
[http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o\\_Jos%C3%A9\\_dos\\_Campos](http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Jos%C3%A9_dos_Campos)

A localização das indústrias instaladas no município de São José dos Campos na década de 1940 pode ser melhor verificada na Figura 4.12:

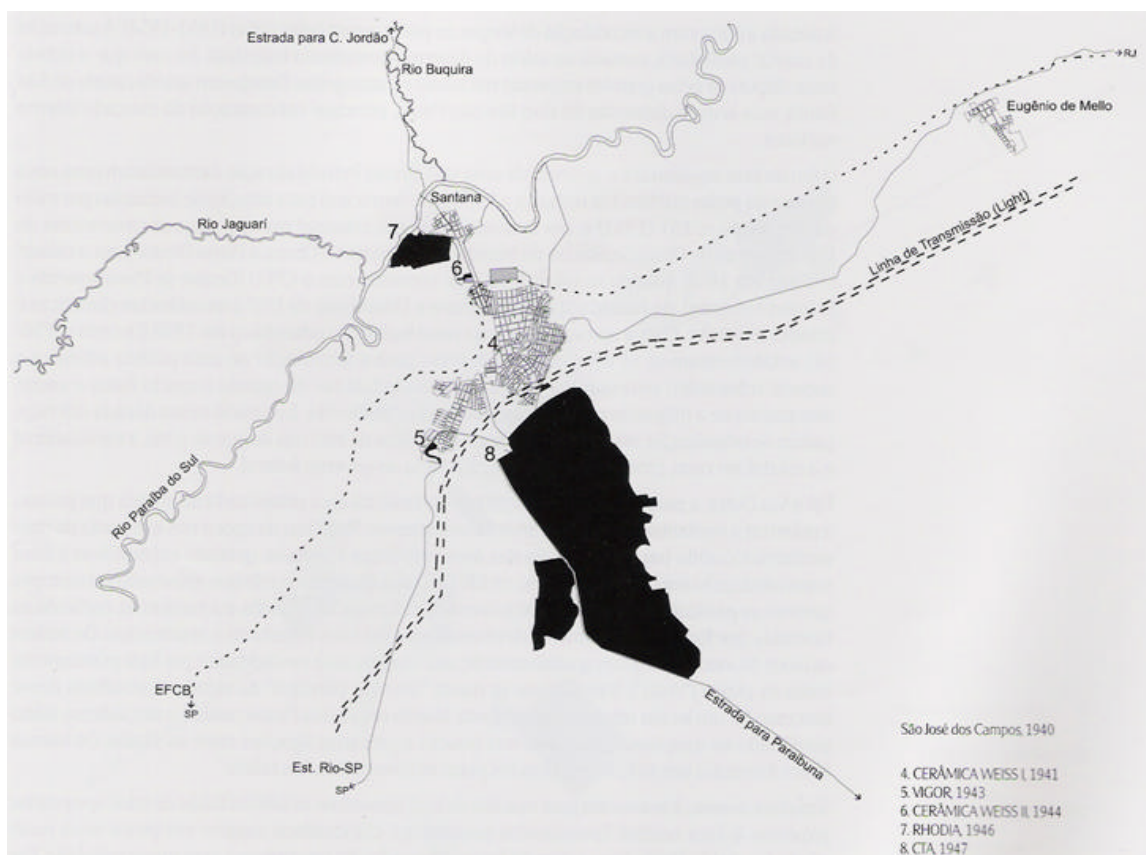


Figura 4.12: Mapa de localização das indústrias, 1940  
 Fonte: Santos (2006)

A **década de 1950** traz o fim da fase sanatorial. A Via Dutra, a partir de 1951 passa a polarizar a implantação de grandes investimentos (Figura 4.13), gerando grande demanda para

a aquisição das áreas mais próximas à rodovia, gerando expectativas e uma supervalorização imobiliária. Loteamentos para moradia de luxo aproveitam as últimas faixas de solos apropriados próximos à área central. Loteamentos populares e clandestinos surgem em plena zona rural afastados da Via Dutra. Nessa década foram aprovados 88 loteamentos pela municipalidade . Por outro, foram identificados cerca de 24 loteamentos clandestinos e a formação de uma favela na área central, no leito da antiga linha férrea, a Santa Cruz II. No final do período surgem na área central os primeiros edifícios, iniciando o processo de verticalização. Foram aprovados os primeiros loteamentos do outro lado do Rio Paraíba em Santana (SANTOS, 2006).

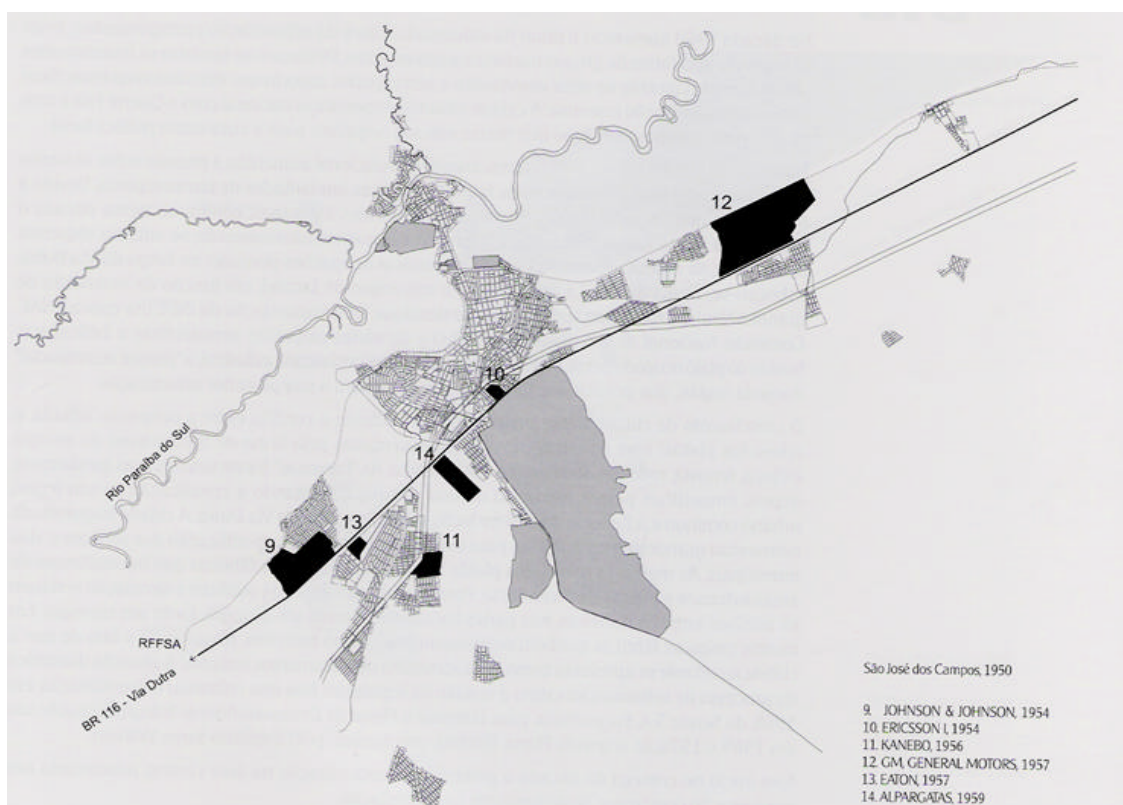


Figura 4.13: Mapa de localização das indústrias, 1950  
Fonte: Santos (2006)

Na **década de 1960** houve um aumento no ritmo da industrialização (Figura 4.14) e da urbanização protagonizadas pelas grandes plantas fabris de grupos nacionais e estrangeiros. Os investimentos públicos, especialmente no setor aeronáutico e aeroespacial, deram contornos específicos para a industrialização joseense. Destaca-se a criação do INPE (na época CNAE, Comissão Nacional de Atividades Espaciais) e de várias empresas aeronáuticas e bélicas nas bordas do platô ocupado pelo CTA. Estabeleceu-se uma especialidade industrial, o “parque aeroespacial” naquela região, que por sua vez tornou um vetor para a sua posterior urbanização. O crescimento da cidade nesse período tornou evidente o conflito entre a ocupação urbana, o relevo (os platôs) e as barreiras urbanas, representadas pela linha de

transmissão de energia elétrica, ferrovia, rodovias, Rio Paraíba e sua várzea. As “barreiras” foram vetores, mas tornaram-se depois, empecilhos para a expansão do uso urbano, dificultando a constituição de um tecido urbano contínuo e a fluência do tráfego local, sobrecarregando a Via Dutra. A cidade fragmentada demandou grandes obras públicas para evitar a saturação ou sub-utilização dos serviços e vias municipais. As melhores partes dos platôs foram ocupadas pelas fábricas que necessitavam de áreas extensas e planas de preferência. Para a habitação, espaços públicos e circulação restaram os retalhos entre as barreiras, nas partes baixas dos morros, geralmente, junto aos córregos. Em muitos casos as fábricas também se apresentaram como barreiras, ressaltando o fato de que a cidade resultante se apresenta como uma somatória de loteamentos isolados. A situação dramática do processo de urbanização exigiu a revisão da legislação, fato que culminou na contratação, em 1968, da Serete S.A. Engenharia, para elaborar o Plano de Desenvolvimento Integrado, publicado em 1969 e 1970, (o segundo Plano Diretor), coordenado pelo arquiteto Jorge Wilhein. Teve início no começo da década o processo de verticalização na área central, relacionada aos serviços e ao comércio e posteriormente para habitação (SANTOS 2006).

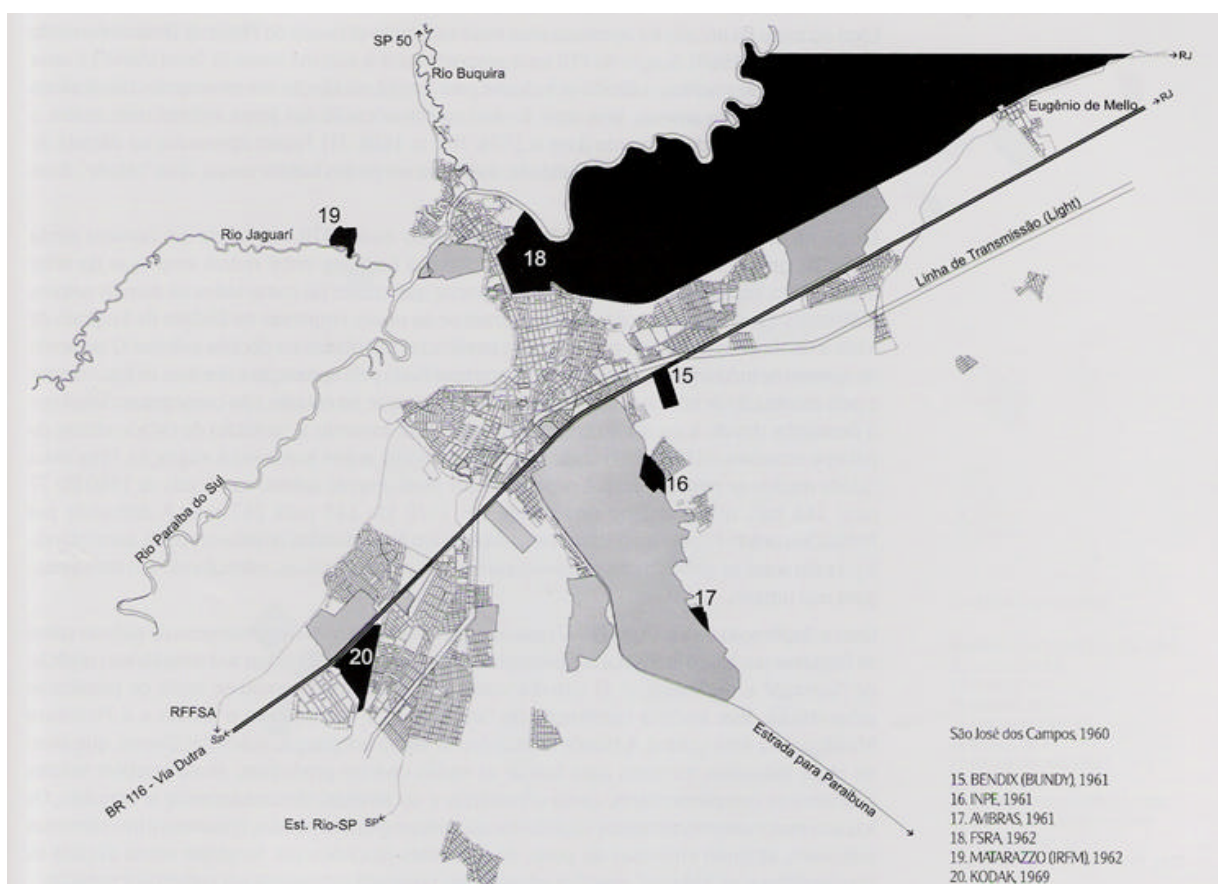


Figura 4.14: Mapa de localização das indústrias, 1960  
Fonte: Santos (2006)

Logo no início da **década de 1970** foi aprovada uma nova legislação derivada do Plano de Desenvolvimento Integrado, PDI (1969). Surgiu do PDI uma proposta para o

sistema viário (o “anel viário”) e uma nova lei para loteamentos, voltando-se inclusive para a regulamentação dos loteamentos clandestinos e, outra para o zoneamento, bem mais flexível na classificação das áreas, estimulando, assim, a verticalização e o adensamento (Leis n. 1576/70e n. 1606/71). A cidade adentrou os anos 70 recebendo um número ainda maior de grandes indústrias (Figura 4.15). Começa a funcionar a Embraer, entre outras empresas do setor aeronáutico, consolidando o parque aeroespacial que cresce tal como todos os demais setores industriais. O aumento do número de indústrias de grande porte foi acompanhado pela aprovação e abertura de loteamentos e pela construção de edifícios e conjuntos habitacionais, que, no entanto, não conseguiram satisfazer à demanda, devido à escala do crescimento. São José dos Campos assumiu a condição de cidade-vitrine do milagre econômico (1968-78) conduzido pelos militares, o que acentuou a migração. A população que praticamente dobrou na década de 1960 (de 77.533 para 148.332), quase dobrou novamente em 1970 (de 148.332 para 287.513). A demanda por habitação contribuiu para aumentar o preço da terra em áreas dotadas de infra-estrutura, aumentando a pressão sobre as glebas rurais, distantes, porém com preços acessíveis, estimulando seu loteamento para uso urbano. Com a duplicação da Via Dutra (1967) adensou ainda mais o uso das margens da rodovia como se formasse um bairro industrial regional e linear, situação que evidenciou sua simultânea condição de “barreira” e de “avenida”. O sistema viário local, deficitário, tornou-se fonte de problemas urbanísticos. Teve início a construção do “anel viário” e transferiu-se o Fórum e a prefeitura Municipal da área central. A cidade consolidou-se como um parque industrial diverso, que além de atrair indústrias menores para formar as várias cadeias produtivas, atraía também setores econômicos complementares, como o comércio e os serviços, destacadamente o bancário. Os loteamentos e empreendimentos imobiliários assumiram grandes escalas, envolveram altos investimentos, atraindo empresas de porte, de diferentes procedências. Surgiram nessa década os condomínios e as “cidades”, grandes loteamentos prevendo autonomia em comércio e serviços (SANTOS, 2006).

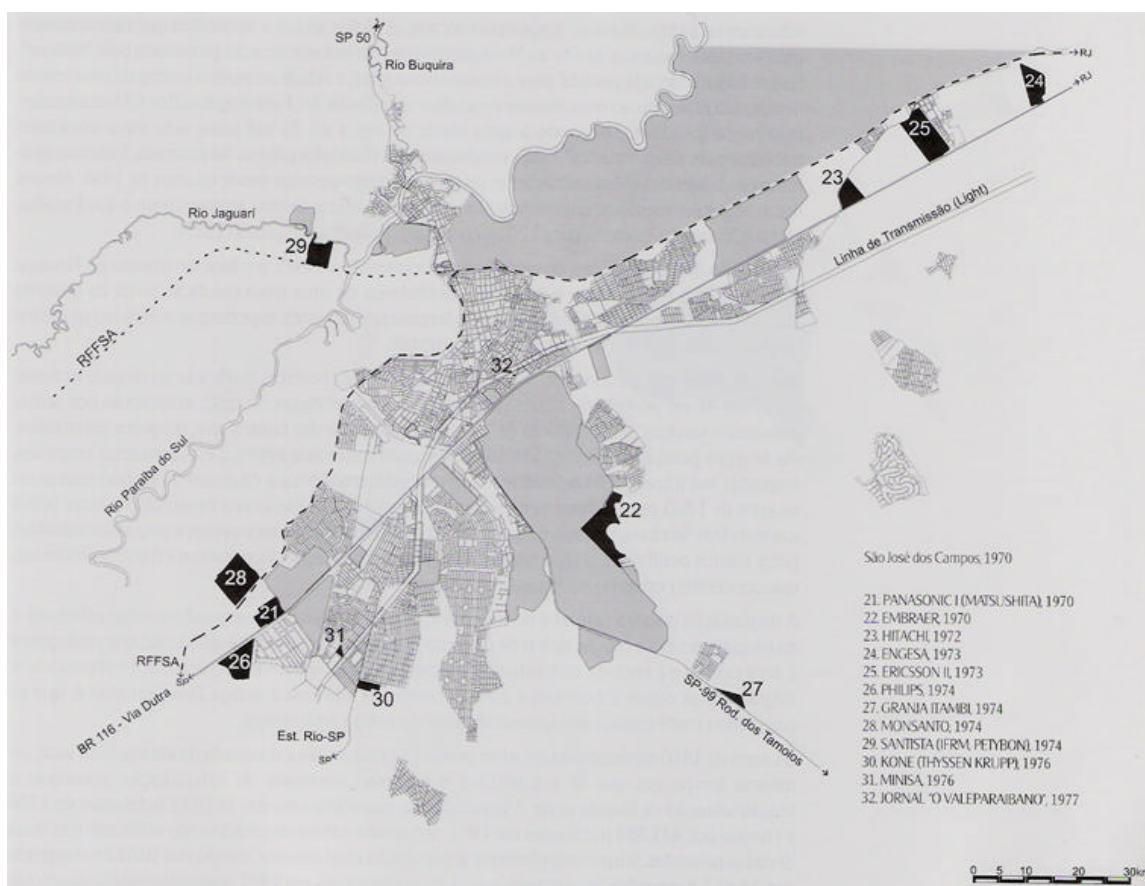


Figura 4.15: Mapa de localização das indústrias, 1970

Fonte: Santos (2006)

Em 1971, é criado o CODIVAP<sup>18</sup> – Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Relacionadas ao CODIVAP, estavam as tentativas de se produzir diagnósticos e diretrizes de planejamento regional e intra-urbano para o Vale do Paraíba e suas cidades, dentro da perspectiva dos próprios setores do planejamento estatal, de que a região poderia se configurar como uma região metropolitana e que merecia discutir índices de crescimento e formas de expansão econômica e territorial. Destacam-se o INPE e a Universidade de São Paulo como instituições que forneceram quadros técnicos para contribuir na construção do diagnóstico sobre a região e identificar perspectivas para o planejamento de seu crescimento.

A criação do CODIVAP visou a coordenação de esforços municipais, estaduais, federais e privados na Região do Vale do Paraíba, no sentido de promover seu pleno desenvolvimento. Sendo o Vale do Paraíba uma das regiões mais estudadas no Brasil, o acervo de informações nos diversos campos, em diferentes níveis é enorme. Daí a necessidade

<sup>18</sup> CODIVAP, Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba e Litoral Norte. **Caracterização e avaliação dos conhecimentos existentes sobre a região do Vale do Paraíba e diagnósticos resultantes.** São Paulo: Pindamonhangaba, 1971.

de uma primeira aproximação dos problemas através de uma sistematização dos conhecimentos já existentes sobre a caracterização da região em todos os aspectos que afetam o seu planejamento. Este trabalho permitiu fixar diretrizes para a complementação destes dados através da apresentação de elenco de novas pesquisas que, uma vez realizadas, criarão uma estrutura de informações para a programação sistemática de seu planejamento integrado. Esta abordagem tornou possível também, que se delineassem pré-diagnósticos de algumas áreas e se esboçassem algumas propostas de ação imediata. (CODIVAP, 1971).

A **década de 1980** apresentou o aumento das exportações do setor bélico, a expansão do INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, e o funcionamento da Revap (Petrobrás) a partir de 1982, mais as instalações de indústrias (Figura 4.16) como a Tectran, Orion e Panasonic II, fizeram com que o município desfrutasse de uma nova condição junto ao governo federal, consolidando sua condição de pólo tecnológico de ponta, aspecto que amenizou os efeitos negativos observados em outros setores industriais. Foram aprovados nesta década, 67 loteamentos pela municipalidade, chegando a uma oferta de cerca de 25 mil lotes: sete eram conjuntos habitacionais, duas “cidades” e dois condomínios. A dinâmica urbana foi marcada pelo lento adensamento e verticalização, ocupando os vazios gerados desde os anos de 1950. Alguns dos novos loteamentos e condomínios ganharam a várzea. Outros atravessaram o Rio Paraíba, como a “cidade”, projetada para 120 mil pessoas, chamada Urbanova em 1983 (SANTOS, 2006).

O número de favelas também aumentou na década de 1980, segundo estudos de Rosa Filho (2002) São José dos Campos saltou para um total de 12 favelas, já espalhadas por todas as regiões da cidade.

Na **década de 1990** os problemas habitacionais herdados da década anterior ainda repercutiam na primeira metade dos anos 1990. Observou-se a redução do número de loteamentos aprovados, pouco mais de vinte. Registrou-se no período a aprovação de cinco conjuntos habitacionais. Já a oferta de novos lotes diminuiu, mas manteve-se a dinâmica da ocupação dos vazios urbanos por meio do incremento do comércio e dos serviços nas vias principais dos subcentros, e, da construção de moradias em partes ainda não ocupadas. Percebeu-se no final da década que “novas cidades” surgiram dentro da cidade. Trata-se dos subcentros que formaram regiões que caminham para a “autonomia” e para verticalização. Em 1995, foi aprovado o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, PDDI (Lei Complementar n. 121/95) e em 1997, uma nova Lei de Zoneamento (Lei Complementar n. 165/97).



Figura 4.16: Mapa de localização das indústrias, 1980.  
Fonte: Santos (2006)

A verticalização e os novos loteamentos ocuparam os vazios mantidos pela especulação, ao mesmo tempo em que continuaram a ampliar as bordas da malha urbana já definida. A falta de segurança manifestou-se no espaço, perversamente ao longo da década, com o fechamento de ruas para se constituir condomínios privados. O fenômeno acentuou a fragmentação do ambiente urbano e a saturação das vias principais do sistema viário, apesar da complementação do “anel viário”, que aliviou os efeitos negativos do processo fragmentado de expansão urbana. As novas indústrias (Figura 4.17) instalaram-se em lotes remanescentes ao longo da Via Dutra, mantendo a tendência anterior de se afastarem da área central, concentrando-se no Distrito de Eugênio de Melo e na divisa com Jacareí (SANTOS, 2006).

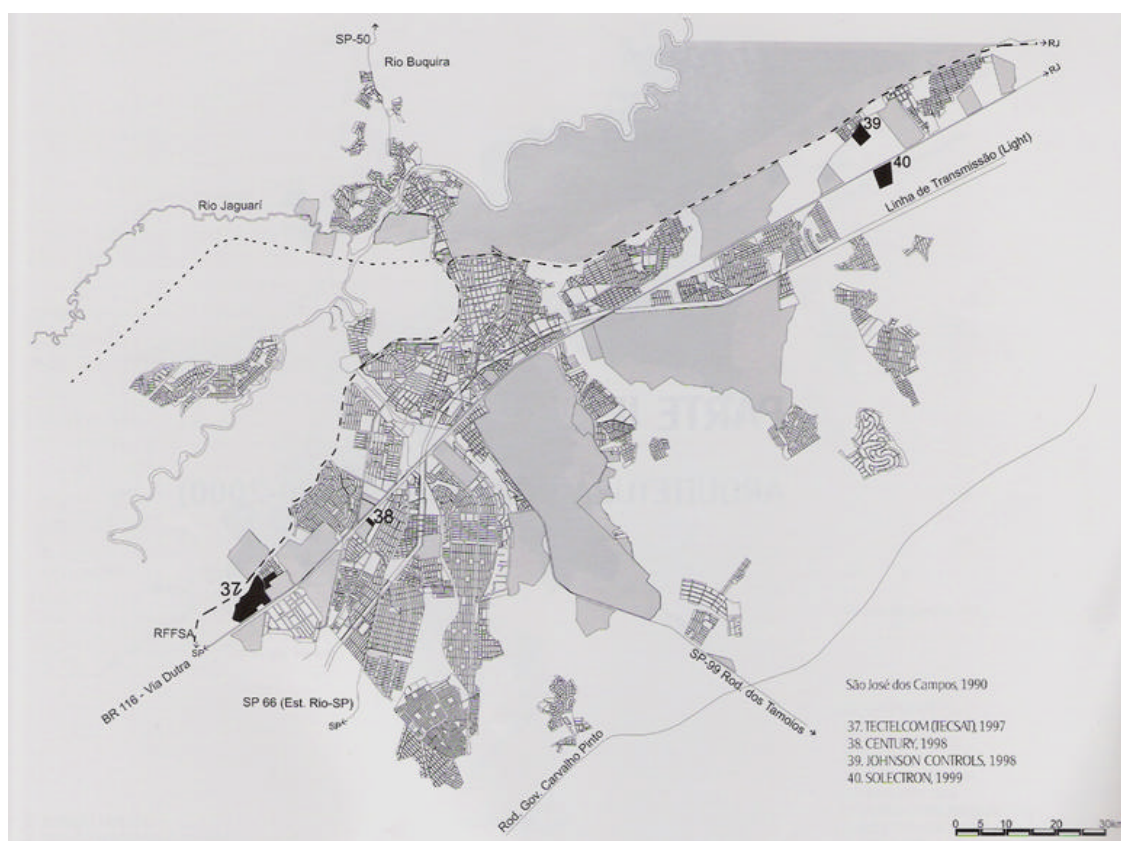


Figura 4.17: Mapa de localização das indústrias, 1990  
Fonte: Santos (2006)

Figura 4.18 apresenta o mapa de localização de todas as indústrias instaladas no município de São José dos Campos até o ano de 2000.



Figura 4.18: Mapa de localização das indústrias, 2000  
Fonte: Santos (2006)



Com este estudo apresentado sobre a industrialização no município de São José dos Campos nas décadas de 1920 a 1990, observa-se que na cidade as condições urbanas foram se desenvolvendo de acordo com a inserção de grandes indústrias.

Francisco de Oliveira (1982) em seus estudos, explica que a rede urbana brasileira não cresceu de um desdobramento do campo como na Europa. No Brasil tinha-se a zona rural e a cidade teve que ser construída para se ter o capitalismo, ou seja, a Revolução Industrial se deu atrelada a um processo de transformação da zona rural, onde criou-se a cidade para ser industrial, porque o urbano brasileiro anteriormente existente que já era evoluído ocorreu sem a industrialização, diferentemente da européia em que o “boom” da urbanização se deu com a industrialização.

O reflexo dessa industrialização acelerada no município gerou uma urbanização desordenada, onde com a oferta de emprego gerada pelas indústrias a migração de população, tanto da zona rural como de outros estados, cresceu consideravelmente. Porém, grande parte dessa população era caracterizada pelo baixo poder aquisitivo, instalando-se na periferia da cidade, o que gerou a saturação de algumas áreas, por exemplo, sul e leste.

O Ex-Secretário de Obras e Habitação do Município de São José dos Campos no período 1993/1996, Luiz Carlos Raimundo Pontes, em entrevista concedida à autora, esclarece:

*“... nós fizemos um planejamento estratégico para a habitação junto com o pessoal da URBAM (Urbanizadora Municipal S/A), junto com a Maria Regina de Ávila (Ex-Secretária de Desenvolvimento Social).*

*O que nós vimos, naquela época, que era importante fazer, primeiro: tentar recuperar, levantar as necessidades do município, porque a gente não tinha dados para poder embasar um estudo mais sério, pois os dados eram precários, e os dados não eram feitos pela própria URBAM. Tinha uma fila de mais de sete mil famílias e essa fila não andava. Ao mesmo tempo a CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano) estava fazendo quase mil e quinhentas (ou mil e duzentas) casas aqui. A Caixa Econômica Federal já tinha feito o D. Pedro I, que era um número grande também de casas, me parece que mil e duzentas casas, algo assim. Já tinha o Campo dos Alemães, que tinha sido começado pelo Bevilacqua. Então a gente verificava o seguinte, que aquela zona sul era um barril de*

*pólvora, porque só tinham pessoas carentes amontoadas lá e não tinha estrutura. Hoje tem asfalto, tem água, tem esgoto, mas quando nós chegamos as ruas eram de terra, a água só tinha em parte, tinha lugar que não chegava água, aquelas mil e duzentas ou mil e trezentas casas que a CDHU estava fazendo a previsão de água era para chegar a dois anos para frente.”*

Nesta pesquisa observou-se que a política habitacional municipal do Vale do Paraíba foi fundamentalmente feita em parte pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano) de São José dos Campos.

Identificou-se que não é só uma política de habitação, mas uma política de gestão urbana criar bolsão de população e habitação social no sul e no leste. A região sul foi ficando já saturada com a criação do Campo dos Alemães na década de 1980, em seguida começou-se o vetor leste.

A Figura 4.19, evidencia a gradativa transferência de moradores de assentamentos precários dentro dos programas de erradicação de favelas para as regiões sul e leste da cidade, cria-se um bolsão de assentamentos populares que contribui para configurar uma organização do território marcada pela precarização das condições habitacionais e urbanas nessas regiões.

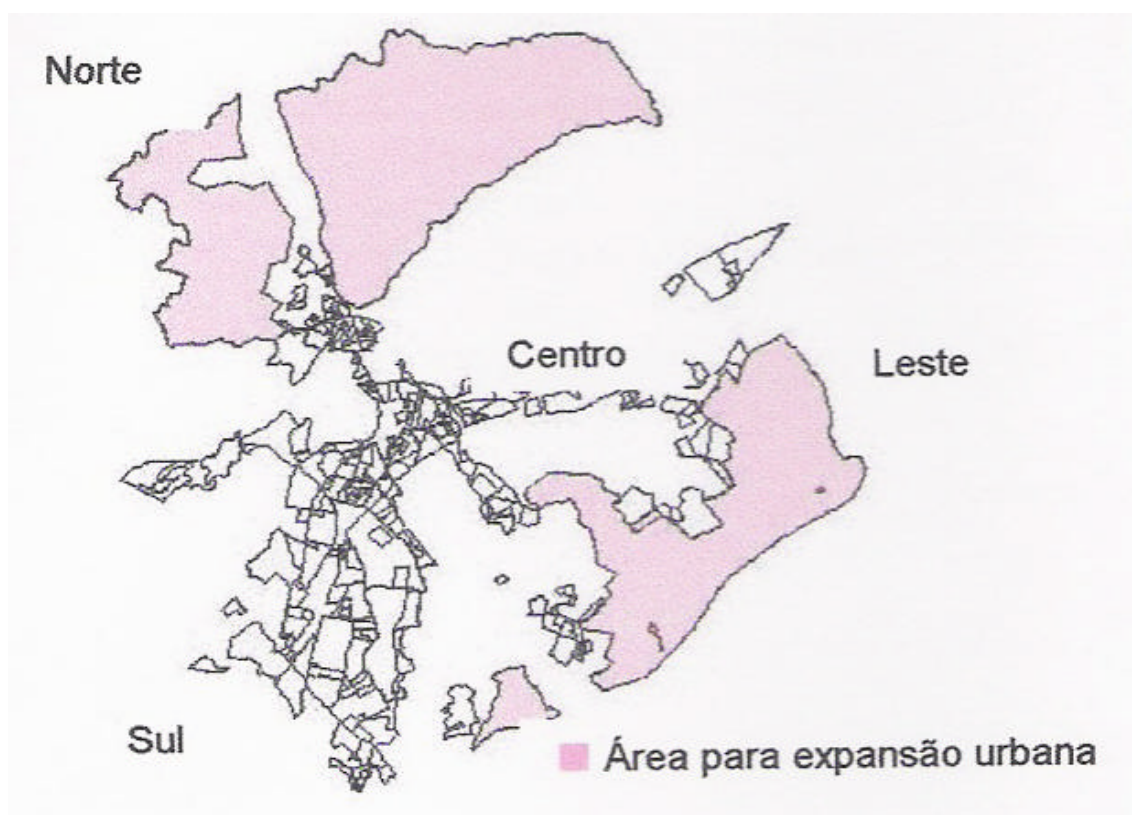


Figura 4.19: Área para expansão urbana de São José dos Campos.  
Fonte: Reschilian (2004)

Para uma compreensão da lógica das políticas públicas no município de São José dos Campos, se faz necessário um entendimento de como se deu sua implementação, objeto de estudo do próximo capítulo.

## **5 POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: A QUESTÃO HABITACIONAL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**

### **5.1 O contexto e a problematização**

Segundo Silva (2008) o problema habitacional no Brasil surge no final do século XIX em decorrência do capitalismo e do crescimento urbano acelerado. No período de 1890 a 1930, a intervenção estatal na habitação foi tratada como caso de polícia pelo autoritarismo sanitário. Não existiam programas de financiamento da casa própria e o poder público só atuava no controle sanitário das habitações, na legislação e nas obras de saneamento. Uma das principais formas de habitação utilizadas para alojar essa população que chegava às cidades era o cortiço. O cortiço era formado por pequenas casas construídas para aluguel, com tanques de lavar roupa e instalações sanitárias de uso comum. Era uma forma coletiva de habitação destinada à população de baixa renda. Os cortiços foram tolerados pela classe burguesa enquanto essa situação foi conveniente para estes. Porém, quando começaram a interferir na vida e nos lucros da burguesia, os cortiços passaram a ser combatidos e destruídos.

A autora esclarece que outra forma de habitação popular usada como resposta do capitalismo à falta de acesso à moradia, foram as vilas operárias, que eram construídas pelos industriais para seus funcionários, no caso a mão-de-obra especializada.

De acordo com Villaça (apud SILVA, 2008), a maioria das vilas operárias no Brasil foi construída em cidades do interior, onde era necessário atrair e reter mão-de-obra, ou foi oferecida apenas a operários qualificados, que eram mais raros. Baseado num levantamento efetuado em 1919 pelo Departamento Estadual do Trabalho, Nabil Bonduki (apud SILVA 2008, p.65) revela que das 227 empresas pesquisadas no Estado de São Paulo apenas 37 forneciam casas a seus operários; destas, apenas 11 (28%) se localizavam na cidade de São Paulo onde estavam 57 das empresas pesquisadas. Também no Brasil, como na Europa, muitas indústrias exerciam um controle excessivo sobre a vida privada dos moradores. As vilas operárias não tiveram sucesso enquanto solução para a questão habitacional, principalmente pelo número insuficiente frente às necessidades habitacionais. Com isso, surgiram as favelas como uma substituição aos cortiços, quando da perseguição pelo Estado sanitaria e higienista a este tipo de habitação.

Em São José dos Campos, Maria Regina de Ávila Moreira, Ex-Secretária de Desenvolvimento Social no período 1993/1994, em entrevista realizada pela autora, esclarece que não havia no município uma Secretária de Habitação e sim uma Secretária de Obras.

*“... nós tínhamos Secretaria de Obras e aí com a entrada do Governo Angela Guadagnin (1993/1996) se torna a Secretaria de Obras e Habitação. O que se teve na área de habitação foi só uma ação de desfavelamento de algumas favelas anteriormente ao Governo da Angela. Com o Governo dela se começa a pensar numa política habitacional por município muito em função do orçamento participativo, que foi uma iniciativa do Governo Angela...”*

Segundo Maria Aparecida Conde, Ex-Secretária de Desenvolvimento Social do Município de São José dos Campos no período 1994/1996, até a década de 1970 não havia efetivamente políticas públicas em São José dos Campos, havia programas e projetos. Houve um grande avanço a partir da Constituição Federal de 1988, que considerou a assistência social como política pública.

Segundo Fernandes<sup>19</sup> (apud INSTITUTO PÓLIS 2002) até a aprovação, em 1988, do capítulo constitucional sobre política urbana (Artigos 182 e 183 da Constituição Federal do Brasil), além dos diversos problemas de ordem técnica, financeira e político-institucional existentes, havia também muitos obstáculos de ordem jurídica à devida implementação dessas políticas e programas de regularização. Com a aprovação da Constituição, e o reconhecimento constitucional do direito de moradia como um direito social (emenda nº 26, de 14 de fevereiro de 2000), e com a aprovação do Estatuto da Cidade (acompanhado pela medida provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001), a situação se transformou. A nova ordem jurídica dá suporte inequívoco à ação dos governos municipais empenhados no enfrentamento das graves questões urbanas, sociais e ambientais que têm diretamente afetado a vida de todos os que habitam as cidades brasileiras.

Para o autor, reconhecendo o papel fundamental dos municípios na formulação de diretrizes de planejamento urbano e na condução do processo de gestão das cidades, o Estatuto da Cidade não só consolidou o espaço da competência jurídica e da ação política municipal aberto pela Constituição de 1988, como também o ampliou sobremaneira, especialmente na questão da regularização fundiária.

De acordo com estudos realizados pelo Instituto Pólis (2002), o Estatuto da Cidade foi promulgado com as seguintes oportunidades legais:

---

<sup>19</sup> Édesio Fernandes é advogado, professor da London University – Development Planning Unit e coordenador da Rede Brasileira sobre Regularização. Coordenador e editor do capítulo I referente ao livro: **Produção Socioeconômica, Política e Jurídica da Informalidade Urbana**. São Paulo: Instituto Pólis, 2002.

- A possibilidade de operar coletivamente o Usucapião especial constitucional urbano para fins de moradia, bem como a Concessão Especial de Uso para fins de Moradia, tornando esses instrumentos muito mais poderosos. A utilidade pode ser constatada quando se pensa em um assentamento hipotético de quatrocentas famílias – aquilo que antes do estatuto seriam quatrocentos processos – passou a ser levado adiante em apenas um, com legitimidade infinitamente superior, aumentando a agilidade e a eficácia e diminuindo os custos da demanda judicial.
- A Regularização da Concessão Especial de Uso para fins de Moradia<sup>20</sup> pela Medida Provisória nº 2.220/2001, que é excelente notícia para as famílias moradoras de áreas públicas no país, bem como para aqueles municípios que já desejavam a regularização dessas áreas. Assim como nas áreas privadas as famílias têm direito ao Usucapião (desde que atendidos os requisitos legais), nas áreas públicas, elas terão direito subjetivo<sup>21</sup> à Concessão Especial de Uso. Antes, uma verdadeira construção jurídica tinha de ser feita para garantir a continuidade da posse das famílias nessas áreas – a interpretação combinada do Código Civil, da lei nº 6766/79 e de algumas Constituições Estaduais tornava a regularização quase impossível. Mas essa regularização fundiária ainda dependerá de um processo de gestão urbana bem conduzido, pois, ainda que exista o direito subjetivo à concessão de uso de imóvel público, a concessão poderá ser outorgada em outro local, a depender da situação.
- A previsão legal do instrumento das ZEIS<sup>22</sup> que permite a inclusão dessa nova figura no ordenamento urbanístico e no zoneamento dos municípios. Consolida-se, assim, a cultura de que a cidade é produzida de diferentes maneiras e de que, desde que respeitada a dignidade da pessoa humana, a habitabilidade do assentamento e, em última instância, o direito de todos à moradia, é possível conviver com essas diferenças.

---

<sup>20</sup> A Concessão Especial de Uso para fins de Moradia é um direito garantido pelo Estatuto da Cidade para regularizar áreas públicas onde residam moradores de baixa renda, uma vez que os imóveis públicos não podem ser adquiridos pelo Usucapião (instrumento de regularização fundiária que assegura o direito à moradia e garante o cumprimento da função social da propriedade por meio de uma política de regularização fundiária).  
Fonte: Instituto Pólis 2002, p.98

<sup>21</sup> Direito Subjetivo: um poder e uma faculdade advindos de uma regra interposta pelo Estado na proteção dos interesses coletivos.  
Fonte: Disponível em <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6004>

<sup>22</sup> As Zeis são zonas urbanas específicas, que podem conter áreas públicas ou particulares ocupadas por população de baixa renda, onde há interesse público de promover a urbanização e/ou a regularização jurídica da posse da terra, para salvaguardar o direito à moradia.  
Fonte: Instituto Pólis 2002, p.92

Todas as boas oportunidades legais trazidas pelo Estatuto da Cidade só auxiliarão as nossas cidades se os programas de regularização forem combinados com profundas alterações no processo de gestão da política urbana e habitacional.

Outro desafio é a incorporação efetiva da população beneficiária das intervenções em todo o processo de regularização. Isso implica uma parceria entre o Governo e os moradores. A idéia de parceria exige participação permanente, que começa com a mobilização da comunidade para reivindicar ao Poder Público a regularização fundiária do assentamento (em esferas como o Orçamento Participativo) e em seguida torna permeável, à participação dos moradores atingidos pelo projeto, o planejamento, a execução, a fiscalização, a avaliação e o acompanhamento da pós-intervenção. Depois do Estatuto da Cidade, com as inovações que trouxe na possibilidade de regularização coletiva dos assentamentos, essa participação é, mais do que nunca, uma pré-condição para o sucesso da intervenção, pois serão necessários ritmos, sincronidades e informações, que não podem ser obtidos de forma eficaz sem a participação ativa da população moradora da área a ser regularizada.

Para produzirem impacto efetivo sobre a desigualdade social, os programas de regularização precisam ser formulados em sintonia com outras estratégias socioeconômicas e político-institucionais, sobretudo através da criação de oportunidades de emprego e fontes de renda. Devem ser combinados e apoiados por um conjunto de processos e mecanismo de várias ordens: financeira, institucional, planejamento urbano, políticas de gênero, administração e gestão fundiária, sistemas de informação e processo de mobilização social.

A habitação, principalmente dos setores de renda mais baixa, deixou de ser produzida em moldes tipicamente capitalistas, passando a ser considerada uma questão social, esfera da ação do Estado, ou produção doméstica, a cargo do morador. Este processo foi fundamental para a formação das periferias, vale dizer da maior parte das cidades brasileiras contemporâneas, com todos seus dramáticos problemas (BONDUKI 2005).

Para Luiz Carlos Raimundo Pontes, Ex-Secretário de Obras e Habitação no período 1993/1996 do município de São José dos Campos:

*“A Constituição Federal de 1988 passou muita responsabilidade para os municípios, realçou uma questão importantíssima que as pessoas se negam a enxergar que é a questão do valor social da terra, da propriedade e estimulou de certa forma, o controle público e a participação popular. Abriu uma brecha de se ter Conselhos...”*

Pontes observa ainda que,

*“O Conselho Municipal de Habitação foi aprovado pela Câmara, ele mais o Fundo Municipal de Habitação, durante a gestão da Angela em 1994 e começou a funcionar em 1995. Esse Conselho teve reunião até final de 1996, de 1997 pra cá ele não teve mais reunião. Não deram continuidade, apesar de que usaram a lei, como usaram e usam até hoje o Fundo Municipal de Habitação, para poder conseguir recursos do Governo Federal. Porque o Governo Federal diz que, isso deste a época do Fernando Henrique Cardoso, para transferir dinheiro para o município, o município tem que fazer uma política de forma participativa.”*

Maria Regina de Ávila Moreira (Ex-Secretária de Desenvolvimento Social) complementa:

*“Na Secretaria de Obras e Habitação o Conselho Municipal de Habitação que era um conselho popular nunca mais se reuniu depois que o Governo da Angela acabou. Foi o primeiro conselho que tinha mais representante da chamada sociedade civil do que do Governo e dava certo, claro que tinham muitas brigas porque você lidar com o espaço urbano, com os interesses do espaço urbano não é fácil, mas era um Conselho que funcionava.”*

Nota-se que no município de São José dos Campos a política habitacional até a década de 80 era baseada em programas de erradicação de favela gerando uma segregação sócio-espacial, com o Governo do Partido dos Trabalhadores de 1993 a 1996 deu-se prioridade a inserção da população com uma participação popular mais efetiva tanto no que diz respeito ao orçamento participativo quanto em projetos e programas ligados às áreas sociais, de habitação, de saúde, de educação, etc.

No entanto, o que se vê é descontinuidade dos programas nas diferentes administrações municipais. Estes programas demandam tempo para serem concluídos, é importante que os mesmos não se percam ao longo dos mandatos.

Observa-se neste estudo que no Governo do Ex-Prefeito Emanuel Fernandes volta-se à lógica de uma política de programa de erradicação de favela como política habitacional continuada pelo Governo atual.

Do ponto de vista da lógica urbana, quando se urbaniza e regulariza a favela se onera também a vida das pessoas, pois estas terão que pagar pelos e serviços, pela luz, pela água. As pessoas passam a ter um custo que não se tinha na favela irregular. Cria-se de certa forma



outro problema, pois a expectativa das pessoas é ter os benefícios, mas percebem que não são vantajosos. Torna-se uma questão contraditória. Nos estudos atualmente existentes muito pouco se faz para lidar com esse universo do cultural, do imaginário, da mentalidade. A não ser pelo viés de uma linha como a que foi adotada pelo Professor Doutor José Oswaldo Soares de Oliveira<sup>23</sup> em seus estudos no município de Cunha – SP, onde se trabalhou efetivamente com a comunidade, não com planos diretores ou normativas, e sim com uma lógica mesmo sendo mais trabalhosa e longa, mas no sentido de que não é só fazer com que as pessoas possam participar e decidir sobre o que elas querem, mas que elas possam entender a si próprias no mundo, para que as pessoas possam entender de fato quais são suas expectativas ou se as suas expectativas são contraditórias com a vida que elas têm.

Observou-se que a favela não é uma falta de opção, esse modo de vida, de perspectiva de sobrevivência vinculada ao assentamento precário das favelas, ele é resultado de todo um processo como, por exemplo, a dificuldade de acesso ao mercado imobiliário, mas na medida em que se constitui em determinados lugares e se cria um conjunto de ações para garantir a sobrevivência, aquilo passa a ser opção e não mais falta de. Da mesma forma, o ciclo de geração das famílias onde se vê na favela filhos, netos e bisnetos, ou seja, famílias que moram mais de 40 anos na própria favela, há uma sucessão de gerações que já são criadas no modo de vida das famílias. É importante entender esse universo na hora de se fazer planejamento urbano ou considerar uma política pública.

A Dra. Angela Moraes Guadagnin acrescenta:

*“Essa é a grande dificuldade, porque se tira as pessoas que construíram uma vida em comum, pois o pessoal da favela tinha mais de quarenta anos que estavam lá, onde o pai nasceu na favela, os filhos nasceram lá e que tem toda uma vida de comunidade, assim como eu que moro nessa casa há trinta e seis anos, ou seja, se cria o espírito de*

---

<sup>23</sup> Coordenador Adjunto do Projeto "Cunha, SP, Raízes Caipira": Observatório Regional de Gestão e Planejamento Participativo, desenvolvido no Laboratório de Psicologia Social e Intervenções do Instituto de Psicologia Social da Universidade de São Paulo, sob a coordenação geral da professora Eda Terezinha de Oliveira Tassara. O Projeto propôs métodos de planejamento participativo, desenvolvendo dinâmicas de laboratórios sociais no Distrito de Campos Novos de Cunha, a partir da rede escolar, em especial capacitando os professores como agentes multiplicadores desta proposta, com desdobramento aos estudantes em suas diversas faixas etárias, bem como à comunidade, resultando em processos de discussão sobre a realidade, seus problemas e suas perspectivas de futuro, sempre privilegiando os espaços públicos, sobretudo, em mini-fóruns e fóruns. O Relatório do Projeto encontra-se em etapa de finalização.

*comunidade. Favela também tem espírito de comunidade e acabaram com isso, quando se pega: família A vai para casa Um, família B vai para a casa Dois, colocando pessoas para morarem perto que eram inimigas na favela, que não se cruzavam e passaram a ser vizinhos, gerando um conflito social grave porque não se trabalhou essa questão...”.*

Algumas famílias nas favelas possuem plantações, pomar em seus terrenos, bem como criam animais, vivendo em um espaço maior, onde o meio de sobrevivência é propiciado por estar ali, e ao serem deslocadas para conjuntos habitacionais em áreas mais distantes, sem nenhum ou precariamente aparato habitacional de elementos como perspectiva de geração de emprego e renda, estrutura de saúde, de educação, cultura, transporte e lazer, perdem essa inserção no meio, no acesso aos bens e serviços e especialmente a algum programa de geração de emprego e renda. Essa população, muitas vezes, sai dessa moradia e acaba voltando para uma situação precária, ou seja, a morar em favelas.

Assim, observa-se que a lógica das favelas se constitui em se colocar perto de alguma coisa, ou seja, no centro ou em áreas em que a oferta desses aparatos seja concreta. É preciso desmistificar a idéia de que favela é problema, não é a solução do ponto de vista ideal, desejado, mas ela estabelece outra lógica dentro desse cenário que é absolutamente agressivo contra àqueles que não conseguem ocupar o lugar na sociedade.

Como se compõe esse universo do morador de baixa renda? Qual é a perspectiva de vida para quem está nessa situação, mesmo que obtenha moradia digna? A partir do momento que se buscasse o alcance das chamadas condições mínimas de dignidade só aí que haveria condição para se ter outros desejos e outras aspirações do ponto de vista cultural, do lazer, de educação, etc., atendendo de forma mais participativa essas questões.

## **5.2 O Orçamento participativo**

Dentro de uma perspectiva mais ampla de luta pela democratização do Estado, muito se tem defendido a criação de mecanismos que possibilitem a participação dos cidadãos na definição do orçamento de das políticas públicas.

O Orçamento Participativo é uma nova forma de definir o orçamento público. Através dele a população é chamada a participar ativamente de todo o processo em reuniões públicas em que são definidas prioridades para investimentos e programas públicos.

Essa nova forma de relação entre governo e comunidade exige postura que privilegie a transparência nas aplicações dos recursos públicos e baseia-se na capacidade de antever os problemas e de ouvir e respeitar as propostas e decisões populares.

A experiência dos movimentos sociais e das forças progressivas vem demonstrando que é fundamental, para a construção da justiça social e da democracia, a ampliação da participação do cidadão nas decisões do Estado. As pautas de reivindicação e a indignação diante das injustiças e mazelas produzidas pelas elites conservadores são elementos fundamentais de nossa política, mas não suficientes para forjar um projeto transformador da realidade. Expandir o espaço de participação do cidadão no controle, fiscalização e definição das prioridades do Estado é um objetivo estratégico para os que estão dispostos a construir a democracia e a justiça social em nosso país. O controle social do Estado deve ser uma perspectiva que devemos perseguir e um projeto que precisamos construir no nosso cotidiano (ALMEIDA, 2000).

A Constituição Federal do Brasil de 1988 estabeleceu a obrigatoriedade da realização de planejamento das ações do Poder Público através do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (Lei nº 11.439 de 29/12/2006) e do Orçamento Anual. Essa decisão dos constituintes expressou uma vontade de impingir planejamento das ações governamentais, garantindo a concretização de metas programáticas e reduzindo a influência do ímpeto meramente fisiológico e imediatista. O Orçamento deve ser a implementação das prioridades e diretrizes contidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias através da aplicação dos Recursos Públicos. Nele estarão previstas as receitas e despesas da administração durante um ano. A Lei de Diretrizes Orçamentárias por sua vez, é detalhamento anual dos programas definidos no Plano Plurianual. Nota-se evidentemente, que o bom emprego desses instrumentos pode resultar em gestões capazes de aplicar bem os recursos e de intervir no desenvolvimento social e econômico de uma cidade (ALMEIDA, 2000).

Entre os municípios reconhecidos hoje pela utilização de práticas bem sucedidas se encontram: Porto Alegre, com a experiência do orçamento participativo de 1989 a 1995, decidindo sobre aproximadamente 30% do orçamento total; Betim, com o orçamento participativo, de 1993 a 1995; Jaboatão dos Guararapes, com a revitalização da Bacia da Lagoa Olho D'água; Curitiba, com a auditoria não-governamental do programa de saneamento ambiental da região metropolitana; Belo Horizonte, com a urbanização de favelas e prevenção em áreas de risco; Fortaleza, com a parceria e participação em programas de gestão urbana e habitação; Santos, que apresentou o programa integrado de criança e da família; Campinas, que desenvolveu o programa de educação e segurança no trânsito; São Paulo, com a experiência da administração de Luiza Erundina (Ex-Prefeita de São Paulo

1989/1993), com o programa de habitação, mutirão e autogestão (BONDUKI, 1996); e, entre tantas outras, a experiência de São José dos Campos, 1993 a 1996, com o orçamento participativo (MOLINA, 2004).

Maria Regina de Ávila Moreira comenta:

*“O orçamento participativo acabou sendo uma estrutura funcional da Prefeitura, então você tinha representantes nas regiões que procuravam verificar se aquelas deliberações do orçamento participativo estavam caminhando. E na parte social a fiscalização era feita pelos conselhos e centros comunitários e funcionava.”*

Como podemos observar nas transcrições das entrevistas realizadas pela autora, o Poder Público atual do município tem em sua lógica de política pública manter excluída ou reprimida a classe popular, usuários do Sistema Municipal e dos Planos Diretores.

No entendimento dos depoimentos percebemos que, na maior parte os programas implementados, principalmente no campo habitacional, como no orçamento participativo em questão, geralmente acabam quando se muda o governo, devido à visão política do partido que assume ser diferente do governo anterior, ou seja, não havendo a continuidade dos programas.

O enfraquecimento do poder regulatório do aparelho de Estado não se dá porque este estaria cedendo poder decisório à sociedade civil sob pressão de movimentos sociais – fenômeno que, com consistência ao menos, é bem raro –, mas sim porque se substitui em larga medida um controle mais ambicioso do uso do solo por um imediatismo mercadófilo<sup>24</sup>, em cujo âmbito, para atender ao capital privado, as regras (zoneamento) podem ser transgredidas sem maiores cerimônias, em meio a “negociações” e “parcerias” entre o Poder Público e os investidores e sob o amparo de instrumentos “flexibilizadores” (SOUZA, 2006).

O orçamento participativo é uma experiência em que é necessária uma continuidade desse processo para que de fato as políticas públicas implementadas possam melhorar efetivamente a qualidade de vida da população.

No Brasil, disputas políticas e de poder acabam se sobrepondo ao interesse público e ao bem-estar da população.

---

<sup>24</sup> O que conta, neste estilo de planejamento mercadófilo, é a capacidade da cidade de atrair investimentos: do oferecimento generoso de infra-estrutura para mega - empreendimentos empresariais até incentivos fiscais, passando pelo “marketing urbano” (vantagens de se investir na cidade).

Fonte: [http://www1.univap.br/~sandra/aula\\_2007.pdf](http://www1.univap.br/~sandra/aula_2007.pdf)

Observamos que em São José dos Campos vê-se uma utopia onde grande parte da população vive em assentamento precário irregular<sup>25</sup> e o ideal é que não houvesse, ou seja, que tudo fosse regularizado.

Nessa perspectiva Souza (2006) afirma que “se a humanidade não parou por completo de sonhar, seus sonhos, por certo, tornaram-se, nas últimas décadas, geralmente muito mais pobres, e o ato de sonhar, algo esporádico”.

É o sonho que impulsiona. Parar de sonhar significa render-se à mediocridade do presente – seja como resignação melancólica, seja como oportunismo cínico (SOUZA, 2006).

Se para os mais ricos a casa própria pode ser importante por aspectos simbólicos e subjetivos, como satisfação própria, garantia de estabilidade e criação de um ambiente doméstico compatível com o gosto, status social e cultural da família, para os pobres, além desses elementos, a opção pela casa própria torna-se o refúgio seguro contra as incertezas que o mercado de trabalho e as condições de vida urbana reservam ao trabalhador que envelhece (BONDUKI, 2004).

Desta forma, Marques e Torres (2005) acreditam que a compreensão predominante sobre a pobreza urbana, as periferias, a segregação e as desigualdades socioespaciais no Brasil leva muitas vezes à execução de políticas públicas mal direcionadas, mesmo quando há interesse e decisão de executar tais iniciativas. Por que isso acontece? Porque a visão hegemônica tende basicamente a ver as periferias como homogêneas socialmente e carentes de quase tudo, e tende a encarar a segregação como um processo unificado, unidimensional e perfeitamente cumulativo. Como solução, a visão predominante tende a prescrever genericamente políticas redistributivas para espaços periféricos. Considerando o tamanho das carências e a especificidade dos problemas<sup>26</sup>, as políticas ficam perdidas entre a evidente insuficiência do que é realizado e a irrelevância das iniciativas, diante do que deveria (e até poderia) ser feito.

<sup>25</sup> Para um estudo mais profundo sobre o número de assentamentos no município vide ROSA FILHO, A. **As políticas públicas do poder executivo na remoção e/ou reurbanização de favelas no Município de São José dos Campos-SP**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2002.

<sup>26</sup> Como visto anteriormente, a política habitacional de erradicação de favelas adotada no município de São José dos Campos sem um aparato habitacional de elementos como perspectiva de geração de emprego e renda, estrutura de saúde, de educação, cultura, transporte e lazer, não atende efetivamente às necessidades da população.

### 5.3 Déficit habitacional

Segundo informações do Arquivo Público de São José dos Campos o déficit habitacional em 1978 era de 13.000 casas.

Para atender ao programa local, a Prefeitura Municipal promoveu a criação de uma Empresa Municipal de Habitação (EMHA) que, através de convênio com o Banco Nacional de Habitação, e com recursos próprios da Municipalidade, executou o programa de lotes urbanizados em São José dos Campos.

Conforme estudos de Reschilian (2004) a Empresa Municipal de Habitação (EMHA), resultou do processo de implementação do primeiro plano de desfavelamento, na gestão (1975/1978) do Ex-Prefeito Ednardo José de Paula Santos.

Reschilian (2004) observa, que o texto da Lei nº 2007/78, em seu artigo 2º permite analisar uma das finalidades da referida Empresa:

*... planejar e executar programas de erradicação de favelas, cortiços e outras habitações inadequadas ou de melhorias de emergência visando à assistência a seus moradores e higienização das áreas ocupadas diretamente ou em conexão, ou mediante convênio com organismos oficiais ou entidades particulares ligadas ao problema.*

O autor esclarece ainda que segundo estimativa da Prefeitura de São José dos Campos, o número de favelados passa de 3.643, em 1977, para 5.535, em 1979, o que demandava para o poder público investimento em habitação. Nesse processo afirma-se a tendência de construção de unidades habitacionais em regiões periféricas, além do crescimento de loteamentos clandestinos.

Conforme o Arquivo Público de São José dos Campos, em 13 de setembro de 1984, marcado por alguns escândalos, após diversas denúncias nos meios de comunicação local a EMHA (Empresa Municipal de Habitação) é fechada.

Em 1992, o Governo da Dra. Angela Guadagnin prioriza investimentos em urbanização de favelas e também na regularização de loteamentos clandestinos. Nesse período havia na cidade 28 núcleos de favelas abrigando cerca de 8.000 moradores, além de 140 loteamentos clandestinos. (RESCHILIAN apud ROSA FILHO, 2002).

O então Secretário de Obras e Habitação, engenheiro Luiz Carlos Pontes esclarece que para tratar da questão habitacional foram criados em São José dos Campos, o Conselho Municipal de Habitação e o Fundo Municipal de Habitação, objetivando integrar moradias à cidade com todo um aparato habitacional de elementos como perspectiva de geração de

emprego e renda, estrutura de saúde, de educação, cultura, transporte e lazer, e não apenas visando somente à construção de casas, como em governos anteriores.

Porém, segundo Pontes não houve a continuidade dos Conselhos nos governos seguintes.

No Governo Emanuel Fernandes (2001/2004) implantou-se o projeto “Habitar São José”, com recursos do Governo Federal, via BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento e em parceria com o governo do estado de São Paulo. Previa intervenções em todos os núcleos de favelas da cidade, priorizando-se as favelas localizadas em áreas centrais da cidade, ou seja, a política de erradicação de favelas que tem sua continuidade no governo subsequente.

Conforme citado em Reschilian (2004), a questão central do programa de desfavelamento está nos métodos e pretensões do Poder Público do município em erradicar as favelas, sem seguir as determinações do BID, o qual estabelece a proibição da remoção da população para outras regiões da cidade. Além disso, a qualidade das moradias construídas pelo programa tem gerado inúmeros problemas para os moradores, além das pequenas dimensões das unidades habitacionais.

Na área habitacional são poucas as informações disponíveis, o que dificulta uma análise mais profunda. Segundo a Prefeitura Municipal de São José dos Campos os programas atuais englobam o Programa Habitacional de Desfavelização visando os moradores de área irregular/risco já cadastrados pela Secretaria de Desenvolvimento Social, e o Programa de Planta Popular que fornece plantas populares e Acompanhamento Técnico aos munícipes que já possuem lotes, visa a população de baixa renda.

De acordo com os estudos de Rosa Filho (2007), o déficit crescente e acumulado de habitações no município de São José dos Campos atinge um total estimado de 25.000 unidades para os segmentos populacionais de baixa renda.

O autor observa que a habitação é conceituada não apenas como um fator que interfere decisivamente na qualidade de vida da população, mas principalmente como um direito do cidadão.

E ainda esclarece que, o município absorveu ao longo das duas últimas décadas, um contingente considerável de mão-de-obra altamente qualificada ou semiqualificada, atendendo às necessidades do parque industrial e tecnológico em expansão. No entanto, também foram atraídas para o mercado local, parcelas significativas de migrantes com pouca ou nenhuma qualificação profissional. Esses segmentos migratórios de baixo poder aquisitivo não foram atendidos pelo mercado de trabalho aparentemente promissor na razão direta de suas expectativas de remuneração, seja pelo excesso de oferta de mão-de-obra, seja pela escassez

de qualificação profissional da sua força-de-trabalho. O mesmo ocorreu com a população local de baixa renda, sem qualificação, já residente no município (ROSA FILHO, 2007).

Para a Secretaria de Obras e Habitação, a oferta dos serviços em geral e dos equipamentos comunitários do município não conseguiu fazer frente à forte demanda decorrente do crescimento demográfico. Em que pesem as ações do Poder Público, no sentido de suprir as demandas sociais básicas da população, principalmente a de baixa renda (creches, escolas, postos de saúde, saneamento básico), ocorreu uma defasagem entre a oferta de serviços existentes e a procura, refletindo-se na precariedade de grande parte dos serviços prestados. Por outro lado, a locação e a aquisição de moradias, por exemplo, experimentaram uma grande elevação de custos, em função da escassez de oferta acumulada, o que foi agravado pelo aumento da procura e por mecanismos especulativos de mercado e preços. Neste caso, a ausência de uma política de ordenamento do solo voltada aos interesses sociais, tendeu a agravar o processo especulativo imobiliário, refletindo diretamente na qualidade de vida da população de baixa renda: o elevado custo atingido pelos terrenos e pelas unidades habitacionais no município, a alta geral do custo de vida no país e a depreciação da renda dessa população fizeram com que esses segmentos sociais fossem penalizados, principalmente, no que se refere às necessidades de morar (ROSA FILHO, 2007).

Em São José dos Campos, as subcondições de moradia e o padrão de vida, decorrem tanto do baixo poder de consumo das classes populares, quanto pela precária localização urbana do bairro em que moram. Este patamar precário de habitabilidade é decorrente, sobretudo, da economia industrial do município, reiterada pela lógica das políticas públicas sociais, com a prática de remoção de favelas das áreas centrais espalhando-as para áreas distantes da cidade, intensificando a segregação e a precariedade de moradia na sociedade urbana industrial (SILVA, 2007).

Conforme o Plano Diretor de 2006 (PMSJC) as diretrizes gerais para a política oficial no setor habitacional em São José dos Campos são:

- I. Viabilizar o acesso ao solo urbano e à moradia, especialmente para a população de baixa renda;
- II. Assegurar a integração da Política Municipal de Habitação com outras políticas públicas, em especial as de geração de emprego e renda, sociais e ambientais;
- III. Estimular a construção de unidades habitacionais para a população de baixa renda pela iniciativa privada;
- IV. Fomentar a captação de recursos financeiros, institucionais, técnicos e administrativos destinados a investimentos habitacionais de interesse social, proveniente de fontes privadas e governamentais, externas ao Município;



- V. Estabelecer normas especiais de urbanização, de uso e ocupação do solo e de edificações para assentamentos de interesse social, regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de menor renda;
- VI. Fortalecer a Política de Controle e Fiscalização dos loteamentos clandestinos e irregulares;
- VII. Continuar o processo de regularização fundiária e urbanização das áreas de assentamentos subnormais, adequando-as aos parâmetros urbanísticos e ambientais estabelecidos;
- VIII. Continuar o programa de formação de um banco de terras destinados à Política Habitacional do Município.

Uma análise das diretrizes estabelecidas no Plano Diretor na área de habitação comparada com a política habitacional atualmente implementada no município, resulta no fato de que a política habitacional no município é baseada na lógica de erradicação de favelas e assentamentos para áreas mais afastadas da cidade, pois não é interessante construir habitação popular em área de valorização imobiliária, agravando assim, a segregação sócio-espacial no município.

Diante do exposto, as afirmações de Reschilian (2004) sintetizam o percurso desenvolvido.

*“A aceleração do processo de urbanização e a maneira pela qual esse processo ocorreu, ocasionou uma concentração cada maior de renda e riqueza sob controle da elite nacional, ao passo que produziu níveis de desigualdade elevados que se tornaram explicitados nas aglomerações urbanas de maior densidade populacional e seu entorno. Esse processo de urbanização conteve, em si mesmo, uma lógica de inclusão precária (Martins, 1999), que tornou possível o processo de acumulação capitalista na qual, a forma de apropriação do território urbano, quer pelos agentes imobiliários com ou sem a participação do Estado quer pela população de baixa-renda, tornou-se mecanismo gerador segregação espacial, concentração de renda e riqueza para as elites. Ao mesmo tempo, configurou-se um quadro de urbanização periférica crescente, por meio da qual a inclusão precária se processou como resultado da tentativa de inserção esfera produtiva de grande contingente populacional atraído pelas possibilidades de trabalho e sobrevivência.”*

Identifica-se desta forma que, torna-se cada vez mais evidenciada a criação de programas alternativos de habitação, principalmente para os segmentos sociais de menor poder aquisitivo no município de São José dos Campos, em fase do crescimento progressivo dos aglomerados espontâneos em sua área urbana. Entretanto, tais programas não surtem o efeito desejado, bem como não atendem a demanda habitacional, seja pela não continuidade dos mesmos ou pela falta de pesquisas mais elaboradas e específicas do Poder Público na área de habitação.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa buscou-se estudar e compreender no contexto social as políticas públicas implementadas no âmbito habitacional no município de São José dos Campos, constatou-se que é importante um equilíbrio de forças entre a sociedade e a necessidade de uma mudança de concepção do poder público no sentido de se fazer caminharem juntos em busca de uma sociedade mais justa e participativa que atenda às necessidades de qualidade de vida dos cidadãos. Para isto, é fundamental a conscientização e o esclarecimento da sociedade por parte daqueles que detém o conhecimento.

A Prefeitura de uma cidade tem em seu papel dar qualidade de vida à população, zelando pelo seu bem-estar e pela ordem da cidade, onde se faz necessário dar conhecimento de seus atos para que haja este equilíbrio de forças entre o Poder Público e a população, por outro lado percebe-se que tal equilíbrio só existe enquanto discurso, pois na prática os cidadãos nem sempre são orientados ou informados dos planos existentes para sua cidade, bem como os órgãos e serviços existentes que favorecem a população. Enfim, o que se percebe é que o discurso é bem diferente do que se vê na prática. É preciso uma conscientização não só da população, no que diz respeito ao cidadão exigir os seus direitos, mas também se faz crucial a conscientização dos órgãos responsáveis pela organização e a implementação de medidas, programas sociais e planos necessários para o planejamento urbano e regional da cidade.

Como afirma Campos Filho (2001) a humanização das cidades só será obtida com o progressivo controle, pelos cidadãos, da ação do Estado, fazendo-a voltar-se para a produção de benefícios para a sociedade. Tais benefícios, se obtidos de forma isolada, desconectada da visão entrelaçada dos problemas, criam uma ilusão de solução e só agravam as distorções da sociedade, afetando a todos.

Em um cenário onde o alvo é móvel e o caminho, desconhecido, flexibilidade parece ser uma palavra-chave. Como se pode reagir a isso?

É preciso, antes de tudo, alterar os próprios modelos mentais para tentar compreender como estas pessoas estão pensando e porque estão pensando de uma forma tão diferente da nossa.

Não é, infelizmente, uma questão simples de estar certo ou errado, de concordar ou discordar, mas, principalmente, como nos fala Ury (1981), especialista em negociação, uma questão de ampliar o escopo para que se percebam os reais interesses que estão por trás das posições das pessoas.

É fato que nas duas últimas décadas ocorreram mudanças profundas no funcionamento da economia em escala mundial, em razão da revolução tecnológica e das inovações trazidas pela tecnologia de informação e comunicação, as quais provocaram rupturas nas estruturas de produção, gestão e comercialização. Em virtude do processo de globalização da economia, da hegemonia do capital internacional e de suas variantes, dentre elas a fragmentação regional.

Entendemos que a construção de alternativas para o Desenvolvimento no Brasil, depende em grande parte de compartilhar princípios, estratégias e escolhas por políticas viáveis, resultantes de uma dada correlação de forças. E ainda, não há como caminhar neste sentido, sem acúmulo técnico e qualificação política da cidadania.

A construção de uma sociedade mais equilibrada, não pode abster-se da disputa, contudo, o fio condutor deste processo deverá ser a negociação. Um primeiro passo é dado pelo cidadão ao não admitir o autoritarismo e o monopólio do Estado como exclusivo gestor da coisa pública. Precisamos construir cada vez mais espaços públicos, onde pelo dissentir das opiniões, pela explicitação das diferenças e conflitos, a sociedade passe a exercer maior controle social do Estado, superando a hegemonia do pensamento único e construindo uma visão plural, mas que não abra mão do objetivo maior que é a redução permanente dos níveis de desigualdades sociais na região, no país e no mundo.

Corroboramos com as idéias de Santos (2006) quando cita:

*“Como forma de organizar a distribuição e a localização das atividades e das gentes para um bem-viver, adotaram-se ao longo do tempo as mais variadas propostas, segundo os mais variados espectros ideológicos. Planos e projetos de ordenamento territorial foram e ainda são desenvolvidos e implementados em parte ou no todo. Uns mais identificados com o embelezamento e o saneamento, outros, com a reorganização da sociedade em bases mais igualitárias, ou mais identificados com proposições de convivência integrada com a natureza, e até mesmo buscando a maior rentabilidade proveniente das melhores vantagens relativas. É de se notar, quaisquer que sejam suas vertentes teóricas e conceituais, a busca por uma sociedade mais integrada com o meio natural, mais bela e justa, que esteja sempre presente, mesmo que no âmbito das proposições isso se perca”.*

Nesse sentido, os resultados desta pesquisa demonstraram que a interação do Poder Público com a sociedade requer mais atenção.

A cidade é aquela que mais tem interesse e justifica-se como centro (local de todos) e as melhorias são para todos (legitimação). As transcrições das entrevistas realizadas em São

José dos Campos demonstram com clareza que a participação efetiva do cidadão no processo do plano diretor da cidade não acontece.

Os depoimentos relatados à autora demonstram que a própria população vai criando os seus modos de vida na tentativa de se encontrar uma solução para os problemas urbanos, é o caso dos assentamentos e favelas na cidade urbana.

Assim, é possível analisar como em vários discursos, de camadas distintas da população, chega-se ao mesmo conceito de reivindicação de direitos inerentes ao cidadão, investigando sobre as estratégias de enunciação presentes nos discursos.

A partir do momento em que o governo local, a população e os agentes econômicos visualizam uma crise (esteja ela ligada ao trânsito, segurança, poluição, falta de emprego, de moradias, de serviços básicos), provoca-se uma reação conjunta que cria condições para a busca de respostas e soluções.

Para que essas soluções sejam alcançadas é necessário que a sociedade civil deseje e colabore para que a cidade dê um salto, cresça e supere os problemas.

A solução destes problemas não requer apenas a intervenção pública, é preciso uma articulação entre os agentes públicos e privados em torno de um objetivo único e comum.

A contribuição desta dissertação é a de se colocar como ponto de partida para um debate não apenas entre acadêmicos especialistas, mas também entre arquitetos, urbanistas, políticos e cidadãos comuns, em busca de uma solução concreta para a habitação social. Tal perspectiva nos leva a subscrever a palavra de ordem de Bonduki (2004): "a recusa em pesquisar, analisar e incluir estas obras, que tem predominado na historiografia oficial da arquitetura moderna brasileira, contribuiu para reforçar o divórcio entre arquitetura e habitação social que predominou a partir de 1964. Resgatar esta memória é fundamental."

A segregação espacial em São José dos Campos pode ser verificada empiricamente através das regiões sul e leste, as quais apresentam um considerável crescimento populacional, bem como um crescimento em termos de loteamentos surgidos e atuação do mercado imobiliário. Em nossa pesquisa observamos que a política habitacional municipal do Vale do Paraíba foi fundamentalmente feita em parte pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano).

Identifica-se que não é só uma política de habitação, mas uma política de gestão urbana criar bolsão de população e habitação social no sul e no leste do município.

Desse modo, ressalta-se que sem dúvida a regularização fundiária deve ser usada como um instrumento de gestão urbana, porém de nada adianta retirar a população das favelas deslocando-as para conjuntos habitacionais em áreas mais distantes sem nenhum ou precariamente aparato habitacional de elementos como perspectiva de geração de emprego e

renda, estrutura de saúde, de educação, cultura, transporte e lazer, sem essa inserção no meio, no acesso aos bens e serviços e especialmente a algum programa de geração de emprego e renda, essa população, muitas vezes, sai dessa moradia e acaba voltando para uma situação precária, ou seja, a morar em favelas.

Na pesquisa empírica realizada neste trabalho, observa-se que famílias com baixo nível escolar e com maior número de filhos conseqüentemente possuem menor renda.

A rigor, é difícil prever o conjunto de efeitos associados a uma política de transferência de renda territorialmente delimitada. Que impacto tal política teria de fato, no âmbito do mercado imobiliário? Valorização da terra devido à maior renda dos habitantes, ou desvalorização da terra por causa da discriminação da região? É possível também que tais efeitos sejam bastante condicionados pelos mecanismos operacionais da política, como os critérios de enquadramento de beneficiários, as regras de transferência de renda e as formas de divulgação da política. Em outras palavras, os argumentos aqui apresentados não invalidam a necessidade de um bom desenho de programa, bem como de estratégias eficientes de implantação e de mecanismos efetivos de monitoramento e avaliação (MARQUES; TORRES, 2005).

O caminho evolutivo de uma sociedade é fazer com que a população possa participar e tentar dar a ela todo um subsídio que a normativa jurídica ou a lei apresenta através da educação, ou seja, atuar na educação pública e no ensino fundamental e médio e chegar via, educação, para se discutir a compreensão de cidade, de ambiente, do lugar que as pessoas tornam cidade, o que consideramos ser uma saída plausível para a questão habitacional no município.

Uma forma de gestão e educação da população usando a cidade como meio pedagógico de educar o cidadão e isso também atuando para transformar a escola a partir da inserção física dela, usando os mecanismos que se apresentam na cidade. Se formos analisar por essa ótica no Brasil, a maior parte da população urbana brasileira é de gerações de imigrantes da zona rural. Percebemos que o padrão cultural do habitante urbano brasileiro ainda carrega uma série de características, digamos rural. Percebe-se também que existem algumas formas não adaptadas como, por exemplo, a moradia em edifício, a vivência em coletividade ou até mesmo se adaptar a lógica da vida urbana dessa população, porque de repente não se comporta o sujeito ter um quintal com jardim, plantas e animais, no espaço físico urbano. Neste caso, é necessário dar condições sociais para que essa população não adaptada ao meio urbano possa voltar à área rural com perspectivas dignas de sobrevivência e qualidade de vida, ou caso contrário, inserir essa população na vida urbana, mas em função de todo um aparato habitacional de elementos como estrutura de saúde, de educação, cultura e

lazer. Observamos que esses elementos comparecem em determinadas construções no município com faixas de renda mais elevada, o que acabou criando uma demanda em outros locais carentes de uma política habitacional mais efetiva que atenda aos interesses da população.

Portanto, quando se fala em educação para a urbanidade envolveria junto uma qualificação para o mundo do trabalho, imaginando que o sujeito também quer isso. Tem-se uma natureza, principalmente para essas populações que vivem nessa situação, que é quase um círculo vicioso que às vezes se acaba se constituindo, que talvez merecesse uma política de saúde ou uma política de educação que fosse psicoeducacional ou socioeducacional que incorporasse dinâmicas comunitárias, como foi, por exemplo, realizado no município de Cunha, SP. Uma terapia comunitária. É fazer com que as pessoas, por outro meio, encontrem razões de viver ou de elementos para que elas lutem ou trabalhem por alguma coisa para aquela coletividade.

No Governo da Ex-Prefeita de São José dos Campos, Dra. Angela Guadagnin (1993/1996) isso foi feito através de projetos que capacitavam as pessoas de favelas na aprendizagem de profissões, bem como na gestão da Ex-Prefeita de São Paulo (1989/1993), Luiza Erundina onde isso foi feito com padarias, hortas comunitárias e fábrica de bloco. Foram formados mutirões de habitação, onde o próprio mutirão capacitou gente para construção civil e para outras coisas como marcenaria, e as pessoas formaram cooperativas que prestavam serviço para o bairro. Essa é uma perspectiva, não só para o trabalho, mas de se tentar ensinar ao sujeito a ter uma disciplina de viver no coletivo e trabalhar coletivamente.

Esta pesquisa teve como objetivo averiguar se houve um aumento ou diminuição das desigualdades sócio-espaciais no município de São José dos Campos, a partir de um estudo sobre as políticas públicas aplicadas na área de habitação, o resultado verificado demonstrou que as desigualdades sócio-espaciais vêm aumentando ao longo dos anos, devido à falta de uma política habitacional contínua e eficaz, direcionada às reais necessidades da população.

Neste estudo, procuramos encontrar caminhos que nos levassem a entender a lógica de uma política habitacional ineficaz no município de São José dos Campos, onde nossa dificuldade maior foi obter dados mais específicos e completos na área habitacional. Ao realizar este estudo pôde-se verificar que os dados oficiais encontrados eram muitas vezes genéricos ou não estavam atualizados ou superficiais.

Portanto, nesta dissertação de mestrado não foi nossa intenção pressupor uma profundidade metodológica analítica externa e até de dados que não estão disponíveis. Esta discussão merece, sem dúvida, um aprofundamento maior em que necessitaria, para tanto, recursos para se fazer uma pesquisa mais completa ou a participação da autora em um núcleo

de pesquisa para realizar um levantamento fora da Prefeitura objetivando trabalhos de investigação mais específicos sobre o assunto das políticas públicas habitacionais em São José dos Campos.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. **Orçamento Participativo**. São Paulo: PMSJC, 2000.

ARQUIVO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Inventário Fundo Empresa Municipal de Habitação EMHA**. São José dos Campos: PMSJC, 2005.

ATLAS DAS CONDIÇÕES DE VIDA EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: Pesquisa de Instrumentação do Planejamento Urbano e Avaliação do Déficit Habitacional em São José dos Campos – 2003. São José dos Campos: NEPO/UNICAMP/PMSJC, 2003.

BONDUKI, N. (org.) **Habitat**: As práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras. São Paulo: Nobel, 1996.

\_\_\_\_\_. **Origens da habitação social no Brasil**. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

BORGES, L. S. Mapa da pobreza urbana de São José dos Campos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, 15., 20-24, Setembro, 2004, Caxambu, MG. **Anais...** Caxambu. MG.: ABEP, 2004. 359p.

BORJA, J.; CASTELLS, M. As cidades como atores políticos. **Revista Novos Estudos. Cebrap**, São Paulo, n. 45, jul. 1996.

BURGESS, E. W. The determination of gradients in the growth of the city apud SCHNORE, L. E. In: Sobre a estrutura especial das cidades nas duas Américas in HAUSER, P. M. e SCHNORE, L. E. (org). **Estudos de Urbanização**. São Paulo: Pioneira, 1976.

CAMPOS FILHO, C. M. **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos: o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Livraria Nobel, 2001.

CANO, W. **Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional**. 4. ed. Campinas: Unicamp: Fapesp, 1995.

CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO. Disponível em: <http://.sjc.sp.gov.br>>, acesso em: jan. 2008.

CARVALHO, L. C. G.; SILVA, M. G. **Crescimento Urbano e Mercado Imobiliário em São José dos Campos entre 1950 e 1970**. Trabalho de Graduação (Curso de História) – Faculdade de Educação, Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, SP, 2007.

CASTELLS, M. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 590 p.

CHOAY, F. **O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003. Coleção Estudos.

CLARK, D. **Introdução à Geografia Urbana**. São Paulo: Difel, 1985. 286 p.

CODIVAP, Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba e Litoral Norte. **Caracterização e avaliação dos conhecimentos existentes sobre a região do Vale do Paraíba e diagnósticos resultantes**. São Paulo: Pindamonhangaba, 1972. 328 p.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

\_\_\_\_\_. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COSTA VIOTTI, E. Política de terras no Brasil e nos Estados Unidos. In: \_\_\_\_\_. **Da monarquia a república: momentos decisivos**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CSABA, D. **O processo de urbanização no Brasil: falas e façanhas**. São Paulo: Edusp, 1999.

DUPAS, G. **Economia Global e Exclusão Social**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

ENGELS, F. A. **Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1986.

FERNANDES, B. M. **Movimento social como categoria geográfica**. In: Revista Terra Livre. São Paulo: Associação dos Geógrafos brasileiros, n. 15, 2000.

FERNANDES, F. **Revolução Burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica, Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

GARNER, B. J. Modelos de geografia Urbana y de localizacion de asentamientos. In: **La Geografia y los modelos socio-economicos**. Madri: Instituto de Estudios de Administracion, 1971.

GOTTDIENER, M. **A Produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo: EDUSP, 1993.

\_\_\_\_\_ **Postmodern Semiotics: material culture and the forms of postmodern life.** Oxford: Blackwell, 1995.

GROSTEIN, M. D. **A Cidade Clandestina: Os Ritos e os Mitos.** 1987. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – FAU, Universidade de São Paulo. 1987.

HALL, P. **Cidades do Amanhã.** São Paulo, Perspectiva, 1988.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade.** São Paulo: Hucitec, 1980.

\_\_\_\_\_ **Condição Pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança social.** 4. ed. São Paulo: Loyola, 1994.

\_\_\_\_\_ A teoria marxista do estado. In: \_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Editora Annablume, 2005. p. 75-94.

HOBSBAWN, E. **O padrão de vida inglês de 1790-1850.** São Paulo: Paz e Terra, 1981.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: jan.2008.

INSTITUTO PÓLIS. **Produção Socioeconômica, Política e Jurídica da Informalidade Urbana.** São Paulo: Pólis, 2002.

KNEIB, E. C.; SILVA, P. C. M. A Relevância da Acessibilidade no Processo de Decadência de Áreas Centrais. In: CONGRESSO LUSO BRASILEIRO, 2., 27-29, Setembro 2006, Braga, Portugal.

LEFEBVRE, H. **The production of space.** Oxford : Blackwell, 1994.

\_\_\_\_\_ **A Revolução Urbana.** Belo Horizonte: UFMG, 2004.

MAGALHÃES, D. M. **Estudo da Pobreza no Vale do Paraíba.** Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2004.

MANFREDO, M. T. **Desigualdades e Produção do Espaço Urbano: O Caso de Hortolândia na Região Metropolitana de Campinas.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, 2007.

MARICATO, E. **Habitação e Cidade.** 5. ed. São Paulo: Atual Editora, 1997.

MARQUES, E.; TORRES, H. **São Paulo: Segregação, Pobreza e Desigualdade Sociais.** São Paulo: Senac, 2005.

MATOS, F. L. **A Habitação no Grande Porto.** Uma perspectiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do séc. XIX até ao final do milênio. Tese. (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2001.

MOLINA, V. L. I. **Negociações “pelo alto”: um estudo sobre a formulação das Políticas de Saúde, em São José dos Campos, de 1980 a 1996.** São Paulo: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2004.

OLIVEIRA, F. **O Estado e o urbano no Brasil. Espaços e Debates,** São Paulo, n. 6, p. 36-54, 1982.

OLIVEIRA, J. O. S.; TASSARA, E. T. O. (Orgs.) **Projeto Cunha, SP, Raízes Caipira.** Observatório Regional de Gestão e Planeamento Participativo. São Paulo: CNP 060, 2005.

\_\_\_\_\_ (Org.) **Limites e Perspectivas do Planeamento Participativo.** São José dos Campos: Univap, 2006.

PALEN, J. J. **O Mundo Urbano.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.

PAPALI, M. A. C. R. **Escravos, libertos e orfãos: a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895).** São Paulo: Annablume, 2003.

PEARLMAN, J. E. **O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO – PDDI. São José dos Campos: PMSJC, 2005.

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO – PDDI. São José dos Campos: PMSJC, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **São José em Dados.** São José dos Campos: PMSJC, 2001.

RESCHILIAN, P. R. **A Produção de Assentamentos Precários em São José dos Campos:** A favela Nota Tatetuba, um exemplo para análise. Tese. (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2004.

ROLNIK, R. **Planejamento urbano nos anos 90:** novas perspectivas para velhos temas. Porto Alegre:[s.n.],1994, p. 10-20.[ Caderno do PPU-FASE].

ROSA FILHO, A. **As políticas públicas do poder executivo na remoção e/ou reurbanização de favelas no Município de São José dos Campos-SP.** Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2002.

\_\_\_\_\_ **A Geografia das Favelas:** uma análise das políticas públicas do poder executivo na remoção e/ou reurbanização de favelas no Município de São José dos Campos/SP – 1970-2000. Taubaté,SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2007.

SÁNCHEZ, F. Políticas urbanas em renovação: uma leitura dos modelos emergentes, **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Campinas, n. 1, p. 115-132, 1999.

SANTOS, E. A. **Indústria e paisagem.** A evolução urbano industrial e a transformação da paisagem: O caso de São Jose dos Campos. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1993.

SANTOS, E. A et al. Discutindo a Paisagem. **Coleção Paisagem Aberta**, São Carlos: RIMA, 2006.v. 1, p. 99-120.

SANTOS, M. **Metrópole Corporativa Fragmentada – O caso de São Paulo.** São Paulo: Nobel, 1990.

\_\_\_\_\_ **Por uma economia política da cidade:** o caso de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_ **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1997.

\_\_\_\_\_ **Pensando o Espaço do Homem.** 5. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_ **Da Totalidade ao Lugar.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

SANTOS, A. P. **São José dos Campos.** Arquitetura Industrial. São José dos Campos: A. P. Santos, 2006.

SCHWARTZMAN, S. **As Causas da Pobreza**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. Social Justice and the Distribution of Income. In: ATKINSON, A.; BOURGUIGNON, F. (orgs.), **Handbook of income distribution**. Amsterdam: Elsevier, 2000. v. 1.

SILVA, D. D.; GUIMARÃES, A. C. M. Uma Análise do Discurso na Cidade: Um Estudo de Caso em São José dos Campos quanto à Participação Popular no Processo do Plano Diretor da Cidade. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E ENCONTRO LATINO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVAP, São José dos Campos, out. 2006 **Anais...** São José dos Campos, SP: UniVap, 2006.

SILVA, D. C. **O papel da regularização fundiária no Brasil**: análise de um projeto de implementação de regularização na Vila Albertina em Campos do Jordão/SP. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2008.

SILVA, J. A. **Direito Urbanístico Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1995.

SIQUEIRA, L. M. **Um Setor Urbano em Transformação**: A Região Oeste de São José dos Campos – SP. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2007.

SOUZA, Marcelo L. **A prisão e a Ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006, 632 p.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 2000.

TEIXEIRA, N. C. **Fome Zero** – A solução antropofágica para a pobreza no Brasil. São Paulo: Leitura, 2004.

THEODORO, M. D. G. **Política Social**: Universalização ou Focalização – Subsídios para o debate. IPEA, políticas sociais – acompanhamento e análise 2003.

TOPALOV, C. Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX. In: RIBEIRO, L. C.; PECHMAN, R (Orgs.). **Cidade, Povo e Nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

URY, W.; FISHER, R.; PATTON, B. **Como Chegar ao Sim** – A Negociação de Acordos sem Concessões. São Paulo: Imago, 1981.

VILLAÇA, F. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global, 1986.

\_\_\_\_\_ **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1998.

\_\_\_\_\_ **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil**. In: DEAK, C.; SCHIFFER, S. (Orgs.). O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: USP, 1999.

WEBER, M. Conceito e Categorias da Cidade. In: VELHO, Otávio G. **O Fenômeno urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

WORLD BANK. **Understanding Poverty**. Washington, DC.: 1999A.

**ANEXO A****ENTREVISTAS****1 Entrevista realizada em 18 de novembro de 2006****Local: Pinheirinho – Parque das Indústrias – São José dos Campos – SP****Sr. Valdir Martins (Marrom)****Representante do Assentamento**

Entrevistadora: Em sua opinião, como você e os moradores participaram do Processo do Plano Diretor e em que nível?

Entrevistado: Então, em primeiro lugar, a questão do Plano Diretor, nós não participamos, pois as coisas foram feitas muito rapidamente e nós não fomos convidados de maneira nenhuma. Eu até achei estranho que numa cidade do tamanho de São José dos Campos com movimentos muito grandes e com problemas sociais grandes, apesar de nossas tentativas em participar, não conseguimos.

E nós achamos o seguinte, que o Plano Diretor tem que ter a participação da sociedade em geral. Alguns anos atrás em São José dos Campos houve a questão da Lei do Zoneamento e a sociedade participou, nós participamos. Inclusive, chegamos a colocar mais de 800 pessoas ali no Sesi de São José dos Campos e a participação foi muito grande. Na participação também quando a gente discutia a questão das Prefeituras, que as Prefeituras tinham que participar dos programas do governo federal, isso foi nos anos 80, 80 e pouco, e participava todo mundo. Em São José a cidade tem um problema muito grande, o governo há mais de 11 anos, o governo de administração municipal em São José, ele não convida o povo a participar de nada, quando a gente sabe já está acontecendo, a auditoria pública, tudo que acontece aqui é feito muito rápido, então acontece isso. Inclusive, aqui quando teve o ano passado a questão das cidades, a gente começou a participar com muitas pessoas de uma forma excluída e no final em São Paulo a gente chegou a participar com duas, três pessoas e no final fomos excluídos. Então, acabou excluindo. Nós achamos que o Plano Diretor é muito importante, mas desde que a sociedade participe, não é só esse movimento aí, todo movimento tem que participar. E seja ele pobre, seja ele movimento rico, o que nós achamos é que toda sociedade tem que participar e tem que ser convocada antes, tem que ser avisada antes, pra gente preparar e elaborar um programa. Também não adianta você chegar sem saber ou cair de pára-quedas num negócio que você não sabe que está dado o jogo e você não sabe nem como



é que se jogam as cartas, então fica muito difícil a gente participar de um programa desses. Mas eu, com toda sinceridade, gostaria de ter sido convidado, não só eu como todos os movimentos sociais. Aqui a Central de Movimentos Populares participou, mas também participou pouquíssimo porque não tinha nem condição de ter as discussões, porque foi barrada a discussão. Então, esse tipo de coisa fica muito ruim para os moradores porque o Plano Diretor beneficia os moradores daqui pra frente, mas tem que ser uma participação de todo mundo, nesse sentido eu acho que foi negativo, porque além de não ser convidado, fica sabendo em cima da hora, dessa vez não fomos convidados nem em cima da hora.

Não existe divulgação, só divulgou no rádio porque o Cosmos foi numa das emissoras de rádio de São José e falou muito, aí falaram em cima da hora, mas não tem essa divulgação. Quando o programa é um programa pra rico, eles convidam, faz tudo, mas esse tipo de coisa não ajuda. Então, essa administração, só de São José dos Campos, não costuma fazer isso aí.

Não tivemos participação nenhuma e mesmo porque tentaram fazer uma coisa escondida sabe, quando a gente ficou sabendo já era em cima da hora, e não dá, igual eu falei, não dá pra participar de alguma coisa caindo de pára-quadras, não tem condição, não funciona desse jeito, então quando a gente participa de alguma coisa tem que saber o que quer e nós sabemos o que queremos, só que nós temos que discutir, a gente deveria estar discutindo com outro movimento também, aqui não é só o Pinheirinho tem vários movimentos em São José dos Campos que queria discutir com toda a sociedade, elaborar um programa, pra gente estar discutindo um programa nosso. Agora, chega lá no meio de uma discussão dessas, sem saber o que está acontecendo, fica muito difícil pra gente... Então, eu já participei de Plano Diretor em outras cidades.

Entrevistadora: Quais Cidades?

Entrevistado: Eu participei em Londrina, participei em Juiz de Fora, já participei em outras cidades grandes.

Entrevistadora: E qual sua opinião quanto ao resultado?

Entrevistado: Surtiu efeito, a gente foi e eu participei como convidado, agora, também tem que ter aplicação e também tem que ter a vontade política da Prefeitura. A partir da hora que a Prefeitura não tem a vontade política pra fazer as coisas, mesmo que seja aprovada alguma coisa, mas a Prefeitura não tenha vontade política não vai adiantar nada.

Entrevistadora: E há quanto tempo você está à frente desse movimento?

Entrevistado: Aqui no Pinheirinho eu estou desde o primeiro dia, mas nos movimentos sociais eu estou à frente há muitos anos, a gente começou na verdade em 1974, no Paraná, a participar de movimentos sociais também, depois em 1977 já estava engajado aqui no movimento sindical de São José dos Campos. Naquela época era do calçado. Em 1977 eu participei de um movimento que desocupava o pessoal do Vidoca, onde diziam que ali seria uma área de manancial, uma área que não poderia construir casas, hoje está o Shopping Colinas, com prédios maravilhosos, e o povo foi tirado dali, depois participei aqui do Salinas no Bosque dos Eucaliptos hoje vão fazer um parque lá, nas Chácaras Reunidas, no Rio Comprido, então em São José dos Campos eu participei de vários movimentos, mas no Brasil eu fiquei 15 anos ajudando o MST, no Pontal do Paranapanema, Paraná. Aqui no Vale do Paraíba também, estou praticamente há uns 35 anos nos movimentos sociais. E eu acho bom, porque muitas pessoas que precisavam de teto hoje estão com o próprio teto. Em termos de Brasil, muitas pessoas que não tinham onde morar veio para a cidade, e aqui chegando descobriram que não era o lugar deles e voltaram pra roça, hoje tem 64 famílias assentadas em São José dos Campos, mais de 64. Hoje deve ter umas 120 porque são 64 que estão assentadas, mas têm os parentes que vêm morar junto, até famílias que moravam na cidade, mas a condição era muito ruim. E a gente se sente até orgulhoso de ter participado desse projeto todo. Aqui no Pinheirinho, seria maravilhoso se o Prefeito sentasse e conversasse com as pessoas aqui, pra estar também assentando.

Entrevistadora: E como está a situação?

Entrevistado: Isso é que eu acho estranho... Acho que você é a primeira pessoa que está sabendo disso, pra nenhum repórter eu falei isso. Aqui em São José dos Campos existe uma ocupação nas Chácaras Reunidas que tem 380 barracos. Essa ocupação foi feita na mesma semana que se fez isso aqui, o Prefeito nunca falou um "A" dessa ocupação, nunca mostrou na televisão, nunca falou nada. Sabe o que é? Ele só persegue aqui porque aqui é um terreno, que existe um interesse muito grande pelas imobiliárias. O que interessa à Prefeitura é que esse terreno é pra vender, pra especulação imobiliária, então fica batendo somente aqui, as outras ocupações não falam nada, essa do Rio Comprido e da Chácara, por exemplo, tem 380 barracos, como é um lugar com declive, cheio de buraco ele não fala nada, então aqui o interesse é puramente imobiliário.

Aqui tem 1.285 barracos, cerca de 7 mil pessoas, aqui morando.

Nós estamos aqui há três anos, nós fomos umas 11 vezes na Prefeitura tentar falar com o Prefeito, ele não nos recebeu nenhuma vez, a Secretaria de Habitação recebeu uma vez e é assim o jogo deles. Então, eles não recebem e não conversam. Temos um projeto com o governo federal através do Ministério da Cidade para comprar a área, para liberar e construir casas aqui, mas eles não aceitam, a Bandeirante e a Sabesp querem pôr luz e água e eles também não aceitam. Eu conversei, há dois meses, lá no escritório do Oscar Niemayer, hoje ele está doente, está até de cama estes dias e ele garantiu que ele assina a obra de arte, nós estamos querendo fazer um centro ecumênico, vai ser o primeiro inclusive do Vale do Paraíba, ele topa assinar, fazer escola aqui, campo de futebol, quadra, inclusive eu quero fazer um anfiteatro para as pessoas mais pobres, dentro do Pinheirinho. Tudo isso a Prefeitura não aceita. Este lugar de declínio, aqui no acampamento, nós temos engenheiros de Lavras, com pessoal nessa área de agronomia, de paisagismo, eles topam fazer todo o reflorestamento da área também. Temos engenheiro da USP e da Poli que topa fazer todo o trabalho de arquitetura para fazer as casas e o Governo Federal entra com o dinheiro do 460 que é um dinheiro a fundo perdido, do Fundo de Garantia, mas mesmo assim a Prefeitura diz que não, quer tirar o pessoal. E na verdade, esse processo que existe é um processo do Prefeito, uma área particular, entrou pedindo para derrubar os barracos dizendo ele que aqui não podia, em São José dos Campos, não pode ter loteamento clandestino, isso aqui não é loteamento isso aqui é uma ocupação. E, em São José dos Campos existem 148 loteamentos clandestinos. E todos os condomínios de luxo de São José dos Campos só dois estão regularizados. Então, se for para tirar o Pinheirinho teriam que tirar os 148 loteamentos. Tem bairros grandes aqui, e mais de 40 condomínios fechados, imaginou né, quer bater no Pinheirinho. E sem dizer que esse terreno está aqui há 30 anos abandonado. Pertencia a dois alemães, um casal que foi morto, alguém grilou as terras e muitos anos depois vendeu. Isso significa que em São José dos Campos você pode grilar a terra, só não pode ocupar. Você pode grilar desde que você seja rico você pode fazer tudo aqui na cidade. Então, isso é que vem mostrando a Prefeitura. Para nós é muito complicado porque quando é pobre manda pôr a polícia, quer bater, o rico pode grilar. E o que eu venho falando é o seguinte, se a terra aqui pertencia aos alemães, os alemães foram mortos, não deixou parente pra herdar e como, ou seja, “quem passou a escritura então, se os alemães estão mortos?” Alguém grilou a terra. Ninguém veio da Alemanha aqui e falou “estou passando a terra” não falou. E não só o Pinheirinho, aqui até na rodoviária nova, foi tudo terra grilada e vendida. Outra coisa que disseram é que aqui podia ser área industrial, não é verdade, ali onde é o Vale Desconto, e toda aquela área, aquele bairro ali, era tudo da São Paulo Alpargatas, terra doada pela Prefeitura, pra São Paulo Alpargatas fazer uma fábrica. São Paulo Alpargatas foi embora e a companhia Satélite

Terreno loteou aquela área. A área do Carrefour é da Ford, toda aquela área é da Ford, que a Prefeitura doou para a Ford. A Ford não construiu, venderam para o Carrefour e fez hoje Apolo 1, Apolo 2 e Apolo 3, Aquários 1, 2 e 3, e a área é uma área das indústrias. Depois vem a área do outro lado, da Univap, toda aquela área também é área particular que as pessoas pegam e loteiam, não tem dono. Quer dizer, rico pode, pobre não pode. Então essa é a situação que vive São José dos Campos. E não é só a situação do Município de São José dos Campos, é uma situação que acontece no país inteiro, no Brasil inteiro, toda cidade que você vê tem esse tipo de coisa, rico pode pobre não pode. Se você descer, por exemplo, hoje, para Caraguatatuba ou para Ubatuba você vai ver um monte de casas ricas construídas nas encostas do morro, se o pobre construir um barraquinho é tirado na hora de lá do barraco, é isso que acontece nesse país. Então, essa é a desigualdade social. Um país que tem 95% da população pobre e 5% da população rica, como que um país desses vai ser feliz? Vai ficar o resto da vida na desigualdade social. E não é cestinha básica, não é renda mínima do Governo Federal que vai mudar isso aí. Tem que ser um programa social grande. Não adianta o Prefeito de São José dos Campos retirar todas as favelas, não vai adiantar nada porque vai vir gente de Minas Gerais, vai vir lá do Paraná, do Rio Grande do Sul, de todo lugar, e vai morar aqui, porque o problema não é um problema de São José dos Campos, é um problema nacional. Ou se constrói um plano amplo, grande pra resolver o problema da população inteira ou então o cara fica cada um cuidando do seu umbigo, não vai resolver o problema. Essa visão da Prefeitura de São José dos Campos é uma visão umbigueira, uma visão pra quem não enxerga além do nariz, não resolve o problema, não resolve a situação. Outra coisa, diz que nós do Pinheirinho estamos querendo cortar fila, porque a gente tem que entrar no programa habitacional. Existem 25 mil pessoas inscritas no programa. Prometeram fazer 4 mil casas, até agora fizeram 380, faltam dois anos para o governo terminar, significa que não vão fazer as casas. E nós não vamos cortar fila, pelo contrário, nós vamos fazer a fila andar. A partir da hora que sair o programa, com 4 ou 5 mil casas, porque aquelas pessoas que estão inscritas já vão dar vaga pra outro. Tudo isso beneficia o governo, mas não querem porque há interesse imobiliário aqui. Com certeza a partir da hora que a gente sair daqui vão construir aqui. Agora qual pessoa vai querer morar num local, sabendo que milhares de famílias foram mandadas embora? E pode ser que daqui a três anos se tiver essa desocupação, pode ser que até criança morreu aqui, qual pessoa vai querer morar, qual pessoa vai querer montar uma fábrica para dar emprego sabendo que pessoas morreram aqui, inocentemente, então quem vai querer morar num lugar desses? Então, isso é que o Prefeito tem que pensar e isso que a gente está pedindo a ele, pra pensar sobre isso aí, que nós estamos dispostos a conversar, temos um plano para negociar, temos dinheiro para comprar o terreno, temos vontade de

comprar porque o Ministério da Cidade banca e dá o dinheiro, agora a Prefeitura não quer. Diz que não, que não pode ter favela em São José dos Campos. Nós não queremos favela. Você vê as ruas tudo largas, o pessoal fazendo casa, aqui não tem favela, acho que se todas as favelas fossem iguais ao Pinheirinho não tinha favela no Brasil. Isso é que é a mágoa do pessoal aqui e tem essa resistência, se você andar por aí e conversar com o pessoal, tem uma resistência muito grande. E eu temo que uma desgraça muito grande aconteça no Pinheirinho. A gente tem controle de 30 ou 40 %, o resto você não controla. E, as pessoas estão iguais à onça acuada, chegou ao limite, no muro, ou morre ou mata. A responsabilidade do que acontece aqui é pura e exclusivamente do governo do município. Vai ser uma mancha muito grande e digo que se eu ver cadáver vai ser cremado, vai ser velado lá na Prefeitura de São José dos Campos, porque a responsabilidade total é do Prefeito, não vai dizer que é da polícia. A polícia não quer tirar. Não vai dizer que é o Juiz. O Juiz também não quer tirar. O problema é que os caras ficam forçando, ficam brigando, ficam inventando problema, quem quer tirar é a Prefeitura que diz que o terreno é particular e ela quer derrubar os barracos. Essa é a situação que a gente está enfrentando aqui.

Se o plano fosse, tivesse a participação realmente da sociedade, cada um iria discutir, acontece que não tem discussão. São documentos fechados. É a mesma coisa que você ir a uma reunião sabendo o final dela. Você não tem como mudar essa reunião, você vai para um local, num seminário, mas você só vai participar, pois as cartas já estão dadas. Você tem direito de falar, você tem o direito de ouvir. Mas, tudo o que você disser não vai adiantar nada porque o final já está pronto. É a mesma coisa que jogar, é apostar num jogo que o final já está combinado com o Juiz. Ele faz o final. Não sei se você lembra que em Jacaré o Juiz fazia o final do jogo quando era campeonato paulista.

As propostas não são ouvidas. E mesmo se são ouvidas não são cumpridas. Aqui não tem a participação do povo. Nessa Prefeitura não existe a participação do povo.

Aqui é uma das maiores ditaduras que eu já vi neste país. Eu acredito que tirando Goiânia talvez no passado, depois que acabou a ditadura militar, São José dos Campos está sendo uma das maiores ditaduras. Ditadura terrível aqui. Dá medo, muito medo dessa coisa se espalhar pro resto do país. Isso pode provocar uma situação muito difícil. O pessoal de São José dos Campos aceita. Se acontecer em uma cidade igual Guarulhos, uma cidade igual Campinas, uma cidade igual a São Paulo aí pode ter problema sério.

Uma revolta muito grande da população, o pessoal de São José dos Campos já acostumou e outra coisa, em São José dos Campos não tem muito pobre, é que a cidade tem muito rico, uma das cidades mais ricas do país e com baixíssimo número de pobres. Essa ocupação se em outra cidade teria cem mil pessoas, se fosse em Taquacetuba teria duzentas mil pessoas. Isso

mostra que não tem muito pobre. Se um Prefeito tentar fazer isso em Campinas, tentar fazer isso em uma cidade mais pobre com pessoas que precisam muito pode ter o caos, pode ter problema muito sério, e isso que é perigoso. Então, esse tipo de programa do Governo que o PSDB tenta fazer piloto, tenta fazer fama em São José dos Campos para mandar pro resto do país é perigoso. Eu acho que, eu diria que é um plano muito ruim, nós fizemos aqui uma pesquisa em São José dos Campos, aqui no acampamento que 80% da população são negros, aqui dentro do Pinheirinho, e que mais de 60% são mulheres. Então mostra uma perseguição direta com negros e mulheres dentro do acampamento. Então o cara não tem essa visão de classe, essa visão é que é perigosa. Quatro mil pessoas aqui são crianças de 0 a 12 anos. É essa a visão: crianças, negros e mulheres.

Pobre e desempregado. Olha! mulheres, negros e crianças, pobres e desempregados, é uma perseguição direta. Abre um precedente muito grande pro país. É perigoso isso aí, muito perigoso. Perigoso até com as instituições brasileiras. Muito perigoso. Onde persegue o pobre e faz tudo para os ricos. Pra você ter uma idéia, quando o ex-prefeito foi eleito, ele prometeu criar nessa cidade, uma fábrica de emprego. Quando ele saiu, tinha fechado em São José dos Campos várias fábricas: Solectrom, fechou a Tectran, a Tecsat, a Philips, fechou mais da metade da Philips, e as fábricas aqui da Chácaras Reunidas praticamente todas fechadas. Então o cara entrou prometendo uma base de emprego e fechou. Esse governo atual entrou prometendo quatro mil casas e até agora não fez nenhuma casa. Ele fez as casas que já estavam começadas que não chegam a 300 casas, para quatro mil! Então, é muito difícil, promete e não faz, e passa ainda a imagem pra população que é a imagem de bonzinho, não fez, mas que é bonzinho, mas não está fazendo as coisas. A saúde é um caos na cidade. Hoje, o que se vê falando é que vem gente de todo lado pra consultar em São José dos Campos. É a mesma coisa em relação às casas. Não resolve, não resolve. Você faz casa pra mil e vai aparecer mais mil porque o problema é nacional, tem que ter essa visão nacional. A educação é uma questão nacional, onde as professoras fingem que ensinam e os alunos fingem que aprendem. No final do ano ainda ganham uma caloi de presente. Mas em São Paulo é o mais grave, é o Estado mais grave que tem, tanto é que o Serra prometeu pôr duas professoras na sala de aula, acho que uma pra ensinar a escrever e outra pra ensinar a ler. Então, ninguém sabe nada. Hoje, as crianças entram na escola e não sabem nada. Outra coisa terrível é o seguinte as pessoas que estudam nas escolas particulares, depois elas fazem vestibular e passam e vão estudar nas escolas grátis. E as pessoas que estudam nas escolas grátis, são os pobres que não conseguem passar no vestibular e fica o resto da vida sem estudar. O mais grave ainda, o Governo Federal, ao invés de fazer faculdade federal, o que ele faz? Ele abre vaga com cotas nas faculdades particulares, beneficiando o dono da escola,

o dono da faculdade. Pra você ter uma idéia, quem é o dono da UNIP hoje? É o mesmo dono do Objetivo, é o mesmo dono, é o cara que manipula tudo. Então, o Governo Federal, ao invés de fazer uma escola, uma faculdade... O que ele faz? Ele não faz faculdades, ele abre vaga beneficiando os donos, então, na verdade a educação está privada, já está privatizada no Brasil, certo? E é muito ruim. A pressão é muito grande. Quem se beneficia diretamente são os ricos, pobre não tem direito de lei. Tem alguns Estados que ainda têm direito, o Estado do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso, são os Estados com uma cultura mais européia, mais tranqüila. Então, hoje, no Paraná é mais fácil estudar. Você vê uma cidade do tamanho de São José dos Campos. Quantas faculdades públicas têm em São José dos Campos? Quantas? Nenhuma. Uma das Cidades mais importante do Brasil, não tem. Ou mais ainda: Quantas faculdades públicas têm no Vale do Paraíba? De grande assim, de renome, que a gente vê falar? Só em Taubaté. Aqui você vê umas duas, algumas seções da USP em algum lugar, certo? E é muito difícil, é calamitoso o Estado de São Paulo na questão da educação. A única coisa que esse governo sabe fazer é P: pedágio e presídio; PPF, pedágio, presídio e FEBEM, isso é que o Governo sabe fazer PPF, é o Governo PPF. Isso é muito ruim porque quando se constrói presídio é sinal que a coisa está feia, quando se constrói Febem é sinal que a coisa está feia. Está muito feio. Tudo que é sujo joga na privada. É isso aí, e quando a privada assume... Você sabe o que é o final da privada? É uma porcaria danada, isso é que está acontecendo no país. O pior é que a grande população foi treinada pra não ver nada, pra não enxergar, pra não perceber o que está acontecendo. Então, desde a escola, outro dia numa escola aqui no Alto da Ponte, uma das meninas que mora nos sem-terra, a professora estava falando sobre movimentos sociais e quando ela falou que era dos sem-terra a professora mandou calar a boca “senta aí que eu não quero saber dos sem-terra não”. Outro dia entrei numa escola do Interlagos e lá estavam dizendo na escola pra não votar nos candidatos do PT que era tudo corrupto, pregavam nas escolas, ficavam fazendo propaganda diretamente na escola com os alunos. Os corruptos do PT, bem pregados, quer dizer: programa de quem? Do PSDB. Não é porque sou PT, nunca fui, não estou defendendo o PT, mas você vê, o governo estadual, o governo municipal, fazendo propaganda eleitoral dentro da própria escola para as crianças. E as crianças não têm direito de falar. Hoje quando se pede um trabalho de movimento social a professora geralmente não discute porque ela tem medo de perder o emprego, então essa é a situação que encontra. Na saúde, que eu estava falando agora a pouco, os médicos passam remédios que não existe na rede, de 40% dos remédios que eles passam para os pacientes não tem na rede, você vai à rede e não tem, aí tem que ir à farmácia comprar. Sem falar que o farmacêutico não consegue ler a receita. Taca qualquer remédio lá porque não consegue ler a receita. Os médicos, o que está acontecendo,

é um descaso total e isso aí é muito ruim. Você vê hoje problemas na Bolívia, problema na Venezuela, problema no Chile, muito grande. Colômbia está mais estabilizada, Argentina um pouco estabilizada.

E os governos que estão sendo eleitos na América do Sul, tudo governos de frente, de esquerda. Isso aproxima um momento muito perigoso, muito problema. Eu acho que o governo Lula vai ter um problema muito sério nesse segundo mandato porque não fez nada pra coibir o que vinha sendo feito no governo FHC. Agora o que estão dizendo aí, e vai ser bem claro, é que vai ser votada a reforma trabalhista sindical onde as mulheres perdem o direito de ter três meses em casa quando ganha neném então, licença maternidade. Já está assinada uma lei direta pra tirar o Fundo de Garantia, quando for mandado embora não vai mais ter Fundo de Garantia, já está assinado e vai ser votado, férias e 13º acabam e por último a carteira assinada também vai acabar. Licença maternidade também acaba. E mais ainda, dizem que as mulheres estão vivendo muito mais que os homens e as mulheres têm que se aposentar com mais idade, ao invés de 58 passaria para 62.

Uma coisa muito ruim está se aproximando e vai devagarzinho, devagarzinho, devagarzinho. É letal. Ninguém vê, ninguém vê.

Entrevistadora: E quem ainda tem um Fundo de Garantia considerável, qual sua opinião no caso dessa Lei ser aprovada?

Entrevistado: Provavelmente eles vão dizer que não tem dinheiro pra pagar. Vai ficar igual aos 40% que está aí, que as pessoas não conseguiram tirar, um dinheiro muito grande são 15 milhões de dólares. Uma coisa que eu acho que é muito bobo no governo brasileiro, porque dinheiro na mão de pobre não fica na bolsa do pobre, o pobre pega hoje e gasta. Se liberassem esse dinheiro, esses 15 milhões de dólares dariam um aquecimento muito grande na economia brasileira. O pobre iria pegar... E o que ele faria? Ele compraria material de construção, um carrinho, mas o governo segurou. Ele prefere pagar a dívida externa brasileira do que liberar. Eu estava vendo um programa americano, um programa português e um programa japonês, lá o governo americano liberou para quem estava desempregado 600 dólares para cada família, o governo japonês liberou acho que 800 dólares para cada família de desempregado e o governo português ele dá para as pessoas da roça que não atingem a renda mínima, a cota mínima de produção, o governo dá mais 300 dólares também, aqui no Brasil é o contrário, tira, a única coisa são 75 reais do bolsa família que não ajuda em nada. Está muito difícil. O dinheiro do pobre está lá e eles não fazem nada.



Entrevistadora: Qual a sua opinião em relação aos programas e à política social no Brasil?

Entrevistado: São paliativos e até perigosos. Porque no final da campanha eleitoral eu começava a dar risada, pois teve uma hora que o Alckmin, caindo na pesquisa, achou que deveria prometer também, começou a prometer igual ao Lula, que ia aumentar a renda mínima, que ia aumentar o bolsa família, o vale gás, o bolsa escola, esse negócio. Na verdade não tem dinheiro pra todo mundo. Como que faz esses programas do governo? É de 3 em 3 meses. Num grupo de cem pessoas você tem 33 que pega agora, 33 que pega no mês que vem e 33 que pega no outro mês. De 3 em 3 meses. Quem pegou agora não vai reclamar porque está pegando agora, quem pega no mês que vêm não vai reclamar porque no mês que vem ele pega, certo, então sempre vai ter um descontente e três contentes, por isso que ninguém briga, ele fez essa escala, certinho, aí ninguém briga, faltando dois meses só você briga, mas o cara que pegou agora não vai brigar e o cara que vai pegar daqui a um mês não briga, porque vai pegar. Então ele dividiu, foi a primeira coisa que ele fez pra não ter briga. Depois, não dava pra todo mundo, porque esse programa do jeito que eles estão aumentando não vai dar pra todo mundo, mesmo porque o que o governo tem que dar é emprego, é salário, educação. Ninguém quer viver o resto da vida pegando cesta básica, ninguém quer viver o resto da vida de esmola, o pessoal tem que ter salário, tem que ter emprego. E só não tem salário e emprego porque o governo não faz a reforma agrária. Hoje com a reforma agrária 13 milhões de pessoas iriam pra roça de novo, iriam plantar e desafogaria as grandes cidades, o número de desemprego cairia se pagasse um salário decente de aposentadoria. Hoje você vê as avós tratando das filhas e tratando das netas. Ontem à noite quando cheguei de São Paulo, eu estava conversando com uma menina de 16 anos e ela disse: “olha a minha avó, ela vai receber a aposentadoria dela e vai me dar um dinheiro pra ir num show, a minha mãe não trabalha e é a minha avó que cuida da gente. Que expectativa de vida tem uma criança dessas? Fica dependendo da avó. Então, cria-se na cabeça do trabalhador que não precisa trabalhar. Você já ouvir falar em reforma urbana? Ninguém fala, ninguém toca. Porque existe o cartel das imobiliárias aqui, e existe um cartel dos latifundiários. O Ministro de Desenvolvimento Social do Lula que é o Antonio Furlan, só no município de Uberlândia, ele tem 53 mil alqueires de terra em Uberlândia, agora ele disse que não vai ficar mais, adivinha quem o Lula vai pôr no lugar dele? O Gerdal. Tira um latifundiário que é o Furlan e coloca um grande empresário que é o Gerdal. O que muda? Troca seis por meia dúzia. Não adianta. Então quem está lá? Entra governo e sai governo, é quem está com o interesse. Esse Ministro aí, o Marcos Ford, que é o Ministro da Cidade, ele veio em São José dos Campos e visitou ruas, mas não visitou acampamentos. E o cara é do PP do partido do Paulo Maluf. O Ministro da

Cidade que devia estar ajudando os pobres é o cara do partido do rico. Fica muito difícil. Por isso que os governos municipais fazem o que eles querem. Eles sabem que mesmo errados, eles ainda tem o Governo Federal. Se o Governo Federal também quisesse, ele vinha aqui hoje e diria: olha estou assumindo isso aqui, ninguém põe a mão aqui, se pôr a mão eu meto o exército lá, outro governo faria isso, mas ele não tem coragem de fazer, então é muito ruim. E em termos de partido o PSDB é o pior, ele e o PFL, é o pior que tem. Eles não têm dó. Vimos o que aconteceu em Eldorado de Carajás, no Pará, sob o governo do PSDB, o que aconteceu lá em Goiânia no governo PSDB e o que aconteceu em São José dos Campos em 2003 quando a tropa de choque invadiu lá o morro do RH, tirou o pessoal sem mandato, foi o governo do PSDB. Então, um governo muito truculento e tira na raça. E sabe por que tira na raça? Porque sabe que não vai ter punição. Você já viu rico ser preso nesse país? Não vai, não vai preso, não tem condições. Um terreno igual a esse, ele pertence ao Naji Narra. O Naji Narras, segundo a Revista Veja tem 7 bilhões de dólares, o terreno aqui vale 6 milhões. Ele nem sabe que tem esse terreno. O cara está proibido de entrar em 40 países. E ele anda com o Lula por aí, pra cima e pra baixo, tomando umas pingas, tomando uma cerveja, tomando whisky. O casamento do filho dele, 100 convidados, gastou mais de 1 milhão de reais. Com caviar, champagne à francesa, essas coisas todas. Na última negociação do Brasil a Telecom ele levou 7 milhões e 400 mil só de um telefonema que ele deu pra fechar, é esse tipo de coisa. Eu tenho medo dos nossos filhos acharem que: pra que trabalhar se roubar é melhor. Pra que estudar? Se você pode fazer o que quiser da vida. Vai querer ser jogador de futebol ou modelo. Agora não pode ser mais modelo magro, porque magro está morrendo. Tem que ser mais rechadinha e é assim a vida. Aí você liga a televisão. Um dia tem lata velha, o outro dia é “dia de princesa”, o dia do caminhão, um dia é o baú, e você sai felizão, cartas e mais cartas escritas achando que vai resolver o problema ali. Eu digo, com toda a sinceridade, eu não inventei a ocupação de terra. Há mais de cinco mil anos Moisés já fazia isso, cruzou o mar vermelho, ocupou o que hoje é o Afeganistão. Aarão já fez isso, Abraão já fez isso. Agora, qual o medo? Ah! Mas se dá terra vai ter mais ocupação, enquanto tiver problema social vai ter problema. Seja na educação, na saúde, no transporte, na moradia, vai ter problema, o povo vai reagir. E no Brasil o povo não reagiu ainda, o povo está quieto. O meu medo e pode ser que eu não alcance isso aí, mas o meu medo é que seja tarde demais pro governo abrir o olho. Porque pode acontecer alguma coisa que o governo não controle mais. Uma recessão não acontece com milhões de pessoas, ela acontece com duas, três pessoas e em poucos dias vira milhões de pessoas. Vimos como foi a derrubada do Collor, foi meia dúzia de estudante, começou aqui em São José dos Campos com meia dúzia aqui, foi o pessoal aqui, da convergência socialista que começou, tanto é que na época expulsaram o pessoal da

convergência do PT, dois meses depois o Brasil inteiro estava assim. Então é muito perigoso, muito perigoso. O cara matou 111 pessoas, foi morto outro dia com um tiro da namorada e não foi punido, o coronel Ubiratan, 111 pessoas no Carandiru. Os caras mataram não sei quantos lá no Eldorado de Carajás, não são punidos, e a namorada foi. Então isso é que é complicado. O cara matou 111 não foi punido. A namorada o matou e já foi punida na hora, é automático. Isso é muito perigoso, porque é impossível que esse povo vá ficar o resto da vida de olho fechado. Porque é o seguinte: quando estoura alguma coisa no meio da sociedade que sabe, é mais fácil controlar, quando estoura alguma coisa numa sociedade que não sabe de nada tudo o que você fala não vai adiantar, eles não acreditam em ninguém. É muito mais fácil você controlar a classe média. A classe miserável você não controla, não tem estrutura para ser controlada. Quando eles vão pro pau, eles vão pro pau. Por isso que a desocupação aqui, se a tropa de choque vir aqui, vai ser problema. Aqui não são pessoas que tem casa, que tem emprego, que tem salário. Aqui são pessoas que não tem emprego, que não tem escola e não tem salário, nada. Pra eles morrerem ou serem presos, tanto faz. Tem cara que fala “se eu for preso, pra mim está bem, pelo menos eu vou comer”. Aqui não é classe média, aqui não é o cara que trabalha na GM e tem medo de perder o emprego, ele não tem emprego. Aqui não é dona de casa que tem marido que trabalha e tem medo de perder a boa vida. Aqui as pessoas não têm medo de perder nada, porque não tem nada. Então, esse é que é o meu medo, é porque eu sei com o que eu estou lidando. Ontem mesmo, eu encontrei com uma menina de sete anos dizendo: “Marrom não deixa nós debaixo da ponte de novo lá, nós viemos de lá, eu passei o natal debaixo da ponte, eu não quero passar meu natal mais debaixo da ponte, aqui tá tão gostosinho, deixa nós ficar aqui”. Eu olhei, fiquei com dó, sete anos, já tinha passado três natais em baixo da ponte. Você pode andar por São José dos Campos e é muito difícil ver pessoas em baixo da ponte, não foi só o Prefeito quem recolheu; quem recolheu foi o Pinheirinho. Mas isso ele não tem coragem de ir ao rádio e falar. Fomos nós que recolhemos. Na zona sul você não vê ninguém jogado, nós recolhemos as pessoas e jogamos aqui dentro. Tinham pessoas despejadas em baixo da ponte. Tem pessoa que chega na casa da tia (Dna. Lourdes) duas horas da manhã, despejado e a tia fala: vamos achar um barraco pra você. Tem uns barracos reserva e coloca as pessoas lá. Nós damos comida. Nós não pegamos comida lá fora, não vamos pegar lá na rua não. Nós vamos aos barracos, batemos palma e o pessoal te dá. Ele reparte o que tem, se tiver dois litros de óleo reparte, se tiver açúcar reparte, isso o povo não vê. Nem nos jornais eles divulgam, a gente fala e eles não põem.

Entrevistadora: Qual sua opinião em relação ao Plano Diretor?

Entrevistado: O Plano Diretor podia, pode contemplar em cada estado, o problema não é esse, o problema é que nessa cidade não dá certo. A cidade quando ela é mais social dá certo. Eu não sei dizer como é que está em Jacareí, lá em Campinas dá certo porque o pessoal vai lá, senta e discute. Campinas é uma das maiores cidades do Brasil, acho que tem 1 milhão e meio de habitantes, enorme, com emprego muito grande, todo mundo que vem do norte e nordeste vai pra Campinas.

A população de Campinas participa, tanto é que as ocupações de lá hoje só tem casas. Quando o governo fala do Parque Azoel, lá tem muitas pessoas morando com água, com luz, pagando nas casinhas. Agora, o problema é que em São José dos Campos, o que o Prefeito quer passar é uma idéia, isso que é a idéia mais burra, é que aqui não tem pobre. Tem pouco pobre em vista das outras cidades, mas ele quer passar a idéia de que é uma cidade rica. Outra questão desse povo é a seguinte, eles dizem que todo mundo é empreendedor, na cabeça deles todo mundo que sair vendendo coca-cola na rua vai ficar rico. Todo mundo que montar uma fábrica no fundo de quintal vai virar uma General Motors, todo mundo que fizer uma pipa vai virar uma Embraer. Isso é a cabeça desses caras. Empreendedor, jovem empreendedor... é pai de família empreendedor. Uma professora vai ter uma faculdade, o cara que solta pipa vai ter uma fábrica de avião... O cara que vende coca-cola vai ter uma fábrica de refrigerante... Eles acham, pensam isso e não é assim que funciona. Esse negócio de achar que as pessoas ficam ricas de um dia pro outro. Aqui dentro tem umas pessoas que falam: se Deus quiser minha filha vai casar com um cara rico, se Deus quiser vou trabalhar na GM, se Deus quiser... Não culpando aqui, não procurando defeito. Então, as coisas têm que ser pensada, calculada, medida. Hoje, só existe a discussão do programa da cidade de São José dos campos porque nós fizemos a ocupação, se não nem iam falar isso aqui. Se não, não tinha nem a Secretaria de Habitação, aqui nunca teve. Nós criamos a Secretaria de Habitação. O Pinheirinho criou a Secretária de Habitação.

Aqui não tem derrota pra nós. Qualquer resultado daqui a gente sai muito vitorioso. Não pode é dar um massacre, porque aí quem vai perder é a cidade. Mas aqui qualquer resultado já é vitorioso. Só o fato das pessoas ficarem aqui três anos sem pagar aluguel já é uma vitória grande. Agora, tudo o que acontecer aqui de negativo está na mão do Prefeito. Então, a vitória é muito grande. Graças a esse movimento a gente conseguiu vários movimentos no Brasil inteiro. Aqui em São José dos Campos mesmo tem outro movimento, tem o Mesquita, tem o Guimarães, tem o Sapê, tem o Santa Cruz, tem a Vila Rossi, inúmeros, porque espelhou aqui. Tem que lutar, tem que brigar. Aqui a gente ensina as pessoas a não ficarem na porta do governo batendo palma, ensina as pessoas a irem pra rua e catar um jeito de trabalhar, se

virar. Na verdade, no fundo, nos ajudou muito o Prefeito aqui. O Prefeito nos livrou de muito problema. Esse negócio que ele fala que dá passagem, pro pessoal voltar, ele faz isso. Toda vez que ele pega um mendigo na rua ele manda de volta. Como se as pessoas fossem animais, como se as pessoas fossem mercadorias. Isso é ruim. Hoje, as pessoas têm que ter é dignidade. É um barraquinho é, mas de cabeça erguida, é pobre é, mas de cabeça erguida. Aqui não tem humilhação, certo? A vida de ocupação, dos acampamentos no Brasil foi assim. Ninguém aceita este tipo de coisa. Então, é uma situação complexa. Agora, quando você fala do Plano Diretor não há ajuda, nesse caso vem uma coisa pronta, terminada, é a mesma coisa de eu sentar com você pra discutir um assunto, mas qualquer resultado vai ser do jeito que eu quero, aí não tem jeito. Então pra que sentar, pra que discutir? Olha, vamos discutir o Pinheirinho, mas qualquer resultado vai ter que sair. Então pra que discutir. Vamos discutir a Vila Rossi, mas qualquer resultado vai ter que passar a rodovia, o pessoal vai ter que sair. Vamos discutir a empresa de ônibus, mas qualquer resultado a passagem vai ter que aumentar 100 %. Vamos discutir a saúde, qualquer resultado o hospital será vendido e será privatizado, aí não tem jeito, porque vai discutir e você vai ter a ilusão que está participando, mas participando do quê. O Plano Diretor é um programa participativo, mas participativo do quê, se você não altera o resultado, nem a votação. Não tem votação. Eu vi a questão no final do ano passado, quando o ministério da cidade discutiu em todo o país esse programa aí, inclusive dentro desse plano dizia o seguinte: todos os terrenos que há cinco anos não cumprem a função social, esse terreno tem que ser desapropriado e nele ser construído casa para as pessoas de baixa renda, ele não passou. Não passou de São Paulo, ele não foi para Brasília. Não passou. Por quê? Porque já tinha um plano, já estava fechado.

Não passou por quê? E nós éramos muito mais. Nós tínhamos dos 400 delegados, nós tínhamos 220 delegados, na votação nós ganharíamos. Não vai passar nunca. É ditadura. Uma ditadura terrível. A pior ditadura é aquela que você não vê, essa é terrível. Essa falsa liberdade que você tem, você pode ir, você pode falar mal, você pode brigar, você pode reclamar, mas você não é atendido. Na outra ditadura você não podia fazer nada disso, dava mais repressão. As pessoas ficavam mais com raiva, nessa não, nessa você pode xingar o Presidente, o Prefeito, o Governador, não dá nada. Pode falar o que você quiser na rádio, na rua, no microfone, na escola, tudo bem, mas você não tem o que você quer. Circo é o que acontece e isso é muito ruim, essa falsa democracia é que é ruim e você vive uma democracia que não existe. Libertaram-se os negros, mas acorrentaram suas idéias. Na verdade acorrentaram todo mundo, não é só o negro que está acorrentado. Todo mundo está acorrentado. Você pode ter a idéia que for. Ela não vai passar. Ninguém acata. Permanece a idéia deles.

E eles se trancam dentro de uma sala. Eu tenho um amigo meu, que foi deputado federal por dois mandatos, Ernesto Cadela, enquanto ele estava falando os deputados ficavam jogando aviõozinho, falando “seu caipira, volta pro interior seu caipira...” foi um discurso maravilhoso, mas nunca foi aprovado porque já tem um grupinho fechado. Quando eles entram ali já sabem o que vão fazer. Tudo vendido. Agora o único jeito de mudar isso aí é a sociedade. Agora, o brasileiro foi treinado pra reclamar e não agir. Por isso essa liberdade, pode xingar quem for, por isso é muito mais fácil o cara brigar no boteco, bater na esposa, bater no filho. Agora, com o governo, com a polícia, com o poder ninguém briga. Já desabafou no filho, já desabafou na mulher, ele já desabafou no amigo de cachaça, pra que desabafar no governo, entendeu? Como as coisas são complexas.

Entrevistadora: Obrigada Marrom.

Entrevistado: Eu que agradeço.

**2 Entrevista realizada em 20 de novembro de 2006****Local: Associação dos Engenheiros e Arquitetos em São José dos Campos – SP****Arquiteto Marcelo Guedes****Presidente da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de São José dos Campos**

Entrevistadora: A Associação participou no Processo do Plano Diretor?

Entrevistado: Houve a participação meio pequena, porque o que nós gostaríamos é que tivesse tido, não só disponibilizado nos bairros, mas também dentro das entidades já organizadas através de uma parceria com a Prefeitura, com o Poder Público, então isso não ocorreu. O que ocorreu foi o seguinte, algumas coisas que aconteceram, algumas reuniões que aconteceram, meio superficiais e acabaram, de repente, fechando algumas coisas mais pontuais. O quê que é pontual, por exemplo, de repente é uma discussão sobre um bairro, um loteamento, uma área, uma região, falando sobre áreas adjacentes, a questão de ocupação por praças, por escolas, alguma coisa mais específica. Discussões sérias como a questão da Via Norte, o processo da Via Norte, o impacto que ela está causando e a referência que poderia ser no município, isso não ocorreu, e a gente insistiu muito para que isso acontecesse.

Outra coisa foi à questão do transporte público, já está na hora de começar a pensar para os próximos 10 anos um novo sistema de transporte para São José dos Campos, a integração do sistema de transporte, como é que funciona isso, quer dizer, a gente tem um tratado hoje da linha do trem que está completamente inutilizado, é óbvio que o tratado corta o município nas regiões, mas acho que pensar nessa questão e principalmente a questão do zoneamento, isso é fundamental, ou seja, não é fácil falar que a região leste vai crescer e pronto, não é assim, acho que o zoneamento é uma coisa muito importante para ser discutida e isso não ocorreu.

Nós temos um déficit habitacional muito grande no município e São José gera uma expectativa muito grande nas pessoas, quem mora aqui acredita que tudo está perfeito, mas nós temos problema como toda cidade grande, as ocupações irregulares, e não é só na área do Pinheirinho, como também em algumas áreas de risco, por exemplo. Então, quer dizer, criar e trabalhar essa questão, o que já existe hoje, como é o caso do Pinheirinho, pra se dar soluções. Ou seja, trazer essa discussão pra dentro da sociedade, pra dentro do Poder Público e conseqüentemente expor isso diante de uma sociedade. Se não o que ocorre hoje vai ocorrer daqui a pouquíssimo tempo em outros lugares porque, você vê a expectativa que gera uma Embraer, a expectativa que gera uma Petrobras nas pessoas, por exemplo, onde nós temos um problema do desemprego muito sério no país hoje em dia. Então, ainda bem que São José, no passado, teve oportunidade de se implantar grandes indústrias aqui. Só que você tem que

tomar cuidado como que isso vai gerar dentro do município, e em todos os sentidos. Então, tem que ter essa preocupação, tem que trazer isso para a discussão. A ocupação do Pinheirinho, por exemplo, é uma ocupação que não ocorreu da noite para o dia, o Poder Público não se preocupou, fez vista grossa, essa que é a verdade. E aí o que aconteceu? Foi aumentando. Só que hoje, os movimentos não são isolados. Os movimentos hoje são muito bem organizados, todos os movimentos, no geral são organizados e essa maneira deles serem organizados começa a gerar uma expectativa muito grande nas pessoas que estão envolvidas, no caso do Pinheirinho, você vê quantas famílias que estão envolvidas lá e o que isso ocorre, o que isso repercutiu inclusive, quer dizer, apesar de ser uma região que é divisa com outro município, mas tem de se pensar em toda uma preocupação. Outra coisa, que é um problema sério e que o município não trabalha muito, é a questão também do saneamento básico, então quer dizer, se recolhe muita coisa, mas se trata pouca coisa. Eu não sei se você sabe, mas nós só tratamos 46% do esgoto no município, o restante tudo é jogado em natura. Então, uma cidade que tem todo o potencial e que pode servir de referência para os outros municípios e para o país no geral, por que não se trabalha isso? O Plano Diretor é pra isso. Vamos trazer as discussões sérias.

Entrevistadora: A Associação foi convidada no Processo do Plano Diretor?

Entrevistado: Não. Foi apenas, divulgado na sociedade no geral, em todos os setores, de forma rápida, mas, especificamente para vir um Secretário do Planejamento dentro de uma Instituição séria, como é a Associação, isso não ocorreu. E te confesso que a gente tentou, por várias vezes inclusive, trazê-los pra cá e não conseguimos.

Entrevistadora: No caso do Pinheirinho, por exemplo, os próprios moradores têm um projeto para construir casas populares na área, eles gostariam de comprar o terreno, mas a Prefeitura não concorda e quer a desocupação da área. Como a Associação se posiciona em relação a essa questão?

Entrevistado: Bom, eles já estão fixados lá, mas o fato de querer comprar o local aí é outro lado, pois nós temos hoje o lote mínimo no município e isso tem que ser seguido. Isso não pode simplesmente ser ignorado. O que é o lote mínimo? O lote mínimo é pra dar condições de se viver dignamente, respeitando dimensões mínimas dos ambientes, respeitando iluminação, ventilação, insolação, ou seja, todos os métodos legais. Lá, excepcionalmente no Pinheirinho, não foi feito isso. Então, ou seja, precisa ser feita uma reestruturação. Mas, tem



que ser feita uma reestruturação através de uma Secretaria do Planejamento, por exemplo, da Prefeitura ou uma Secretaria de Obras, ou seja, ser feito um trabalho para se redimensionar o existente e adequar aquilo que não pode ser adequado, que está errado, e não foi feito. Então, por quê? Simplesmente, o Poder Público, ele ignorou esse tempo todo. Foi o que eu falei para você, os movimentos populares no país inteiro, hoje, todos eles são organizados, eles não são tipo assim: alguém chegou e montou um grupo de pessoas ali, montou e tudo bem; não, eles se informam, eles sabem dos direitos, eles sabem dos financiamentos possíveis, através do Governo Federal que existe no país. Além disso, a gente vê também na televisão, ela passa todo instante, todas as informações, ou seja, se todo mundo já está organizado e sabe dos seus direitos tem que ser realmente tratada essa questão como séria. Se for, realmente, dar ganho às pessoas na região, o que eu acho meio complicado, mesmo que seja uma área do Poder Público, mas eu acho que tem que ter uma coordenação nesse sentido e o problema todo na cidade, o problema todo disso, é a falta de fiscalização. A Prefeitura não tem um projeto de fiscalização adequado para o crescimento da cidade, o dado já é de 740 mil habitantes, até hoje é ineficiente a fiscalização. Se você pegar na zona norte, por exemplo, da cidade, que é uma região que ela não tem mais onde crescer, aparentemente, mas nós temos muitas ocupações irregulares em áreas de mananciais, em áreas de risco e, inclusive, isso não é só classe baixa, tem pessoas que, às vezes, elas pegam chácaras, elas loteiam chácaras e vendem, e aí o poder público nunca fica sabendo. Por quê? Falta de fiscalização. Por que, de repente, por exemplo, ocorreu o problema no Pinheirinho? E nós temos a região sul, que é uma das regiões que mais cresceu no município, nos últimos 20 anos. Por que não foi levado a sério? Por que não foi dada a atenção devida dentro daquela região? Agora, quando eu falo fiscalização, não é só fiscalização disso, é fiscalização de zoneamento, pra saber das construções, é número de pavimentos adequados pra receber dentro de uma via pública, isso não é pensado a sério. Ou seja, toda a parte de saneamento básico da cidade, ela foi feita pra receber uma quantidade “X”. Agora, quando você tem os grandes corredores comerciais, que eles são super ocupados, como é que fica essa questão? Quem arca com esse ônus? É o Poder Público? Então, essas questões precisam ser levadas a sério e tem que ser discutido, não uma ou duas, mas dez ou vinte vezes, cada assunto. Apesar de que, o Plano Diretor não foi discutido dessa maneira, simplesmente fizeram pouquíssimas reuniões, fecharam a toque de caixa e tentaram aprovar. Foi aprovado, só que não foi sancionado ainda. Inclusive, a Associação não concorda que seja sancionado esse Plano Diretor.

Mas nós estamos em acertos, em negociações com o Poder Público pra isso. Se realmente tiver problema, se for sancionado mesmo, nós vamos entrar com a Promotoria Pública, essa que é a realidade.

Entrevistadora: Neste caso, o Plano Diretor seria invalidado?

Entrevistado: Sim, assim como está sendo invalidado em vários municípios.

E seria criado outro. Com o envolvimento de toda a sociedade.

Seria uma participação popular mais efetiva.

E a Associação faria essa coordenação, pois, para nós é muito interessante, inclusive, estar junto, nós temos especialistas aqui, dentro da Associação, são profissionais especializados no assunto que trabalham com isso. Só para ter uma idéia, a Associação trabalha em conjunto com o CREA, que é o Conselho Regional, sediado em São Paulo. O Conselho Regional tem uma equipe especializada, é um grupo de trabalho que só trabalha Planos Diretores. E os profissionais nossos estão constantemente tendo atualização desses dados técnicos, pra que realmente seja falado. Então, primeiro, tem que ter essa preocupação. Segundo, tem que listar todos os tópicos, não dá para simplesmente chegar e falar. Por quê? Por exemplo, porque a cidade cresceu muito. O que nós esperamos da cidade daqui pra frente, nos próximos dez anos? Qual é a largura das vias necessárias? A via que tem hoje ela já suporta? Ela não suporta. Nós temos o nosso anel viário hoje, que em alguns horários, ele já está completamente congestionado. Aonde queremos que se tornem as áreas ocupadas pelos prédios comerciais? E os edifícios residenciais, pra onde que isso vai? Precisa-se condensar tudo na região central? Não precisa mais. Porque a cidade hoje, ela é descentralizada. Cada região da cidade, ela tem a sua formação específica, com parte de comércio, de serviços, de apoio, de estrutura física, tudo ela já tem formado. Então, não há necessidade desse tipo de preocupação, então vamos restringir. Nós que construímos prédios, edifícios, casas, nós temos noção da realidade, mas se a Prefeitura não restringe o zoneamento, então é liberado, se tem a exploração imobiliária. Isso é complicado. Então, a gente olha por esse lado também. Outra coisa, se a cidade está crescendo, vamos fazer o planejamento da cidade, para se pensar com relação ao direito de ir e vir. Por que só tem que ser carro, por que não pode ser uma ciclovia? Isso sem falar no problema do deficiente físico. Como nós vamos adequar os prédios públicos que não foram projetados para esse fim? E como que vai ser daqui pra frente? Então, quer dizer, essa acessibilidade, essa mobilidade urbana, como é que isso é inserido dentro de uma sociedade? Então, vamos trazer essa discussão para todo mundo poder participar. Agora, é importante, o problema maior que nós estamos tendo hoje é em alguns horários, por exemplo, super congestionados. As vias, por exemplo, algumas vias que são mão dupla, elas têm que ser reestruturadas. Mas, eu acho que, principalmente, acima de tudo, tem que ter um transporte público mais adequado. Por que em Curitiba as pessoas vão

de ônibus para casa? Porque alguém teve essa preocupação. Queremos uma coisa de qualidade. Agora, se você deixar o que acontece hoje no monopólio do transporte público, isso não vai ocorrer nunca. Agora, não adianta, nós termos referência da tecnologia de aviões. Hoje, nós temos referência da tecnologia do gás, que é um uso muito grande, ou seja, São José tem uma receita de gás que tem uma arrecadação muito grande e tudo mais, mas eu acho que isso é o início para que a gente possa buscar outras discussões. Se nós somos a cidade da tecnologia vamos utilizar dessa tecnologia para isso. Eu estive no ano passado, por exemplo, na região do ABC, em Santo André e São Caetano. Em São Caetano, lá tem os semáforos inteligentes. É um projeto de uma pessoa que foi de São José dos Campos. Criaram em São José. Mas em São José não tem esse semáforo inteligente. Aquele semáforo que tem o tempo de 60 segundos. Por que isso não tem em São José? Por que não tem compromisso. O Poder Público não tem compromisso. Então, quer dizer, eu acho que é uma série de fatores que tem que ser colocado. O que nós esperamos da cidade nos próximos dez anos? Como é que nós queremos a cidade para nós e para os nossos filhos? Só que a sociedade, mesmo que seja organizada, sozinha ela não consegue fazer, ela depende do Poder Público. Então, acho que tem que haver uma união para isso dar certo. Aí, eu vou fazer uma pergunta: Por que a sociedade só é importante em época de eleição? É complicado isso. Inclusive, na época de eleição, convidamos os candidatos para vir na Entidade, vieram, promessas, maravilhosas. Agora eu digo para você: se nós, arquitetos e engenheiros que ajudamos a projetar o crescimento ordenado e organizado da cidade, somos assim cobrados com relação a todas as diretrizes pra construção da cidade, já que não se constrói nada se não tiver o profissional na cidade ou em outro lugar, o profissional que esteja vinculado na obra, por que realmente a gente não vai participar dessas coisas? Então, isso que é meio difícil, entendeu? Outro problema também que tem no município, são os conselhos municipais: é o conselho de meio-ambiente, é o conselho de desenvolvimento urbano, é o grupo que vai tratar sobre o IPTU. Por que, que esses grupos não se reúnem? Porque dependem do Poder Público. As reuniões não acontecem. Isso é um projeto, quer dizer, lá no passado alguém brigou pra que isso seja oficializado, foi oficializado, só que não acontece. Se não acontecem reuniões, como é que você vai saber de tudo que está acontecendo. Então, você primeiro precisa ter uma visão geral das coisas e acho que você tem que ter um envolvimento cada vez maior. Então, isso não tem acontecido mesmo. Não tem acontecido nada disso no município. Acho que é importante levantar essa questão. Então, os conselhos municipais, conselho de saúde, conselho de meio-ambiente, desenvolvimento urbano, esses conselhos são formados por representantes de entidades organizadas na sociedade, nós, inclusive, fazemos parte disso. Só que isso foi feito na época de outra gestão, de outra equipe que estava acomodando a cidade.

Só que hoje a gente percebe que não está acontecendo isso, entendeu, não está tendo reunião, não está tendo nada, não se tem resultados porque não têm reuniões para se discutir os assuntos.

E conseqüentemente, essas reuniões poderiam servir de apoio, de subsídio para as informações dentro do Plano Diretor. Nós temos as informações. Para se ter uma idéia, hoje na Associação, só para dar um parâmetro para você, hoje eu sei aqui, todos que vão construir em São José, pois tem que passar pela Associação para um diário de obra. O que é esse diário de obra? Ele especifica tudo da obra: quem é o profissional, qual região que está sendo feita, como que é feita a obra e quem é o responsável por todas as fases da obra. Com isso eu sei, exatamente, qual região está construindo mais através de obras particulares, qual o profissional, ou seja, se são mais profissionais do município ou profissionais de fora que estão trabalhando na cidade, qual é o perfil, o padrão da construção em São José, se é um padrão de construção médio, se é um padrão de construção baixo, se constrói mais para a classe média, mais pra classe baixa ou mais pra classe alta, qual a região que realmente está crescendo mais, quer dizer, em que corredores, em que lugares estão se construindo mais, tudo são dados, são informações, que a gente tem hoje aqui.

Entrevistadora: E essas informações são disponibilizadas ao público?

Entrevistado: É disponibilizado à vontade, para quem quiser chegar e perguntar. Para os nossos profissionais nós divulgamos, porque está diretamente ligado com a nossa área, mas se alguém realmente quiser se informar e tudo mais, a informação está disponível. Desde quando a gente faz isso aqui, há mais de cinco anos, a Prefeitura nunca nos procurou pra saber desses dados. Talvez ela até tenha também essas informações lá. Mas acho que é importante checar as informações. Será que realmente é real o que está acontecendo? E como que pode coibir, de repente, uma ocupação macro num lugar e facilitar, dar condições para que se ocupe outra região. Aí, vem a oportunidade do Poder Público de direcionar isso, dar condições de escolas, praças, incentivando o comércio, incentivando a parte de serviços, quer dizer, então, tudo isso, são discussões que não são isoladas que passam pelo Plano Diretor também, que estão ligadas ao Plano Diretor. A própria questão do Banhado, por exemplo, nós somos referência. A questão da Via Norte, o impacto que isso vai causar, nós levantamos uma questão muito importante, foi a questão da compensação ambiental, se vai pegar uma área que era de preservação ambiental, então vamos, de repente, trabalhar numa outra área. É muito importante que se demonstre isso de maneira que possamos estar de olho em tudo que está acontecendo. Não é só importante que se tenha um engenheiro, um arquiteto responsável por

uma casa sendo construída lá no Novo Horizonte ou por supermercado Extra 24 horas que está sendo construído aqui no Colinas, é importante também o profissional ser participativo, ser chamado pra poder discutir a questão do novo sistema de transporte, a questão das áreas de mananciais, entendeu, como que a gente se preocupa com isso, quer dizer, a questão do uso da água, a questão por exemplo dos corredores de circulação, como é que se aprova por exemplo, mais loteamentos na região do Urbanova e uma via pequena que dá acesso a esses bairros. Se tiver problemas, um acidente naquilo ali, você isolou todo mundo do bairro, isso não pode acontecer no município. Como é que a gente trabalha essa questão? Então, isso não está sendo levado a sério. Isso não está sendo, nem é levado a sério, isso não está sendo colocado em discussão. Cadê a pauta de discussão disso?

Aí você pega outro problema que tinha antigamente, que era o problema da zona leste, você tinha uma via, também pequena, de mão dupla, que é o que acontece hoje na zona oeste, indo para o Urbanova, e tudo era lá, quando acontecia um problema, pronto, ficava todo mundo isolado, ninguém saía de lá. Então, isso não pode acontecer, o poder público não pode permitir esse tipo de coisa, ele tem que trazer isso pra discussão com a sociedade, envolver a sociedade. Envolver a sociedade não é só chegar e falar assim: ah, vai ter “x” reuniões e nessas “x” reuniões vai ser discutido isso aqui e acabou. Não é assim que funciona, sabe, eles têm que vir, o Poder Público tem obrigação de vir dentro das entidades organizadas, eles têm obrigação de poder ceder espaço, ceder horários para reuniões, se disponibilizar mesmo, 100% do tempo para isso, porque é obrigação dele poder fazer isso aqui, porque depois lá na frente nós vamos estar cobrando, e a sociedade vai cobrar mesmo, como é o caso do Pinheirinho, vai cobrar e várias vezes, e tem direito de cobrar mesmo, porque o Poder Público ele fez vista grossa, virou a costa e disse “isso não é comigo”, e é com eles.

Entrevistadora: A Prefeitura entrou com uma liminar para a desocupação do Pinheirinho, isso poderá gerar alguma violência. Qual o posicionamento da Associação em relação à violência?

Entrevistado: Aí que está a falta de fiscalização, que é uma coisa simples, não deixa, de repente, crescer organizadamente as coisas. Quer dizer, a ocupação do Pinheirinho é um caso que aconteceu aqui e é o mais grave, por exemplo, mas se têm outras regiões que também tiveram ocupações, região do Torrão de Ouro, a região da zona leste também teve ocupação lá, a própria região da zona norte também. Hoje, está se tentando regularizar a cidade. Mas regularizar o que foi feito errado? Onde estava a fiscalização? Não teve, então, você vê, tem que ter essa preocupação. Se não tiver isso aqui, realmente vai ocorrer, vai chegar num caso

extremo como esse, de ter um documento de um Juiz, mas aí eles também entram com a Promotoria Pública e o negócio fica se estendendo. E o tempo vai passando. E aquela qualidade de vida daquele pessoal lá? Quer dizer, não é com a gente então, não é com o poder público? Não pode ser assim. Tem que ter seriedade. A administração da cidade tem que ter seriedade. Se você não tem seriedade, então você não serve para ser administrador da cidade. E as pessoas que estão nos representando lá, elas não são dignas do cargo que ocupam, não é simplesmente chegar e falar: “eu não quero que isso seja feito”, não é assim que funciona. Se a cidade tem o potencial, vamos trabalhar isso, o Plano Diretor é para isso, as diretrizes que você quer para a cidade nos próximos dez anos. Simplesmente isso, e pronto.

Infelizmente não houve a nossa participação. Não houve, inclusive, também, a troca do Poder Público, que deveria ter sido feito, nós estamos discutindo, nós continuamos ainda discutindo, uma equipe ainda continua discutindo alguns assuntos do orçamento participativo. Principalmente, a questão da compensação ambiental, que é uma questão muito forte, que o município leva com seriedade. Temos muitas Ongs organizadas que trabalham nessa questão. Por quê? A sociedade, não podemos simplesmente aceitar tudo que acontece, nós temos que discutir e questionar.

Seria uma falha do poder público com certeza, de não ouvir e de não participar mais à sociedade organizada.

Entrevistadora: E no caso dos assentamentos?

Entrevistado: Eu acho que o problema é no país todo. Mas acho que no nosso caso, nós podemos trabalhar essa questão. A cidade hoje, quer dizer, ela já está com uma estrutura formada, ela pode inclusive trabalhar essa questão. O déficit habitacional, ele é problemático no país todo. Só que hoje você tem várias linhas de financiamento, que elas ajudam, inclusive, elas proporcionam mais condições às pessoas. E a verdade é assim, todo mundo hoje em dia quer ter a sua casa, quer ter o seu canto, quer ter o seu espaço, de uma maneira ou de outra. Agora, as cidades quando elas são desenvolvidas, elas têm que pegar as áreas e trabalhar esses vazios urbanos, não é simplesmente você chegar e falar assim: vamos jogar a pessoa lá no fundo, não é assim que funciona. Por quê? Se você colocar lá no fundo, você vai ter problema depois. Como é que você trabalha a questão do saneamento básico? Como é que você vai dar condições para a pessoa ir e vir? Aí, vem o transporte público. Como é que você vai dar condições para a pessoa chegar lá, se ela não tem escolas, se ela não tem área de lazer, se ela não tem praça, tudo isso repercute em volta. E aonde cai isso? Nas mãos do Poder Público.

Entrevistadora: Com relação às linhas de financiamento, é aplicado na cidade ou não?

Entrevistado: Alguns chegam, outros deixam de usar. Se não usa pra um fim, vai se usar pra outra coisa. O Governo destina uma verba “x” para a habitação, se essa verba não é utilizada no município, em São José por exemplo, ela vai ser utilizada em outro município, em outro lugar, ou nem vai ser utilizada.

Eu acho que o problema é de má gestão mesmo. O problema é má administração. Quer dizer, o Poder Público, ele tem condições, ele tem que ir atrás, e aí ele oferece para a sociedade: olha tem isso aqui tudo mais, vamos tentar reverter isso aqui. O outro problema pra você ter uma idéia, em São José tem um projeto de plantas populares, as pessoas que ganham até mil e duzentos reais, elas têm direito a um projeto de graça da casa própria dela, só que pouca gente sabe disso. Por quê? Não é divulgado. Esse dinheiro que a pessoa teria direito, se ele não for gasto, ele deixa de ser gasto, ele volta para o Governo e continua em Brasília. Ele nunca chega a São José. São José já tem isso há algum tempo, mas outros municípios estão tentando implantar isso. Ou seja, a casa é projetada por arquiteto ou engenheiro.

Seria direto com a Prefeitura. A pessoa que não tem condições, por exemplo, ela pode pegar um financiamento, aqueles financiamentos que tinham de habitação, de CDHU. Só que as pessoas não sabem disso. Por quê? É obrigação do governo, do município, da Prefeitura divulgar isso, mas não divulga. E aí, você tem uma meia dúzia que é informada que sabe disso. Por outro lado, muitas pessoas não são informadas e deixam de usar isso. Só que isso podia servir pra orientar às pessoas a construir adequadamente. Porque se as pessoas tiverem oportunidade elas vão fazer o negócio. De uma maneira ou de outra todo mundo vai fazer. As pessoas constroem mesmo, não adianta, porque elas sentem necessidade, a família aumenta etc., de repente ela quer ter uma coisa melhor e tudo mais, então vem de novo o problema da fiscalização, que é ineficiente. A fiscalização não é só da Prefeitura para fora, é da Prefeitura para dentro mesmo. Por que o município não pega uma pessoa, um gestor de verbas públicas? Então, você está vendo como é que funciona essa coisa da administração, quer dizer, a administração tem que dar condições para a cidade, não é só pegar lá e colocar florzinha na praça e deixar ficar bonitinho, não é isso, muito pelo contrário, não é só você chegar também e pegar dentro da região que é ocupada e refazer o asfalto; não, tem muito mais, além disso. Precisa-se fazer muita coisa. Mas o que é feito? Nada é feito. Então, precisa-se ter essa obrigação e não se tem essa obrigação.

Entrevistadora: Marcelo, muito obrigada.

Entrevistado: Por nada.

### **3 Entrevista realizada em 14 de janeiro de 2008**

**Local: São José dos Campos – SP**

**Dra. Angela Moraes Guadagnin**

**Ex-Prefeita do Município de São José dos Campos no período 1993/1996**

Entrevistadora: Em seu governo, quais os principais problemas e as dificuldades encontrados na área social/habitacional e quais foram as políticas públicas implementadas na sua gestão na resolução desses problemas?

Entrevistada: Quando nós assumimos priorizamos políticas que nunca foram priorizadas na cidade, com setores da sociedade que nunca tiveram atenção, cuidado ou políticas voltadas para esse setor. Todas as secretarias se prepararam exatamente para fazer essa inversão de prioridades, então não dá para falarmos somente da assistência social, porque houve uma mudança na visão de todas as secretárias passando pelo esporte, pela cultura, pela educação, pela saúde, obras e habitação, onde todas as secretárias se adequaram para fazer essa nova visão que a nossa administração estava focando que era a inversão de prioridades, além da transparência e da participação popular, mas no caso de implementar as políticas públicas. Então, se formos ver, por exemplo, a assistência social especificamente, em dezembro de 1993, que foi o fim do meu primeiro ano de governo quando a LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social foi aprovada no Congresso, nós já tínhamos implantado em São José dos Campos o Conselho de Assistência Social, o Fundo de Assistência Social, nós tínhamos acabado com aquele Fundo de solidariedade do primeiro-damismo que fica como uma caridade da primeira dama, e implantamos a política de assistência social como uma política pública.

Nós já tínhamos organizado os distritos sociais que hoje vem a ser o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) no fim de 1993 e já tínhamos implantado os Centros de Referência de Assistência Social em todas as regiões da cidade, ao mesmo tempo nós fomos, por exemplo, na área da criança e do adolescente que estava ligada diretamente, tinha a FUNDHAS (Fundação Hélio Augusto de Souza), mas que estava ligada a Secretária de Assistência Social, onde nós começamos a implantar todas as medidas preconizadas pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) em todos os fóruns: da saúde, da assistência, do esporte, da cultura, da segurança.

Por exemplo, logo no início do nosso governo em fevereiro, nós tiramos os meninos da varrição levando em consideração que, os meninos de doze, treze anos que faziam a varrição da rua, isso é um trabalho penoso, vergonhoso como o ECA (Estatuto da Criança e do



Adolescente) preconiza, então demos um prazo de um mês para tirar os meninos da rua. Mandamos um Projeto de Lei para a Câmara para contratação de pessoas adultas para fazer a varrição da rua, e a Câmara não aprovava para fazer uma oposição ao nosso governo. Então, quando você pergunta pra mim qual foi a grande dificuldade de votar: o que era política pública que nós podíamos implantar por decisão de governos e modificar a estrutura da Prefeitura nós conseguíamos fazer, o que dependia de aprovação da Câmara emperrava pela oposição, pois não aprovavam.

No setor de habitação, por exemplo, foi a mesma coisa, nós fizemos o Conselho de Habitação com a participação dos empresários do setor imobiliário, com representantes de favela, representantes de loteamento clandestino, representante de cortiço, onde a população participava não só das decisões, quanto na elaboração da política, na assistência social, quer dizer em menos de um ano nós criamos o Conselho de Assistência Social com a participação das entidades que eram atendidas e que prestavam serviços. Decidimos no Conselho como seria o repasse de recursos da Prefeitura para as Entidades que acabavam complementando a política pública de assistência na área de creche ou na área de idoso ou na área de atendimento materno infantil, enfim em todas as áreas. Isso foi feito em conjunto e a gente repassava o recurso criteriosamente em dia, não atrasava nunca e o reajuste do valor era sempre corrigido com o aumento do salário mínimo, tinha o reajuste do valor do repasse, isso gradativamente foi aumentando ao longo dos quatro anos de governo. Então, nós víamos a política de assistência social como uma política pública mesmo, que tem que ser desenvolvida pelo Poder Público não como uma caridade, tanto que agora a gente viu uns dois anos atrás que mudou de novo o Fundo, ou seja, foi criado o Fundo de Solidariedade para a primeira dama voltar a atender, quer dizer, isso é um retrocesso em termos de políticas públicas, foi desestruturado todo esse Centro de Referência de Assistência, o que no Governo Federal está avançando no tempo de referência para os CRAS, aqui houve retrocesso, centralizou tudo de novo, centralizou no Paço com programas e não com atendimentos à demanda que a população trazia.

Entrevistadora: Houve uma continuidade dos programas que seu governo implantou?

Entrevistada: Acabou. Mudou a política, porque é uma visão de política mesmo que o PSDB tem totalmente diferente do nosso governo.

No Conselho de Habitação nós decidimos a regularização fundiária e urbanização de favelas e a regularização dos loteamentos clandestinos. Então, durante o nosso governo a gente fez a regularização do Morumbi, do Alto Santana, do Galo Branco, São Francisco, inúmeros

loteamentos clandestinos foram regularizados na nossa administração, aí as pessoas iam à Promotoria da Cidadania com a participação do loteador, com a participação da Prefeitura e em conjunto nós resolvíamos, alguns nós precisávamos mandar para a Câmara o projeto de lei com a nova planta, porque a planta do papel não era a planta real, porque que as pessoas foram construindo e acabava que a planta que estava no papel não era a realidade das casas. Então, no setor de habitação a regularização, porque as pessoas não tinham acesso a benefício de água, esgoto, luz, já que era considerado loteamento clandestino e a Prefeitura não podia intervir. E quando nós fizemos o Plano Diretor, consideramos certamente as Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS) que era exatamente para, nessas áreas de favelas, de cortiços, a Prefeitura poder intervir. Então nos fizemos, por exemplo, um estudo em conjunto com a Secretária de Assistência Social, a Secretária de Assuntos Jurídicos e a Secretária de Obras e Habitação, as três em conjunto: Jurídico por causa da questão latifundiária, Assistência Social para poder trabalhar com a questão da equidade social, porque tinha casa de seis metros quadrados e tinha casa de trezentos metros quadrados na favela, tinha uma desigualdade social dentro da própria favela, então se você pega uma área que você vai dividir pra todos que já moram ali, você tem que pelo menos ter uma equidade social, mas não é igual para todo mundo, porque tem família de dez e tem família de dois.

E a Secretária de Obras e Habitação que fazia projetos e a gente apresentava para a comunidade que fazia críticas e dava sugestões, mudávamos o projeto, e esse processo ia avançando. Então, nós fizemos isso com Santa Cruz, Rhodia, Tatetuba, Detroit, regularizamos o pessoal todo do Ema, lá perto do Colonial, estas são ações concretas de assistência social voltadas para o direito à moradia que não é só dar cesta básica às famílias desempregadas, ou seja, assistência social de forma mais ampla, trabalhando com a questão de renda alternativa, formação de cooperativa, onde formamos a cooperativa dos catadores de lixo, formamos cooperativa de diversos tipos de mão-de-obra, para que as pessoas pudessem sair da mendicância, sair da cesta básica e ter uma fonte de renda. São ações da assistência social que foram sendo implantadas ao longo do nosso governo.

Quando você trabalha com a questão do social, tem vários aspectos, como a renda mínima, porque você dá qualidade de vida para essas famílias, então eles não ficam dependentes do Poder Público somente, se você organiza, urbaniza a favela. O sonho dessas pessoas era ter endereço, o correio ir lá, poder ter um carnê na loja, pois não tinham endereço, não podiam levar qualquer utensílio que eles comprassem em uma loja.

Regularizando esses assentamentos, você vai resolvendo a demanda da cidade por habitação, não aparecem novos núcleos, aparecem novos núcleos de favela quando o problema habitacional continua numa demanda maior do que a oferta, se você vai resolvendo, ou seja,

regulariza o que já tem, urbaniza o que já tem e dá estrutura para as pessoas construírem em outros lugares, construir aonde tem lote, a demanda não forma novos núcleos de favela, é errado o pensamento de que se você urbaniza vai aparecer nova favela para poder receber recurso da Prefeitura, lógico que sempre tem uns espertos, mas aí você coloca regras, daí a importância das assistentes sociais.

Por exemplo, no caso da FUNDHAS, que é uma área de assistência social ligada à criança e ao adolescente, meninos de sete a doze anos trabalhavam fazendo doces caseiros e tinham acidentes de queimadura. E o ECA é muito claro, criança só é aprendiz depois dos quatorze, e não tem trabalho para crianças de sete aos quatorze anos. Então nós criamos o Projeto Direito de Ser Criança, em que eles tinham reforço escolar, aulas práticas: pregar um botão, fazer uma bairha, tanto meninos quanto meninas; como atividades lúdicas: fazer capoeira, judô, natação. Nós tínhamos o menino aprendiz que era preparado para aprender uma profissão e depois a profissão, no fim nós estávamos com 16 núcleos de cursos profissionalizantes pela cidade inteira. Eu me lembro de um menino que entrou na oficina da padaria-escola, e normalmente os meninos tinham que se desvincular com 18 anos para servir, e um menino com dezessete anos e pouquinho ele foi lá pedir autorização para se desvincular porque ele conseguiu, depois de ter feito o curso da padaria-escola, um emprego numa padaria e o orgulho dele era que ele iria ganhar mais do que o pai dele. Então, as nossas ações como trabalhei em cada secretaria acabavam mudando a vida das pessoas dentro daquela visão de inversão de prioridades. Na Secretaria de Esportes um projeto que recebemos prêmio foi o “férias da cidade”, porque a cidade inteira se preparava em todos os núcleos de escolas, centro comunitário, todos os lugares para receber as crianças, então as crianças iam ao teatro, ao cinema, à piscina, foram à praia, foram para SP, tinham crianças que nunca tinham ido ao cinema, que nunca tinham visto a praia, além das atividades de jogar bola, atividades recreativas normais. E quando nos apresentamos no Congresso Internacional de Esportes na Espanha nosso projeto foi premiado pelo número de crianças que era atendida no período de quinze dias, porque como tinha ao mesmo tempo na cidade inteira nós conseguíamos abranger um número de criança muito grande, então a política de assistência muito mais do que só assistência social, mas uma política de governo que passava por todas as secretarias, por exemplo, criança e adolescente nós juntamos assistência social, educação, a secretaria de saúde, secretaria de esportes, para projetos específicos para essa fase da vida.

Entrevistadora: E quanto aos projetos que já existiam?

Entrevistada: Muitos a gente dava continuidade outros a gente mudava a cara, como o Projeto Casulo que foi o primeiro banco de leite humano público no Vale do Paraíba, foi feita a casa de referência da gestante de risco, o acompanhamento dos bebês em situação de sofrimento e a distribuição de leite materno com toda uma estrutura de não só incentivar a amamentação, mas acompanhar essas mães que estavam com dificuldade de amamentar, pegando o leite nas casas das mães e estocando para distribuir, aí nós fizemos o Hospital Municipal com UTI neonatal, UTI infantil, uma maternidade, pois não existia maternidade pública, só existia na Santa Casa. O Projeto Aruaí, que trabalhava com meninos de rua, esse cada vez que eu falo dele eu me emociono muito, mesmo anos depois, porque tinham os educadores de rua que trabalhavam com aqueles meninos e meninas, adolescentes, que estavam na rua, e quando o Aruaí fez um ano nós fomos visitar, e tinha um garoto, ele se chamava por Anderson, mas ele não sabia o nome sobrenome e nem a idade, nós calculávamos que ele deveria ter por volta de treze, quatorze anos pelos caracteres sexuais secundários que já estavam presentes, mas ele não sabia a idade que tinha, ele não tinha referência familiar nenhuma porque estava na rua desde quando ele se entendia por gente. Então, quando fomos visitar o Aruaí ele recebeu a gente e deu uma cesta feita de papelamento para mim, dizendo: “toma dona”, e ficou o tempo todo por perto, enquanto visitamos o Projeto, conversou com as crianças, com os educadores ele ia acompanhando. Quando eu estava saindo, ele disse: “Dona posso falar com você?” Pode, eu disse. O que é? “Muito obrigado pelo Aruaí, porque antes eu era um cheirador de cola e hoje eu sei escrever meu nome”, disse ele.

E um Projeto como esse termina, não deram continuidade. Do mesmo jeito que o Projeto Casulo se desestruturou todo, não tem mais aquela cara de antes de um centro de referência para gestantes de risco, bebês de risco. Tem o centro de lactação, mas já não está no centro de referência, pois as gestantes estão sendo atendidas nas unidades de saúde, e aí já muda toda característica do Programa, então eles não deram continuidade. Da mesma forma o “férias na cidade” que eles colocaram colônia de férias já não é com as mesmas características, com o mesmo programa, limitou o número de pessoas. No fim começamos a perceber que as mães também queriam ir, aí colocamos no “férias na cidade” períodos ou atividades que os adultos também pudessem participar, ou seja, um pouco de férias para a comunidade mais carente. Então, a assistência social foi vista como uma política pública que permeava todas as áreas, todas as secretarias. Agora a grande dificuldade mesmo era a oposição política, essa foi a grande dificuldade, porque recursos você até destinava, pois quando é prioridade você tem um orçamento destinando recursos prioritariamente para essa área, é lógico que eu não tinha um orçamento de 1 bilhão por ano, no último ano eu estava com trezentos milhões, mesmo assim o impacto das ações foi muito grande. Eu me lembro, por exemplo, quando nós mandamos

pra Câmara em maio de 1995 o Projeto Bolsa Família, pensando: “eles vão aprovar de maio a outubro o nosso Projeto e no dia das crianças nós vamos distribuir o primeiro Bolsa Família”, e a câmara engavetou e não aprovou, precisou de uma pressão do Conselho de Assistência, da população assistida, das entidades assistidas, até que eles aprovaram já em 1996 e mesmo assim para começar a funcionar em 1997, quer dizer, eu já tinha saído do governo, isso foi para poder não deixar marcado que era uma ação do nosso governo, então a nossa grande dificuldade mesmo foi da oposição política.

O nosso Conselho de Habitação foi uma das coisas que o governo seguinte terminou imediatamente. O setor dos empresários, engenheiros que faziam parte do Conselho, com direito a voz e voto era igualzinho ao usuário, ao morador da favela, de cortiço, loteamento clandestino, de condomínios, todos foram representados lá porque são interesses que a sociedade tem e deve ser resolvido no conjunto com a cidade. E no Pinheirinho agora é um absurdo porque é uma área em que o proprietário deve pra Prefeitura mais de onze milhões, quer dizer que a Prefeitura pode desapropriar e receber como pagamento por conta da própria dívida que essa pessoa tem e que não vai pagar nada. O Governo Federal, o Governo Lula, através do Ministério da Cidade, se propôs a financiar o projeto, já se propôs a financiar as casas, toda a urbanização, então por uma visão de política do governo atual, já começou com o Emanuel, eles não fazem porque acham que quem ocupa o terreno, invade casas, como eles falam, não pode ser priorizado numa política social. E, não percebem que se as pessoas tomam ações como essa, pois ninguém gosta de invadir casas dos outros e ninguém gosta de fazer greve no outro extremo, eles fazem porque chegou a um nível de uma situação social tão grave em que essas pessoas preferem viver irregularmente do que na situação que estava antes, em uma situação de favela ou quatro, cinco famílias no mesmo barraco, numa residência que era para ser uni familiar, tem um monte de família, então eles acabam ocupando o espaço. E a Prefeitura podia fazer uma política social, nesse caso isso é bem nítido, e não houve nada nesse sentido. O Tatetuba, por exemplo, eu me lembro que eu como Prefeita estive em duas reuniões com aquela comunidade, uma quando começamos a discutir a urbanização e outra já com um projeto mais avançado, mas eles já tinham tido reuniões com as assistentes sociais e com o pessoal da secretaria de obras, inúmeras reuniões, até que chegou um projeto em que entrava lá perto da Ford, onde é o Rio Cambuí, ali que entrava e não por cima onde era antigamente e sim por baixo, então tinha centro comunitário com creche, um local comunitário, pois eles tinham igrejas, capelinhas católicas, tinham capelinhas evangélicas, e lote para aquelas famílias promovendo aquelas equidades sociais que eu falei, muito mais que a lei da justiça é a equidade, que os terrenos fossem de acordo com o tamanho das famílias, tudo isso foi muito discutido, ou seja, fizemos projetos, fizemos a licitação para

construção de uma empresa, essa empresa ganhou, nós assinamos o contrato, deixei recursos no orçamento do ano seguinte de 1997 para ser feita a obra, e uma das primeiras coisas que o Emanuel fez foi romper o Contrato, suspender a obra e depois levou todo mundo lá para o São José dois ou três, que era lá, bem longe, na divisa com Caçapava sem infra-estrutura nenhuma, com todas as dificuldades que as famílias tinham, porque as crianças estavam sem creche, as crianças não estavam na escola, o pessoal que trabalhava de doméstica ou de porteiro, comerciário aqui, que trabalhavam perto, que vinham a pé, que tinham essa facilidade, passou a não ter mais. Essa é a grande dificuldade, porque se tira as pessoas que construíram uma vida em comum, pois o pessoal da favela tinha mais de quarenta anos que estavam lá, onde o pai nasceu na favela, os filhos nasceram lá e que tem toda uma vida de comunidade, assim como eu que moro nessa casa há trinta e seis anos, ou seja, se cria o espírito de comunidade. Favela também tem espírito de comunidade e acabaram com isso, quando se pega: família A vai para casa Um, família B vai para a casa Dois, colocando pessoas para morarem perto que eram inimigas na favela, que não se cruzavam e passaram a ser vizinhos, gerando um conflito social grave porque não se trabalhou essa questão, por isso a importância da integração das três secretarias que a gente fez.

Quanto às políticas sociais implementadas anteriormente ao meu governo, antes tinha o Fundo Solidariedade que eles faziam parceria com algumas entidades sociais para repassar os recursos a essas entidades e para atender setores carentes da sociedade. Então, tinham deficientes, crianças, idosos. Mas era uma coisa muito incerta, ou seja, não tinha um orçamento que possibilitasse que a Prefeitura fizesse um convênio e o repasse de recurso fosse contínuo com essas entidades.

Então, essa que foi a grande diferença, os programas sociais que tinham, continuou com novas características diferentes. Ao acabarmos com a UNIPAS que era o Fundo de Solidariedade e criarmos o Fundo de Assistência Social ligado ao Conselho de Assistência Social que tinha a participação das assistentes sociais, das entidades que prestavam serviço, dos usuários, então era discutido entidade tal trabalha com creche em período integral, entidade tal trabalha com acompanhamento materno e infantil com criança desnutrida, a entidade tal trabalha com idoso, ou seja, todas as entidades estavam representadas no Conselho. Então, a gente definia o orçamento que iria ter para cada atendimento, onde os recursos eram definidos junto com o Conselho, a Prefeitura repassava para o Fundo da Assistência Social e mensalmente eles recebiam aqueles recursos. Por que aquelas entidades não estavam fazendo uma caridade, elas estavam complementando uma ação que seria uma obrigação, no nosso ponto de vista, do Poder Público que não tinha estrutura na cidade para fazer todo esse atendimento, então nós fazíamos convênios com essas entidades, repassava os recursos, fiscalizava o serviço feito, ou

seja, o atendimento prestado e mensalmente, regularmente não atrasava nunca. É só conversar com a Presidente da Apae, a Vera, que foi antes do nosso governo, durante e continua até hoje, para ver a diferença que era no processo. Porque ela tem a clareza do que foi, nós estávamos repassando para ela atender recursos para duzentos e cinquenta crianças deficientes no fim do nosso governo. E ela recebia mensalmente e não era nenhum favor, não tinha questão partidária e nem questão de amizade, era uma política pública que a Prefeitura encarava como uma parceria, as entidades eram parceiras do Poder Público na execução dessas políticas.

Entrevistadora: E o Bolsa Família?

Entrevistada: Naquele tempo não tinha o Bolsa Família, ou seja, no meu governo, depois foram implantados alguns como o Bolsa gás, no Governo Fernando Henrique, que era limitado ao número de famílias que recebiam. Hoje, em São José dos Campos, todas as famílias previstas pelo último Censo que necessitaria do Bolsa Família ainda não são assistidas. Por quê? Porque a Prefeitura se nega a fazer o cadastro. Por exemplo, em Jacareí todas as famílias que o Censo vê que estão abaixo da pobreza recebem o Bolsa Família do Governo Federal. Aqui não é feito o cadastro, só aquelas famílias que já estavam recebendo antes, na época do Fernando Henrique, continuaram. Inclusive, isso prejudica em outro aspecto, mesmo que a família não receba o Bolsa Família, o fato delas não serem cadastradas faz com que elas não possam entrar no programa de energia social que as famílias cadastradas têm possibilidade de receber, ou seja, passar a pagar menos. A mesma coisa com a água e esgoto, não podem entrar no programa social porque elas não são cadastradas.

Atualmente não existe a participação popular, isso acabou.

Ano passado nós tivemos a conferência de saúde, que ocorreu no dia 04 de agosto, sábado, sexta-feira dia 03 de agosto no site da Prefeitura, no site do Conselho de Saúde não constava a realização da conferência. E em toda conferência se tem os delegados, mas é aberto à comunidade, quem quiser assistir é aberto, só que chamaram a polícia para impedir que a comunidade participasse, queriam impedir a mim de participar, eu disse: “eu vim como moradora de São José dos Campos, sou cidadã de São José e tenho o direito de participar da conferência de saúde”, porque saúde é a minha área de maior atuação, por isso eu fui lá para discutir e participar. Então, eles pegaram os funcionários da Prefeitura como delegados e deram chá de canseira. Quando foi oito, nove horas da noite, que a população já não agüentava mais porque começou às oito horas da manhã e começou a ir embora, aí eles

mudaram os funcionários por outros mais descansados e estes vão lá e aprovam coisas que são inconstitucionais, mas aí a população já não está presente. E assim eles fazem.

As audiências públicas da lei de zoneamento, você não fica sabendo, marcam-se na véspera, duas horas da tarde, sem avisar, sem comunicar, sem colocar aviso no jornal, rádio, isso você tem que convocar com antecedência para que se possa ocorrer a participação realmente efetiva da população.

No meu governo, o orçamento participativo entre a participação popular que era em todos os Conselhos como o de saúde, de educação, esporte, cultura, da planta genérica de valores, o Conselho de habitação, da criança do adolescente, ou seja, a população usuária ou interessada nas políticas setoriais podia participar. E, o orçamento participativo que chegou ao último ano com mais de trinta mil pessoas participando. Nós dividíamos a cidade em regiões e as regiões em bairro, então nós fazíamos a reunião no bairro e tirava a prioridade do bairro, depois juntava os bairros de uma região e aquelas prioridades que foram tiradas por bairro seriam discutidas, pois não dá para fazer todas, é necessário definir e depois vai para o Conselho para a conferência do orçamento participativo que aí você define as prioridades que serão colocadas no orçamento do ano seguinte. Eu me lembro que uma vez, foi muito marcante também para mim, na região do Galo Branco, Eugênio de Melo, o pessoal do Galo Branco queria fazer a galeria de águas fluviais e o pessoal do Eugênio de Melo queria uma creche. Então, eles foram para a reunião onde se tirou do Eugênio de Melo fazer a creche e do Galo Branco fazer a galeria de águas fluviais que era a prioridade do bairro. Quando reuniram os dois bairros que era uma região só para definir qual das obras ia ser feita naquele bairro, uma senhora se apresentou para defender a galeria de águas fluviais: “porque todo ano, na época da chuva, no início do ano, inunda a casa da gente e perdemos tudo dentro de casa e aquela correria, chuva de madrugada e a gente sai com filho e não sabe pra onde ir, então a galeria de águas fluviais é importantíssima”. Então, veio a senhora que foi defender a creche, uma senhora muito simples de chinelo de dedo, eu não tenho nada contra a simplicidade, mas isso é para mostrar como a capacidade do povo em raciocinar e defender as suas idéias. Muito simples, tremendo, nervosa, nunca tinha usado um microfone e foi defender a creche: “a minha irmã mora lá no Galo Branco e é um inferno toda aquela correria quando chove e temos que abrigar a família, só que a gente tem três meses de chuva por ano e a creche a gente usa o ano inteiro, então eu peço que vocês votem na creche”, foi o argumento que ela usou para convencer as pessoas. No fim, eles acertaram que votariam naquele ano na creche e o pessoal de Eugênio de Melo votaria no ano seguinte na galeria de águas fluviais e isso realmente foi feito, não tem mais enchente no Galo Branco, além de regularizar o loteamento, colocar água e esgoto, galeria de águas fluviais, é essa a participação da definição das



pessoas, onde nós participávamos muito efetivamente, a própria população indicava suas prioridades e escolhia argumentos para defender essas prioridades.

Eu me lembro numa outra região, aí já era aqui no Bosque, Satélite, o pessoal do Bosque tinha definido que a prioridade era fazer uma unidade básica de saúde, com atendimento de três turnos, até nove, dez horas da noite. E, o pessoal do Satélite tinha escolhido fazer uma piscina aquecida no João do Pulo. Quando foi para escolher, qual você acha que eles escolheram? Foi a unidade básica. Diziam: “você têm o João do Pulo, quadra de esportes e agora vocês querem uma piscina aquecida? Nós queremos uma unidade básica porque vocês já têm uma unidade básica e nós não temos”. Então, a própria comunidade definia prioridades e argumentava na definição da decisão ou negociavam ali “então esse ano a gente vota nessa e no outro ano a gente vota na sua”. Quer dizer, mecanismos de controle das decisões que a própria comunidade participava. E tudo era feito com muita transparência, na conferência do orçamento participativo a gente tirava os delegados por região e esses delegados acompanhavam as obras, a licitação, a concorrência, a abertura dos envelopes, acompanhava o ritmo da obra, ia cobrar caso alguma obra estivesse atrasando ou não estava no ritmo que deveria, onde esses delegados eram voluntários da própria comunidade, tinham um diploma de delegado do orçamento participativo e isso era muito importante para eles. No fim tinham delegados por bairros, mas esses fiscais que eram conselheiros eram por região, então tinham dois, três por região da cidade, para poder acompanhar a obra e fiscalizavam; mensalmente eles iam a todas as obras e fiscalizavam.

Na questão financeira, quando nós assumimos o orçamento era historicamente de cem milhões e a Prefeitura tinha uma dívida de oitenta e nove milhões, estava sem pagar a folha de pagamento, a Prefeitura não podia comprar um litro de gasolina porque não tinha crédito para nada, só se fosse a dinheiro. Então, a gente começou negociando, pagando primeiro os pequenos, depois os grandes negociava parcelamentos. Saímos da Prefeitura com um orçamento de mais de trezentos milhões sem conseguir fazer uma reforma tributária, pois imagina se eles iriam aprovar aumento de imposto, mas treinamos os funcionários da Prefeitura para acompanhar o ICMS das empresas para podermos aumentar a arrecadação do ICMS. Fizemos o cadastramento total do município para cadastrar o IPTU. Sem aumentar o valor do IPTU, só de cadastrar, nós saímos de um IPTU de sete milhões num ano para 29 milhões no ano seguinte, onde a regularização das favelas contribuiu para isso, pois essas pessoas passaram a pagar imposto, IPTU, o loteamento clandestino que ninguém paga imposto quando você regulariza todo mundo passa a pagar imposto. Isso é cidadania, a pessoa se sente um cidadão quando contribui e compra, mesmo que seja por dez reais que é o que ele pode pagar, mas ele está pagando os dez reais e diz: o município fez isso pra mim e estou

pagando por isso; as outras pessoas do município que contribuíram com imposto me deram chance de melhorar a qualidade de vida. Por exemplo, no caso do Pinheirinho, a luz é da rua. Quem está pagando? É o Poder Público que está pagando, a cidade inteira é que paga a luz e a água daquele pessoal. Eles poderiam estar pagando se fosse regularizado. Sair de lá eles não saem, hoje os movimentos estão muito organizados.

E essa discussão de urbanização nós vimos como é possível fazer, eram seis favelas que a gente trabalhou urbanizando, com a secretaria jurídica fazendo a regularização fundiária porque tinham áreas que não eram públicas, eram privadas, mas o proprietário não pagava imposto e aquelas pessoas já estavam com usucapião, tinha gente que morava há quarenta anos, já tem direito a usucapião, só que ninguém consegue entrar na justiça e fazer um processo de usucapião. Então, a Prefeitura fazia de uma forma coletiva para todo mundo, e aí todo mundo ia ter regularizado, pagando imposto, água, luz, a cidade regularizada, aumentando a arrecadação.

Nós saímos da Prefeitura, tinha dívida como, por exemplo, o Parque da Cidade que a gente comprou, desapropriou e incorporou ao patrimônio municipal, mas era perfeitamente possível de ser pago com o orçamento que a Prefeitura tinha. Então, não deixamos dívida, não deixamos nada para trás, tinha investimento, financiamento que foram feitos e que a cidade tinha possibilidade de pagar: um Anel Viário, o Parque da Cidade. Nós repassamos para o Emanuel um caderno amarelo no qual colocamos os dias de arrecadação (no dia tal entra dinheiro disso...) e os dias de despesas (no dia tal é folha de pagamento) nos dois primeiros meses do ano que é para ele saber em que situação estava financeiramente e economicamente a Prefeitura.

No começo eles começaram a dizer que a gente inchou o orçamento, depois arrecadou mais ainda do que já tinha previsto. Quer dizer, foi um orçamento bem pé no chão que fizemos. E você fazendo ações que aumentou a arrecadação do ICMS nunca é no mesmo ano e sim no ano seguinte que se aumenta a arrecadação.

Entrevistadora: E quanto à educação?

Entrevistada: A Secretaria de Educação era a que estava mais estruturada, houve mudanças grandes, no processo, mas era a secretaria que o pessoal falava: caminha sozinha. Essa foi basicamente continuidade. Mudou algumas coisas na forma de atender, nas políticas pedagógicas, na capacitação, na hora trabalhada e não na hora letiva, todo um plano de carreira do professor, uma capacitação pedagógica contínua para poder ter uma visão mais profunda do construtivismo, inovar. Mas a Secretaria de Educação era realmente a mais

estruturada e não teve grandes mudanças como foi na Secretaria de Assistência Social, na Secretaria de Saúde, esporte, essas sim tiveram grandes mudanças.

Entrevistadora: E o saneamento básico?

Entrevistada: Quanto ao saneamento básico, por exemplo, Campo dos Alemães, D. Pedro I, D. Pedro II, fizemos toda a galeria de águas fluviais, todo o esgoto, água, luz e vários outros bairros.

Entrevistadora: E em relação à violência?

Entrevistada: Em relação à violência em São José dos Campos, eu me lembro que no Fórum de Crianças e Adolescente que participamos, só não lembro se em 96 ou 97, mas as estatísticas do próprio Campo dos Alemães que é uma área de grande violência e que tinha índices de mortalidade semelhante ao Jardim Angela em São Paulo que é o maior índice de criminalidades e homicídios, naquela área além de se colocar águas fluviais, luz, esgoto, etc., levamos também a FUNDHAS do projeto direito e crianças profissionalizante, construímos uma escola, uma unidade de saúde, creches, fizemos uma quadra de esportes, casa de cultura, se reduziu a violência naquela área. Então, vai se mostrando como a presença do Estado, do Poder Público, reduzia a violência pela ação de políticas públicas na região. Isso foi muito claro e a fala foi da Promotora da Vara da Criança e Adolescente que, nesse fórum que participamos, eu me lembro muito bem foi na Casa do Advogado. A participação neste Fórum é lógico que era mais de assistentes sociais e entidades, a população em si não participa desses Fóruns e sim usufrui das políticas, mas teve uma palestra da Promotora da Vara da Criança e do Adolescente que mostrou um slide de ano a ano a redução dos homicídios, da violência, por conta da presença marcante do Estado em políticas públicas.

Eu fiz o Mestrado em Saúde Pública e depois em Políticas Públicas.

A minha Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas foi exatamente “A presença do Estado na redução da violência”. Fiz em Brasília com parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Em Saúde Pública foi “A mortalidade infantil em São José dos Campos” e nas crianças maiores de cinco anos constatei que eram as causas externas (acidente de trânsito, homicídio, acidentes domésticos) responsáveis pela mortalidade infantil no município, não era mais o que a gente pensava como, por exemplo, pneumonia e desnutrição, eram as causas externas, principalmente, acidente de trânsito. Depois em outra faixa de idade começa homicídios.

Nessa pesquisa foi feito um levantamento de todos os registros de óbitos até cinco anos de idade e de natimortos. Fizemos pesquisa de amostragem com visitas domiciliares para verificar se a família sabia do que a criança morreu etc.

Enfim, quando o Estado tem uma participação efetiva, atuando na sociedade com a participação da população, as políticas públicas surtem efeito e modificam a vida das pessoas, reduz a violência, gera emprego, reduz a miséria. E isso é possível, eu tenho muita fé nisso. Infelizmente muitos governos não têm essa característica devido a razões políticas, por visão política do partido que está no governo, porque tem a visão de estado mínimo, de não investir em políticas públicas e outra é a de não dar continuidade porque se não fica a marca do governo da Angela ou do PT por exemplo.

Eu me lembro agora de uma senhora que esteve conosco, procurando ajuda, e precisa tomar quatro comprimidos por dia para a doença que ela tem. Aí um dia a Prefeitura passou a disser que ela iria passar a receber a quantidade de comprimidos que daria para dois comprimidos por dia. Neste caso, se ela tomasse os quatro comprimidos, como o médico recomendou, só dariam para quinze dias por mês, pois eles deixaram de dar a dosagem para que ela tomasse os quatro comprimidos por dia. Quer dizer, ao invés de dar cento e vinte comprimidos passaram a dar sessenta comprimidos por mês, ou ela tomava dois por dia e não atendia a recomendação do médico ou ela tomava só durante os primeiros quinze dias e os outros quinze dias ficava sem remédio. Quando a distribuição de medicamento é um direito do cidadão, infelizmente eu não posso interferir na política municipal, ela tem que exigir da Prefeitura ou procurar a Promotoria do Cidadão para exercer o seu direito com mecanismos jurídicos.

Enfim, o cidadão não sabe como exercer o seu direito, as pessoas não sabem que têm direitos, é preciso esclarecer a população. Nós tínhamos um programa de televisão que era uma novelinha, era o projeto de comunicação. Por que a Constituição do Estado obriga o Poder Público a prestar conta do que está fazendo. E a Lei Orgânica do município, que é a Constituição Municipal, também. Nós destinamos uma verba para a comunicação e tínhamos uma política de comunicação. Então, tínhamos o jornal de bairro, o jornal do consumidor na feira, o qual eles continuaram, mudou um pouquinho, mas continuaram; informativos escritos por todas as secretarias e tinha a novelinha (que era rapidinho, durava um minuto de televisão) que era um casal e tudo rodava em torno desse casal. Por exemplo, câncer de mama: a mulher ia à unidade básica de saúde e aguardava na fila, era atendida e fazia o preventivo de câncer. No outro dia era matrícula para as crianças da FUNDHAS, então ela e a vizinha dela iam juntas na FUNDHAS para fazer matrícula. Outro dia era o Carnaval: Onde teria baile popular? Todos os bairros tinham baile popular.

Então, era uma novelinha que o pessoal fazia e as pessoas ficavam esperando o próximo capítulo, onde cada capítulo era um caso. E aí a gente prestava conta, informava à população das coisas que estavam acontecendo. No Paço Municipal era diariamente afixado: a entrada de dinheiro onde que era gasto, quem tinha recebido, como que tinha sido pago, ou seja, transparência mesmo. Tudo era prestado conta.

Entrevistadora: Muito obrigada Dra. Angela.

Entrevistada: Estou à disposição.

#### **4 Entrevista realizada em 15 de janeiro de 2008**

**Local: São José dos Campos – SP**

**Sra. Maria Aparecida Conde**

**Ex-Secretária de Desenvolvimento Social do Município de São José dos Campos no período 1994/1996**

Entrevistadora: Como foi a participação social nas políticas públicas em São José dos Campos?

Entrevistada: Até a década de 1970 não havia efetivamente políticas públicas em São José dos Campos, havia programas e projetos. Houve um grande avanço a partir da Constituição Federal de 1988, que considerou a assistência social como política pública, que não era. Antes a lógica que predominava era do favor, da primeira dama, e que ainda tem, o primeiro-damismo, que nós repudiamos porque trata a assistência como favor, como moeda de troca política e não como o direito do cidadão. E, a Constituição Federal de 1988 veio trazer a assistência social à condição de política pública como direito do cidadão e obrigação e dever do Estado. Antes existia a Secretaria de Desenvolvimento Social, criada após 1982 com a posse do Robson Marinho a partir de uma assessoria de desenvolvimento social instituída no mesmo governo e na mesma época foi criada a FUNDHAS que era uma fundação ligada ao Gabinete do Prefeito, posteriormente vinculada a Secretaria de Desenvolvimento Social – SDS; mas a Fundação tem outra estatura jurídica, tem autonomia, e na gestão creio que depois do Prefeito Bevilacqua foi desvinculada da Secretaria de Desenvolvimento Social – SDS. A então Secretaria de Desenvolvimento Social – SDS teve como uma das secretárias a Assistente Social Najla Jamile, que faleceu, mas que dirigiu a FUNDHAS no governo da Angela Guadagnin. A partir de 1993 com a Angela Guadagnin como Prefeita, a primeira Secretária de Desenvolvimento Social foi a Maria Regina de Ávila e como ela teve que sair, um pouco antes da primeira metade do governo, eu assumi. Eu tenho uma história de vida na área de assistência porque fui diretora regional da assistência social do Estado, na então Secretaria de Promoção Social durante muito tempo. Mesmo antes de aposentar-me do Estado, engajei-me no Fórum Regional de Trabalhadores Sociais do Vale do Paraíba, criado em 1992 para lutar pela aprovação no Congresso Nacional da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, regulamentando os dispositivos constitucionais que dão à Assistência Social o status de política pública.

Então, participei de muitos eventos, aqui no Vale inclusive por sugestão de uma colega nossa da Secretaria Estadual, que foi a idealizadora do Fórum. Mobilizamos o Vale inteiro:

prefeitos, vereadores, deputados estaduais e federais, estudiosos e formuladores, digamos assim, do arcabouço teórico de assistência social como política pública. A gente já vinha desde a década de 1980 mesmo, nesse esforço. E as universidades, especialmente a PUC de São Paulo e outras universidades no Brasil todo, deram contribuição substancial à construção da Assistência Social como política pública. Chegamos a a propor emenda para projeto de lei que já estava tramitando no Congresso. Antes da Constituição de 1988, já existia a LBA (Legião Brasileira de Assistência) que propôs uma lei para regulamentar a Assistência Social, na qual a Legião se transformaria num ministério nacional da Assistência Social. Aprovado no Congresso Nacional, a proposta foi vetada pelo então Presidente Collor. Após esse veto, é que ocorreu a mobilização nacional a partir da universidade mesmo, especialmente a PUC de São Paulo, e outras universidades, como no Rio Grande do Sul foram também muito atuantes nessa busca pela regulamentação do capítulo da Constituição que trata da Assistência Social. Em São José dos Campos quando Angela Guadagnin assumiu o governo, estávamos em meados desse esforço para aprovação da Lei Orgânica da Assistência, e ela deu um enorme apoio à luta. Ela estava presente em todos os eventos, deu uma contribuição muito grande, inclusive com contato com parlamentares da Câmara Federal para que eles estivessem atentos à tramitação do projeto de lei. Esse esforço, para o qual modestamente contribuímos, acabou resultando na aprovação da Lei Orgânica da Assistência, em 13 de dezembro de 1993.

Em São José dos Campos, a UNIVAP contribuiu para com o movimento, abrindo seus espaços para que o Fórum Regional de Trabalhadores se reunisse, na UNIVAP há que destacar também o apoio prestado pelo Prof. Geraldo Vilhena.

São José dos Campos desde a década de 1980 desenvolveu especialmente a partir de 1983, todo um esforço para dar um lugar à Assistência Social, que ainda não era assim denominada, pois havia um preconceito muito grande quanto ao próprio termo “assistência social” confundido com assistencialismo, troca de favores, etc. Mas até hoje no Brasil você encontra os nomes mais diversos (Promoção Social, Desenvolvimento Social, etc.), por que não havia e não ainda está bem estabelecida uma identidade própria para esta política.

Como sempre contamos com o apoio irrestrito da então Prefeita Angela. Tanto a Secretária anterior, Maria Regina de Ávila como eu, tivemos a oportunidade de desenvolver todo um processo de discussão na cidade para implantar a Assistência Social nos termos da LOAS com ênfase na descentralização das ações da Secretaria.

O ponto chave da assistência social em São José dos Campos começou com essa discussão. Nós conseguimos trazer aqui para o Vale deputados federais e estaduais engajados nessa luta, antes da aprovação da LOAS. Vereadores era mais difícil de mobilizar, porque a visão local sempre foi menos avançada, estando esses parlamentares interessados muito mais na questão

de assistência social como favor, porque claro, muitos deles só conseguem se eleger por conta da troca de favor. Essa lógica ainda persiste hoje, 2008 - a troca de favor e a assistência considerada como caridade, filantropia - e há um perigo muito grande de reversão da assistência como política pública porque a “refilantropização” está aí. Desde que surgiram o conceito de terceiro setor e as organizações não-governamentais, a intenção explícita ou não era de desresponsabilizar o Estado da sua obrigação de fazer a assistência social e outras políticas sociais como direito. Então, nós temos aí “n” organizações não-governamentais e reorganização dos Fundos Sociais de Solidariedade, dirigidos por Primeiras Damas dos municípios, que é uma coisa criada no governo do Estado de São Paulo há muitos anos na contramão da Lei Orgânica da Assistência Social onde se preceitua o comando único das ações, e São José dos Campos foi um município que recriou agora o Fundo Social de Solidariedade, quando se tem o Fundo Municipal de Assistência Social que é previsto na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS. Então, a luta é muito grande e persiste.

Também nós estivemos engajados e estamos na instituição, criação e consolidação dos Conselhos, de Assistência do Sistema Único da Assistência Social – SUAS que foi gestado, a partir de contribuições municipais e estaduais, ao Conselho Nacional de Assistência Social.

Então a participação social, que você mencionou como interesse do seu trabalho, é a base dessa política social, ou seja, a participação da sociedade. A Constituição de 88 coloca nos seus primeiros artigos que as políticas se farão, a formulação e o controle delas, com a participação da sociedade e no mesmo número de representantes governamentais. A democracia participativa foi instituída na Constituição de 88, através da participação da sociedade civil organizada. Na Lei Orgânica da Assistência Social, da Saúde, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei Orgânica da Saúde, há a instituição dos conselhos deliberativos de políticas públicas. Embora instrumentos no sentido maior da democracia, eles foram deturpados.

Eu discuti muitas vezes com vereadores, com prefeitos que diziam “Para que Conselhos? O Prefeito vai perder a autoridade”. Eu falei “ele não vai perder a autoridade, ele vai é ser legitimado nas suas decisões pela participação da sociedade”. A legitimação dele vai ser muito grande, inclusive a responsabilidade pelo que der errado ele vai dividir, mas nem isso, essa visão mais pragmática eles têm, não têm até hoje. É um jogo de interesses, a gente tinha isso muito presente, mas nós conseguimos uma aliança muito boa com as entidades sociais de São José dos Campos. Inclusive, no último ano de governo da Dra. Angela, nós conseguimos aprovar cinco leis na área social.

Entrevistadora: Houve continuidade dessas políticas sociais?



Entrevistada: Após o governo da Dra. Angela, não. Especialmente no aspecto qualitativo da participação da sociedade, da democracia participativa. Isso aí está praticamente zerado. Eu integro ainda o Fórum Municipal de Assistência Social que é um movimento que também tem uma função de controle social e que é constituído pela sociedade civil, mas aqui em São José integrado por representantes do governo. Todavia no momento em que nós nos colocamos contra a recriação do Fundo Social de Solidariedade, um pouco antes até, o governo municipal retirou todos os representantes do Fórum, dizendo que nós éramos um Fórum petista. Eu fiz parte do governo petista e a Dra. Angela tem esse perfil de ouvir a sociedade. Ela recebia no Gabinete dela conselhos municipais. Imagine se o conselho chega ao Prefeito hoje em dia, não é só aqui em São José, não chega a outros municípios também. Ela deu muito espaço para a participação desses conselhos. A Maria Regina e eu também recebíamos, sem burocracia, as pessoas interessadas em pesquisar, em levantar informações, etc.

Hoje temos o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que foi instituído a partir dos pressupostos da Lei Orgânica da Assistência, construído por uma gama grande de participantes de universidades, de militantes da área de assistência a nível nacional e aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social. O Sistema Único de Assistência Social, teve como modelo o SUS (Sistema Único de Saúde). O SUAS dá um caráter muito mais concreto para a assistência social como política pública, porque ele institui serviços de proteção social básica, e de proteção especial de alta e média complexidade através do princípio da territorialização, levando as ações aos territórios onde estão essas populações - alvo da assistência social, segundo as necessidades e realidades de cada um e principalmente considerando que onde moram as pessoas é que se percebe o quanto cada política pública impacta nas demais políticas dirigindo ações coordenadas e articuladas. Então, o Sistema Único é uma construção muito interessante, muito boa, concretizando mesmo a política de assistência social.

No site do Ministério de Desenvolvimento Social estão as leis, os instrumentos legais que criaram o Sistema Único de Assistência. E aqui em São José, o que foi feito? O Sistema prevê que a cada cinco mil habitantes se deveria ter um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que é uma espécie de uma unidade básica de saúde, UBS. Entre os princípios fundamentais que levaram à criação dessas unidades de proteção social básica vão desde um caráter preventivo de atenção à família, onde o eixo básico desse sistema é a matricialidade sócio-familiar, pois é a partir da família que se presta a assistência social, especialmente na proteção social básica que se faz nos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social).

Quando há risco de perda do vínculo familiar, ou seja, o vínculo familiar pode vir a ser desfeito, nós temos a proteção social de média complexidade e a de alta complexidade quando o vínculo já não mais existe. Esta população, criança, adolescente, idosos, mulheres em situação de violência, de conflito com a lei, que perderam o vínculo, portadores de deficiência abandonados pela família. O CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social) se destina à essa prestação de proteção social de média e alta complexidade.

Em São José dos Campos que tem quase setecentos mil habitantes, nós tínhamos que ter muitos CRAS que seriam equivalentes às unidades básicas de saúde (que foram o modelo utilizado) e vários CREAS, mas ainda nada se implantou de concreto. Então, não se avançou nada, quer dizer há a mesma estrutura com troca de alguns nomes. Cestas básicas, por exemplo, que são oferecidas à população em situação extrema de sobrevivência era mensal e agora é a cada três meses. Uma cesta básica mínima mesmo, considerado como favor, esmola. E a cultura é tão enraizada que a assistência social é vista como assistencialismo. É que se vê na mídia, se vê há todo momento, e precisamos fazer alguma coisa para que seja a opinião pública esclarecida de uma vez por todas que: uma coisa é assistência social como política pública; assistencialismo é assistência com fins eleitoreiros especialmente ou de mera caridade, filantropia.

Quando a CPMF foi revogada mesmo ou o Congresso não renovou, o Governo Federal tinha que usar como um dos argumentos a continuidade do Bolsa Família. A oposição, ou seja, o discurso da oposição era que isso era assistencialismo. O resultado do Bolsa Família é inquestionável, embora ainda muito pouco significativo, entretanto para um Brasil injusto, desigual que é o nosso (até recentemente nós éramos o terceiro país em desigualdade social no mundo, hoje ocupamos aproximadamente a 10ª à 12ª posição). Avançamos muito pouco, avanço esse viabilizado pelo Bolsa Família (que é federal). Na transferência de renda, como é o caso do Bolsa Família, a experiência tem mostrado que para um país desigual é uma saída para impulsionar a inclusão social de parcela muito grande da população.

O que acontece? A família que recebe o Bolsa Família, passa a não ter mais problema de sobrevivência imediata porque pode se alimentar, ela é obrigada a manter o filho na escola e a levar ao posto de saúde. Na comunidade onde eu trabalho, nós temos casos de família cujo filho parou de freqüentar a escola e isso foi imediatamente informado, o sistema já lança isso para o Governo Federal e não vem mais Bolsa Família para aquela família, é interrompido. Então, tem que manter a criança na escola mesmo e a carteira de vacinação tem que estar em dia. É necessário fiscalização, a Prefeitura recebe e repassa e precisa acompanhar essas famílias. E o interessante no Bolsa Família que é a mulher a referência para receber, ela vai converter aquilo em alimentação e atendimento imediato à família. Em outras ocasiões,

infelizmente, nós tivemos experiências muito negativas quando o homem era responsável e o dinheiro não chegava à família. Então hoje é a mulher que tem que receber.

Entrevistadora: Há fiscalização?

Entrevistada: Quem disse que é possível fiscalizar um país continental? O princípio que está lá na Constituição da descentralização e da municipalização é para garantir que o município se envolva nesse esforço, bem como a própria população através dos diferentes conselhos municipais. Se é difícil se ter um conselho municipal de assistência Social, dos direitos da criança, da saúde, em que o Governo (caso de São José dos Campos) põe a sua mão pesada para que seja aprovado o que for de interesse dele, imagine quando o conselho está lidando diretamente com a população que vai ser atendida. Porque quanto se trata de conselhos de políticas públicas são os representantes de áreas que já atuam nessas políticas, nessas ações que vão lá e muitas vezes são aqueles que vão homologar obviamente o que o governo decidir.

Eu fui conselheira municipal dos direitos da criança e do adolescente pela sociedade civil aqui, em São José dos Campos. Quando nós propusemos as normas para escolher os representantes da sociedade civil (éramos só três conselheiros que não comungávamos com essa cooptação do conselho), o governo que era maioria, desconsiderou essa proposta e impôs as suas próprias regras. Então, nós não conseguimos fazer um processo mais transparente de escolha dos conselheiros da sociedade civil. E, no conselho da assistência é a mesma coisa: existe uma norma federal do Conselho Nacional de Assistência que baixou instruções de como devem funcionar os Conselhos de Assistência Social. A coordenação ou a administração do conselho deveria ser rotativa, um período do governo, outro período da sociedade civil. Aqui é só governo ou então quando é sociedade civil, o coordenador é aquele afinado com o governo.

Eu falo de São José porque eu conheço mais, mas infelizmente não é só em São José dos Campos que isso acontece. Em muitos outros municípios é a mesma coisa.

Entrevistadora: A Senhora vê perspectivas?

Entrevistada: Seria necessária uma politização muito maior da população, alvo da assistência e da saúde, da educação, da cultura, da área de transporte, habitação, etc. Uma politização no sentido de trabalhar essa cidadania consciente dos direitos sociais. Esse é um esforço que fazemos, nós tentamos empreender isso e trabalhamos nessa direção no Fórum Municipal da

Assistência Social, ou seja, trabalhar isso com as entidades da sociedade civil (todas elas, não só as assistenciais), essa seria uma estratégia. Outra estratégia para superar isso, ainda essa cultura política tão complicada e histórica mesmo, seria capacitar profissionais que são os agentes, um dos atores nessa luta, e principalmente os agentes políticos, o que eu acredito que se isso acontecer vai precisar de umas três ou quatro gerações, ainda que sejamos otimistas, mas tem que haver um esforço nessa direção.

Enfim, o primeiro passo, a primeira estratégia fundamental seria essa: trabalhar a população para que ela conheça os seus direitos. Infelizmente isso não é do interesse dos governos, pois a população sabendo dos seus direitos irá exigir.

Tem uma história muito interessante que eu ouvi quando estava no Estado ainda, sobre uma assistente social que não tinha nem sala. Ela atendia o público do plantão social, debaixo da escada que dava acesso acho que ao gabinete do prefeito. Passava todo mundo ali. Uma coisa humilhante e indigna, inclusive. Depois de ter atendido uma família, com uma situação bastante difícil, um dos membros da família voltou para agradecer quase que se ajoelhando pelo que foi feito e ela falou: não tem o que me agradecer, é um direito seu, a assistente social dizia, e ressaltou: isso é um direito, é obrigação da Prefeitura. Passava um vereador na hora e este indignado esbravejou, dizendo: tem que agradecer sim, você não pode falar uma coisa dessas, imagine, se a Prefeitura ajudou você tem que dizer que foi favorecido sim pela Prefeitura. Então, essa é a cultura política que nós temos ou a falta de cultura política. E tem um outro vereador que falou para mim que não pode tirar a autoridade do prefeito porque os conselhos tiram autoridade.

Hoje mesmo aposentada já há doze anos eu ainda faço trabalho voluntário visando principalmente formar a consciência de direitos sociais. O trabalho visa também a inserção produtiva das mulheres, ações essas articuladas com outros projetos dirigidos às crianças e adolescentes.

São José dos Campos tem uma classe média emergente muito grande, que vem para trabalhar nas indústrias da cidade, o que faz aumentar a oferta de imóveis, por outro lado a população excluída se deixa seduzir por discursos de atenção imediata.

Entrevistadora: Muito obrigada Sra. Maria Aparecida.

Entrevistada: Espero que eu tenha ajudado.

## **5 Entrevista realizada em 16 de janeiro de 2008**

**Local: São José dos Campos – SP**

**Sr. Luiz Carlos Raimundo Pontes**

**Ex-Secretário de Obras e Habitação do Município de São José dos Campos no período 1993/1996**

Entrevistadora: Quais os principais problemas e dificuldades encontrados na área habitacional e quais foram as políticas públicas implementadas em sua gestão na resolução desses problemas?

Entrevistado: Primeiramente eu fui Secretário de Obras, obras e vias públicas. Num segundo momento, quase a gestão toda praticamente, obras e habitação. Isso foi de 1º de janeiro de 1993 até 30 de dezembro de 1996, quatro anos então, fiquei no Governo Angela como Secretário de Obras. Nessa ocasião, eu assumi alguns Conselhos, eu assumi cargo no Conselho de Zoneamento, condição permanente de zoneamento da Prefeitura que trata da divisão de uso e ocupação do solo, as zonas, e também os usos permitidos em cada zona. Também fui membro do COMPHAC, Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Artístico, Histórico e Cultural, que tratava do que se tinha para ser preservado no município, principalmente em termos artísticos e culturais. E também fui Presidente do Conselho Municipal de Habitação.

O Conselho Municipal de Habitação foi aprovado pela Câmara, ele mais o Fundo Municipal de Habitação, durante a gestão da Angela em 1994 e começou a funcionar em 1995. Esse Conselho teve reunião até final de 1996, de 1997 pra cá ele não teve mais reunião. Não deram continuidade, apesar de que usaram a lei, como usaram e usam até hoje o Fundo Municipal de Habitação, para poder conseguir recursos do Governo Federal. Porque o Governo Federal diz que, isso deste a época do Fernando Henrique Cardoso, para transferir dinheiro para o município, o município tem que fazer uma política de forma participativa.

Então tem que ter um Conselho de Habitação, tem que ter um Fundo para onde vão os recursos e esse Fundo é utilizado até hoje porque quando você regulariza uma obra aqui, ao pegar o carnê, na hora de pagar as taxas e impostos, grande parte daquelas taxas, ou seja, cerca de dois terços dela vão para o Fundo Municipal de Habitação. Quer dizer, eu arrumei uma grande fonte de receita para a política habitacional do município na época. Continua até hoje, eles continuam usando o Fundo, só que o Conselho Municipal que era constituído por representantes da sociedade e da Prefeitura, e era mais da sociedade do que da Prefeitura, ele

discutia e deliberava sobre a política municipal de habitação, foi até final de 1996, depois desapareceu, pois a sociedade já não discute mais a política de habitação. E em várias ocasiões tivemos interface com o COMUS, Conselho Municipal de Saúde, junto com a educação.

Na Prefeitura de um modo geral, quando nós chegamos tínhamos um orçamento que na época era de cem milhões de dólares, me parece, isso quando a Angela saiu já estava em mais de trezentos milhões, ou seja, nós triplicamos o orçamento, receita do município durante os quatro anos em que nós estávamos. Então se vê que a inflação foi mais ou menos controlada porque o Fernando Henrique Cardoso entrou com o Plano Real, antes de assumir a Presidência ele já entrou como Ministro com o Plano Real então a inflação não era muito disparada aqui. Nós tínhamos um problema muito sério de servidor que estava com defasagem, perdas salariais enormes, precisava fazer uma reforma administrativa. Nós tínhamos um problema sério de informática, na Secretaria de Obras só tinha um microcomputador daqueles bem antigos, bem velhos. E na Secretaria de Obras tinha até excesso de funcionários, mas faltavam outros funcionários, por exemplo, eu não tinha engenheiro sanitarista, eu não tinha advogado para trabalhar na área de política fundiária, arquiteto tínhamos pouquíssimos, a Secretaria era muito cheia mais de engenheiro. A Angela teve um trabalho muito grande, primeiro de colocar a casa em ordem e pagar o pessoal em dia, que atrasavam antes, e fazer toda essa política administrativa. O treinamento de funcionários, capacitação, foi uma das coisas que fizemos na Secretaria, ou seja, capacitar todos os funcionários na informática, é lógico que um para fazer texto, outro para fazer planilha, outros com AutoCAD, dependendo da função, mas tentamos melhorar essa área.

Na área de maquinários, por exemplo, a Prefeitura não tinha maquinário, pois estava tudo quebrado, estourado. Às vezes precisava fazer um serviço de manutenção numa estrada e não tinha trator, pois estava encostado por falta de peças, não tinha caminhão. Os funcionários eram carregados em caminhões, isso até no Governo Angela ficou mais uns dois anos até a gente acertar. Tinha o problema do restaurante Terracinho que era escândalo em cima de escândalo, era um restaurante que tinha ao lado do Paço Municipal onde serviam a refeição para os funcionários, foi um problema sério aquilo, pois o restaurante era de terceiros e as pessoas reclamavam muito da comida, de má qualidade, os funcionários passavam mal, não era bom e foi um problema que tivemos que resolver. Tivemos um problema também no Hospital que era pequeno e precisava ser ampliado, tanto é que a Angela durante o governo dela fez grande parte da ampliação do Hospital.

Então, resolvida a parte financeira, essa parte de funcionários, nós tivemos que ficar um ano praticamente paralisando as obras porque não tinha dinheiro.

E aí nós começamos a fazer o seguinte: vamos discutir as políticas. Na área de obras, por exemplo, eu tinha habitação que fazia parte. Então nós fizemos um planejamento estratégico para a habitação junto com o pessoal da URBAM (Urbanizadora Municipal S/A), junto com a Maria Regina de Ávila (Secretaria de Desenvolvimento Social).

O que nós vimos, naquela época, que era importante fazer, primeiro: tentar recuperar, levantar as necessidades do município, porque a gente não tinha dados para poder embasar um estudo mais sério, pois os dados eram precários, e os dados não eram feitos pela própria URBAM. Tinha uma fila de mais de sete mil famílias e essa fila não andava. Ao mesmo tempo a CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano) estava fazendo quase mil e quinhentas (ou mil e duzentas) casas aqui. A Caixa Econômica Federal já tinha feito o D. Pedro I, que era um número grande também de casas, me parece que mil e duzentas casas, algo assim. Já tinha o Campo dos Alemães, que tinha sido começado pelo Bevilacqua. Então a gente verificava o seguinte, que aquela zona sul era um barril de pólvora, porque só tinham pessoas carentes amontoadas lá e não tinha estrutura. Hoje tem asfalto, tem água, tem esgoto, mas quando nós chegamos as ruas eram de terra, a água só tinha em parte, tinha lugar que não chegava água, aquelas mil e duzentas ou mil e trezentas casas que a CDHU estava fazendo a previsão de água era para chegar a dois anos para frente. Então, o que nós fizemos? Nós fizemos uma negociação com a SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) e conseguimos que a SABESP adiantasse a água, e fizemos até uma alternativa onde se abriu na Nove de Julho, pegou a Andrômeda, foi captado água de Santana e levado lá no Morumbi, foi um sufoco, e isso levou quase um ano. Só que na véspera, numa Semana Santa do ano seguinte que era 1994, às vésperas de entregarmos as casas, sabe o que eles fizeram? Dois vereadores da oposição orquestraram invasão de algumas casas lá, só que foi na Semana Santa, a Prefeitura estava desmobilizada, a Rede Globo noticiou e aí foi mais gente e invadiu o resto. Nesse meio termo, as casas já não eram mais mil e trezentas e sim mil, setecentos e vinte e seis, porque o Pedro Yves tinha pedido um aditamento para fazer mais casas e o Contrato pode ser editado até 25%, só que quando entrei eu não queria fazer as quinhentas casas lá, eu queria fazer em outros bairros. Então, ofereci para CDHU outros bairros como São Judas lá na zona leste, vários outros bairros pra que eles dividissem essas casas por esses bairros, ao invés de fazer as quinhentas lá onde já estavam fazendo as mil e duzentas ou mil e trezentas casas. Conclusão: depois de uns seis meses a CDHU, que na época era do PMDB, foi fazer as quinhentas casas aqui, então tive que aceitar, sem ter alternativa, porque como é que você vai dizer para a população que não quer as quinhentas casas se tem fila de gente precisando de casa. Acabamos então, na gestão da Angela, conseguindo que eles construíssem mais cerca de quinhentas casas aproximadamente.

Então, nesse planejamento estratégico a gente centralizou um problema em que temos a zona sul, Campo dos Alemães, D. Pedro I e D. Pedro II. Vamos colocar infra-estrutura no conjunto e vamos tentar entregar o conjunto mais rápido possível, só que deu esse problema da invasão. Mas no final do Governo Angela, junto com o Governo Covas nós conseguimos entregar as casas.

A outra questão que verificamos é que não tinha o Conselho Municipal de Habitação e a gente achava que a política habitacional no município tinha que ser discutida e deliberada em conjunto com a população, até então não era assim. E quem encabeçou isso fui eu, a Maria Regina de Ávila, o pessoal da URBAM que a princípio era o Marcos Soares depois entrou o Naoto, a Maria Aparecida Conde que entrou no lugar da Maria Regina de Ávila, mas deram continuidade, e os vereadores do PT que eram o Carlinhos Almeida e a Amélia Naomi, juntos nós fomos fazendo um movimento e ampliando esse movimento até conseguir aprovar na Câmara, no final de 1994 me parece, o Conselho Municipal e o Fundo Municipal de Habitação. O Fundo Municipal de Habitação permitia, por exemplo, que em caso de anistia a gente usasse aquela taxa que se cobrava para anistiar as edificações irregulares como recurso para poder ajudar a população. Permitia também que doações fossem recebidas para ajudar na habitação, permitia que a gente conseguisse recursos de outros órgãos para ajudar a habitação. Então é necessário um Fundo para poder arrecadar esses recursos para poder colocar a favor do povo, criando novas habitações, programas habitacionais.

Então criamos o Conselho e o Fundo, e a gente observou o seguinte, nós tínhamos na época cento e trinta e cinco ou cento e vinte loteamentos clandestinos no município ou irregulares. Loteamentos sem nenhuma infra-estrutura ou sem aprovação na Prefeitura, quer dizer o cara retalhou o terreno dele, abriu umas ruas ali mesmo e vendeu, isso é crime, tem uma Lei Federal 6766 de 1979 que diz que isso é crime. No caso, tem que aprovar isso na Prefeitura, tem que fazer o arruamento, tem que colocar rede de água, energia elétrica, tem que consultar a lei de zoneamento, tem que ceder áreas públicas para se colocar escolas, postos de saúde, tem que abrir rua no tamanho certo para se permitir o transporte, isso eles não faziam. Então, existiam muitos loteamentos clandestinos que foram feitos à revelia da Prefeitura, sem nenhuma aprovação e tinham outros que eram irregulares, que foram aprovados na Prefeitura, só que a pessoa não cumpriu o que tinha que fazer, porque eles têm um prazo para isso, essa lei dava dois anos agora são quatro para fazer as obras, se eles não faziam e a população comprava, ficava lá morando naquela confusão, distante, sem transporte, sem água, às vezes água contaminada, sem esgoto. Então tinha muito problema com loteamentos e colocamos isso no planejamento estratégico para regularizar esses loteamentos. Para fazer isso, a gente estabeleceu a seguinte política: sentamos com o Ministério Público, com o Promotor,



sentamos com a Sabesp, com a Eletropaulo, com os Cartórios de Registro de Imóveis, com um representante de quem fez o loteamento, que às vezes era o próprio loteador ou era um descendente dele, caso estivesse morto ou algum intermediário que estava junto e também colocávamos setores da Prefeitura que era URBAM, Secretarias de Obras, de planejamento, de assuntos jurídicos e colocávamos também um representante da população organizada em cada loteamento. Então, nós estimulávamos que em cada loteamento desses, eles se organizassem numa associação e essa associação participava das reuniões para podermos regularizar a situação. Eram audiências quinzenais no Ministério Público aberta à população organizada daquele local. E aí foram vários, Residencial São Francisco, Flamboyant, o maior que levamos foi o Galo Branco que na época tinha mais de mil famílias numa situação terrível. No Galo Branco colocamos rede de esgoto, ações de drenagem e completamos o sistema de água passando para a Sabesp, iluminação pública, bem como creche, escola, posto de saúde que foi feito durante a gestão da Angela. E com isso, lá tinha um problema sério que a terra não era do loteador, o qual já tinha sido preso, cumpriu a pena, saiu, e aquela população continuava enrolada lá. A terra era de uma organização de Caçapava com representante no Rio, só para acertar o documento de posse da terra levou dois anos, somente depois disso é que nós fizemos um plano de urbanização, regularizando a situação do Galo Branco na gestão da Angela.

Agora, regularizamos outros setores, por exemplo, Quadras do Alto de Santana, Quadras do Jardim Morumbi que estavam irregulares nós resolvemos.

Outra coisa, nós iniciamos o programa de urbanização de favelas, fizemos a Santa Cruz II, a Santa Cruz III, começamos a Santa Cruz I, mas como esta dependia de recursos federais e nós só conseguimos esses recursos no último ano, então nós licitamos só a primeira parte da urbanização. No governo seguinte deram continuidade, mas mudaram todo o projeto, colocando no local uma unidade da FUNDHAS.

Ao fazer o Conselho Municipal de Habitação nós falamos o seguinte: nós temos que ter representantes das favelas e dos loteamentos clandestinos também irregulares, então nós tínhamos representantes desses grupos no Conselho que decidia a política do município, esta foi uma ação. Outra ação que tiramos do planejamento estratégico foi facilitar a aprovação de plantas na Prefeitura porque era muito burocrático e a gente começou a desburocratizar exigindo um número menor de documentos e isso, infelizmente, depois que agente saiu eles aumentaram a burocracia novamente e hoje é muito burocrático. Só ficou uma herança, foi o Habite-se instantâneo da obra, que em São José dos Campos hoje, pelo menos está na lei, é para sair em sete dias, em nossa época saía em sete dias, mas isso foi uma lei que nós aprovamos na época da Angela para poder permitir essa aceleração. O que acontecia era o

seguinte, as pessoas construíam as casas e depois precisavam do Habite-se para poder entrar, principalmente prédios, e ficava enrolado na Prefeitura, com isso ficava o prédio pronto e as pessoas sem poder entrar. Então com essa lei do Habite-se instantâneo a pessoa e o técnico declaram que a construção está em condições de habitabilidade. Fez a declaração, paga a taxa, sai o Habite-se em sete dias e depois a Prefeitura vai fiscalizar por amostragem. Não eram todos, sorteávamos alguns para a fiscalização. Aquelas construções que nós pegássemos que estivessem com má fé com irregularidade tinha uma multa pesada tanto para o técnico quanto para o proprietário e esse dinheiro seria revertido para o Fundo de Habitação para permitir investimento na área social, de habitação. A idéia foi essa, foi aprovado na Câmara e depois passou a ser utilizado e até hoje a lei existe. Foram duas coisas que eles deixaram o Fundo e essa lei. Essa foi uma linha que nós demos. A outra linha foi a seguinte: como nós não temos condições de fazer programas habitacionais vamos melhorar a condição de vida da população. Como? Vamos tentar colocar rede de água em todos os lugares do município, de modo que ao sair da Prefeitura, a gente atenda 100% de famílias para que tenham água tratada. Mesma coisa com a rede de esgoto, vamos tentar colocar rede de esgoto em todo bairro que não tenha, para isso fizemos um convênio de parceria com a Sabesp que funcionou muito bem na época. Levamos esgoto para a zona norte, zona leste e alguns outros bairros que fomos colocando no programa de água e que depois criamos até um programa chamado “água para todos” no decorrer do planejamento estratégico do Governo Angela.

Fizemos ação de rede de esgoto no Parque Interlagos, na zona sul, que era problema sério, pois devido a não ter esgoto coletado tinha muita doença de pele e hepatite e isso podia causar uma epidemia nos moradores vizinhos que freqüentavam o bairro, espalhando a doença. Com isso fizemos uma ação conjunta com a Secretaria de Saúde.

Outra ação importante na área de habitação foi a aprovação da Zona Especial de Interesse Social (Zeis). O que era isso? Nós tínhamos bairros em que não possível cumprir a legislação federal, por exemplo, fazer uma rua com dez metros de largura, colocar uma área verde porque não tinha, mas nós precisávamos acertar a situação daquela população, então nós criamos essas zonas, onde a gente delimitou os locais que eram zonas especiais de interesse social e isso permitiu regularizar uma série de loteamentos. Essa lei foi importantíssima. Só que me parece que acabaram com essa lei, nós tínhamos duas Zeis, a Zeis I que era favela e Zeis II que era loteamento clandestino, ou seja, permitia a gente atuar tanto na urbanização de favela quanto na regularização dos loteamentos.

Paralelo a isso, nós tivemos outro problema que não estava previsto no planejamento, mas aconteceu e tivemos que dar resposta: no Limoeiro tinham quarenta lotes da Prefeitura, quando é feito o loteamento o loteador é obrigado a caucionar alguns lotes, isso funciona

como uma garantia, ou seja, coloca na escritura que esses lotes são da Prefeitura enquanto ele não terminar todas as obras. Se ele não terminar todas as obras, a Prefeitura pega esses lotes como se fosse um pagamento na infra-estrutura. Então, no Limoeiro nós tínhamos quarenta lotes caucionados, mas que a população invadiu. Isso após aquela primeira invasão. Nós nos reunimos com o pessoal, eliminamos toda a parte de vereador que tivesse, pois queríamos conversar com a população que estava ocupando, e fizemos um programa conversando com o Carlinhos que fez uma lei de concessão real de uso onerosa. Era o seguinte: cada lote desses de 250m<sup>2</sup> foi dividido em dois, nós da Secretaria de Obras orientamos a população a como fazer as casas. Eles fizeram as casas com o dinheiro deles, material e mão-de-obra deles, nós só demos a orientação técnica. E, esse terreno a Prefeitura concedeu o uso por 99 anos para aquela família que tinha ocupado somente para fins habitacionais, mediante alguns critérios sociais como renda, tempo de moradia na cidade, não ter outro terreno, outro imóvel, etc., e ficava no nome da mãe da família, não do pai. E durante os 99 anos esse direito poderia ser passado para os descendentes até completar 99 anos e no final a pessoa sairia daquele local e a Prefeitura ficaria com o terreno e a moradia para passar para outro que estivesse na fila, a idéia era essa. Só que era onerosa porque a pessoa tinha que pagar tipo um aluguel simbólico, então eles pagavam meio por cento do valor venal do terreno. O valor venal do terreno normalmente é mais baixo que o valor de mercado. Digamos que 125m<sup>2</sup> custasse vinte mil reais, meio por cento seria cem reais, então eles pagariam um aluguel correspondente a cem reais por mês. Com isso, nós estávamos garantindo o acesso à moradia para eles, uma condição melhor que eles mesmos fizeram do jeito deles, em terreno público, uma concessão onerosa. E esses recursos eram direcionados para o Fundo Municipal de Habitação para permitir que outras famílias também fossem beneficiadas mais à frente. Isso nós negociamos com os ocupantes e conseguimos entregar no final de 1996 esse programa. Em 1997 eu estive no local e a informação que eu tive foi que os moradores não estavam pagando porque a Prefeitura não estava arrecadando.

Bem, na área de habitação era isso que eu tinha.

Na área da saúde, a Angela fez política pública interessante na área de gestantes, como o Projeto Casulo e fez um programa muito interessante também na área de dependentes, pessoas portadoras de doenças mentais, porque antes estas pessoas eram tratadas só com drogas e ela começou a trabalhar com atividades lúdicas, com terapia ocupacional, com a família interferindo, ajudando. Foi realmente um trabalho muito bonito nessa área da saúde, fora a construção do hospital, reforma e construção de vários postos de saúde. O trabalho na área de transporte coletivo, pois tinha o problema dos perueiros que eram clandestinos, foram organizados e eles passaram a atuar de forma organizada.

Na nossa gestão, a maior dificuldade era passar os projetos na Câmara, porque nós tínhamos quatro vereadores contra 17.

Porém, nós demos continuidade ao Anel Viário, ao Hospital Municipal, demos continuidade a diversas obras que estavam começadas pelo Governo anterior do Pedro Yves. Eu lembro que inauguramos em São Judas uma creche que tinha sido começada no governo anterior.

Na área de educação a Angela fez muitos núcleos de educação infantil, foi um trabalho muito bonito nessa área com os jovens. Outra coisa, ela fez um programa também para o pessoal de fábricas, adulto que era analfabeto, à noite em parceria com as fábricas, tipo um supletivo.

Entrevistadora: E quanto à participação popular?

Entrevistado: Foi um governo muito participativo, nos Conselhos a participação era muito maior. Foi na época que estávamos no COMPHAC que nós recuperamos o mercado municipal. Havia uma preservação melhor do Teatro Benedito da Silva ali na beira do Banhado, que hoje está abandonado, da Igreja São Benedito.

Nós tínhamos reuniões setoriais, dessas reuniões tiravam-se delegados ao congresso do orçamento participativo, no qual se elegia os representantes dos bairros no conselho do orçamento participativo, o qual fiscalizava as obras.

Eu acho que uma coisa muito interessante para a cidade que a Angela fez foi o Parque da Cidade que apareceu a oportunidade, não foi planejada, mas o povo precisava de área de lazer e isso estava colocado no orçamento. Foi um espaço que a população ganhou que tinha um valor artístico para a cidade.

A Constituição Federal de 1988 passou muita responsabilidade para os municípios, realçou uma questão importantíssima que as pessoas se negam a enxergar que é a questão do valor social da terra, da propriedade e estimulou de certa forma, o controle público e a participação popular. Abriu uma brecha de se ter Conselhos, isso ficou de ser regulamentado nos períodos seguintes, coisas que nós brigamos para fazer. Eu lembro que o Conselho Nacional de Habitação eu fui à Brasília várias vezes, o Conselho Municipal de Habitação nós fizemos, estadual também se ligou várias vezes com o governo do Estado.

Inclusive, nós fizemos um Fórum de Desenvolvimento onde na mesa tinham empresários, trabalhadores, moradores de bairro, onde a participação popular era fundamental.

Entrevistadora: Agradeço muito por sua atenção.

Entrevistado: Por nada.

## **6 Entrevista realizada em 18 de janeiro de 2008**

**Local: São José dos Campos – SP**

**Sra. Maria Regina de Ávila Moreira**

**Ex-Secretária de Desenvolvimento Social do Município de São José dos Campos no período 1993/1994**

Entrevistadora: Quais os principais problemas e dificuldades encontrados e quais foram as políticas públicas implementadas em sua gestão na resolução desses problemas?

Entrevistada: Eu participei ativamente nesse processo, até porque como eu entrei junto com o Governo Angela, em janeiro de 1993. Nós participamos desde os seminários de avaliação, ou seja, quando a Angela ganhou as eleições e assim que ela definiu o secretariado, nós fizemos uma série de reuniões, de seminários, planejamento estratégico, então nós tínhamos uma noção dos problemas que iríamos encontrar em relação às políticas públicas e posso lhe dizer mais nitidamente na minha área o que foi feito, ou seja, na área de assistência social.

Nós tínhamos uma avaliação inicial, que as políticas públicas não tinham qualquer relação entre si, permanecem até hoje, e mesmo no governo do PT a gente não conseguiu dar conta dessa relação entre as políticas públicas na área da saúde, da educação, mas foram feitas diversas tentativas, digamos assim, criadas inclusive diversas comissões inter-secretariais para ver se conseguíamos resolver as questões.

O que nós vivíamos no governo anterior era que se tinham alguns setores com uma determinada eficiência, até porque caminhava muito isoladamente, então educação tinha o seu espaço, saúde, assistência social tinha o seu espaço com uma interdependência, com poucos programas relacionados, em que se tentou de maneira geral, no governo da Angela, no governo PT, reverter essa focalização das políticas públicas, não conseguiu, mas tentou reverter. Esse era o principal problema que tínhamos em relação às políticas públicas. E a outra questão era a direção, o eixo que elas tinham isso no governo anterior ao da Angela, quando se identificou o problema. Na área de assistência social, por exemplo, nós tínhamos uma centralização de todos os projetos, que aconteciam na sede da secretaria, onde se tinha os centros comunitários com assistentes sociais que coordenavam esses centros comunitários que atendiam a população, mas não tinha nenhuma relação com os projetos que havia no nível central. Havia só uma relação de hierarquia, de chefia, mas não havia uma descentralização do trabalho e assim toda a Prefeitura. Se nós pensarmos bem todo o governo municipal, todo o planejamento urbano, das políticas públicas, eles sempre foram centralizados, onde se você

tem alguns projetos que têm financiamento do Governo Federal, Estadual, eles até acontecem por força de lei, por força de financiamento, mas não por princípio, por filosofia.

Nós não tínhamos uma Secretaria de Habitação, o Pontes deve ter falado isso, nós tínhamos Secretaria de Obras e aí com a entrada do Governo Angela Guadagnin (1993/1996) se torna a Secretaria de Obras e Habitação. O que se teve na área de habitação foi só uma ação de desfavelamento de algumas favelas anteriormente ao Governo da Angela. Com o Governo dela se começa a pensar numa política habitacional por município muito em função do orçamento participativo, que foi uma iniciativa do Governo Angela, embora se tivesse divergência interna no governo da forma como foi o orçamento participativo, realmente o orçamento participativo deu indicativos da onde o governo deveria seguir em políticas públicas. É claro que nós fomos para a discussão do orçamento já sabendo que dinheiro nós tínhamos para investir em determinada área. Então, não foi um orçamento participativo popular daqueles que você diz assim, temos um montante de verba, aí você faz assembleias regionais e uma geral, e a geral decide onde vai investir e o governo investe, não. Como nós pegamos um orçamento tradicional, centralizado, o orçamento participativo acabou sendo elaborado em cima do que as secretarias já tinham. Então nós sabíamos que na área de obras e habitação, por exemplo, nós tínhamos tanto e se no bairro “x” eles solicitassem “y” não poderia cumprir. Digamos que era um orçamento participativo direcionado para algumas áreas. De qualquer maneira, e aí eu vou falar da minha área de assistência social, como nós tínhamos inserção nas favelas do município, nós fizemos um trabalho de levar a população dos moradores de favela para todas as reuniões do orçamento participativo, e em uma das prioridades acabou saindo a urbanização de favelas. Então, o que aconteceu? A urbanização de favela por uma questão financeira não pode ser uma política para todo o município, mas ela deu uma indicação para o governo onde algo em relação à democratização do espaço urbano, a implantação de zonas especiais de interesse social, ou seja, algo em relação a isso teria que ser feito. E então, ficou uma parceria muito grande da Secretaria de Desenvolvimento Social com a Secretaria de Obras e Habitação fazendo um trabalho de urbanização, no caso optamos por uma favela, pois só se teríamos dinheiro para uma, que foi a favela Santa Cruz. Então, todo o processo primeiro de urbanização de favelas começou com a Santa Cruz em função do orçamento participativo e com a população atuando nesse aspecto. Mas, digamos que antes do Governo da Angela não se podia dizer que havia políticas públicas naquilo que se desenha como política pública, como direção, com objetivos, ou seja, se tinha programas e projetos somente. E isso muito autonomizados nas secretarias. A existência do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente que já tinha no município desde 1990, aqui São José foi um dos pioneiros com o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente,

pressionou mesmo antes do Governo da Angela para que o atendimento da criança e do adolescente fosse pensado mais como política pública. Então, quando assumimos o Governo a única área que vai ter um avanço, ou seja, já vai ter um acúmulo nessa discussão do que é política pública, o que tem que ser uma ação inter-secretarial é a área da criança e do adolescente, que estava um pouco mais avançada.

Então foi mais fácil para nós, por exemplo, municipalizar as medidas sócio-educativas que é para atender adolescente infrator, implantar um trabalho contra a violência e a exploração do trabalho infantil, foi mais fácil de estabelecer pactos inclusive entre as secretarias, com essas comissões inter-secretariais.

Mas, o que eu posso dizer é que durante os quatro anos até a hora que você consegue se apoderar do que está acontecendo nessa máquina, embora eu já conhecesse muito a Prefeitura e estivesse com a secretaria montada, com os projetos que desenvolvemos montados, porque desde que a Angela ganhou e me nomeou Secretária eu comecei a trabalhar com a equipe nessa direção onde eu já reunia as assistentes sociais da secretaria nessa direção, mesmo a minha secretaria que eu posso dizer que foi uma das que mais avançou no Governo da Angela, eu avaliei que foi a Secretaria de Desenvolvimento Social, a gente ficou muito restrito ainda porque você não pode descolar as ações do governo da conjuntura política do município. Nós tivemos durante a gestão da Angela diversos episódios políticos que fizeram com que as ações ficassem paralisadas, ou seja, avançadas, mas estagnadas. Então nós tivemos processo de impeachment, tivemos várias vezes saída de secretárias por questões de divergências internas no partido, eu inclusive fui uma delas, que em julho de 1994 eu saí em função de uma divergência de uma greve de servidores, eu saí do Sindicato de Servidores, eu fazia parte do Sindicato dos Servidores, para assumir a Secretaria. Então tivemos diversas situações que impediram que as secretarias pensassem mais organicamente as políticas, mas o que o Governo da Angela conquistou é o que permanece, é claro que já acabaram com muita coisa, mas o pouco que tem de política vem do Governo da Angela.

No Governo da Angela se abriu um programa de frente de trabalho, ou seja, os trabalhadores eram contratados com carteira assinada para trabalhos emergenciais, obras, etc. Hoje o que existe é um grande programa na Prefeitura que eles transformaram em bolsa estágio, onde as pessoas não têm direito a férias, não tem direito a atestado médico, não tem direito nenhum. E, eles transformaram de frente de trabalho para auxílio para caracterizar estágio, e aí a Prefeitura não tem encargo trabalhista nenhum. Então, hoje o que está acontecendo é que nos setores mais de produção, de auxiliar de serviços gerais, administrativo, a Prefeitura ao invés de contratar, de fazer concurso, ela está pegando esses bolsistas. O que eles fazem: eles têm direito a uma cesta básica, salário mínimo, vale transporte, eles obrigatoriamente têm que

fazer um curso de qualificação no período de três que eles ficam. E o que se vê é que os cursos de qualificação não de qualificação para o mercado, onde eles são muito explorados, pois têm que dar conta da demanda que era para funcionário público estar dando, e a Prefeitura não está pagando encargo trabalhista nenhum. Enfim, no governo da Angela era frente de trabalho com caráter mais de contratar mesmo força de trabalho emergencial, mas que tinham direitos, enquanto que no Governo do PSDB isso foi transformado em estágio.

Na Secretaria de Obras e Habitação o Conselho Municipal de Habitação que era um conselho popular nunca mais se reuniu depois que o Governo da Angela acabou. Foi o primeiro conselho que tinha mais representante da chamada sociedade civil do que do Governo e dava certo, claro que tinham muitas brigas porque você lidar com o espaço urbano, com os interesses do espaço urbano não é fácil, mas era um Conselho que funcionava. O processo de urbanização da Santa Cruz foi uma experiência fantástica porque não é só simplesmente chegar lá e fazer um projeto para urbanizar, mas você tem que mexer na Lei do Zoneamento, envolve interesses. Quem de fato quer que as favelas sejam urbanizadas? Você tem problemas internos e em torno das favelas também. Então foi uma experiência riquíssima que nos colocou discutindo diversas outras políticas.

Eu acho a questão habitacional, de ocupação do solo urbano um carro chefe para se discutir muitas políticas, ou seja, vai ter saúde aqui como? Vai ter educação aqui como? O que é o território? Isso, de fato, foi totalmente abandonado. E nós não tínhamos um movimento popular forte o suficiente para continuar bancando, temos hoje no município algumas iniciativas como foi o caso da resistência ali do “Morro do Regaço” que tem uma parte da população que está acampada até hoje na linha férrea, tentou-se uma retomada agora no final do ano, mas foi tirada pela polícia de novo. E, a política que o PSDB faz em relação à habitação é o inverso do direito, no meu ponto de vista, porque o deslocamento das pessoas do seu território que não é a sua casa, o seu ambiente de trabalho, da sua convivência comunitária, ele deslocou várias favelas para o Jardim São José II, hoje você vai lá e tem escola, tem saúde, tem tudo, mas você vai ver uma população que vive numa extrema miséria, violência, afastada da cidade onde o transporte é precário, onde se juntou favelas com diversas gangues rivais, de tráfico de drogas, quer dizer, se levou uma população para uma situação muito mais violenta do que urbanizar no próprio local. Criou-se um problema afastado dos olhos do povo. Então, quem cobra? Enquanto o povo está ali na favela, na beirada da Avenida que todo mundo passa há cobrança, porque tem uma cultura de desfavelização mesmo. Mas agora que está afastado quem é que se interessa por aqueles moradores que estão lá?



É o caso do Pinheirinho. Quem se interessa pelo Pinheirinho? Quem se interessou ir lá e ver o nível de organização que aquela comunidade tem? Olha urbanizar aquilo está muito fácil, tudo foi pensado. Agora quem é que luta por aquele povo?

Entrevistadora: Por que não há regularização?

Entrevistada: Porque o PSDB não consegue conviver com nenhum movimento social, admitir atender alguma reivindicação de um movimento social é uma derrota para o PSDB.

Entrevistadora: Por quê?

Entrevistada: Porque é a linha política deles. É aquele pensamento: se eu atender, eles vão sair mais fortalecidos. Olha que eu fui funcionária do Governo Bevilacqua, Pedro Yves, e eu nunca vivi um regime tão autoritário quanto o do PSDB, é muito interessante que pra fora a imagem do PSDB é de negociador, de organização, de uma gestão muito eficiente da cidade, mas do ponto de vista do funcionalismo, público, principalmente em áreas em que você vai ter profissionais que fizeram concurso, que se dedicam à causa, que acreditam no Estado, acredita na coisa que a gente fala “da coisa pública” é um terror. Não podemos falar nada, não se pode discutir nada, eu mesma fui colocada em locais estratégicos porque eu não posso estar nem vinculada a um programa que esteja junto com a população e nem com equipe muito grande. Eu tenho que estar isolada porque eles têm preocupação com a repercussão que isso vai ter.

Então, na área de habitação nós avançamos, e retrocedemos depois quando acabou o Governo. Na área social, que é a minha área, eu vou tentar falar um pouco mais, pois é a que eu domino melhor. Quando a gente chegou, nós tínhamos uma estrutura de secretaria, como eu te falei, centralizada onde quase todos os programas eram não só coordenados, mas executados pelo gabinete, ou seja, pelo prédio da Prefeitura e se tinha também a entidade de primeira dama, que era uma coisa que achávamos abominável e achamos ainda, e agora nesse governo eles voltaram, a Aparecida teve ter falado isso. Nós eliminamos por lei o Fundo Social de Solidariedade que é um órgão eminentemente de primeira dama, que concorre para que a assistência social não seja política de direito, mas uma política de favor porque afinal de contas é esposa do prefeito, está próxima do poder, etc. Quer dizer, a gente conseguiu eliminar isso, o governo do PSDB foi e criou o Fundo Social de Solidariedade Municipal e o cargo da primeira dama.

Então na minha fase que foi até julho de 1994, o que fizemos foi ocupar o cargo da Presidente do Fundo Social de Solidariedade por um técnico, uma técnica da área da assistência social. E nós fizemos um trabalho de regionalização das ações da assistência social que foi concretizada na gestão da Maria Aparecida Conde, em lei foi oficializada na Gestão da Aparecida, comigo começou officiosamente. E nesse aspecto eu tenho que dizer que nós sempre defendemos isso para que as políticas de assistência estivessem próximas da população e que a população pudesse ter o controle das ações da assistência social. A assistência social é a área mais antiga em que você tem a participação da sociedade civil e das entidades privadas que são as entidades sociais e que têm atuação em diversas áreas. Quer dizer, a regionalização, portanto, ela vinha com o objetivo de cumprir a Constituição, a Lei Orgânica da Assistência Social que foi aprovada no final de 1993 e nós já estávamos cumprindo, que é ter ações por território de acordo com as realidades regionais e articuladas, ou seja, entidade social no município não pode escolher o que quer fazer porque meia dúzia de pessoas se juntaram e acharam que é lindo atender mulheres vítimas de violência ou que é lindo fazer uma campanha de prevenção ao câncer de mama, enfim para receber financiamento tem que haver necessidade de, daquele trabalho, daquela entidade. E nada como você ter discussão e decisão em nível regional. O que nós fizemos foi escolher uma área prioritária que foi a questão das favelas, na minha gestão a gente teve uma atuação muito forte nas favelas para a participação do orçamento participativo, essa era a nossa meta no primeiro ano e nós conseguimos, tanto é que saiu como prioridade a urbanização da favela, isso era uma meta no pouco período que eu fiquei. E a outra era a regionalização das ações para que se começasse a discutir as políticas públicas no território que tivesse uma direção central, mas que fosse a partir também das necessidades regionais. A Angela, como Prefeita, deu total apoio. Isso é muito interessante porque o período que eu estive lá, tudo que a nossa área propôs para Finanças, para a Secretaria de Obras, para Gabinete do Prefeito, tudo foi assimilado.

Uma coisa importante que eu acho é o seguinte, eu não permiti que na Secretaria se nomeasse nenhum cargo em condição de fora. Eu só nomeei funcionários da Prefeitura, a diretoria eu escolhi e os outros cargos foram por eleição. Isso pode parecer pouca coisa, mas não foi, porque eu tinha uma equipe extremamente motivada para atuar. Uma equipe que se sentia criativa e construindo, onde tudo nós fizemos por seminário, uma das primeiras ações daqui foi um seminário municipal de assistência social, com as entidades, com os profissionais, para definir a prioridade, etc. Eu, de fato, valorizava muito o Conselho, nós não tínhamos ainda o Conselho de Assistência, estávamos em processo de transição, mas o que o Conselho decidia para mim era lei. De fato, nós criamos um Conselho, na própria secretaria que é diretoria de

todos os níveis médios e semanalmente se sentava e discutia. E nada foi segredo, tudo era transparente, tudo era discutido. Então, quando a gente chegava para discutir com a Prefeita, com a Angela ou com os outros órgãos, principalmente com o de Finanças, porque liberação de verbas não é brincadeira, nós já íamos com muito preparo, argumento, as pessoas sabiam que nós éramos da área e então fazia a diferença. Então tudo que queríamos fazer, nós fizemos, não fizemos mais por falta de tempo na área da assistência social. Parê (Maria Aparecida Conde) que conseguiu concretizar aquilo que a gente começou, aliás, ela é excelente nisso, conseguiu colocar em lei essa estrutura regionalizada, a criação de cargos para dar conta dessa estrutura. Começamos a pensar a dar o próximo passo que seria a desconcentração da assistência, porque nós tínhamos desconcentração dos programas, projetos, mas não tínhamos ainda uma descentralização ao ponto até das regionais terem autonomia financeira que era uma coisa que para mim era fundamental. Ainda se mantém um modelo assim: tem que ser trabalho para o idoso, então todas as regionais tem; tem que ser trabalho com a criança e o adolescente, então todas as regionais tem; eu não compartilho disso, acho que tem que ser feito um estudo da região e ver o que é prioridade lá. Se a prioridade é o idoso, então vamos trabalhar com o idoso, se a prioridade é a criança e o adolescente, então vamos trabalhar com a criança e o adolescente. Mas não é porque tem o programa que ele tem que acontecer em todas as regiões e porque você fragmenta recurso, você não atende a realidade, a sua preocupação é mais atender uma necessidade institucional, desses programas de repasse financeiro do que atender as necessidades da realidade.

Então, no momento em que nós começamos essa discussão, já com a Parê (Maria Aparecida) no governo e eu como assistente social, aí a gente perde a eleição.

Na nossa área, eles não conseguiram terminar com a regionalização.

A regionalização foi tão forte, como por exemplo, a cesta básica era centralizada, o repasse da cesta básica quem fazia era a entidade da primeira dama. Isso no nosso governo foi descentralizado, passou para as regionais. Isso foi irreversível, não se conseguiu mais centralizar, mesmo a entidade de primeira dama hoje tem uma atuação mais de eventos e pontual do que ações na área de assistência social. Então, isso ainda, eles não conseguiram reverter. A lei de convênio que foi feita no governo da Angela com a Parê (Maria Aparecida) também não conseguiram reverter.

O que hoje está bastante complicado é que eles terceirizaram bastante a área de assistência social, eles mantiveram a regionalização, mas estão terceirizando tudo. Isso significa que projetos que eram desenvolvidos de responsabilidade do municipal, eles estão repassando para as entidades sociais. Isso tem uma lógica porque quando as ações estão na assistência social, mais poder os funcionários tem principalmente os funcionários efetivos, de participar,

questionar e criticar. Nós temos uma equipe na área da assistência social bastante atuante, é uma das poucas da Prefeitura de São José que tem posição, que discute e que continua, já estamos um pouco dinossauros (risos), mas essa equipe continua lá, não se aposentou ainda. Então essa equipe resiste bravamente.

Então, o que acontece, quando se mantém as ações sob responsabilidade do municipal você vai ter funcionário concursado com estabilidade brigando para que as coisas aconteçam da forma que a equipe quer e não que o governo venha e desmonte, etc. Isso é uma coisa. A outra coisa é que estando no Estado o poder de fiscalização da população é maior. Quem fiscaliza a entidade? Quem fiscaliza a entidade é a Prefeitura. É difícil a gente ter uma consciência, uma cultura de que a população tem todo o direito de fiscalizar a entidade porque ela está recebendo verba pública.

O orçamento participativo acabou sendo uma estrutura funcional da Prefeitura, então você tinha representantes nas regiões que procuravam verificar se aquelas deliberações do orçamento participativo estavam caminhando. E na parte social a fiscalização era feita pelos conselhos e centros comunitários e funcionava. O pessoal que estava organizado na associação de moradores de favelas da Santa Cruz era quase todo dia na nossa porta. De fato a gente teve que aprender também, no governo da Angela, a conviver com manifestações, passeatas de moradores, o que eu acho ótimo.

Eu aprendi uma coisa, eu tenho vinte e três anos de poder público, sem pressão o Estado não caminha. E o que se tenta tirar, o que o PSDB defende e infelizmente o PT hoje também, não tem como negar, se a gente pensar bem em nível nacional o que está sendo a gestão do PT, é tirar qualquer possibilidade dessa pressão. O Estado funciona com pressão, se você esvazia a pressão o Estado funciona autonomamente da sociedade, quem vai influenciar é quem tem dinheiro, quem tem poder, quem tem relações como sempre foi.

Então, a perspectiva do PSDB e o que ele mais teme é essa pressão, o que você puder esvaziar de movimento, de organização, é uma meta, faz parte de uma estratégia de governo do PSDB. Posso te falar com certeza que muitas ações na área da assistência social foram muito mais atacadas em função de minimizar a organização popular e a organização dos funcionários públicos do que mostrar uma preocupação voltada para atender os interesses da assistência ou necessidades sociais, interesses da população. Eu posso te dizer que hoje a assistência tem dinheiro, nós vamos ter alguns avanços por pressão também de Conselho Municipal da Criança e Adolescente, por pressão de Conselho Tutelar, obrigatoriamente a administração tem que tomar algumas medidas, ou seja, vai ter que mexer na política de abrigos, a política, por exemplo, de atendimento à violência doméstica. Agora, com a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que é uma lei, quer dizer, a política nacional da

assistência social se tornou lei em 2005 e tem uma normatização que é o Sistema Único de Assistência Social. Se as Prefeituras num prazo de oito anos não se enquadrarem vão perder repasse financeiro dos órgãos federal e estadual pra área de assistência. Então, obrigatoriamente a administração de São José dos Campos tem feito alguns movimentos para se adequar ao Sistema Único de Assistência. Mas tem feito com esse viés de terceirização que é para minimizar a pressão popular como eu falei anteriormente.

Entrevistadora: Você vê perspectivas?

Entrevistada: Não. Hoje não se tem mais uma participação popular efetiva da população. E não se terá. Nem mudando o governo. Eu sou filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT) e hoje eu estou convencida que houve uma ruptura. E isso é muito interessante porque eu estava conversando sobre isso essa semana. Eu penso o seguinte, na verdade uma perspectiva mais democrática e popular dentro do PT foi derrotada em 1988 quando a gente assinou a Constituição.

Entrevistadora: Por quê?

Entrevistada: Porque eu penso o seguinte, nós vivíamos na década de 1980 no Brasil um momento de retomada dos movimentos sociais, nós perdemos a proposta das “diretas já”, acertamos, ou seja, o partido acertou quando se recusa a ir votar no Congresso Nacional a eleição indireta, quando o Tancredo Neves foi eleito. Mas como nós estávamos vivendo uma efervescência dos movimentos sociais, uma primeira grande proposta que é aprovada no Congresso é a elaboração de uma nova Constituição. E aí entramos no processo constituinte e etc.

Como a gente veio de uma cultura não só da época da ditadura, acho que ela se aprofundou com a ditadura militar, desde a nossa herança colonial, de muito pouco entendimento de que participação não é só via institucional, não é só através de eleição, mas participação é estar na rua, é fazer movimento de massa. Nós fomos participar da Constituição de 88 achando que aquilo seria uma grande mudança de Estado, e de fato. Só que a perspectiva mais da esquerda, mas socialista, mais democrática popular não percebeu naquele momento e nem daria pra perceber mesmo porque nós estávamos naquele entusiasmo todo pela Constituição que aquilo seria uma grande proposta reformista como foi. A Constituição de 88 é uma grande proposta

de reforma de Estado ainda inconclusa, mas é uma reforma de Estado, e não uma transformação, não uma mudança de Estado, não a perspectiva de um outro Estado, onde se teve uma grande participação dos movimentos sociais. Isso eu acho que foi também uma cultura dos movimentos sociais, quer dizer, aquele era o momento onde se rebatiam, por exemplo, tudo que a gente tinha avançado em termos de greve, que se tinha feito até então, parecia que a Constituição ia dar conta daquele sufoco todo que há anos a população brasileira vinha sofrendo, então teve sim uma participação dos movimentos sociais. Eu lembro que um dos maiores avanços foi em relação à questão da criança e do adolescente porque o movimento “meninos e meninas de rua” participou. O que aconteceu depois da aprovação da Constituição de 88? Acabou o movimento de meninos e meninas de rua. Acabou. Que é, como se agora o Estado fosse resolver.

Então essa perspectiva reformista de Estado e esse privilégio, veja eu não sou contra que se discuta o Estado, eu sou favorável à estatização, sou favorável à responsabilidade pública. Quando eu falo o Estado estou me referindo tanto no ente federal, como estadual e municipal. A diferença que eu faço é você jogar a transformação para o Estado e tirar essa transformação do povo organizado. De lá para cá, o que nós vamos viver é um esvaziamento dos movimentos sociais e a burocratização.

Então, os movimentos não foram cooptados ou sofreram um refluxo porque o PT foi eleito ou em função das negociações e para se manter no poder os movimentos sociais perderam a força. Não. Se a gente for olhar para a história agora com um pouco de mais calma, foi na assinatura da Constituição que tudo aconteceu muito rápido na década de 80.

Então, quando você me pergunta assim, você vê alguma perspectiva de retomada dessa participação em nível municipal se o PT for eleito? Não, não vejo. Vou te falar, nas reuniões de secretariado nós tínhamos altas brigas, eu sempre era minoria, eu e um outro desgarrado lá. Porque já percebíamos que a discussão sempre foi voltada como é que vamos nos manter no poder. Eu lembro que a primeira reunião de secretariado, no Paço Municipal, a pauta foi: Como é que vamos governar para garantir a reeleição?

Eu falei: Como é que é? Vocês estão loucos? Nós temos que fazer esta gestão. No seminário antes de nós assumirmos, eu, o Pontes, a Nágila que foi presidente da Fundação Helio Augusto de Souza (FUNDHAS), nós defendíamos que a prioridade do governo tinha que ser água para todo mundo, porque nós tínhamos uma avaliação de que tinham setores no município, regiões no município que não tinha e não tem até hoje acesso à água. Nenhum governo, do partido dos trabalhadores não poderia conviver com isso. Nós perdemos para a construção do Anel Viário. Isso antes de assumir o governo. Foi importante o Anel Viário, evidentemente que foi, mas se você pensar numa perspectiva mais ética, mais filosófica, mais

ideológica, estava embutido ali uma perspectiva assim: nós não vamos defender a água para todo mundo porque isso não vai dar voto suficiente para garantir a reeleição.

A única coisa positiva que eu vejo do PT retornar à Prefeitura é que eu acho que ele tem mais contradições. Governa com mais contradições. O que vai depender dos movimentos populares também. Se não houver pressão?

E isso, Diva, é histórico, não somos capazes de mudar da noite para o dia.

A disciplina que eu trabalho no curso é exatamente “Formação Social Política e Econômica do Brasil”. Qual vai ser a grande diferença de alguns países colonizados de outros, principalmente os colonizados da América Latina nós vamos ver bem essa característica: nós vamos ter Estado antes de Nação. Então, quando você tem países com essa característica é muito difícil você conseguir vislumbrar Nação. A Nação manda no Estado. Essa concepção, essa cultura política no Brasil não foi desenvolvida. A matriz histórica é: o Estado é que muda, ou seja, o povo até vota, mas o governo que está ocupando o Estado melhor formulando, é que é capaz de fazer as mudanças. Porque se você sair na rua e fizer uma enquete, o que as pessoas vão dizer? “Em quem será que nós vamos votar? Espero que agora a gente não erre e vote em alguém que vá fazer alguma coisa”. Nunca é assim: nós temos que fazer; votamos no governo errado, vamos tirar.

Você vê: na Bolívia, eles chamam de parada, na hora que a central deles fala “é dia de parada” é parada mesmo; na Argentina na hora que fala que é greve, é greve. Aqui, qualquer movimento que você faça, até movimento dentro de um grêmio recreativo é visto como baderna, ou seja, a concepção é essa: é anticívico, terrorismo, vide a concepção que se tem sobre o MST no país, vide o que nós passamos enquanto a CUTE era símbolo de oposição a uma idéia, uma forma de fazer, luta sindical, se apanhava da polícia, a opinião pública sempre foi contra as chamadas de greve geral, nós presenciamos três tentativas de chamadas de greve geral neste país, entre as décadas de 80 e 90. As três tentativas foram extremamente frustradas e você via a população dizendo assim: vão trabalhar, vão fazer alguma coisa.

Há muitos problemas aqui, em São José dos Campos, porque nós vamos ter diversos governos em que os vices é que vão assumir, já que os prefeitos vão assumir outros cargos, outros vão se candidatar a Deputado Federal, etc. Então, faz uma certa confusão.

Quando eu cheguei aqui, em 1985, o governo era do PMDB que era considerado um governo de oposição, nós estávamos saindo da ditadura militar. Quando eu cheguei o Robson Marinho estava saindo pra se candidatar a Deputado Federal e assume o Hélio Augusto de Souza, mas morre e o assume o Presidente da Câmara que era o Antonio José, no período da Constituição, e em 1989 nós já vamos ter eleições. Então, o que acontece? Ele vai fazer uma gestão extremamente popular, ele atendia a todos. Foi feita uma greve histórica, justamente quando

se aprovou a sindicalização do funcionário público e foi fundado o sindicato, de 88 para 89 teve uma outra eleição, a qual quem ganhou foi o Bevilacqua, também PMDB e saiu do governo, dizem, porque ele foi convidado para assumir uma secretaria estadual, mas também havia um processo contra ele pesado de administração anterior, Bevilacqua já tinha sido Prefeito ligado a partido mais de direita. O Bevilacqua sai, assume o Pedro Yves que era vice dele. O Pedro Yves foi terrível para nós que éramos do sindicato, ele nunca recebeu o sindicato, nunca reconheceu o sindicato. Nós fizemos diversas greves contra o Bevilacqua e eu fui demitida inclusive nessa época por fazer greve, demitida e admitida por decisão judicial várias vezes, e depois nas próximas eleições quem ganha é o PT de 1993 a 1996, e entra o PSDB. Uma coisa tem que ficar bem clara, o PT só não ganhou a eleição porque a Angela não poderia ser candidata, pois se ela pudesse teria sido reeleita.

O PT é muito diferente dos outros partidos, isso o PT mantém, ou seja, os outros partidos podem lançar figuras que você não consegue vinculá-los aos partidos deles, no PT não.

No PT os candidatos são sempre vinculados ao Partido dos Trabalhadores para o melhor e para o pior. Para mim isso é importante, que pelo menos permaneça uma estrutura orgânica, partidária, etc. Mas, talvez, para o PT voltar à Prefeitura no município essa relação com o Partido seja prejudicial, nesse momento. E eu não acho que o Carlinhos faria um governo tão diferente do PSDB. Não acho mesmo. No ponto de vista de políticas públicas, na área mais social, a Angela é mais avançada que o Carlinhos. Agora, a corrente que a Angela vinculava era mais complicada dentro do Partido, mais autoritária. A corrente do Carlinhos é mais maleável, mas o Carlinhos é uma figura muito onipresente.

Entrevistadora: Existem muitas correntes dentro do Partido dos Trabalhadores?

Entrevistada: Hoje muito menos, em função de todas as dissidências, saídas, muita gente saiu e foi para o PSOL, algumas pessoas saíram e são independentes, eu, por exemplo, não estou participando.

Entrevistadora: Qual a sua opinião em relação à proliferação dos partidos políticos?

Entrevistada: Acho que tem que ter uma democracia partidária, mas não é possível esse mercado partidário que se tem, é um comércio partidário. A população não consegue identificar as idéias às pessoas. O histórico do partido ou ao que sempre defendeu as pessoas que estão se candidatando.



Agora foi aprovada essa lei, no final do ano passado, que começa a vigorar da fidelidade partidária, que eu acho ótima. Acho que é importantíssima para moralizar um pouco isso. A lei já está vigorando, só que como há muita possibilidade de defesa dos candidatos em justificarem as suas mudanças, então vão virar processos. A partir de um determinado tempo nenhuma mudança poderá ser feita e as anteriores vão ser avaliadas.

Mas eu penso assim, mudar para se ter um governo mais democrático popular, você tem que ter uma abertura e um diálogo com os movimentos sociais que hoje eu não vejo o PT com nenhum interesse nisso. Ele tem discursivamente, mas não na prática. Estou te falando isso por experiência própria de ter convivido com o Partido que ainda tinha um rescaldo desse diálogo, nós tínhamos uma relação com o Sindicato dos Servidores difícilíssima e hoje se você for aos municípios em que o PT administra não vai encontrar isso. Você vai encontrar avanços assim: na área de educação porque se desenvolve boas políticas na área da educação, na área da saúde. Agora, a área que o PT pior tem elaboração é na área de assistência social. Eu dizia isso para a Angela: “Angela ainda bem que é você que está aí”, porque a esquerda tem uma péssima elaboração sobre o que é política de assistência social. Então, ou vai para o assistencialismo ou nega totalmente a assistência social, e aí nisso se faz muita bobagem. Nós tivemos uma administração aqui no Vale do Paraíba do PT que não se conseguia terminar com a primeira dama, porque a primeira dama queria exercer, e foi o caos.

E sabe o que eu penso, na época eu dizia isso, discutia muito isso no secretariado, nós tínhamos tudo para ter o melhor governo. Claro que a Angela seria reeleita, se pudesse, ou seja, se a lei que vigorasse na época fosse a de hoje, mesmo assim a minha avaliação é que nós tínhamos feito um governo ruim, nós avançamos em algumas coisas mas nós podíamos ter feito um excelente governo. O PT tem uma elaboração estratégica quando assume o governo, de assumir e ampliar logo a sua base eleitoral. Então, começa a fazer governo já querendo assumir a sua base na Câmara e eu dizia que a estratégia tinha que ser diferente, que é claro que ninguém consegue governar com a Câmara contra, ninguém consegue totalmente contra, mas que nós teríamos que, primeiro: dar sinais para a nossa base eleitoral; sinalizar confiança para a nossa base, quem votou no PT, porque depois as alianças seriam feitas sob nossa direção e não sob a direção de quem quer fazer oposição; Mas o PT, infelizmente, sempre elaborou de forma diferente porque ao entrar ele já começa a querer ampliar e fazer concessões para os partidos que estão ali, para não perder nada em termos de votação. Acaba perdendo a sua base, aquilo que lhe dá sustentação. E quem hoje é capaz de ir à rua para defender o governo do Lula? É difícil.

Agora, se o governo Lula na primeira gestão ou início da segunda, porque ele teve um voto de confiança (eu estive em reunião com o MST e a população falava isso: nós demos um voto de

confiança para o PT e o Lula, votando nele de novo; E olha o que ele fez?), ou seja, se o PT tivesse tomado alguma decisão que sinalizasse em favor dessa base eleitoral, talvez tivesse que negociar, mas negociaria em outras condições e não hoje entregando tudo porque o tempo todo corre o risco. E, teve agora uma derrota fundamental que foi a derrota da CPMF. O PT vai ter que amargar e ver bem qual é o significado dessa derrota.

Veja bem, o primeiro movimento que nós tivemos no Brasil, o Quilombo de Palmares, o primeiro movimento que podemos considerar com características de movimento social, foi dizimado em 1680. Abolição da Escravatura, a Proclamação da República, da Independência, foram todos movimentos que tiveram uma ligação com os interesses, uma burguesia, e tiveram que se apressar para que nunca os movimentos aparecessem como protagonistas dessa história. Elas só aconteceram porque havia movimento pressionando, mas eles nunca puderam aparecer como protagonistas.

Então, nós temos uma cultura, isso que estou falando, uma cultura política no país como um todo, de que o protagonismo é do governo que está ocupando o Estado, determinada gestão, do governo e as suas instâncias. Nós não temos uma cultura de que o protagonismo também pode ser da população organizada, isso não é um direito incorporado de fato da participação política e social. E nós tivemos diversos momentos da história que só vieram para reforçar isso, desde Quilombo por todos esses que eu te falei, aí nós entramos mais na década de 1930, Estado Novo, o nosso país é uma história de golpes, ou de governos extremamente populistas como foi o de Juscelino Kubitschek com ares democráticos, mas um dos governos que mais criou instância de segurança nacional. E quando vamos tentar reverter alguma coisa ou ter mesmo efetivamente alguma participação, vem a ditadura militar, vinte anos, o povo escutando que quem participasse de alguma coisa era terrorista. Isso não é fácil, não se modifica da noite para o dia. E esse eu acho que é o grande estudo político ainda por ser feito na década de 1980. O que aconteceu na década de 80 quando consegue derrubar a ditadura militar, por diversos interesses também, mas enfim, há um movimento para a derrubada da ditadura militar, há uma ascensão dos movimentos sociais, mas logo essa ascensão é cooptada pela Constituição Federal de 1988. Entendeu? E na época nós não podíamos imaginar isso, nós achávamos que estava tendo um “boom” de mudanças, de participação. Eu acho que se fica cooptado, mais uma vez um movimento cooptado. E é muito difícil se libertar dessas amarras.

Agora nós estamos numa fase de transição, na área de assistência social, está acabando essa política segmentada, ou seja, atendimento à família, atendimento ao idoso, atendimento à criança e ao adolescente. Hoje a assistência social é um atendimento às vulnerabilidades sociais que vêm com o Sistema Único de Assistência Social (Suas). Então, a idéia é não se ter

mais centros. Hoje temos um centro de convivência grande da terceira idade que fica no Centro, ele não vai acabar, mas a idéia é que ele não seja visto isoladamente. Esses centros comunitários em que cada um atuava num projeto a idéia é que eles não tenham mais isso e sim grupos sócio-educativos que congreguem a demanda que for do território. Se houver necessidade de ter grupo com criança e adolescente terá, mas se não houver não terá.

Essa a idéia de política social em São José dos Campos e está habilitado lá, na lei federal, como pleno sem ter um centro de referência de assistência social. Conseguiu a habilitação de gestão plena, sem ter um centro de referência de assistência social. Por quê? Porque no sistema informatizado do Governo Federal as perguntas eram somente para ver se você tem tal projeto ou não tem. Tem Conselho, tem; tem funcionário no Conselho, tem; e por aí vai, tem, tem, tem, e se habilitou como plena. O que é um absurdo porque hoje o nível de habilitação significa percentual em verba também para receber, o município que tem gestão inicial recebe um percentual, uma alíquota menor que o município que tem gestão plena. Então, São José recebe o maior percentual sem ter um centro de referência de assistência social, como o SUAS estabelece, funcionando.

Eles têm visão totalmente equivocada, atualmente fizeram uma leitura bruta do Sistema Único de Assistência Social e estão implantando. O que eles fizeram? Eles acharam que plantão social não é mais para ficar na sede regional, então eles terceirizaram para as entidades.

No Governo da Angela nós realizávamos a política de assistência social mais adequada ao Sistema Único do que agora.

Entrevistadora: Você vê mudanças?

Entrevistada: Eu acho que se os movimentos não se reorganizarem, se nós também que somos uma parcela da população que formamos opinião, não atuarmos junto a esses movimentos sociais e não trabalharmos na questão da informação de desmistificar as coisas em relação à participação política, as perspectivas de mudança são muito pequenas.

No município de São José dos Campos, eu acho que há grande possibilidade do PSDB fazer uma reeleição aqui, pelo que São José aparenta, escondendo a miséria, a desigualdade. Parece uma coisa tão da década de 70 falarmos isso, mas se a gente for ver esse governo faz exatamente isso, quer dizer, esconde a miséria, a pobreza, é impressionante.

Quando se entra em São José se vê uma cidade linda, só que quem trabalha com a população e que sabe o que é. Você não pode imaginar a quantidade de bairros periféricos que nós temos. Há muitos bairros na região leste, na região norte, bairros periféricos que não têm nada. A região sul é a maior, ela congrega um grande número de população, até porque começou com

toda a ocupação do Campo dos Alemães, mas se você for para as outras regiões você também vê.

Voltando um pouco, eu gostaria também de falar que além do Centro Regional de Assistência que hoje a assistência tem que ter, ela também tem que ter o CREA que é o Centro de Referência Especializado da Assistência Social. Então, violência doméstica, adolescente que cometerem infração, violência contra criança e adolescente, quer dizer todo o nível de atendimento e abrigos que requer uma especialidade maior, ficaria sob a responsabilidade desse Centro de Referência da Assistência Social. Em São José dos Campos, isso nós não podemos negar, nós temos uma boa estrutura de atendimento a essa proteção mais especial. Então nós vamos ter o Programa Aquarela que vai atender crianças e adolescentes vítimas de violência de exploração de trabalho infantil e que busca fazer pacto com a área de educação, da saúde, da assistência. Tem problemas, mas eu acho que se você for olhar é muito difícil você ver outro município que tenha a estrutura que São José tem. E o atendimento ao adolescente e infratores também, nós temos o Adolescer que tem uma equipe enorme de assistentes sociais e psicólogos que atendem adolescentes envolvidos com prática infracional. A grande questão é a comunicação, porque às vezes, por exemplo, você está atendendo uma família que é acompanhada em todos os projetos, e aí? Todo mundo faz visita, todo mundo atende, cada um fala uma coisa para a família, quer dizer, quem prioritariamente vai atender essas famílias? Poderia um ou outro programa ser referência. Hoje, por incrível que pareça, nós vamos ter falta de programa social e nós vamos ter algumas famílias saturadas de atenção. Com relação à saúde mental, houve um retrocesso. No Governo da Angela nós avançamos bastante para as UAIs, Unidades de Atendimento Integrado à Saúde Mental, nós chegamos a ter quase em todas as regiões e hoje nós estamos reduzidos a duas e faz falta. O atendimento ao CAPS, Centro de Apoio a Dependentes de Substâncias Psicoativas, duas também, insuficiente para a demanda. E do ponto de vista do conteúdo, há uma relação estreita entre saúde mental e esse atendimento para quem usa substância psicoativa. Mas não há na prática essa relação.

Para mim, também há um problema do Partido dos Trabalhadores aí, porque nós tivemos uma relação estreita com os movimentos sociais e associação de moradores, mas não tivemos condições de capacitá-los para continuar brigando. Nós tínhamos uma assessoria de relações comunitárias que tinha um acesso, uma participação efetiva, mas à medida que o governo perde e vão cortando as coisas essas associações também não foram para brigar e não deixar as coisas sumirem nem os programas serem anulados. Voltou-se à antiga negociação política através da Câmara, através de vereador. Não é só uma questão de mentalidade, os políticos

sabem bem o querem, é uma questão de vinculação mesmo de classes, de interesses; O que defendem? Que projeto societário defendem? Os interesses econômicos são muito fortes.

Eu sempre digo para os meus alunos: O que vocês esperam? Convencer os políticos a terem boa vontade ou que eles estão cometendo pecado? Isso não existe. Olha o que o Marx dizia: o capital não faz concessão, não faz. E é isso que a população não foi educada para ver num processo eleitoral: A quem os políticos estão vinculados? Qual é a sua história, trajetória? Os seus partidos sempre estiveram junto a quem? Que interesses defenderam?

E essa coisa de votar no indivíduo é tão séria e às vezes eu vejo as pessoas revoltadas dizendo assim: agora eu só voto na pessoa. Isso é o maior retrocesso que podemos ter, e nós nem lembramos em quem votamos. Quando você vota no partido, você sabe, eu voto no partido. As pessoas não lembram se o seu candidato é Deputado Federal, nem Senador.

Eu como socialista, vejo que perdemos o valor de luta política nesse país para o capitalismo, para a burguesia, pelo menos por enquanto.

Eu sou a favor dos movimentos sociais, eles erram, mas resistem.

Precisamos retomar esse sentido de coletivo, a nossa juventude não tem referencial de coletivo. Por isso é importantíssimo que o Governo Lula consiga, de fato, implementar a disciplina de filosofia nos currículos no ensino fundamental.

Entrevistadora: Muito obrigada.

Entrevistada: Eu que agradeço.